

Beatris Francisca Chemin (Org.)

Lauro Inacio Ely (Org.)

Atos Prinz Falkenbach

Derli Juliano Neuenfeldt

Estudo do cenário do desporto e do lazer no Vale do Taquari/RS



Beatris Francisca Chemin

Graduada em Letras, pelo Centro Universitário Univates, Lajeado/RS (1980) e em Direito, pela Unisc (1989). Especialista em Língua Portuguesa, pela UFRGS (1984) e em Direito Civil, pela Unisinos (1995). Mestre em Direito pela Unisc (2001). MBA em Gestão Empreendedora de Negócios, Univates (2008). Possui experiência administrativa como coordenadora de cursos de graduação e pós-graduação e de outros setores no Ensino Superior, e como advogada autônoma. Atua como professora dos cursos de Direito e Ciências Contábeis da Univates. Autora, dentre outras publicações, dos livros "Constituição e Lazer: uma perspectiva do tempo livre do (trabalhador) brasileiro" e "Políticas públicas de lazer: o papel dos municípios na sua implementação".

Lauro Inácio Ely

Graduado em Educação Física pela Feevale, de Novo Hamburgo/RS (1982). Especialista em Ginástica Estética, pela mesma Instituição (1985) e em Ciências do Futebol e Futsal, pela Castelo Branco - RJ (1991). Mestre em Ciências do Movimento Humano, pela UFRGS (1999). Doutor em Ciências do Desporto (Gestão), pela Universidade do Porto, Portugal (2006). Professor de diversas disciplinas da Unisinos, de São Leopoldo/RS, entre 1987 e 2009, período em que também desempenhou atividades de extensão e administração. Atualmente é professor do Centro Universitário Univates, de Lajeado/RS. Área de maior interesse é a gestão do desporto, principalmente gestão de projetos, estudo de cenários, organização de eventos, processo de parcerias e políticas públicas. Envolvimento com a gestão do desporto universitário nos últimos 25 anos e desde 2002 é vice-presidente da FUGE - Federação Universitária Gaúcha de Esportes.



23

Estudo do cenário
do desporto e do lazer
no Vale do Taquari/RS

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva

Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto



Centro Universitário UNIVATES

Reitor: Ney José Lazzari

Pró-Reitor de Ensino: Carlos Cândido da Silva Cyrne

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação: Claus Haetinger

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: João Carlos Britto

Pró-Reitor Administrativo: Oto Moerschbaecher

Centro de Ciências Humanas e Jurídicas

Cursos de Educação Física e de Direito

Grupo de Pesquisa

Coordenador do Grupo de Pesquisa: Atos Prinz Falkenbach

Pesquisadores: Beatris Francisca Chemin, Lauro Inácio Ely e Derli Juliano Neuenfeldt

Bolsistas: Carina Almeida Miguel, Diones Andréia Friedrich, Eliana Seibel Weizenmann, Leandro Ferri, Sabrina Bruxel e Samanta Carini Giovanella

Organizadores da obra

Beatris Francisca Chemin

Lauro Inácio Ely



Editora

Univates Editora

Revisão linguística: Veranice Zen

Revisão bibliográfica: Maristela Hilgemann Mendel e Carla Barzotto

Revisão final e coordenação: Ivete Maria Hammes

Projeto gráfico e capa: Bruno Henrique Braun

Editores: Bruno Henrique Braun, Marlon Alceu Cristófoli e Paulo Alexandre Fritsch



Estudo do cenário do desporto e do lazer no Vale do Taquari/RS

Beatris Francisca Chemin (Org.)

Lauro Inácio Ely (Org.)

Atos Prinz Falkenbach

Derli Juliano Neuenfeldt

Bolsistas:

Carina Almeida Miguel, Diones Andréia

Friedrich, Eliana Seibel Weizenmann,

Leandro Ferri, Sabrina Bruxel e Samanta

Carini Giovannella

1ª edição

Univates Editora

Lajeado, junho de 2010

E82

Estudo do cenário do desporto e do lazer no Vale do Taquari/RS / Beatris Francisca Chemin (Org.); Lauro Inácio Ely (Org.); Coordenador do grupo de pesquisa: Atos Prinz Falkenbach -- Lajeado : Ed. da Univates, 2010.

308p.

ISBN 978-85-98611-82-2

1. Esporte – Vale do Taquari 2. Lazer – Vale do Taquari I.
Título

CDU 796:379.8(816.5Vale do Taquari)

Ficha catalográfica elaborada por: Maristela Hilgemann Mendel CRB-10/1459

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos seus autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Esporte, ou da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Venda proibida.

Tiragem: 300 exemplares

© Autores.

Sumário

1 Introdução	9
2 Contexto regional do Vale do Taquari/RS	10
3 Cenários	15
3.1 Conceitos gerais sobre cenários	15
3.2 Tipos de cenários	18
3.3 Metodologia e técnicas de construção de cenários	18
3.4 Cenário do desporto e lazer	19
3.4.1 Desporto – breve evolução e conceito	19
3.4.2 Lazer – breve histórico e conceitos	20
3.4.3 Legislação do desporto e do lazer	21
3.4.3.1 Constitucionalização do esporte e do lazer	22
3.4.3.2 Sistema Nacional do Esporte e do Lazer	27
3.4.3.3 Legislação Federal do Desporto Municipal	28
3.4.4.4 Legislação Estadual do Desporto e Lazer	29
3.4.4 Estudo do cenário do desporto e do lazer em forma de categorias	31
3.4.4.1 Estrutura física e recursos materiais	33
3.4.4.2 Recursos humanos	38
3.4.4.3 Recursos financeiros	46
3.4.4.4 Políticas de desporto e de lazer	51
3.4.4.5 Políticas de parcerias	56
3.4.4.6 Projetos e programas	60
3.4.4.7 Políticas de avaliação	62
4 Procedimentos metodológicos	67
4.1 Características da investigação	67
4.2 Amostra	67
4.3 Instrumentais técnicos para coleta de dados	68
4.3.1 Análise documental	68
4.3.2 Entrevistas	68
4.3.3 Imagens fotográficas	69
4.3.4 Análise e interpretação dos dados	70

5 Descrição do cenário do esporte e do lazer dos municípios do Vale do Taquari/RS em forma de quadros	73
GRUPO A - até 2.500 habitantes	74
C1 - Estrutura física	74
C2 - Recursos materiais.....	84
C3 - Recursos humanos	90
C4 - Recursos financeiros.....	97
C5 - Política desportiva.....	102
C6 - Política de parceria	108
C7 - Projetos e programas.....	114
C8 - Política de avaliação	121
GRUPO B - de 2.501 a 5.000 habitantes	126
C1 - Estrutura física.....	126
C2 - Recursos materiais.....	140
C3 - Recursos humanos	149
C4 - Recursos financeiros.....	158
C6 - Política de parceria	171
C7 - Projetos e programas.....	177
C8 - Política de avaliação	185
GRUPO C - de 5.001 a 10.000 habitantes	190
C1 - Estrutura física.....	190
C2 - Recursos materiais.....	194
C3 - Recursos humanos	197
C4 - Recursos financeiros.....	199
C5 - Política desportiva.....	201
C6 - Política de parceria	204
C7 - Projetos e programas.....	206
C8 - Política de avaliação	209
GRUPO D - de 10.001 a 20.000 habitantes.....	211
C1 - Estrutura física.....	211
C2 - Recursos materiais.....	216
C3 - Recursos humanos	219
C4 - Recursos financeiros.....	222
C5 - Política desportiva	224
C6 - Política de parceria	228
C7 - Projetos e programas.....	230
C8 - Política de avaliação	234

GRUPO E - de 20.001 a 40.000 habitantes	237
C1 - Estrutura física	237
C2 - Recursos materiais.....	241
C3 - Recursos humanos	244
C4 - Recursos financeiros.....	247
C5 - Política desportiva.....	249
C6 - Política de parceria.....	252
C7 - Projetos e programas.....	254
C8 - Política de avaliação	257
GRUPO F - acima de 40.000 habitantes	260
C1 - Estrutura física	260
C2 - Recursos materiais.....	261
C3 - Recursos humanos	262
C4 - Recursos financeiros.....	262
C5 - Política desportiva.....	263
C6 - Política de parceria	264
C7 - Projetos e programas.....	264
C8 - Política de avaliação	265
6 Análise dos dados do cenário de desporto e lazer	267
6.1 Estrutura física.....	267
6.2 Recursos materiais	270
6.3 Recursos humanos	272
6.4 Recursos financeiros	275
6.5 Políticas de desporto e lazer.....	277
6.6 Políticas de parcerias.....	280
6.7 Projetos e programas.....	281
6.8 Políticas de avaliação.....	284
7 Considerações finais	287
Referências	297
Anexo	305

1 Introdução

O esporte e o lazer tiveram participação marcante nas sociedades desde a Antiguidade. De lá para os tempos atuais, muitos aspectos relativos a cada um deles foram aperfeiçoados, com novos conceitos, modalidades e disseminação para mais segmentos da população, inclusive com o Brasil tendo a previsão de realizar megaeventos nesta década, como, por exemplo, V Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa das Confederações da FIFA em 2013, Copa do Mundo de Futebol em 2014, Jogos Olímpicos de Verão em 2016, Jogos Paraolímpicos de Verão em 2016, dentre outros, os quais causarão forte impacto em diversas áreas do país.

Também é sabido que, antes de se pensar em intervenção de projetos, seja para fomentar a implantação de políticas públicas em determinados locais, seja para implementar negócios de qualquer espécie, é preciso estudar os cenários, com a finalidade de levantar o maior número possível de dados para diminuir o risco e/ou para aumentar a chance de sucesso do empreendimento, o que implica, igualmente, a necessidade de profissionais capazes de saber planejar a obtenção de informações e de analisá-las de forma estratégica.

Assim, este livro é resultado da pesquisa “Estudo do cenário do desporto e lazer no Vale do Taquari/RS”, ligada à Rede Cedes, do Ministério do Esporte, que a financiou juntamente com o Centro Universitário Univates, realizada no período de maio/2009 a abril/2010. Objetivou estudar o cenário do desporto e do lazer dos municípios do Vale do Taquari/RS, tomando-se por referência a situação existente no ano de 2009, e identificar possível demanda para o seu desenvolvimento. O Vale do Taquari se situa na região central do Rio Grande do Sul, sul do Brasil, e conta com 36 municípios.

Enfatiza-se que a área de análise é a referente apenas ao desporto e lazer como bens públicos, administrados pelas prefeituras municipais do Vale do Taquari, e que, para fins deste estudo, os termos ‘desporto’ e ‘esporte’ serão usados como sinônimos.

Portanto, este texto tratará, no próximo capítulo, do contexto regional onde se situa a pesquisa; depois, no Capítulo 3, estudará os cenários, com conceitos e revisão teórica das diversas categorias de análise: estrutura física, recursos materiais, recursos humanos, recursos financeiros, políticas de desporto e de lazer, políticas de parcerias, projetos e programas, políticas de avaliação, legislação desportiva e de lazer; no Capítulo 4, contemplará os procedimentos metodológicos, com o detalhamento de como foi realizada a investigação; no Capítulo 5, descreverá os cenários, em que os municípios da região pesquisada foram divididos por grupos de habitantes/categorias; no Capítulo 6, analisará os dados coletados, e, por último, o Capítulo 7, nas considerações finais, será feita a interpretação dos dados e recomendações.

QUADRO A - Contexto político, social e econômico do Vale do Taquari/RS

Município	Origem	Data de criação	Rural %	Urbana %	População total	Área Km ²	Nº de eleitores	PIB 2006	Êtnia	Principais fontes econômicas	Principais produtos
Anta Gorda	Encantado	26/12/1963	63,59	36,41	6.163	243	5.128	65.652.583,00	Luauo - brasileira	Agricultura, pecuária	Leite, noz
Arroio do Meio	Lajeado - Encantado	28/11/1934	22,65	77,35	18.079	158	14.758	410.270.599,00	Alemã, italiana, portuguesa	Agricultura	Milho, soja
Arvorezinha	Encantado - Soledade	16/02/1959	42,64	57,36	10.210	217,6	8.033	90.952.527,00	Italiana	Agricultura, pecuária, indústrias	Fumo, erva-mate
Bom Retiro do Sul	Taquari	31/01/1959	21,72	78,28	11.130	102,3	9.219	99.854.981,00	Alemã e italiana	Indústrias, laticínios	Leite, fumo
Camudos do Vale	Lajeado - Progresso	16/04/1996	77,07	22,93	1.941	82,6	2.006	16.018.937,00	Alemã e italiana	Agricultura	Fumo, milho, leite, frutas
Capitão	Arroio do Meio - Nova Brésia	20/03/1992	59,19	40,81	2.595	74,6	2.229	23.593.392,00	Alemã e italiana	Agricultura	Morango, erva-mate, fumo
Colinas	Estrela - Roca Sales	20/03/1992	53,41	46,59	2.404	58,4	2.091	20.777.731,00	Alemã	Agricultura	Soja, milho, sorgo, alho, mandioca
Coqueiro Baixo	Nova Brésia - Relvado	16/04/1996	84,23	15,77	1.566	112,3	1.299	13.233.604,00	Alemã e italiana	Agricultura	Milho, fumo, feijão
Cruzeiro do Sul	Lajeado	22/11/1963	41,88	58,12	12.171	155,2	9.290	117.187.435,00	Portuguesa, alemã e italiana	Agropecuária	Milho, mandioca, arroz irrigado, fumo
Dois Lajeados	Guaporé	08/12/1987	57,08	42,92	3.334	133,4	2.707	42.371.841,00	Italiana	Avicultura, agropecuária	Milho, loto, fumo
Doutor Ricardo	Encantado - Anta Gorda	28/12/1995	71,26	28,74	2.053	108,4	1.963	19.084.726,00	Italiana	Agricultura	Feijão, batata, pipoca, erva-mate

Município	Origem	Data de criação	Rural %	Urbana %	População total	Área Km ²	Nº. de eleitores	PIB 2006	Etnia	Principais fontes econômicas	Principais produtos
Encantado	Lajeado - Soledade	31/03/1915	13,26	86,74	19.536	140,88	15.908	296.949.588,00	Italiana	Produção e exportação	Erva-mate, óleo de soja e embutidos, calçados
Estrela	Taquari	20/05/1876	15,06	84,4	29.071	184,2	22.838	436.358.471,00	Alemã	Indústrias, agricultura	Embalagens metálicas, grãos, plásticos, cana-de-açúcar, milho, soja
Fazenda Vilanova	Bom Retiro do Sul	28/12/1995	52,28	47,72	3.068	84,8	2.738	67.074.926,00	Luso-brasileira e alemã	Frigoríficos, agricultura	Pêssegos, trigo
Forquetinha	Lajeado	16/04/1996	81,75	18,25	2.548	93,6	2.625	21.006.660,00	Alemã	Agropecuária, agroindústrias	Leite, milho, tecidos
Hópolis	Encantado	26/12/1963	49,5	50,5	4.202	116,5	3.389	41.425.362,00	Italianos	Agricultura	Erva-mate
Imigrante	Estrela - Garibaldi	09/05/1988	52,8	47,2	3.013	73,4	2.360	52.947.067,00	Alemã e italiana	Indústria e agricultura	Metalurgia, laticínios, milho, cana-de-açúcar, tomate, hortaliças, cactus
Lajeado	Estrela	26/01/1891	0,35	99,65	67.474	90,4	49.578	1.299.260.448,00	Alemã, italiana, negra	Indústrias, agricultura, comércio	Franços, balas, refrigerantes, combustíveis
Marques de Souza	Lajeado	28/12/1995	63,1	36,9	4.043	125,2	3.511	35.775.169,00	Alemã	Indústrias, avicultura	Pedras semipreciosas, laticínios
Muçum	Guaporé	18/02/1959	17,2	82,8	4.574	110,9	3.781	66.529.817,00	Alemã, italiana	Indústrias, avicultura, agricultura	Couros, móveis, soja, milho, fumo.

Município	Origem	Data de criação	Rural %	Urbana %	População total	Área Km ²	Nº. de eleitores	PIB 2006	Etnia	Principais fontes econômicas	Principais produtos
Nova Brésia	A. do Meio - Encantado	28/12/1964	54,84	45,16	3.162	102,2	2.523	32.162.532,00	Italiana	Avicultura	Aves
Paverama	Taquari	13/04/1988	48,83	51,17	7.616	171,6	5.915	56.603.734,00	Açoriana, alemã	Indústrias, agricultura	Calçados, acácia, metalúrgicas, leiteira
Poço das Antas	Salvador do Sul	12/05/1988	62,7	37,3	1.976	62,1	1.811	16.738.411,00	Alemã	Indústrias, agropecuária	Mandolates, móveis, olaria, carvão, leite, lenha de acácia
Pouso Novo	Arroio do Meio	29/04/1988	70,78	29,22	1.992	106,5	1.642	20.658.097,00	Italianos	Agricultura	Milho, trigo, feijão, uvas
Progresso	Lajeado	30/11/1987	70,97	29,03	6.210	255,1	4.931	56.943.975,00	Italiana	Agricultura, Indústria de móveis	Milho, feijão
Putinga	Encantado	26/12/1963	64,98	35,02	4.192	218,1	3.972	54.921.572,00	Italiana	Agricultura	Fumo, milho, feijão
Relvado	Encantado	09/05/1988	68	32	2.196	108,5	2.179	19.687.059,00	Italiana	Agricultura, Pecuária	Feijão, milho, soja
Roca Sales	Estrela	18/12/1954	39,59	60,41	9.922	208,5	7.177	181.030.176,00	Italiana, alemã	Avicultura, suinocultura, fruticultura, indústrias	Pêssego, uva, laranja, goiaba, calçados, carne avícola
Santa Clara do Sul	Lajeado	20/03/1992	54,14	45,86	5.471	86,6	4.384	61.447.394,00	Alemã	agricultura	Milho, soja
Sério	Lajeado	20/03/1992	78,12	21,88	2.399	99,7	2.033	20.978.875,00	Alemã	Aviário, agricultura	Fumo, lenha

Município	Origem	Data de criação	Rural %	Urbana %	População total	Área Km ²	Nº. de eleitores	PIB 2006	Etnia	Principais fontes econômicas	Principais produtos
Tabaí	Taquari	28/12/1995	70,7	29,3	4.046	94,8	3.225	22.547.767,00	Portuguesa	Agricultura, produção de cítricos, pecuária.	Acácia negra, feijão, eucalipto, milho, mandioca e verduras, gado, suínos e ovinos
Taquari	Triunfo	04/07/1849	16,75	83,25	25.768	350	19.807	319.864.041,00	Açoriana	Indústrias	Calçados
Teutônia	Estrela	05/10/1981	15,17	84,83	25.105	179,2	19.841	571.831.300,00	Alemã	Indústrias, avicultura, agropecuária	Calçados, laticínios, comopras, embutidos, móveis, panificadoras
Traveseiro	A. do Meio - Nova Brésia	20/03/1992	62,34	37,66	2.379	75	1.917	25.716.693,00	Italiana, portuguesa	Agropecuária, indústrias, agricultura	Rebanhos, arroz, uva, feijão, maçã, trigo
Vespasiano Corrêa	Muçum	28/12/1995	81,3	18,7	1.973	114,17	2.365	29.368.661,00	Italiana, francesa, polonesa	Agricultura	
Westfália	Teutônia - Imigrante	16/04/1996	64,21	35,79	2.716	63,7	2.352	52.218.784,00	Alemã	Agricultura, indústrias, agronegócio	Trigo, centeio, arroz, produção de cogumelos, leite de cabra e chás medicinais

Fonte: Banco de Dados Regional da Univates (2009).

3 Cenários

A transnacionalização dos conhecimentos, a competição existente nos diversos segmentos econômicos, políticos e sociais, a exigência dos usuários/ clientes e a escassez de recursos financeiros e naturais requerem, cada vez mais, antes de pensar em intervenção de projetos, seja para fomentar a implantação de políticas públicas, seja para implementar negócios de qualquer espécie, o estudo dos contextos, com o objetivo de levantar o maior número possível de dados para diminuir o risco e/ou para aumentar a chance de sucesso do empreendimento. É preciso conhecer melhor o cenário, seu cliente/usuário, o que demanda por profissionais capazes de planejar a obtenção de informações e de analisá-las de forma estratégica.

| 15

3.1 Conceitos gerais sobre cenários

O desejo de conhecer o futuro por meio de cenários prospectivos vem desde o início da humanidade, passando, conforme afirmam Marcial e Grumbach (2005, p. 23), “pelos faraós do Egito, pelos oráculos (discurso sobre o futuro) do Egito, assim como também passou pelos magos, bruxos e alquimistas da Idade Média (profecias e especulações)”.

As técnicas prospectivas – entre elas, os cenários –, segundo Buarque (2003, p. 9), “começaram a ser utilizadas de forma sistemática entre os militares durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente nos Estados Unidos, como um mecanismo de apoio à formulação de estratégias bélicas”.

A partir da 1ª e 2ª Guerras, os estudos sobre cenários prospectivos foram se intensificando. Na década de 1990, com o aumento das incertezas, para Marcial e Grumbach (2005, p. 32), “cresceu significativamente o número de organizações, em todo o mundo, que passaram a utilizar o método de cenários para definir suas estratégias”.

Já os primeiros trabalhos prospectivos no ambiente civil foram produzidos pela Corporação Rand, na década de 60, e que, no entendimento de Buarque (2003, p. 9), “deram início ao desenvolvimento de uma metodologia de cenários”.

A partir da década de 1960, a técnica de cenários começa a ser utilizada e desenvolvida no mundo empresarial, experimentada pelas multinacionais nas suas estratégias corporativas globais. Inicialmente rude, destaca Heijden (2004, p. 23), “essa análise de cenários era essencialmente uma extensão da tradicional abordagem de ‘prever e controlar’ do planejamento, mas que, com o passar do tempo, foi se aprimorando, com um grau de exigência cada vez maior”.

Nas últimas décadas, refere Buarque (2003), foram feitos e divulgados diversos estudos sobre o uso de técnicas de cenários nas empresas e nas nações, destacando-se principalmente estes autores: Marcial e Grumbach, Michel Godet, Kees Van Der Heijden, Pankaj Ghemawat e Michael Porter, além do próprio Sérgio Buarque.

O ano de 2000 passou a ser a referência para os primeiros exercícios de futurologia da ficção científica e também das experiências sérias de estudos prospectivos, segundo Buarque (2003, p. 9), “chegando sem grandes surpresas, mas com a consagração das técnicas de cenários como importantes ferramentas de planejamento”.

A elaboração de cenários é uma atividade relativamente recente no Brasil, surgindo na década de 1970 algumas referências acadêmicas, para Buarque (2003, p. 11): “a técnica de cenários começa a ser efetivamente utilizada no Brasil na segunda metade da década de 1980 pelas empresas estatais que operam em segmentos de longo prazo de maturação, e, portanto, precisam tomar decisões de longo prazo”, podendo ser citadas a Petrobrás, Shell, BNDES, Eletronorte e outras.

16 | A intensificação dos estudos de cenários na segunda metade da década de 1990 parece refletir as mudanças das condições políticas e econômicas do Brasil, diminuindo a prática do imediatismo em todos os setores e segmentos.

Por sua vez, Heijden (2004, p. 16) afirma que “a palavra cenário não está bem definida na literatura de estratégia, pois é usada para muitas abordagens e ferramentas diferentes, sendo importante diferenciar cenários externos e internos”. Essa mesma autora assim define as finalidades do estudo de cenários:

1. Entender as razões do sucesso de uma organização e articular a sua idéia central de negócios;
2. Romper os padrões habituais e a enxergar uma perspectiva mais abrangente;
3. Desenvolver cenários como formas alternativas de interpretar o presente e ir além do atual alcance de visão;
4. Esclarecer os muitos desenvolvimentos aparentemente não relacionados por meio de um raciocínio sistêmico em forma de histórias;
5. Estimular uma conversação estratégica na organização (HEIJDEN, 2004, contracapa).

Segundo Marcial e Grumbach (2005, p. 43), a definição mais abrangente e acadêmica encontrada na literatura é a de Michael Godet (1987), ao salientar que “cenário é o conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar a situação de origem à situação futura”.

Sobre o fechamento de cenários, Buarque (2003, p. 18) menciona que “o futuro é incerto e indeterminado e constitui um horizonte aberto de múltiplas possibilidades”, ou, como afirma Ramos citado por Buarque (2003, p. 18): “para o bem e para o mal, com seus riscos e suas chances que estimulam a ação humana e a organização da sociedade”.

Esse último autor fala da complexidade dos cenários e sistemas:

A construção de cenários lida, normalmente, com sistemas altamente complexos – sistemas não lineares – e dinâmicos, que convivem com contínuas mudanças estruturais e com elevado grau de incerteza sobre os caminhos dessas mudanças. Normalmente esses cenários devem lidar com realidades nas quais os resultados de uma mudança original não são proporcionais às causas, também múltiplas e diversificadas (BUARQUE, 2003, p. 18).

Os estudos de cenários têm sido crescentemente utilizados na área de planejamento, tanto de grandes empresas quanto de governos, por oferecer um referencial de futuros alternativos em face dos quais decisões serão tomadas. À medida que aumentam as incertezas

em quase todas as áreas de conhecimento, cresce também a necessidade de análise e reflexão sobre as perspectivas da realidade em que se vive e diante da qual se planeja:

As técnicas de cenários vêm conquistando rapidamente o cotidiano dos planejadores e dos decisores do mundo contemporâneo, apesar da percepção de que o futuro é algo incerto e indeterminado. Embora não possam eliminar incertezas nem definir categoricamente a trajetória futura da realidade estudada, as metodologias de construção de cenários contribuem para delimitar os espaços possíveis de evolução da realidade (BUARQUE, 2003, p. 5).

Pensar no futuro de realidades tão instáveis e dinâmicas pressupõe, para Buarque (2003, p. 19), “uma conciliação entre conhecimento científico estabelecido e percepções de especialistas conhecedores da realidade, de modo que seja possível captar as incertezas e os sinais empíricos de mudança”.

Um dos principais fatores que caracterizaram o final do século XX foi a incerteza, ou a certeza de muita turbulência e mudanças. Nesse sentido, Marcial e Grumbach (2005, p. 33) consideram que:

[...] o ritmo acelerado das mudanças políticas, econômicas, sociais e tecnológicas no mundo tem como consequência freqüentes rupturas de tendências. Essas rupturas aumentam a incerteza com relação ao futuro, independentemente da área em que a organização esteja atuando.

Sobre a importância de se usar cada vez mais o estudo de cenários, o gerente sênior da área de Consultoria Empresarial da Deloitte, Leandro DalleMule, citado por Ramon (2010, p. 38), ressalta que “cada vez mais, devem ser usados cenários para que equipes de executivos e do governo ensaiem o futuro. ‘Costumamos dizer: Não existe apenas um futuro. Talvez existam quatro ou cinco futuros diferentes para o Brasil’”.

Da mesma forma, para o publicitário e administrador de empresas Karol Sapiro, diretor da Precision Marketing, citado por Ramon (2010, p. 38), “existem muitas interpretações incorretas dos dados no meio empresarial, confirmando que produzir cenários é algo complicado e, na média, poucos estão preparados e antenados a esse assunto, muito também em função da pressão por resultados imediatos”.

O estudo de cenário é uma etapa que antecede o planejamento estratégico, alimentado pela informação que tem sua origem nos dados, dados esses que, segundo Rezende (2008, p. 4), “são um conjunto de letras, números, dígitos que, tomado isoladamente, não transmite nenhum conhecimento, sendo um elemento de informação sem significado claro”. Além disso, continua referindo que, “quando a informação é ‘trabalhada’, por pessoas e pelos recursos computacionais, possibilitando a geração de cenários, simulação e oportunidades, pode ser chamada de conhecimento” (p. 4).

Sobre a importância das informações prévias, Rezende (2008, p. 4) destaca o que segue:

Toda informação de qualidade inquestionável, porém antecipada, pode ser chamada de informação oportuna. A informação oportuna é a antítese da informação do passado e a que não gera um cenário futuro e indiscutível. Esse tipo de informação não pode ser confundido com previsão ou palpite. A informação sempre deve ser baseada em dados e em cálculos ou algoritmos.

Quanto aos cenários atuais, Bernardi (2007, p. 18) afirma que “a tradicional competição entre empresas passa a ser entre as redes de relacionamento ou alianças estratégicas; quem construir ou participar da mais eficiente rede terá melhor possibilidades”.

3.2 Tipos de cenários

Foi exposto anteriormente que estudar um cenário, seja desportivo e de lazer, seja de qualquer natureza, não é exercício simples, é preciso ter clareza do seu alvo, pois existe um número muito grande de cenários, de todas as espécies e tamanhos. Nesse sentido, é possível que se queira estudar o cliente, o concorrente, a estrutura física, a política de parcerias, os recursos humanos, os recursos financeiros, o processo de políticas públicas, o cenário político, enfim, percebe-se que o leque é amplo e, por isso, até para simplificar a questão, Marcial e Grumbach (2005, p. 43) definem os tipos de cenários deste modo:

18 |

1. Possíveis: todos que a mente humano puder imaginar. **2. Realizáveis:** todos os possíveis de ocorrer e que levam em conta os condicionantes do futuro. **3. Desejáveis:** encontram-se em qualquer parte do possível, mas nem todos são, necessariamente, realizáveis.

Para Buarque (2003, p. 19), “a complexidade dos sistemas depende do objeto que se pretende descrever no futuro, aumentando esta complexidade quando se trata de cenários regionais”. Em relação aos cenários regionais, “deve sempre ser observada e analisada como um subsistema dos sistemas nacional e mundial, mais complexos, nos quais está inserida e dos quais recebe múltiplas e diferenciadas influências” (p. 19), afirmando, ainda, esse mesmo autor, que “esses cenários devem resultar da combinação dos processos endógenos (que amadurecem internamente na região) com os condicionantes do contexto” (p. 44).

Um outro tipo de cenário, voltado principalmente às estratégias e ao cenário de negócios, encontra suporte teórico em Ghemawat (2007, p. 57), para quem o estudo:

[...] ajuda a participar do velho paradigma SWOT (força-fraqueza-oportunidade-risco) como um processo mais sistemático para o planejamento estratégico, esclarecendo as oportunidades e os riscos que cada empresa enfrenta, alguns dos quais são compartilhados com seus concorrentes diretos.

Outra forma de estudar um cenário é entender o comportamento do consumidor, principalmente em tempos de competitividade. Para facilitar essa compreensão, Samara e Morsch (2006, contracapa) referem que “entender o consumidor e saber como ele se comporta é fundamental para o sucesso de qualquer organização”.

3.3 Metodologia e técnicas de construção de cenários

Projetar cenários está se tornando uma prática de negócios cada vez mais comum e necessária a empresas que buscam planejar, definir estratégias e prosperar em um ambiente de negócio tão incerto e competitivo como o atual, sendo que, para Ramon (2010, p. 37), “já é possível contar com tecnologias (softwares), metodologias e novas visões que ajudam a fazer isso muito bem”, principalmente em determinadas áreas de conhecimento que exigem uma demanda mais empresarial.

O contexto atual, em que as mudanças se aceleram e as incertezas em relação ao futuro aumentam, cresce a necessidade de um maior rigor e de sistematização na antecipação de futuro, para Buarque (2003, p. 8): isso “leva ao desenvolvimento de metodologias e de técnicas, bem como a uma ampliação do uso do recurso de construção de cenários”. Nesse sentido, algumas áreas como Administração, Economia, diretamente voltadas a empresas encontram disponíveis referenciais teóricos significativos, que abordam uma série de metodologias para a construção de cenários prospectivos, conforme apontam Marcial e Grumbach (2005, p. 69), citando alguns:

- a) Huss e Honton (1987): 1º) tem como foco uma perspectiva lógica e intuitiva, sem levar em consideração nenhum algoritmo matemático; 2º) impactos de tendências, baseia-se em técnicas de previsão clássica e utiliza-se de séries temporais e modelos econométricos; 3º) análise de impactos cruzados;
- b) Godet e Roubelat (1996), vários métodos;
- c) Michel Godet;
- d) Método da Global Business Network;
- e) Método de cenários industriais de Porter (1989).

De forma esquemática, podem ser ressaltados os seguintes princípios e diretrizes de orientação da metodologia e da prática de construção de cenários, segundo Buarque (2003, p. 30): “a) evitar o impressionismo; b) recusar consensos; c) ampliar e confrontar as informações; d) explorar a intuição; e) aceitar o impensável; f) reforçar a diversidade de visões; g) ressaltar a análise qualitativa”, acrescentando que “as metodologias de construção de cenários podem ser diferenciadas em dois grandes conjuntos distintos segundo o tratamento analítico: processo indutivo e o processo dedutivo” (p. 30).

Em relação à prospecção dos cenários, esse mesmo autor destaca que essa técnica tem se consolidado como o principal recurso metodológico incorporado aos processos de planejamento estratégico das empresas e das entidades sociais e governamentais.

3.4 Cenário do desporto e lazer

Inicialmente, é relevante conhecer-se um pouco sobre o que são e como surgiram o desporto e o lazer, para depois entrar especificamente no cenário dessa área.

3.4.1 Desporto – breve evolução e conceito

As práticas esportivas, desde a Antiguidade, exercem papel significativo na vida de pessoas, pelo status de heróis ou ídolos aos quais elas eram alçadas, como no Egito, Roma e Grécia antiga, com seus gladiadores, os jogos olímpicos e outros esportes (CABEZÓN, 2006; CARDOSO FILHO, 2007).

Na Grécia antiga, o desporto era praticado como forma de cultivo ao corpo, à beleza, no sentido de honra e glória, além de servir de agrado e cultivo à adoração aos deuses. Foi nessa época e local que surgiram os jogos olímpicos, que reuniam vários atletas para demonstrar destreza e superar seus limites. Já na Roma antiga, o desporto tinha um caráter mais competitivo e de demonstração de força, com a prática de lutas cruéis entre gladiadores.

Na Idade Média, o desporto tinha caráter religioso, demonstrado por meio das Cruzadas e suas cavalarias; os desportos praticados eram os de utilidade imediata, como preparação para a guerra, sendo que, a partir da Idade Moderna, “o desporto adquiriu aspectos próprios, envolvendo tanto interesses políticos e sociais como econômicos” (BASTOS; MARTINS, 1998, v. 8, p. 737). Some-se a essa importância social que as atividades esportivas assumem na atualidade, “bem como da empatia que os atletas têm com o público, que as empresas vêm no esporte um mecanismo de potencializar a venda de seus produtos, daí por que investem com vigor em patrocínio” (CARDOSO FILHO, 2007, p. 161).

O vocábulo desporto¹ é antigo e clássico, tendo o sentido de divertimento e recreação, segundo Cretella Jr. (1998, p. 4.480), para quem “ressuscitar desporto é agora verdadeiro anacronismo, inexpressivo para a geração atual”, pois outros países usam o vocábulo sport, do inglês.

20 | Portanto, atualmente, pode-se conceituar o desporto, segundo Bastos e Martins (1998, v. 8, p. 735), como segue:

[...] o conjunto de exercícios praticados individualmente ou em equipes, que segue determinado método, ou ainda como sendo a prática metódica de exercícios físicos com o intuito de aumentar e desenvolver a força, a destreza e a superação dos limites do corpo humano e também a educação do espírito, através do desenvolvimento das qualidades de perseverança e decisão.

Com o correr do tempo, diversas modalidades esportivas foram difundidas pelo país, inclusive com participações internacionais, especialmente no futebol, aparecendo regulamentações relativas à área, conforme melhor exposto no item 3.4.3 deste trabalho.

3.4.2 Lazer – breve histórico e conceitos

Na época clássica, Aristóteles observava que o skolé (escola, ócio) constituía um ideal de vida espiritual (ORTEGA, 2000). Na Idade Média, as interpretações cristãs de Aristóteles atribuíram uma índole sagrada à contemplação, à sabedoria e à beleza a serem cultivadas pelos monges nos mosteiros. Neste ambiente, a prioridade era a contemplação da divindade, a atividade intelectual, depois o trabalho manual; os nobres desfrutavam do ócio, enquanto seus servos trabalhavam no campo ou, em épocas de guerra, incorporados às tropas de seus senhores feudais.

Séculos depois, na Idade Moderna, o movimento trabalhista modificou grandemente a atitude dos homens diante do tempo livre, com ações no sentido de limitar as horas diárias de trabalho dos operários e, posteriormente, com um começo de participação dessa classe trabalhadora em algumas atividades culturais e esportivas em países mais desenvolvidos (NASCIMENTO, 2004).

No século XX, as ciências sociais passaram a analisar mais sistematicamente o tempo livre, tentando explicar até onde vai e como são as suas relações com o trabalho e o lazer.

¹ “Desporto. S. m. V. esporte (1 e 2)”. “Esporte. [Do ingl. Sport.]. S. m. 1. O conjunto dos exercícios físicos praticados com método, individualmente ou em equipes; desporte, desporto. 2. Qualquer desses exercícios; desporte, desporto. 3. Entretenimento, entretimento, prazer. [...]” (FERREIRA, 1995, p. 708).

Entretanto, já a partir da sociedade industrial, e com força extraordinária na pós-industrial, o tempo livre – outrora conhecido como ócio, tempo de contemplação, de criação, de prazer – teve modificada sua abordagem, aparecendo sob a forma de lazer, de acordo com Chemin (2007). No Brasil, especialmente com a CF/1988, o lazer começou a ser discutido mais intensamente.

O lazer é um campo de atividade em estreita relação com as demais áreas de atuação humana, havendo divergências não só quanto às atividades ou sentidos correspondentes ao termo – sendo associado popularmente, além de a tempo livre do trabalho, a estilo de vida, a atividades recreativas e culturais, a eventos de massa, ou, ainda, segundo tendência reforçada pelos meios de comunicação de massa, a atividades como teatro, cinema, exposições, esportes, ou a manifestações ao ar livre e de conteúdo recreativo –, mas também quanto à utilização da própria palavra. Em espanhol, italiano e alemão, não há palavra correspondente a “lazer”; aparecem recreação e tempo livre. Na França e Brasil, prefere-se o termo lazer, já que recreação está mais ligada à recreação escolar. Nos países de língua inglesa, tanto recreação como lazer são usados (CAMARGO, 1999).

| 21

Mais detalhes sobre a constitucionalização do desporto e do lazer são apresentados no item 3.4.3.1 deste Capítulo.

3.4.3 Legislação do desporto e do lazer

Desde a Antiguidade, o esporte e o lazer tiveram participação marcante nas sociedades. De lá para os tempos atuais, muitos aspectos relativos a cada um deles foram aperfeiçoados, também por meio de legislação estatal, especialmente com a Constituição Federal de 1988, trazendo novos conceitos e disseminação para mais segmentos da população.

No Brasil, no período colonial, não há instrumento legal de normatização do esporte, apenas práticas utilitárias dos índios e colonizadores, como arco e flecha, natação, canoagem, corridas, caminhadas, equitação, caça e pesca (TUBINO, 2002).

No Império, esse autor refere a criação de alguns decretos para as escolas militares, nas quais foi estabelecida a obrigatoriedade de algumas práticas esportivas relacionadas à esgrima, natação, ginástica, equitação, tiro ao alvo, remo, o que influenciou também os colégios civis oficiais. “Naquela época, o esporte e a Educação Física eram considerados concomitantemente, não ocorrendo uma distinção teórica. Apesar disso, as competições esportivas já aconteciam isoladamente, começando a receber uma interpretação independente das sessões de Educação Física” (TUBINO, 2002, p. 20).

No período da República até o Estado Novo, surgiram e/ou se difundiram as principais modalidades esportivas no país, como o remo, natação competitiva, basquetebol, tênis, futebol e esgrima, mas também especialmente ligados às escolas militares.

Desde 1920, para o mesmo estudioso, o Brasil iniciou a participar regularmente de competições internacionais, e o futebol começou a se tornar o primeiro esporte em preferência popular, levando o Estado a preparar a regulamentação do esporte nacional. Assim, a

primeira legislação esportiva oficial do país foi o Decreto-lei 3.199, de 14/04/1941, cujo autor intelectual foi João Lyra Filho, que estabeleceu as bases de organização e de burocratização ou cartorialização do esporte nacional, criando, inclusive, os Conselhos Nacional e Regionais de Desportos e reconhecendo a existência de prática esportiva profissional, bem como tratando das confederações desportivas, as federações, as ligas e associações, as competições desportivas, as medidas de proteção aos desportos, as regras, os símbolos e expressões desportivas.

De 1941 a 1945, foram editados atos que complementaram a intenção do Estado Novo de Getúlio Vargas de controlar e estabelecer a tutela do esporte nacional, que, segundo Tubino (2002), durou até 1985. Destaque nesse período para o já referido Decreto-lei 3.199/1941 e para o Decreto 9.627, de 16/04/1942, que aprovou o Regimento do Conselho Nacional de Desportos (CND).

22 | Na década de 1970, surgiram várias manifestações internacionais e nacionais que mexeram com o que havia na área no país:

A concepção mundial do movimento 'Esporte para todos' e a sua chegada ao Brasil, os manifestos dos organismos internacionais ligados à Educação Física e ao Esporte, o Diagnóstico de Educação Física/Desportos do Brasil em 1971, a criação da Comissão de Esporte e Turismo no Congresso Nacional e a respectiva promoção do ciclo de debates 'Panorama do Esporte Brasileiro', a reestruturação do Ministério da Educação e Cultura quanto ao setor responsável pela Educação Física/Esportes, foram os registros de, por que não dizer, verdadeiras reações ao status quo (TUBINO, 2002, p. 39).

Tudo isso deixou claro que o esporte nacional precisava de uma modernização, o que viria a ocorrer com a Lei 6.251, de 08/10/1975, que instituiu normas gerais sobre desportos, sendo regulamentada pelo Decreto 80.228, de 25/08/1977, que tratava da Política Nacional de Educação Física e Desportos, do Plano Nacional de Educação Física e Desportos, dos recursos para a Educação Física e os desportos, do Sistema Desportivo Nacional, do Desporto Comunitário, do Desporto Estudantil, do Desporto Militar, do Desporto Classista, do CND, dentre outros aspectos.

Portanto, de 1941 a 1985, houve vários instrumentos legais que contribuíram para a organização e o desenvolvimento do esporte no Brasil, quando foram oferecidas condições para as práticas esportivas dos estudantes universitários, para a implantação da loteria esportiva, para o esporte militar e para o amparo do atleta profissional, no entendimento de Tubino (2002). Esse período foi preparatório para a vinda da Constituição Federal de 1988, que muitas alterações trouxe na área esportiva e de lazer no país.

3.4.3.1 Constitucionalização do esporte e do lazer

Na década de 1980, o país começou a trabalhar na nova Constituição de 1988, com a consequente constitucionalização do lazer e do esporte brasileiros. Ela trouxe expressamente, no seu art. 6º, o lazer como direito social: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho,

a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, ao lado de outros, como a saúde e a educação, possuindo as práticas desportivas relação com o lazer dos arts. 6º e 7º, IV, e aparecendo mais claramente no Título VIII, da Ordem Social, no Capítulo III, que fala da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção III, do Desporto, art. 217:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

A Constituição Federal também tratou do esporte nos arts. 5º e 24:

Art. 5º [...]

XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

[...]

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

Além disso, há outros artigos do mesmo diploma legal que inferem importância direta ou indireta ao lazer: o art. 7º, IV, que refere que o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social; o art. 227, que estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente diversos direitos, entre eles, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, dentre outros.

As modalidades esportivas constituem manifestações tipicamente urbanas e difundidas, quase sempre, a partir de modelos estrangeiros, na opinião de Requixa (1977, p. 62), acrescentando que, embora haja urbanização acentuada no país, aspectos do desenvolvimento social mostram-se desnivelados em relação àquele processo: “apesar do desenvolvimento econômico, persistem ainda grandes parcelas de população sem acesso aos serviços urbanos básicos, onde incluímos os recursos para a prática de determinados tipos de lazer”. Continua o autor dizendo que há excessiva concentração esportiva no futebol e que o hábito esportivo não está suficientemente desenvolvido, citando a estrutura do ensino

brasileiro, a falta de equipamentos, a redução dos equipamentos naturais existentes, o baixo nível socioeconômico e o pouco tempo livre como obstáculos à prática esportiva. Mesmo assim, no Brasil, há bons exemplos ligados ao lazer esportivo, promovidos pelo Poder Público e pela iniciativa privada.

Em 1989, foi criada a Lei 7.752, sobre benefícios na área do imposto de renda e outros tributos concedidos ao desporto amador, revogada em seguida, pela Lei 8.034/1990.

Em 20/12/1996, a Lei 9.394 (LDB) estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, devendo, conforme seu art. 26, § 3º, a educação física ser integrada à proposta pedagógica do ensino fundamental e médio, como componente curricular obrigatório da educação básica, mas admitindo exceções em algumas situações; já no art. 27, IV, refere que os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as diretrizes da promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

24 | Por meio da Lei 8.650, de 22/04/1993, os treinadores de futebol conseguiram sua regulamentação profissional. Nesse mesmo ano, foi editada a Lei Zico, em homenagem ao então secretário de Esportes, Artur Coimbra (Zico), Lei 8.672, de 06/07/1993, que instituiu normas gerais sobre desportos, sendo regulamentada pelo Decreto 981, de 11/11/1993.

A partir das discussões de estabelecer passe livre aos atletas profissionais do futebol, foi criada a Lei Pelé – Lei 9.615, de 24/03/1998, cujo nome é homenagem ao ministro extraordinário de Esportes, Edson Arantes do Nascimento (Pelé), regulamentada pelo Decreto 2.574, de 29/04/1998. Essa lei avança em relação à Lei Zico, aperfeiçoando algumas normas gerais para o desporto nacional, como os princípios fundamentais do desporto; sua natureza e finalidades; o sistema brasileiro do desporto; a prática desportiva profissional; a ordem desportiva; a justiça desportiva; os recursos para o desporto; o bingo, dentre outros.

Assim, um dos aspectos, tratado na Lei Zico e repetido na Lei Pelé, que merece destaque, trata das manifestações pela qual o desporto pode ser reconhecido: desporto educacional, de participação e de rendimento:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Portanto, o desporto educacional, conforme Konig (2008, texto digital), seria aquele:

[...] praticado no âmbito escolar, ambiente universitário, bem como em todas as demais instituições de ensino, com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do indivíduo através do incentivo à prática desportiva, contribuindo para a formação da sua cidadania e integração com os demais educandos.

O desporto de participação consistiria em um conjunto de pessoas que se reúnem para participar de evento amistoso com a principal finalidade de integração social entre os participantes, como, por exemplo, em eventos e jogos desportivos realizados entre um grupo de amigos, atletas, funcionários de associações ou sociedades, empresas públicas ou privadas. É o que também se chama de “esporte de lazer”, no qual se busca o lazer no esporte.

O incentivo e o desenvolvimento do esporte de lazer, do esporte participativo, são uma forma de integração social:

[...] é inegável a relevância da prática regular de atividades físicas pela comunidade como um de seus direitos de ocupar o tempo de lazer, devendo a atuação do Poder Público fazer-se sentir prevalentemente sobre as populações carentes das periferias urbanas e das zonas rurais. Nesse contexto, o esporte-lazer, também denominado como esporte do tempo livre, esporte-recreação ou esporte-participação, permitirá, na ótica do Prof. Manuel Tubino, ‘sejam testadas novas modalidades de articulação entre a União, os Estados e os Municípios, bem como indicará, com mais precisão, as atribuições desses níveis, ou ainda, o mais importante, definirá uma nova forma aberta e participativa de articulação entre o Estado e a sociedade’ (BASTOS; MARTINS, 1998, v. 8, p. 774).

25

Já o desporto de rendimento, para Konig (2008), tem por finalidade a obtenção de resultados, da vitória como objetivo principal, buscando, inclusive, resultados competitivos e/ou financeiros e a integração entre indivíduos de diferentes países.

Segundo Tubino (2002), questões polêmicas relativas a bingo, papel e limites dos investidores estrangeiros no futebol brasileiro, passe e necessidade dos clubes profissionais se tornarem empresas foram motivações para a mudança da legislação, desembocando na Lei 9.981, de 14/07/2000 (Lei Maguito Vilela), que alterou bastante a Lei Pelé, especialmente nos assuntos ligados ao futebol profissional.

Outra normatização importante na área desportiva é o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671, de 15/05/2003), que estabelece normas de proteção e defesa do torcedor. Ocorre que a violência em alguns eventos esportivos, sobretudo no futebol, tem tido repercussão negativa e contrária ao espírito esportivo, o que, somada à inadequação física de alguns locais destinados às competições, tornou insegura a presença de torcedores em estádios. Esses fatos exigiram uma tomada de posição mais rígida por parte do Estado, com a criação do Estatuto do Torcedor, que se adapta/integra ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11/09/1990), segundo Cardoso Filho (2007).

Há também a Resolução CNE nº 1, de 23/12/2003, que aprovou o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, atendendo ao disposto nas Leis Pelé e do Estatuto do Torcedor.

Procurando atender também a outra camada da população, que numericamente muito tem crescido no país, é criada a Lei 10.741, de 01/10/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, que traz vários dispositivos relativos ao esporte e ao lazer para a terceira-idade:

Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

[...]

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

[...]

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

[...]

Art. 50. Constituem obrigações das entidades de atendimento:

[...]

IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer.

Nesse ínterim, é criado pela Medida Provisória 103, em 01/01/2003, o Ministério do Esporte (ME), que tem como missão “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”. O ME elaborou o documento Política Nacional de Esporte, discutido no Conselho Nacional de Desportos, que propiciou a implantação das Conferências Nacionais de Esportes.

Também em 2003, merece destaque o trabalho desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério do Esporte, que publicou a “Pesquisa do Esporte 2003”, um dos raros diagnósticos sobre a área no país, realizada com informações obtidas no órgão gestor do esporte nos Estados e no Distrito Federal. Os resultados da pesquisa, disponíveis no site do órgão oficial, contemplam informações sobre pessoal ocupado na gestão do esporte, convênios ou outras parcerias realizadas pelo Governo dos Estados relacionadas ao desenvolvimento de ações, projetos e programas focados na área, além de instalações e equipamentos esportivos existentes e em construção, de propriedade e/ou gestão estadual.

Já em 29/12/2006, foi editada a Lei 11.438, conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte, regulamentada pelo Decreto 6.180/2007, que estabelece benefícios fiscais para pessoas físicas ou jurídicas que estimulem o desenvolvimento do esporte nacional, por meio do patrocínio/doação para projetos desportivos e paradesportivos nas manifestações de desporto de participação, desporto educacional e de rendimento.

Como se pode observar, no que diz respeito ao legislador infraconstitucional brasileiro, ainda que em pequena quantidade de diplomas legais até o momento, ele está

se preocupando em formalizar o direito ao lazer e ao desporto, mesmo que tenha maior abrangência em relação a crianças, adolescentes e idosos, e ao futebol profissional.

3.4.3.2 Sistema Nacional do Esporte e do Lazer

O Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, que está em vigor, foi constituído em 2003 com o objetivo de planejar uma política nacional para a área, além de criar mecanismos que garantam a execução e a acessibilidade do esporte e do lazer em todas as esferas da Federação, bem como de definir os papéis das entidades dirigentes. Foram realizadas duas Conferências nacionais, estando prevista para jun/2010 a terceira, com a finalidade de consolidar uma política nacional. Até chegar a essas conferências federais, há diversas etapas, iniciando com a etapa livre, em que a sociedade civil, sem escolha de delegados, pode selecionar propostas e encaminhá-las para o evento nacional; há também a etapa municipal/regional, com eleição de delegados e aprovação de propostas para a estadual, a qual, por sua vez, escolhe delegados e propostas para a Conferência Nacional. A representação dos delegados estaduais é proporcional às faixas de habitantes dos Estados, faixas essas estabelecidas pelo IBGE e utilizadas pelo Ministério do Esporte.

A 1ª Conferência Nacional do Esporte, realizada em jun/2004, em Brasília, no seu documento final, indica a construção do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, procurando unificar as ações dessa área em todo o país. Assim, são princípios desse Sistema os seguintes:

- a) O projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa sociedade;
- b) O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais;
- c) A inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer espécie;
- d) A gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos (I CONFERÊNCIA..., 2004, texto digital).

Além disso, o Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, cuja construção deverá observar a indicação de competências nas esferas nacional, estadual e municipal e que pressupõe corpo integrado de políticas públicas e de legislação, está relacionado às esferas de atuação pública e privada e considera a existência de uma abrangente rede de gestores, entidades de representação do esporte, do lazer, prestadores, profissionais, atletas e a população atendida.

Por sua vez, a 2ª Conferência Nacional do Esporte, realizada em abr/2006, cuja temática foi o Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, indica a criação de pastas específicas de esporte e lazer nas esferas estaduais e municipais, em forma de Secretarias, Fundações ou Autarquias, com autonomia administrativa e orçamentária, inclusive com conselhos específicos e planos de desenvolvimento para implementação e implantação.

Também propõe a ampliação e revisão da política de criação de centros de excelência implantados por meio de parcerias público-privadas, a criação de centros de referência para

a formação continuada de recursos humanos nas três esferas governamentais, dentre outros aspectos.

3.4.3.3 Legislação Federal do Desporto Municipal

Especificamente relacionado ao desporto dos Municípios, há pouca legislação nacional, salientando-se a Lei Pelé, Lei 9.615/1998, que traz os seguintes aspectos:

a) No art. 2, X, refere que o desporto, como direito individual, possui como base os princípios fundamentais “da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal”;

28 | b) No art. 4, IV, referente ao Sistema Brasileiro do Desporto, menciona que faz parte da sua composição “o sistema nacional do desporto e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva”;

c) No art. 6, § 3, sobre os recursos públicos que constituem o Ministério do Esporte, aparece que do adicional de 4,5% incidente sobre os bilhetes de concursos de prognósticos previstos em lei, do “montante arrecadado nos termos do § 2o, cinquenta por cento caberão às Secretarias Estaduais e/ou aos órgãos que as substituam, e cinquenta por cento serão divididos entre os Municípios de cada Estado, na proporção de sua população”;

d) No art. 25, há a referência de que os Estados e o Distrito Federal constituirão seus próprios sistemas de desporto, sendo no parágrafo único citado que “aos Municípios é facultado constituir sistemas próprios, observadas as disposições desta Lei e as contidas na legislação do respectivo Estado”;

e) No art. 56, ainda trata sobre os recursos para o desporto, ao destacar que, além de outras proveniências, “os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”;

f) O art. 85 salienta, nas Disposições Gerais, que os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e também das instituições de ensino superior, irão definir normas específicas para verificar o rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrem representação desportiva nacional, a fim de harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.

Portanto, com vistas a um cenário do desporto e lazer municipal, para concretizá-los como direitos sociais efetivos, em termos de legislação federal, há muito por ser feito.

Também por isso é que a 2ª Conferência Nacional de Esporte, de 2006, promovida pelo Ministério do Esporte, discutiu, dentre outros aspectos, as competências dos gestores

estaduais e municipais na área do esporte e do lazer, as quais devem ser integradas pela colaboração e comprometimento, respeitando-se as características de cada instância, priorizando a inclusão social. Ela também propõe, dentre outros aspectos, a criação de centros de referência de esporte e lazer para pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos, obesos e outros, nas esferas estaduais e municipais (II CONFERÊNCIA..., 2006, texto digital).

Ainda, em nível federal, em termos de hierarquia político-administrativa na área do esporte e lazer, ligadas ao Ministério do Esporte, há a Secretaria Nacional de Esporte Educacional, com os Departamentos de Esporte Escolar e de Identidade Cultural e o de Esporte Universitário; a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer, que coordena os Departamentos de Ciência e Tecnologia do Esporte e o de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer; e a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, com os Departamentos de Esporte de Base e de Alto Rendimento e o de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos.

3.4.4.4 Legislação Estadual do Desporto e Lazer

O Estado do Rio Grande do Sul possui alguma legislação sobre o desporto e lazer, umas delas pela necessidade de adaptar-se às normas federais, como é o caso da Constituição Estadual de 1989, que trata sobre o desporto no seu Capítulo II, Seção III, arts. 232 e 233:

Art. 232 – É dever do Estado fomentar e amparar o desporto, o lazer e a recreação, como direito de todos, mediante:

I – a promoção prioritária do desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiros e materiais em suas atividades-meio e fim;

II – a dotação de instalações esportivas e recreativas para as instituições escolares públicas;

III – o incentivo à pesquisa no campo da educação física, do desporto, do lazer e da recreação;

IV – a garantia de condições para a prática de educação física, do lazer e do esporte ao deficiente físico, sensorial e mental.

Parágrafo único – Os estabelecimentos especializados em atividades de educação física, esportes e recreação ficam sujeitos a registro, supervisão e orientação normativa do Estado, na forma da lei.

Art. 233 – Compete ao Estado legislar, concorrentemente, sobre a utilização das áreas de recreação e lazer, e sobre a demarcação dos locais destinados ao repouso, à pesca profissional ou amadora, e ao desporto em geral, nas praias de mar, lagoas e rios.

Em decorrência da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual, os municípios ficaram obrigados a também terem sua Lei Orgânica Municipal (LOM), uma lei geral elaborada na esfera municipal, adaptada às determinações e limites impostos pela legislação superior. Portanto, de modo geral, especialmente em municípios menores, aparecem alguns poucos artigos sobre esporte e lazer ou apenas inciso(s) dentro de artigos relacionados a temáticas mais amplas.

Há também a Lei n 10.726, de 23/01/1996, que institui o Sistema Estadual do Desporto, dispõe sobre normas gerais de desporto no âmbito do Rio Grande do Sul, destacando, no seu art. 1º, que o “desporto estadual abrange práticas formais e não-formais, obedece aos dispositivos da legislação federal e desta Lei, e é inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito”, inclusive mencionando que as práticas formais são aquelas reguladas por normas nacionais e internacionais, e as não-formais são caracterizadas pela liberdade lúdica de seus participantes.

30 | Essa mesma lei, no seu art. 6º, refere que o Sistema Estadual do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas encarregadas da coordenação, da administração, da normatização, do apoio e da prática do desporto, bem como as incumbidas da justiça desportiva, e compreende, dentre outros, nos seus incisos III e IV, respectivamente, os Conselhos Municipais de Desportos e os órgãos governamentais municipais responsáveis pela execução e direção do desporto. Além disso, menciona, no art. 14, que os municípios constituirão seus próprios sistemas, respeitadas a legislação federal, no que couber, e as normas estabelecidas nesta lei, e que, no art. 15, enquanto os municípios não fixarem normas de organização e funcionamento dos respectivos sistemas do desporto, aplicam-se os dispositivos da legislação federal e desta lei.

Outro aspecto significativo dessa lei é a criação, pelo art. 16, do Conselho Estadual de Desportos, sendo uma de suas atribuições trabalhar em parceria com os municípios:

Art. 16. O Conselho Estadual de Desportos do Rio Grande da Sul – CEDERS, órgão colegiado representativo da comunidade desportiva estadual, integrante da estrutura básica da Secretaria da Educação, como órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e co-gestor da política estadual do desporto, cabendo-lhe:

[...]

X - atuar em conjunto com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, para estimular a prática do desporto em todas as suas manifestações e faixas etárias.

Por fim, o art. 17 refere que esse Conselho será composto de quinze membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, por indicação do titular da Pasta da Educação, sendo um dos seus representantes os Conselhos Municipais de Desportos.

Outra lei estadual que possui ligação com o desporto e o lazer é a Lei n 11.691, de 20/11/2001, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul – FUNDERGS, a qual está vinculada à Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer, destinada a projetar, planejar, coordenar e executar a política de esporte e lazer do RS. Pelo que está mencionado no § 2º do art. 1, as atividades dessa Fundação deverão ser exercidas de acordo com a Política e o Plano Estadual de Esporte e Lazer e de forma integrada com os Sistemas Nacional, Estadual e Municipais de Esporte e Lazer, sendo suas finalidades:

Art. 2º - São finalidades da FUNDERGS:

I - promover o Esporte Educacional, formal e não formal e de práticas corporais de lazer;

- II - proteger as atividades de Esporte e de Lazer, com identidade cultural;
- III - incentivar o Esporte Participação, com forma de promover o lazer e o bem-estar social;
- IV - estimular o Esporte de Rendimento, como meio de desenvolvimento da auto-estima individual e coletiva da população;
- V - formar e capacitar recursos humanos em esporte e lazer;
- VI - realizar eventos esportivos e competições.

Em 08/01/2002, por meio da Lei 11.721, fica disciplinado o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministrem atividades de ginástica, lutas, musculação, artes marciais, esportes e demais atividades físico-desportivo-recreativas no nosso Estado, com a obrigatoriedade de manterem profissionais de Educação Física registrados no Conselho Regional da área, além de certificado de registro no CREF/RS.

Em 29/06/2006, pela Lei 12.542, fica disposta a obrigatoriedade de academias de ginástica, clubes esportivos e estabelecimentos similares no nosso Estado exibirem placa advertindo sobre as consequências do uso de anabolizantes.

Por fim, em 21/12/2009, por meio da Lei 13.320, foi consolidada a legislação relativa à pessoa com deficiência no nosso Estado, sendo inseridas 15 leis estaduais, entre elas a 10.726/1996 (Sistema Estadual do Desporto), com vistas a facilitar o acesso desses cidadãos aos seus direitos.

Como visto, depreende-se que os municípios são contemplados na legislação federal e estadual quanto ao desporto e lazer, mesmo que de forma incipiente, aparecendo como prioridades as crianças, os adolescentes e os idosos e, mais recentemente, também pessoas com necessidades especiais.

Observa-se, contudo, que, passados vários anos da criação do Sistema Estadual do Desporto (1996) e, embora se reconheça a recentividade do interesse nacional e a escassa legislação federal e mesmo estadual para a área, existe carência de implementação de políticas públicas nas três esferas de poder político. Como já destacado, o nosso país tem previsão de realizar megaeventos nesta década, o que gera oportunidade de conscientizar autoridades públicas, iniciativa privada e a população em geral para aproveitar os inúmeros benefícios que a mobilização das várias modalidades de esporte e lazer podem proporcionar, saindo do monopólio do futebol.

3.4.4 Estudo do cenário do desporto e do lazer em forma de categorias

Se no plano de negócios, como um todo, tornou-se relevante e reconhecida a importância do estudo de cenários, havendo boa disponibilidade de referenciais teóricos que ajudam os interessados e cuja utilização vem-se tornando uma prática cada vez mais comum, já no segmento do desporto e do lazer, no qual essa pesquisa está focada, não se encontra a mesma sorte, pois ainda não faz parte da cultura da área estudar cenários, até porque o planejamento também é algo incipiente e a bibliografia a respeito é limitada.

Por isso, faz sentido e é plenamente justificável tecer algumas considerações sobre o estudo de cenários, ou o que a Espanha e Portugal chamam de 'situação desportiva', mesmo se sabendo que o estudo de cenários no desporto e no lazer no Brasil não é prática comum, ou seja, ainda precisa ser construída uma metodologia, ou melhor, metodologias, para facilitar planos estratégicos.

Um dos poucos referenciais teóricos encontrados e que trata de metodologia para a construção de cenários prospectivos para o esporte é de Pilatti e Vlastuin (2005), que tentaram adaptar à realidade esportiva o modelo de cenários industriais de Michael Porter, utilizando o método dedutivo, mesmo tendo ciência de que essa metodologia ainda não encontrou ressonância no campo esportivo:

Os cenários são, na verdade, uma ferramenta de gestão que servirá para melhorar a qualidade da tomada de decisão em um espaço em que estão em concorrência diferentes modalidades esportivas em busca da ocupação de uma posição mais adequada no campo esportivo. O modelo dos cenários industriais propostos por Porter (1989), adaptado, apresenta possibilidades profícuas para leitura do campo esportivo. Em suma, uma vantagem competitiva só é alcançada com planejamento estratégico, uma posição em um campo também. Os cenários são uma boa maneira de construir o amanhã (PILATTI; VLASTUIN, 2005, p. 6).

Em se tratando de cenários, denominados também de situação desportiva, é salientada a importância da necessidade de métodos adaptados às diversas realidades existentes:

[...] é um conceito base do processo de gestão do desporto, que permite conhecer, analisar e compreender o estado de um dado contexto desportivo, através da desagregação dos seus elementos. [...] este conceito ser a base de sustentação de políticas e de projetos desportivos – que se pode desencadear um processo de tomada de decisão quanto à organização do futuro, quer ele diga respeito a um estabelecimento de ensino, um clube, uma federação, uma organização não governamental, uma empresa desportiva ou ao próprio país. [...] tem de partir de estruturas de análise predeterminadas através de processos metodológicos ajustáveis às diferentes realidades dos vários países, das diversas regiões, diferentes organismos ou modalidades desportivas (PIRES, 2001, p. 2).

Esse autor trata a situação desportiva como uma visão que analisa o funcionamento do mundo do desporto e que se refere a um determinado momento, dividido em duas categorias, real e ideal, e que apurar o valor do nível desportivo é determinar a distância entre a situação desportiva real e a situação desportiva ideal. Acrescenta que, para apurar a situação desportiva, "são necessários dados, para que possam ser transformados em informação e esta em conhecimento. No entanto, a tradição no mundo do desporto não tem sido a de medir para além dos resultados desportivos que se obtêm ao longo de cada época desportiva" (PIRES, 2001, p. 2).

Sobre o levantamento e a análise dos dados, Pires (2001, p. 2) sublinha que podem ser de:

[...] um país, uma região, uma federação ou, simplesmente, um clube ou empresa, tem por objetivo obter um conjunto de dados que determinam as existências no mundo do desporto e, através do tratamento dos dados obtidos, conseguir a informação a partir da qual (análise) é possível desencadear o processo de planejamento.

O estudioso destaca que a análise da situação desportiva (cenário) está relacionada com um jogo de relações políticas, técnicas e funcionais, não só quantitativas, mas também qualitativas, que podem estar presentes entre os vários elementos desportivos.

Em relação aos dados coletados para um estudo de cenário, Roche (2002, p. 76) lembra que “um dos maiores perigos que a análise do ambiente acarreta é a sobrecarga de informação. Ou seja, gerar tal quantidade de informação que nos seja impossível assimilar e retirar as conclusões claras a respeito de nossa situação”.

Um quadro conceitual e que classifique o cenário desportivo nacional é de fundamental importância para a evolução do próprio sistema desportivo; entretanto, “como não existem estatísticas, também o estímulo à realização de estudos acaba por não surgir, e como não surgem estudos a pressão sobre a necessidade de existirem estatísticas não se faz sentir” (PIRES, 2001, p. 21). Isso cria uma espécie de círculo vicioso, que precisa do poder público, na sua condição de promovedor dos direitos sociais, para modificar esse estado de coisas.

O autor sublinha a relevância de mecanismos de coleta, tratamento e divulgação de dados, a fim de que a área desportiva avance para um estado de tratamento científico, constituindo bases de dados:

O que o sistema desportivo necessita é de mecanismos expeditos de recolha, tratamento e divulgação de dados que sejam disponibilizados a todos aqueles que deles necessitam para estudarem, para ensinarem, para decidirem, para compararem ou para, simplesmente, usufruírem dela [base de dados] pelo simples gozo do conhecimento. A não ser assim, nunca mais o desenvolvimento do desporto vai sair do estado pré-científico em que se encontra (PIRES, 2001, p. 22).

Portanto, com essas breves considerações, acredita-se ser possível situar-se sobre o estudo de cenários, ressaltando que não foram localizadas técnicas ou métodos consagrados para o estudo de cenários do desporto e do lazer, mostrando que esse assunto ainda precisa ser mais pesquisado e desenvolvido, pois os gestores dessa área carecem e necessitam desse tipo de referencial teórico.

Passa-se, a seguir, a descrever algumas noções teóricas sobre as categorias em que foi dividido o presente estudo em relação ao cenário do desporto e do lazer: estrutura física e de recursos materiais, recursos financeiros, recursos humanos, política desportiva, política de parcerias, projetos e programas e política de avaliação.

3.4.4.1 Estrutura física e recursos materiais

Como o espaço do esporte e do lazer são principalmente urbanos, tendo em vista o crescimento das cidades nas últimas décadas, os equipamentos e as instalações seguem essa realidade. Há os equipamentos não-específicos de esporte e lazer, como o espaço doméstico, os bares, as ruas, as praças, as escolas, dentre outros. Já os equipamentos específicos são os espaços concebidos especialmente para a prática de atividades de esporte e lazer, como ginásios, teatros, centros comunitários e esportivos, parques, campos, clubes e quadras esportivas etc. (MARCELLINO, 1996).

No 8 Fórum Internacional de Esportes (2009), foram discutidas as ondas pelas quais o esporte e o lazer têm feito parte dos espaços urbanos brasileiros como planejamento governamental. A primeira dessa onda, para Costa (2009), deu-se com o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde 1971, quando publicou um diagnóstico da educação física e do esporte no país, aparecendo os espaços urbanos como referência para a coleta e interpretação de dados. A segunda onda ocorreu na década de 1980, com a campanha “Esporte para Todos”, e a terceira, nos anos 2000, especialmente com o projeto “Atlas do Esporte no Brasil”, período que recebe influência da possibilidade de realização de grandes eventos esportivos, como os Jogos Pan-americanos de 2006, Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, que preveem regeneração urbana de cidades do país.

34 | Para Cunha (1993, p. 52), “o desporto prefigura uma vertente de estudo do espaço, através de um espaço próprio, do espaço desportivo formal ou apenas com vocação ou utilização desportiva: o terreno de jogo, o local onde as competições desportivas se desenvolvem”.

Assim,

[...] o espaço é entendido, manipulado e construído cada vez mais, consoante a utilização que o homem dele faz: a realização das atividades, o comportamento dos agentes, a localização de instalações desportivas, contribuem entre outros aspectos, para a capacidade de afirmação do desporto no espaço (CUNHA, 1993, p. 52).

Para Rezende (2000, p. 62), “é na estrutura física que deve estar relacionado todo o patrimônio do clube, ou mesmo do município”. A seguir, há um exemplo de como cada patrimônio deve ser relacionado: o estádio deve ter a localização, a capacidade de público, data de fundação, última vitória feita pelos órgãos reguladores, custo mensal de manutenção, funcionários, dependências tudo em ordem. Ainda, para esse autor, outros itens devem ser relacionados como patrimônio, como sede social, centro de treinamentos, equipamentos, máquinas, veículos, móveis, aparelhos eletrônicos (tv, computadores, fax), linhas telefônicas.

Portanto, as instalações desportivas possuem ligação com os locais, com os espaços específicos e determinados de práticas esportivas, no espaço urbano de uma determinada cidade ou região, por meio das quais podem ser reveladas as capacidades e as vocações desportivas, conforme Cunha (1997, p. 51):

Pela função que desempenham e pela utilidade que os homens lhe conferem, assumem-se cada vez mais como um espaço próprio dentro das cidades e dos respectivos territórios. A identificação e o registro das instalações desportivas enriquecem espacialmente os respectivos territórios numa perspectiva desportiva.

Segundo esse especialista, é preciso ter gestão criteriosa nos investimentos feitos na quantidade e na localização, bem como na respectiva manutenção dessas instalações desportivas. Entretanto, é necessário também levar em conta os espaços naturais, ou ao ar livre, cada vez mais procurados pelas pessoas.

Outros problemas citados pelo autor são o alto custo dos espaços desportivos, o custo de percorrer a distância até esses locais e o valor dos equipamentos e apetrechos dos praticantes,

os quais nem sempre têm acesso a essas condições: “a cultura desportiva vigente baseia-se numa lógica de exclusão, selecionando os melhores praticantes, excluindo os restantes” (CUNHA, 1997, p. 54).

As cidades e os seus habitantes buscam, cada vez mais, um tempo propício à realização de atividades ligadas aos lazeres da vida e à cultura, considerados como atividades mais nobres, e por isso é que as instalações desportivas, que devem ter boa higiene e arquitetura adequada, ou seja, que devem ser funcionais e ter qualidade estética, possuem relevância marcante na ocupação do espaço de cada cidade, segundo Cunha (1997, p. 52):

Elas veiculam valores do desporto e da cultura própria de um povo. Pela sua localização, nas zonas nobres ou periféricas das cidades, pela sua envolvência e pela sua arquitetura, as instalações desportivas espelham o modo como um povo valoriza o seu corpo, o desporto e de como organiza no espaço e no tempo essa valorização.

Ainda, na concepção de Pires (2003), as instalações desportivas se constituem de infraestruturas desportivas artificiais, ou seja, aquelas áreas ou ambientes cobertos ou ao ar livre, como pistas de atletismo, pavilhões, campos de jogos, ginásios, piscinas. Além disso, o autor refere que a instalação desportiva deverá ter estrutura de apoio, em termos de material, vestiários e banheiros e, se for possível, também arquibancadas para os espectadores.

Por seu turno, o IBGE (2006), na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, em que traçou o perfil dos municípios brasileiros na área do esporte correspondente ao ano de 2003, apresenta conceitos utilizados na análise dos dados coletados, os quais servem também para que se compreenda melhor o que compõe cada estrutura ligada aos equipamentos e instalações esportivas:

a) Ginásio: equipamento esportivo coberto e fechado lateralmente com alvenaria, composto por quadra com iluminação interna, arquibancada, vestiários, banheiros etc., que permite a prática de pelo menos uma modalidade de esporte como, futsal, basquetebol, voleibol e handebol;

b) Estádio de futebol: é o equipamento esportivo destinado essencialmente à prática do futebol, configurando pela existência concomitante de: área de jogo gramada e com dimensões oficiais; arquibancada que oferece condições de existência ao público; e instalações adequadas destinadas a serviços e apoio à prática do esporte (banheiros, vestiários, ambulatórios, depósitos, áreas administrativas, restaurantes/lanchonetes, e demais áreas de serviço e apoio);

c) Complexo aquático: equipamento composto por pelo menos duas instalações esportivas destinadas à prática de modalidades esportivas aquáticas (natação, saltos ornamentais, nado sincronizado, pólo aquático, etc.) e de outras áreas abertas, livres ou construídas, constituindo um espaço contínuo ou descontínuo, neste último caso desde que adjacente a outra instalação esportiva. Integram ainda o espaço do complexo aquático, as instalações destinadas a serviços e apoio à prática do esporte (ambulatórios, depósitos, áreas administrativas, refeitórios, alojamentos, restaurantes/lanchonetes, auditórios, etc.);

d) Complexo esportivo: equipamento esportivo composto por pelo menos duas instalações e/ou equipamentos esportivos diferenciados, em que se praticam modalidades esportivas heterogêneas, bem como por outras áreas abertas, livres ou construídas, constituindo um espaço contínuo ou descontínuo, neste último caso desde que adjacente a outra instalação esportiva. Integram ainda o espaço do complexo esportivo as instalações destinadas a serviços e apoio à prática do esporte (ambulatórios, depósitos, áreas administrativas, refeitórios, alojamento, restaurantes/lanchonetes, auditórios, etc.);

e) Campo de futebol: instalação esportiva destinada essencialmente à prática de futebol, configurada pela existência de área de jogo, gramada ou não, com dimensões oficiais ou não, existência ou não de arquibancada e de instalações adequadas destinadas a serviço e apoio à prática do esporte (banheiros, vestiários, ambulatórios, depósitos, áreas administrativas, restaurantes/lanchonetes, e demais áreas de serviço e apoio);

36 | **f) Quadra:** instalação esportiva que pode ser coberta ou não, iluminada ou não, contando ou não com arquibancada, banheiros e vestiários, e que permite a prática de pelo menos uma das seguintes modalidades de esporte: futsal, basquetebol, voleibol e handebol. No caso de quadra coberta com arquibancada, esta se caracteriza pelo fato de possuir abertura lateral, o que a diferencia de um ginásio.

Outro exemplo de estrutura relacionada a equipamentos e instalações esportivas diz respeito a academias ao ar livre, que funcionam em algumas cidades como campanhas educativas:

[...] visando à prática de atividades físicas são divulgadas com freqüência nos grandes centros urbanos, mas são necessárias em qualquer cidade independente da dimensão de cada uma. Porém, antes disso é necessário focar os investimentos na adequação dos locais para esta prática, que além de espaço deve possuir equipamentos que viabilizem um programa completo de condicionamento físico (ACADEMIA..., 2009, texto digital).

Além dos espaços físicos já mencionados, existem também as ciclovias, espaços propícios para uso de bicicletas:

Ciclovias são interessantes? Muito interessantes. Ninguém põe em dúvida o impacto que elas criam na cidade e na população em geral e, este é seu ponto mais forte. A imagem inicial é muito positiva, mas se o projeto for mal pensado e realizado, o resultado final é muito ruim não só para a bicicleta, mas também para outros não-motorizados (CICLOVIA, 2010, texto digital).

Segundo esse site institucional sobre o uso de bicicleta, a experiência internacional tem mostrado que a ciclovia criada num determinado município gera demanda, mas que não é autossuficiente: “Ela necessita de um sistema de alimentação de ciclistas, seu uso deve ser constantemente incentivado, suas falhas corrigidas, suas qualidades mantidas e periodicamente revistas. Do contrário sua implementação será gasto inútil e dinheiro jogado fora” (CICLOVIA, 2010, texto digital).

Por sua vez, em termos de país, a 2ª Conferência Nacional de Esporte, realizada em 2006, estabeleceu algumas prioridades também para uma política de estrutura física do

desporto e lazer, numa co-gestão entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor, preocupando-se especialmente com a preservação de espaços físicos nos municípios para a construção de equipamentos e instalações esportivas de lazer e parques, tendo em vista:

- a) identificação, democratização, otimização e modernização do uso dos espaços existentes;
- b) a descentralização na construção de novos espaços, corrigindo desigualdades históricas entre as regiões;
- c) a garantia do acesso à prática esportiva e de lazer em todas as suas dimensões, em especial às pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais e outros, independentemente de gênero e etnias, com apoio/suporte de profissionais especializados quando se fizer necessário (CONFERÊNCIA..., 2006, texto digital).

Por isso, é preciso que as Administrações Públicas, em todos os seus níveis, juntamente com as entidades organizadas, os profissionais da área e as comunidades em geral defendam os espaços públicos de esporte e lazer existentes, a criação de novos espaços, bem como sua gestão qualificada e integrada, como forma de privilegiar o ser humano, em busca de uma efetiva qualidade de vida.

Quanto aos recursos materiais, também chamados de estoques em alguns casos, são importantes em qualquer organização, ou seja, podem fazer parte da identidade do lugar, bem como dar crédito e sustentabilidade ao estabelecimento, como também a sua falta pode gerar dúvidas quanto à qualidade do serviço oferecido. Portanto, uma definição para recursos materiais pode ser esta:

[...] são os itens ou componentes que uma empresa utiliza nas suas operações do dia-a-dia, na elaboração do seu produto final ou na consecução do seu objeto social. Como tal são adquiridos regularmente, constituindo os estoques da empresa. Eles podem ser classificados em materiais auxiliares, matéria-prima, produtos em processo e produtos acabados. (MARTINS; ALT, 2003, p. 93).

Segundo Benicio (2000, texto digital), “os recursos materiais são todos os objetos de que a organização dispõe ou necessita para o desenvolvimento de sua atividade. Esses objetos são divididos em categorias e agrupados de acordo com a sua finalidade”.

Na área desportiva e de lazer, o sistema material, segundo Pires (2003), é responsável pela organização do conjunto de toda a infraestrutura das instalações desportivas, as quais são constituídas de meios materiais, artificiais, naturais e seminaturais essenciais às atividades desportivas.

Quem é do meio do desporto e do lazer tem consciência da importância da disponibilidade de equipamentos, instalações e materiais de qualidade, assim como também sabe que as novas tecnologias têm proporcionado evolução muito significativa nessa qualidade e principalmente na otimização e variedade desses materiais.

3.4.4.2 Recursos humanos

Muito se tem falado em recursos humanos, principalmente por se tratar de pessoas, como o próprio nome diz. Leite et al. (2005) enfatizam que atualmente o cenário de recursos humanos se diferencia muito em relação ao dos tempos passados, pois a gestão de pessoas que tem como origem a área de recursos humanos passou por várias modificações:

Os empregados eram meros executores de tarefas burocráticas, rotineiras e repetitivas que, longe de terem pouca importância no aspecto de controle e de garantia dos direitos dos trabalhadores e das empresas, não exigiam nenhuma ação em que se pudesse usar nossa criatividade para a busca de soluções alternativas, já que todas são calcadas em aspectos legais (LEITE et al., 2005, p. 21-22).

38

Hoje se exige cada vez mais a criatividade das pessoas que compõem os recursos humanos, principalmente pelo fato de as entidades, organizações de caráter privado ou público terem aumentado e assumido um papel importante no desenvolvimento de nossa sociedade.

Carvalho e Vieira (2007, p. 01) salientam que o reconhecimento da importância das organizações e seu crescente papel na sociedade atual é tema de consenso nas ciências sociais: “[...] além de sua influência crescente, as organizações aumentaram de tamanho, multiplicaram-se e ocuparam todos os setores de atividade”, evidenciando a importância dos recursos humanos, os quais, de forma prática e simples, são pessoas engajadas em uma organização, a fim de concretizar um mesmo objetivo, com o intuito de alcançar uma meta.

Para melhor definir o que se refere a esse setor, o objetivo de qualquer instituição ou corporação, privada ou pública, baseia-se no alcance dos resultados esperados, o que leva a aumentar ou a manter os índices de produtividade necessários para o crescimento: “Mesmo na administração pública ou nas organizações do terceiro setor, o alcance das metas estabelecidas traduz-se por uma melhor visualização da imagem da organização, interna e externamente” (LEITE et al., 2005, p. 20).

Se um evento crescer em dimensões e em plateia vai necessitar de pessoas que deem suporte a esse crescimento, pois é o espelho do nível de sofisticação da área de recursos humanos, segundo Allen et al. (2003, p. 75):

O planejamento de recursos humanos para eventos não deveria ser visto simplesmente em termos de um conjunto de tarefas isoladas, mas sim como uma série de processos e práticas sequenciais inter-relacionadas, que recebem suas orientações da visão/missão, objetivos e estratégias do evento.

Há muitos tipos de recursos humanos para a formação, por exemplo, de um clube de futebol em um município: são necessárias pessoas para a sua organização e andamento. Dentre essas pessoas, podem ser citadas: voluntárias (não são remuneradas), professores, faxineiros, serviços gerais, diretores, gestores e todos os que componham a equipe de administração desse setor. Para Salvagni (2008, p. 14):

[...] e é nessa linha de raciocínio que entram os recursos humanos. Suas funções são de suma importância para o sistema desportivo atual. Compõem-se por

variadas denominações como: presidentes, diretores, coordenadores, gerentes, etc. também podem ser definidos como alta direção, cargos intermediários e cargos operacionais.

Complementando, destaca-se que são chamados recursos humanos o conjunto dos empregados ou dos colaboradores de uma organização, que podem ocupar diferentes cargos e hierarquias.

Pelo fato de existirem diferentes cargos nos recursos humanos, percebe-se o quão importante é uma equipe de pessoal para que um projeto tenha bom andamento. Salvagni (2008, p. 13-14) salienta que “a crescente evolução do desporto requer uma base de pessoal qualificado para gerir as diversas situações com eficiência e agilidade, principalmente nos dias atuais em que os resultados devem ser breves e satisfatórios [...]”. E não basta apenas ter pessoal, é preciso que os recursos humanos sejam capacitados, ajam com eficiência e inteligência durante todo o decorrer do evento, desde quando ainda é um início de projeto até sua aplicação e finalização, quando esta ocorre.

Além disso, é importante saber que, para ter um quadro de pessoal capacitado, é necessário ter um gestor de recursos humanos para gerir o departamento, o setor, a secretaria, pois este assume a função de organizar e coordenar as pessoas para a instituição ou organização em que trabalha. Por isso, procura-se alguém com qualificações para o cargo e se exige deste profissional um bom desempenho.

Dessa forma, fica evidente a importância e a preocupação que se tem em destinar essa função a alguém com capacidade, pois “[...] a grande carência do desporto brasileiro reside neste campo. Técnicos, atletas, médicos, fisioterapeutas já têm sua formação específica. Quanto ao administrador desportivo, sua formação ainda é precária” (CAPINUSSU, 2005, p. 88).

Um gestor, além de ter a imagem de líder, obtém de certa forma poder diante de situações. Bobbio apud Carvalho e Vieira (2007, p. 3) destaca que “o poder é concebido como a capacidade de agir do indivíduo, e também como a capacidade de determinar o comportamento de outro indivíduo. É o exercício do homem sobre o homem”.

O ser humano, na busca do alcance das suas necessidades, projeta sua vontade sobre bens corpóreos e incorpóreos, e, mais do que vontade, é preciso capacidade, é saber utilizar meios para conseguir resultados que, na visão de Viana (1994, p. 1), “aí se encontra a origem, a gênese do poder”, ou seja, poder é a capacidade de impor a vontade, e por meio da vontade exercer suas capacidades, cuja realização pode ser feita pelo gestor de recursos humanos.

Complementando, Viana (1994, p. 1-2) refere:

O poder surgiu nas formas primitivas da sociedade e evoluiu à medida que os grupos sociais também evoluíram e se tornaram complexos, fazendo então surgir conteúdos e expressões diversas, sendo um fator condicionador inclusive de diversos tipos de organização social e política.

Esse autor ressalta que para satisfazer interesses o homem age impondo sua vontade para assegurar seu predomínio sobre as coisas, mas é importante que o gestor tenha cautela ao

impor o que acredita ser mais conveniente, pois, apesar de administrar os recursos humanos, é preciso agir e pensar em grupo, já que a individualidade neste caso não resulta em pontos positivos; ao contrário, pode prejudicar uma organização, pela complexidade de reações surpreendentes dos homens perante variadas situações:

O poder grupal não nasce nem permanece acéfalo, pois, tão espontaneamente quanto surge, gera automaticamente a autoridade, que nada mais significa senão um princípio de ordem que faz convergir e concentrar o poder do grupo em algumas vontades (VIANA, 1994, p. 2).

De acordo com o autor anterior, é perceptível a importância dos recursos humanos em uma organização, desde quem administra até quem concretiza as tarefas, não importa o que faz, mas sim de que forma faz, incluindo força de vontade, interesse em um todo, ou seja, quando o projeto inicia até seu término, todas as pessoas são “peças” fundamentais, mais ainda quando realmente são competentes, quando se empenham utilizando favoravelmente o tempo disposto.

Conforme Bernstein apud Salvagni (2008, p. 14):

A expressão recursos humanos, amplamente utilizada em todos os setores da sociedade, refere-se às pessoas envolvidas em entidades ou que fazem parte de um determinado processo deste. No desporto, com a crescente evolução em todas as suas manifestações, requer-se a participação de pessoal competente para gerir as mais complexas situações sem perder tempo, principalmente nos dias atuais em que se exigem resultados imediatos. A pressão é muito grande, seja partindo de dirigentes, patrocinadores, seja até do público, que não admite ver seu clube em situação de inferioridade perante seus pares.

Torna-se essencial ter um bom gestor de recursos humanos nas organizações e instituições, neste caso em uma prefeitura, para que aja em conformidade com o que é necessário, como, por exemplo, gerir as pessoas com quem trabalha, mostrar resultados para as pessoas para quem trabalha, que é o povo, e até mesmo saber administrar a “euforia” da população, que quer ver resultados, e de preferência satisfatórios, promissores, em relação aos projetos e programas organizados no município.

O gestor, por ser o centro da organização, é aquele que tem a responsabilidade de administrar seu pessoal da melhor forma possível e precisa ter uma visão mental de um estado futuro de um projeto que pretende desenvolver, desde seu início, para que realmente seja um sucesso; uma visão é um alvo, e um líder (gestor) proporciona uma ponte de suma importância do presente para o futuro da organização, do órgão público, da entidade:

Quando a Visão tem um sentido claro de seu propósito, direção e estado futuro desejado, e quando esta Visão é amplamente compartilhada, os indivíduos são capazes de encontrar seus próprios papéis e enriquecê-los na organização da qual fazem parte. O comportamento individual pode ser moldado, dirigido e coordenado para uma Visão de futuro em que há concessão de poder e participação (CARVALHAL; FERREIRA, 1999, p. 74).

Fica evidenciado o fato de que os gestores formam e desenvolvem equipes, transmitem credibilidade, fortalecem o pessoal por meio do seu poder e capacidade de liderança, de

motivar, inspirar, “fazer acontecer”. Esses estudiosos consideram que a força propulsora é a busca constante de um propósito compartilhado, em que todos do grupo possam transformar ideias em ações e ações em resultados, cuja ideia é definida como liderança transformadora:

A liderança transformadora é aquela que se baseia na credibilidade para construir a confiança mútua; é aquela que identifica uma visão de futuro que possa inspirar a ação dos liderados, convertendo-os em líderes também; é aquela que transforma sonhos em ação, fazendo com que todos valorizem e se gratifiquem a cada instante na difícil jornada das mudanças (CARVALHAL; FERREIRA, 1999, p. 59).

Por esses pequenos detalhes que fazem a grande diferença entre uma organização bem sucedida e aquela que não prospera, é preciso alguém que pense e concretize ações bem planejadas, com conhecimento, sem improvisação, “[...] porque a improvisação é a mãe do engodo. Quem não sabe, em vez de ter a humildade em aprender, prefere improvisar” (CAPINUSSU, 2005, p. 88).

Com o passar do tempo, conforme esse especialista, essa improvisação pode acabar, e a realidade aparece, sendo preciso correr atrás de aprendizagens, aperfeiçoamentos; no entanto, pode ser demasiadamente tarde, e um projeto que até então estava indo de vento em popa acaba manchando a reputação do gestor da organização, do órgão público e até mesmo do município que abriga este órgão e as pessoas que nele trabalham, ou seja, todo o departamento, a secretaria, o setor de recursos humanos.

Pode demorar anos para se formar um bom administrador, e um curto período de má administração é suficiente para perdê-lo; portanto, é essencial saber lidar com o meio em que está trabalhando:

[...] saber trabalhar coordenadamente com as autoridades políticas, saber obter e administrar recursos econômicos, saber criar as condições e ocasiões para as competições de grande repercussão, saber se relacionar com o público, saber utilizar a imprensa e os meios informativos em geral de forma justa e adequada, tendo sempre presente os objetivos pré-determinados e a necessidade da parte técnica (CAPINUSSU, 2005, p. 89).

Com o passar dos tempos, o conceito sobre recursos humanos e seu valor perante a sociedade tem-se modificado: em outras décadas, o capital era o recurso mais relevante, mas a partir dos anos oitenta começou a se pensar e ser aceita a ideia de que as pessoas eram o recurso organizacional mais importante, pelo fato de estas terem de alcançar um alto nível de organização e desempenho, então se destacaram e passaram a ocupar a importância que atualmente ocupam (BILHIM, 2002).

Tansini (2008) ainda destaca que os recursos humanos constituem o recurso estratégico das organizações devido à sua criatividade, às novas iniciativas e ao potencial, características essas que marcam a diferença com relação a outros recursos organizacionais. Somente os seres vivos têm a capacidade de aprender, isto é, quando encaram um órgão como um ente vivo, estão em condições de iniciar um processo de aprendizagem, já que máquinas não aprendem, por isso a importância de valorizar os recursos humanos e utilizar as máquinas apenas como um complemento.

As pessoas que trabalham nas organizações, que fazem parte dos recursos humanos, sejam eles da área desportiva, de lazer ou mesmo do próprio órgão municipal, têm sido encaradas de diversas e opostas maneiras. Deixando o determinismo cego das máquinas, essas pessoas passaram a ser cidadãs, parceiras, um fator estratégico das organizações; são pessoas com braços, cabeça e coração (BILHIM, 2002).

Os gestores precisam ter consciência de valorização dos seus recursos humanos, não somente na remuneração (no caso daqueles que recebem remuneração), mas até mesmo no ambiente de trabalho adequado, com condições de trabalho, na aceitação de ideias e ações que possam ajudar na meta a ser alcançada; precisam ter consciência que pessoas geram mão-de-obra humana, não são máquinas, como enfatiza Bilhim (2002, p. 49):

Uma máquina existe para executar um determinado curso de ação que esteve na mente de seu construtor, não será esta a visão convencional de uma empresa: obter máxima remuneração possível do capital investido? Todavia, os seres vivos possuem os seus próprios e autônomos propósitos, os quais nunca poderão ser suplantados pelos propósitos de outrem.

42 |

Mais do que essa compreensão sobre o ser humano, a motivação é um detalhe que não pode fugir aos olhos do organizador, gestor ou da pessoa destinada a gerenciar os recursos humanos. Segundo Allen et al. (2003, p. 99):

A motivação é um componente-chave, se implícito, do processo de gerenciamento de recursos humanos. É o que leva as pessoas a agirem de determinada forma, entusiasmo e revigora, e permite que elas atinjam objetivos, seja eles pessoais ou da organização. A habilidade de motivar outros membros da equipe é um componente fundamental do repertório de capacidades do gerente de eventos.

Além de considerar homens como homens, e não máquinas, é preciso em uma organização, um órgão público, uma prefeitura, saber trabalhar em equipe, traçar metas a curto, médio e longo prazo e almejar diariamente o alcance delas, em prol da população, sempre unidos. Talvez os pensamentos, muitas vezes contraditórios uns aos outros, resultem em ideias criativas, e a criatividade é algo que o ser humano tem de mais magnífico, quando realmente trabalhada em grupo, administrado por um gestor consciente e capacitado, cuja tendência é sempre progredir:

Essa área de conhecimentos, na maioria das vezes, é considerada complexa e subjetiva e, diga-se de passagem, realmente é! A arte de lidar com Recursos Humanos e criar estratégias aderentes às organizações e às necessidades dos empregados não é uma tarefa simples ou que possa ser assimilada com um breve treinamento. Exige constante pesquisa, sensibilidade a toda prova, muita vivência do dia-a-dia e, acima de tudo, a utilização de bom senso (DINSMORE; BARBOSA, 2007, p.143).

Pela complexidade que a área de recursos humanos abrange, o gestor precisa ser eficiente, ter bom senso, estar sempre se aperfeiçoando; se já tiver alguma experiência na área, melhor poderá ser seu desempenho; caso contrário, ela vai sendo adquirida durante o tempo de gestão.

A área do desporto precisa de equipe de pessoas capazes de realizar tarefas qualificadas e com conhecimentos específicos que sirvam para o bom desempenho das atividades destinadas à população. Tansini (2005) refere que é por intermédio dessas pessoas que vai girar a organização do desporto, já que elas são as principais responsáveis pelo andamento dos projetos, e isso inclui planejamentos estratégicos e objetivos. Para que tudo ocorra da melhor forma possível, é extremamente importante que todos os participantes da organização estejam familiarizados com os projetos nos quais estão inseridos.

A preocupação maior, para esse autor, é que as pessoas que participam desses projetos geralmente não foram/são ligadas à área do desporto, nem foram/são praticantes e que normalmente são questões políticas que interferem em sua escolha, e essa situação é alarmante, pois pessoas capacitadas, que possuem conhecimentos na área, como educadores físicos, praticantes desportivos e outras, estão sendo deixadas de lado, substituídas por aquelas que não fazem ideia do quão importante é saber o que se está fazendo.

Também por isso é que a 2ª Conferência Nacional de Esporte, de 2006, promovida pelo Ministério do Esporte, discutiu, dentre outros aspectos, as competências dos gestores estaduais e municipais na área do esporte e do lazer, as quais devem ser integradas pela colaboração e comprometimento, respeitando-se as características de cada instância, priorizando a inclusão social.

Assim, as atribuições dos órgãos gestores estaduais e municipais de esporte e lazer ficaram definidas como sendo estas:

- a) Promover a articulação entre as escolas públicas e particulares e comunidades com intuito de abranger várias classes sociais, junto às ligas, associações e federações escolares ou não, sempre que possível, ONGs e OSCIPs ligadas ao segmento;
- b) Criar comitês de inspeção cujos participantes sejam gestores de esporte e lazer, presidentes de entidades esportivas e profissionais de Educação Física de forma igualitária para fiscalizar empresas que declaram ter investido parte do seu orçamento no esporte;
- c) Criar programas de incentivo à bolsa atleta também no âmbito estadual e municipal e outros programas de apoio financeiro ao atleta;
- d) Estruturar as áreas de esporte e lazer com um apoio multiprofissional (professores e profissionais de Educação Física, agentes comunitários, Médicos, Fisioterapeutas, Psicólogos e outros) que venham atender melhor a população na prática de todas as atividades físicas;
- e) Intermediar e estabelecer programas esportivos e de lazer para/nas/com comunidades, instituições de ensino públicas e particulares junto às ligas e federações, com intuito de abranger várias classes sociais, favorecendo o acesso e permanência do cidadão escolar e não escolar em espaços que oportunizem práticas sistematizadas e/ou não sistematizadas como elemento de convivência positiva; inclusive no uso dos equipamentos públicos e/ou privados de seu território (escolas, unidades de saúde, autarquias, empresas).
- f) Criação de três coordenações: de rendimento, educacional e de participação;
- g) Criação de núcleos regionais;
- h) Dar suporte técnico para as entidades desportivas, para-desportivas e de lazer;
- i) Produzir e difundir os conhecimentos específicos de esporte e lazer junto aos

segmentos organizados para a elaboração de políticas específicas;

j) Criar clube escolar ou estruturas similares, sempre vinculadas ao projeto político pedagógico da instituição de ensino.

l) Criar banco de dados de voluntariado desde que cada um respeite sua formação e habilitação e restringindo sua ação a dar apoio nos eventos (II CONFERÊNCIA..., 2006, texto digital).

Há ainda outras atribuições definidas na 2ª Conferência Nacional de Esporte para a área de gestão estadual e municipal do esporte e do lazer:

m) Construir, reformar, implantar, ampliar, adaptar e modernizar a infraestrutura esportiva pública existente, dentre elas: escolas, ginásios, piscinas, campos, praças, pista de atletismo e outros agrupamentos, parques e jardins meio rural, em articulação entre as entidades privadas e as três esferas de governo, considerando a intersetorialidade;

n) Implementar programas, projetos e eventos esportivos nas diferentes modalidades, incluindo modalidades não populares e esportes radicais e de aventura, de natureza, esporte adaptado, indígenas e tradicionais, bem como programas de lazer para crianças, adolescentes, adultos e idosos, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades especiais, comunidades quilombolas e indígenas;

o) Definir, regulamentar e desenvolver de forma paritária, nas três esferas, políticas públicas voltadas para o esporte de rendimento olímpico e para-olímpico, não olímpico e não paraolímpico, de participação, educacional, de lazer;

p) Criar áreas específicas dentro das Fundações, Secretarias e Autarquias, contemplando as pessoas com deficiência e a terceira idade;

q) Garantir a implantação e funcionamento dos conselhos de esporte e lazer;

r) Criar tribunais específicos nos estados, DF e municípios visando à democratização do acesso à justiça desportiva.

s) Criar em todos os municípios da União o Museu do Esporte, para que sejam evidenciadas e lembrados cidadãos que contribuíram para o desenvolvimento do esporte em suas localidades de origem.

t) Incentivar a criação, estruturação e manutenção de laboratórios de pesquisa que colaborem no norteamento do esporte em qualquer nível (II CONFERÊNCIA..., 2006, texto digital).

Ela também propõe, dentre outros aspectos, a criação de centros de referência de esporte e lazer para pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos, obesos e outros, nas esferas estaduais e municipais.

Para o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, os recursos humanos, com caráter multiprofissional e multidisciplinar, são formados de todas as pessoas que atuam em pesquisa, planejamento, organização, coordenação, fomento, incentivo, mobilização, dinamização, promoção, divulgação, implementação e animação de atividades físicas, esportivas e de lazer, incluindo-se as oferecidas pelos esportes de aventura (turismo de aventura), tanto na cidade quanto no campo, respeitando-se as características específicas de cada área de atuação e as diferenças regionais.

Assim, ainda segundo orientação da 2ª Conferência Nacional de Esporte (2006, texto digital) quanto aos recursos humanos:

Devem ser definidas as diversas esferas de atuação dos profissionais de esporte e lazer (com formação superior em educação física, agentes comunitários de esporte e lazer, profissionais da saúde, comunicação, entre outros), indicando para cada área profissional as suas atribuições específicas e compartilhadas, o nível de formação e qualificação profissional exigida e a necessidade ou não de registro profissional, observando-se as legislações vigentes.

Outra definição dessa Conferência diz respeito à gestão das entidades de administração e prática desportiva, como as confederações, federações, ligas, clubes e associações, que deve respeitar mecanismos democráticos e transparentes, com eleições diretas de seus dirigentes, com participação dos associados, bem como prestação de contas dos recursos públicos recebidos, administrados e utilizados por essas entidades.

Assim, concorda-se com Müller (2003) que uma política pública qualitativa de esporte e lazer nos municípios tem muito a ver com o tipo de gestor público que a coordena, ou seja, os recursos humanos devem possuir especialmente conhecimentos técnicos (conhecimentos administrativos, conceituais e operativos para dirigir a pasta de esporte e lazer) e políticos (construção de políticas de interesse popular) na condução de políticas públicas de esporte e lazer com qualidade.

A falta de preparo para a gerência tem sido um dos problemas que agrava a ineficiência das políticas públicas, talvez porque “os cargos públicos são preenchidos a partir de acordos políticos partidários, onde, muitas vezes, o único jogo possível é obedecer à linha imposta, mesmo que, lamentável, às vezes esta linha não é a do gestor” (MÜLLER, 2004, p. 47).

Em suma, o perfil profissional de quem trabalha com esporte e lazer requer que goste de gente, de esporte e de cultura, ou seja, que tenha no mínimo formação superior em Educação Física, Turismo ou afins, que sejam agentes comunitários de esporte e lazer, profissionais da saúde, da comunicação, dentre outros. Camargo (2002) menciona algumas características relevantes do perfil de profissionais da área do lazer, à qual se acrescenta a área esportiva: a) polivalência cultural e esportiva dos diferentes campos da ação cultural e das técnicas de trabalho; b) conhecimento sobre as peculiaridades de participação dos diferentes públicos, do ponto de vista do sexo, faixa etária, classe socioeconômica ou sociocultural; c) capacidade para montar e coordenar equipes com profissionais de variada formação e origem; d) conhecimentos sobre formatação financeira de projetos; e) consciência das sutilezas do espaço físico e da variedade de retorno que podem provocar em diferentes públicos; f) informação sobre tipos e formas de abordagem de outras entidades, órgãos, instituições públicas e privadas que podem ser parceiros na programação de esporte e lazer.

Portanto, está demonstrada a importância da necessidade de qualificação e capacitação técnica, humana e política constante do gestor da pasta/ departamento/ secretaria de esporte e lazer, dos servidores públicos que com ele trabalham e de outras pessoas que atuam voluntária ou profissionalmente na área do esporte e lazer, a fim de efetivamente planejarem e executarem projetos e programas consistentes, eficientes e eficazes.

3.4.4.3 Recursos financeiros

É do conhecimento público que, para organizar eventos, manter estruturas físicas, implementar projetos diversos, como escolinhas de desportos, são necessários recursos financeiros, alcançados de diferentes formas, principalmente por meio de doações, patrocinadores, mensalidades dos integrantes, eventos promocionais ou pagamento de impostos dos contribuintes. Isso significa que os recursos provêm de fontes próprias e de doadores. Por esse motivo, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (2008), os recursos públicos devem ser utilizados somente mediante um planejamento previamente definido:

Esses impostos e taxas que as pessoas e as empresas são obrigadas a pagar são, depois de arrecadados, considerados recursos públicos. Se esse dinheiro foi entregue pelo cidadão ao administrador da cidade para possibilitar a prestação dos serviços que competem à prefeitura, não pode este usá-lo da forma que bem entender (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008, p. 40).

46 |

Para manter projetos, também é importante saber administrar esses recursos, principalmente quando é gerenciado por órgãos públicos, em que há cobranças e leis a serem cumpridas, dentro das quais existe a Lei Orçamentária Anual (LOA) que especifica as despesas que podem ser realizadas em cada setor do órgão público, que serão aprovadas pelo Poder Legislativo no ano anterior à implantação do projeto.

Somente os vereadores, representantes do povo, aprovarão ou não o destino que o prefeito pretende dar ao dinheiro arrecadado dos cidadãos. Se não forem aprovadas pelo Poder Legislativo, terão de alterar as propostas até que entrem em comum acordo e, caso seja aprovada de imediato, a proposta se transforma em lei:

Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Poder Legislativo, tem-se a estimativa das receitas que se pretende arrecadar e as despesas que podem ser efetuadas pelo município durante o ano. Só devem ser efetuadas despesas que tenham autorização legal, observando, também, que deve haver o equilíbrio das contas públicas, ou seja, é necessário ter o cuidado de não efetuar despesa acima da sua capacidade de pagamento (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008, p. 63).

Portanto, entende-se que é necessário trabalhar com ética quando se trata de órgãos públicos, demonstrando transparência nos gastos, sendo papel da sociedade intervir, interagir, acompanhar esses processos para saber no que serão aplicados os recursos públicos. O Governo Federal deve ser o primeiro a dar exemplo de transparência das atividades e das contas, informando adequadamente as pessoas. Por isso, na área desportiva, há o Ministério do Esporte, a quem é incumbida a tarefa de administrar o setor e implementar políticas nacionais:

[...] é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (O MINISTÉRIO, 2009, texto digital).

Dessa forma, é possível acompanhar o andamento dos gastos públicos por meio das Páginas de Transparência Pública, ou mesmo pela página na internet do site do Ministério do Esporte:

Orientado pela missão de promover cada vez mais a transparência dos gastos públicos, o Governo Federal tem atuado firmemente no sentido de incentivar o controle social para que as práticas da Administração Pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética. A participação ativa da sociedade é imprescindível para garantir o bom uso dos recursos públicos. Como parte desta missão, o Governo oferece aos cidadãos as Páginas de Transparência Pública, ampliando ainda mais as condições de conhecimento e controle do uso dos recursos gerados pelo pagamento dos tributos (PÁGINA DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, 2009, texto digital).

A Página de Transparência Pública mostra dados atualizados do Ministério do Esporte e dos órgãos subordinados e entidades vinculadas que ainda não possuam Página específica.

Enfatizando o quão importante são os recursos financeiros em uma organização, seja ela qual for, tanto da sua aplicação quanto da captação, Salvagni (2008, p.14) ressalta:

Os recursos financeiros estão ligados à satisfação das necessidades de financiamentos, dos saldos do fluxo de caixa e das maneiras de se aplicar esses recursos. A questão financeira está presente em todos os clubes ou instituições desportivas, sendo parte fundamental no seu funcionamento. Saber captá-lo e administrá-lo não são tarefas fáceis, pois envolve uma variada gama de conhecimentos e se tornam muito importantes.

“O espectro de recursos administráveis é bem amplo, podendo desdobrar-se em uma infinidade de disciplinas, cada uma delas com características peculiares, necessitando de profissionais especialmente formados e treinados para tal” (MARTINS; ALT, 2003, p. 4). Ou seja, a administração de recursos, sejam eles quais forem, financeiros, materiais, humanos, tecnológicos, entre outros, necessita de pessoas capacitadas, devido à sua área de abrangência e importância:

É importantíssimo que desde já definamos o que vem a ser recursos. Neste livro utilizaremos a conceituação que entende por recurso tudo aquilo que gera ou tem a capacidade de gerar riqueza, no sentido econômico do termo (MARTINS; ALT, 2003, p. 5).

Assim, pelo fato de os recursos financeiros estarem ligados à geração econômica de riquezas, torna-se fundamental saber a quem incumbir a função de gerenciador desses recursos.

A Constituição Federal de 1988 prevê órgãos de controle interno e externo dos poderes públicos:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, gere ou administre dinheiro, bens e valores

públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

O controle externo não é composto por funcionários do órgão fiscalizado, mas de auditores de órgãos de fora para verificar as regularidades do uso do recurso, como o Tribunal de Contas do Estado – TCE e o Tribunal de Contas da União – TCU, e o controle interno, composto por funcionários do órgão detentor do recurso. Esse controle ficou mais claro com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, que pode ser definido da seguinte forma:

Uma das funções do Controle Interno é a avaliação de sua própria atividade. Sabendo-se que suas funções convivem na Administração com todas as demais funções, resulta que se encontra presente em cada desdobramento da organização. Evidencia-se, por exemplo, na atividade de triagem de ingresso e saída de pessoas, veículos, bens e mercadorias; no acompanhamento das condições de qualidade dos serviços e dos produtos; na feitura de estatísticas; na contabilização física e financeira; nos registros dos recursos humanos e dos correspondentes dados cadastrais, funcionais e financeiros (REMYRECH, 2005, texto digital).

48 |

Dentre tantos controles que podem ser realizados pelo Controle Interno, os de maior importância são aqueles que verificam o acompanhamento das receitas e despesas. Por isso, é essencial que tudo seja feito de forma correta, uma vez que, não seguindo as leis, grandes projetos podem acabar sem recursos.

Também, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (2008, p. 66), é preciso ter uma programação financeira:

A programação Financeira compreende as atividades que têm como objetivo ajustar a entrada dos recursos financeiros com os pagamentos a serem efetuados. No município, a dificuldade em prever as entradas de receitas torna a tarefa mais difícil, principalmente porque a maior parte dos recursos é oriunda de transferências de recursos por parte do Estado e da União [...].

Em nível nacional, dentre vários órgãos, há um que visa à transparência no desporto, que é o Conselho Nacional do Esporte - CNE (2009, texto digital):

O Conselho Nacional do Esporte - CNE é órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, tendo por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.

É perceptível a necessidade de gestores capacitados, pois o CNE exige cada vez mais a melhoria nesse padrão, ressaltando que os gestores desses setores devem ter características essenciais de responsabilidade, comprometimento e capacidade de administração, bem como estar cientes de pontos como inclusão social, pois para administrar recursos financeiros é preciso saber para que, para quem, como se desenvolve o projeto:

Do modelo de gestão dos programas e recursos disponíveis para o oferecimento de atividade física em todos os níveis é que dependerão os resultados almejados

para o fortalecimento desta etapa do processo de inclusão social de todos os cidadãos. O comportamento atual do administrador mostrará adiante, se o seu nível de competência, talento, comprometimento, espírito empreendedor e atuação como agente de mudanças que coloca sua visão em ação foi capaz de conseguir criar as condições necessárias para que o futuro seja efetivamente construído. Ou seja, que o esporte cumpriu sua etapa no processo de inclusão social dos indivíduos (AZEVEDO; BARROS, 2004, p. 1).

Em se tratando de esportes, há uma motivação que reúne inúmeras pessoas ao seu redor, segundo Nicolini (2006, p.11):

O esporte é um valor cultural que mobiliza grandes contingentes de pessoas por apresentar em sua essência um forte conteúdo lúdico e emocional. Quer como praticante, quer como espectadora, parte da população mundial vai a estádios, quadras e piscinas em busca de um espetáculo ou à procura dos benefícios para a saúde que a atividade física proporciona.

Essa mobilização de grandes contingentes de indivíduos em relação ao esporte também deve ser um dos cuidados do gestor administrativo, na visão desse autor, pois o gestor é o responsável pela execução das funções financeiras do órgão que gerencia o desporto, e as pessoas esperam resultados pelo que pagam de impostos, especialmente quando o assunto é dirigido por prefeituras, cujas cobranças dos munícipes são mais próximas dos seus administradores.

É preciso o gestor ter consciência de que quando há investimento em esportes dentro de um município, a responsabilidade de saber administrar para que a população fique satisfeita é bem maior do que quando se trata de órgão particular, já que há utilização de dinheiro do contribuinte.

A Confederação Nacional dos Municípios (2008) ressalta que a prefeitura executa/paga por serviços realizados em benefício dos cidadãos, serviços que dizem respeito às necessidades mais próximas da população, e que a União e os Estados não prestam esses serviços pelo fato de estarem mais distantes. Dentre esses serviços e obras, destaca-se um item que corresponde ao desporto e lazer:

Manutenção de uma rede de equipamentos públicos nas quais o cidadão pode se divertir e praticar esportes, como os teatros e os centros esportivos; realização de eventos públicos para o entretenimento da população; realização de festejos populares, de competições esportivas e comemorações de datas cívicas (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008, p. 44).

Segundo Nicolini (2006), como a promoção esportiva visa a um retorno, busca uma contrapartida ao investimento, a maximização dos resultados será consequência de uma boa escolha da ação adequada, ou seja, um projeto bem elaborado, organizado, com escolhas bem pensadas, utilizando os recursos financeiros de forma que resulte em benefícios para a sociedade, trará a satisfação da população.

Ainda, conforme o mesmo autor, a qualidade é fundamental para o sucesso da promoção do organizador:

O padrão de qualidade é essencial para o êxito de um evento. Além de proporcionar bons resultados para o cliente, o sucesso que for obtido, igualmente, estende-se para a empresa que o produziu e implementou. O alto nível de uma ação promocional transfere-se para a imagem do produto a ser promovido e, conseqüentemente, para o prestígio do cliente como entidade. O prestígio da agência de promoções, como decorrência, também se beneficia de um trabalho bem executado (NICOLINI, 2006, p. 35).

Assim, além de uma prefeitura se beneficiar e também poder estimular regiões próximas a seguir o exemplo de um bom evento, um projeto bem administrado tem o prestígio que se estabelece entre o poder administrativo e a população, e a confiança que esta deposita no poder público pode ser um ponto forte para que os projetos tenham andamento.

50 | É importante salientar que em se tratando de iniciativa privada, cabe à administração financeira em parceria com a administração de pessoal, de compras, de vendas e de produção planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar tudo que envolva os recursos financeiros aplicados aos projetos destinados ao desporto, devendo muitos desses aspectos também permear a administração pública.

Sobre a gestão racional dos recursos financeiros de uma organização, Migliorini e Vallim (2008, p. 5-6) mencionam:

A administração financeira compete à gestão racional dos recursos financeiros da empresa. Uma vez que os recursos são escassos, cabe ao departamento financeiro tomar as decisões a fim de obter deles os melhores benefícios no futuro. Decisões sempre implicam a escolha entre duas alternativas ou cursos de ação, pois, mesmo se há uma única alternativa, deve se decidir entre colocá-la em prática ou não.

Pode-se compreender o âmbito dos recursos financeiros de um órgão como sendo o setor responsável pela organização, captação, aplicação dos recursos, seja a longo, médio ou curto prazo; também é responsável pelo planejamento e controle financeiro, que segundo Megliorini e Vallim (2008, p. 2) significa o que segue:

[...] planejamento é o processo que consiste em prever as necessidades futuras de recursos e disponibilizá-los em volume suficiente quando necessário. O controle resulta na verificação do desempenho realizado com aquele planejado para o uso dos recursos.

Para que essas funções sejam realizadas de maneira eficaz, é necessária a presença de uma pessoa ou de uma equipe empenhada e capacitada para gerenciar, sendo que “função financeira é o conjunto de atividades relacionadas à obtenção, nas condições mais favoráveis, dos recursos de que a empresa necessita e sua aplicação, de maneira eficaz, no alcance de seus objetivos” (MEGLIORINI; VALLIM, 2008, p. 1).

Martins e Alt (2003, p. 6) ressaltam:

As pessoas que trabalham na empresa também constituem recursos, pois com seu conhecimento geram novas ideias, que são transformadas em novos produtos, novos métodos de trabalho, serviços cada vez mais adequados ao uso dos consumidores.

Percebe-se que se trata de outro tipo de recurso, que é o conhecimento das pessoas engajadas num projeto de um órgão, mas que também possuem influência nos recursos financeiros, pois pessoas com ideias promissoras, com métodos inovadores de trabalho, que pensam nos benefícios que podem oferecer aos consumidores são aquelas que com mais facilidade e competência saberão administrar financeira e racionalmente, porque sabem como captar recursos, aplicá-los e obter os melhores resultados possíveis, para o órgão e para a população.

A 2ª Conferência Nacional do Esporte, de 2006, no eixo temático dos financiamentos e recursos financeiros, deliberou pela necessidade de participação mais efetiva e direta dos municípios no desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer, por meio destas ações:

- a) Descentralização de recursos dos Programas e Ações Federais e Estaduais para os Municípios;
- b) Criação de Lei que permita o repasse de percentuais dos recursos do esporte, da União e do Estado, direto ao município, proporcionalmente ao número de habitantes;
- c) Democratização do acesso as verbas federais para construção de espaços físicos de esporte e lazer nos municípios, obedecendo à Lei de Acessibilidade;
- d) Criação de Programas e Fundos Municipais.
- e) Orientação de verbas diretamente aos municípios, proporcionalmente ao índice de FPM (Fundo de Participação Municipal) e ICMS;
- f) Ampliação de percentual de repasse aos municípios das apostas de loteria esportiva e prognósticos, apontando o percentual de 1% do arrecadado no próprio município.
- g) Estimular a proposição de instrumento legal para regular a remessa diretamente aos municípios, dos recursos provenientes da Lei 10.264/01 - Agnelo Piva (CONFERÊNCIA..., 2006, texto digital).

Enfim, pode-se constatar a necessidade da implementação dessas ideias, com o objetivo de realmente possibilitar maior desenvolvimento e crescimento com transparência da área do desporto e do lazer nos municípios em geral:

A questão financeira é um ponto vital das organizações, pois dela depende o sucesso ou até mesmo o fracasso do clube. Outra questão importante e obscura no mundo do desporto são os interesses camuflados que deixam muitas incógnitas em aberto (SALVAGNI, 2008, p.14).

Portanto, é preciso bastante clareza ao discutir e gerir recursos financeiros, principalmente em um órgão público, pois não são apenas interesses do secretariado envolvidos, há o interesse dos munícipes, é necessário que estes confiem nos seus gestores e, para isso ocorrer, mais necessário ainda é a credibilidade da gestão que se manifesta em recursos financeiros bem aplicados e administrados, com consciência das ações.

3.4.4.4 Políticas de desporto e de lazer

O fenômeno desportivo, durante seu processo de expansão pelo mundo, passou por alterações e interferências dos diversos contextos socioeconômicos e políticos, segundo

Linhaes (2001, p. 35), estando, assim, “as relações na esfera esportiva politizadas, tanto no âmbito da sociedade quanto no âmbito do Estado, embora seja necessário reconhecer variações relativas ao grau dessa politização, bem como os limites e possibilidades que tal aspecto impõe ao desenvolvimento do esporte no mundo moderno”.

Para essa autora, a possibilidade de um cidadão ter acesso ao esporte tem relação com direito social, ou seja, a explicação para a atuação do Estado no setor esportivo é a implementação de políticas para viabilizar os direitos sociais.

Nesse sentido, os direitos sociais se caracterizam como liberdade positiva, consagrada no art. 6º da Constituição Federal, que devem ser obrigatoriamente observados pelo Poder Público, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Contudo, é essencial a reunião de várias políticas públicas em áreas ligadas ao lazer, ao esporte, que tenham também relação com o bem-estar de todos:

52 |

Nesta seara, se faz necessário política de desenvolvimento urbano, conforme preceitua o art. 182 da CF/1988; política educacional que vise ao pleno desenvolvimento da pessoa humana (art. 205); política de defesa e preservação do meio ambiente para mantê-lo ecologicamente equilibrado (art. 225); e política de promoção, proteção e recuperação da saúde pública (art. 196) (CHEMIN, 2007, p. 83).

Tanto o esporte quanto o lazer são fatores de desenvolvimento humano, já que, conforme discutido na 1ª Conferência Nacional do Esporte (2004, p. 9), “contribuem na formação integral das pessoas e na melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade e não devem ser vistos como um instrumento para solucionar ou desviar a atenção dos problemas sociais”.

Sobre o lugar que o esporte e o lazer devem ocupar numa Administração Pública municipal: tanto faz se é num Departamento, Setor, Assessoria ou Secretaria; no entanto, se tiver o status de secretaria poderá estruturalmente funcionar melhor:

A experiência tem demonstrado que o status de secretaria é mais adequado do ponto de vista de estrutura. E aí, a vinculação se dá com o esporte, até por um preceito constitucional [...]: Secretaria de Esporte e Lazer. Quando o lazer é vinculado à cultura, o ranço que a palavra carrega tende a valorizar apenas artes e espetáculos e o lazer acaba sendo relegado à quinta categoria. Nesse ponto, o pessoal do esporte, e mesmo o do turismo, talvez por sofrer o mesmo preconceito, é mais aberto (MARCELLINO, 2001, p. 16).

Isso quer dizer que, para esse estudioso, o lazer (e o seu irmão, o esporte) deve fazer parte do programa de governo municipal, com todas as interfaces necessárias, baseando-se essa política pública em vários aspectos: a) respeito e incentivo às manifestações espontâneas da população; b) parcerias com grupos organizados; c) trabalho conjunto com a iniciativa privada; d) ampliação do âmbito municipal, com perspectivas de abrangência regional ou de outro nível; e) trabalho com o Estado, como ente público geral.

Seguindo esse entendimento, destaca-se a importância de a política pública de esporte e lazer estabelecer princípios a serem seguidos nos projetos e na própria gestão da área, que,

dependendo da linha político-ideológica do partido que estiver à frente da Administração, poderão contemplar estes aspectos:

- .o esporte e o lazer municipal devem ser um direito da população e ser vivenciados pelo maior número de munícipes possível;
- .o esporte e o lazer, patrocinados pelo poder público, não devem estar em função do rendimento atlético, mas sim em consonância com atitudes de cooperação, participação e ludicidade;
- .o esporte e o lazer, como fenômenos sociais, vão além da concepção de prática e atividade física em tempo disponível, motivo pelo qual é necessário um trabalho coordenado com outras secretarias [...];
- .todas as faixas de idade da população devem ter acesso às atividades esportivas e de lazer;
- .é direito da pessoa portadora de deficiência [pessoas com necessidades especiais] a participação em atividades esportivas e de lazer (GODOY, 2000, p. 92).

Quanto às estratégias de ação para a implementação dessa política pública, sugere-se a criação de uma comissão da qual façam parte representantes das diversas Secretarias, Departamentos ou Setores da Administração Municipal, com a finalidade de realizar levantamentos e diagnosticar as diferentes realidades dos espaços e equipamentos públicos existentes no município, propor alternativas e debatê-las internamente no governo e com a comunidade, a fim de que, depois, possa ser construída uma proposta de política nas áreas do esporte e do lazer.

O esporte é um poderoso fator de desenvolvimento humano em sentido mais amplo, porque contribui de forma decisiva para a formação física e intelectual das pessoas, podendo as políticas desportivas começarem a ser definidas pela seguinte afirmação:

O desporto é um direito do cidadão, os clubes e as coletividades desportivas, as entidades vocacionadas para garantir o exercício desse direito, cabendo aos poderes públicos apoiar e colaborar com essas entidades (CONSTANTINO, 1999, p. 23).

Quando o desporto começou a ficar conhecido, não estava ligado a uma ética de igualdade de oportunidades entre as pessoas, pois os menos aptos eram excluídos ou deixados de lado, e somente aquelas pessoas mais qualificadas eram introduzidas no esporte e recebiam apoio da sociedade, segundo Constantino (1999, p. 24): “o desporto organizou-se e estruturou-se de acordo com os modelos que acolhiam os melhores, os mais rápidos, os mais dotados”. Contudo, salienta que, por volta dos anos oitenta, essa realidade foi-se modificando, com significativo crescimento da área desportiva, como contribuição para o lazer e para a manutenção da aptidão física, firmando-se, inclusive, como um direito ao alcance de muitos.

Com a propagação dos benefícios das atividades desportivas e de lazer entre a sociedade, a procura entre crianças e jovens aumentou de forma marcante, revelando carência de recursos humanos e espaços físicos apropriados, dentre outras dificuldades. A partir desse quadro, é fundamental a preocupação da Administração Pública com as políticas desportivas municipais, com o objetivo de

[...] aproximar o desporto do cidadão, estar atento à segmentação crescente das formas e modelos da prática desportiva, acompanhar a evolução das mentalidades culturais e desportivas, interpretar o aparecimento de novas populações desportivas, desenvolver novos sistemas e modelos que garantam a acessibilidade a todos ao esporte e lazer (CONSTANTINO, 1999, p. 28).

O desporto e o lazer é um novo mercado de trabalho para os profissionais de educação física, os quais devem estar em constante aperfeiçoamento, diante das novas exigências diárias no plano de formação:

Nos tempos atuais a generalização do interesse pelo desporto nas suas diferentes e múltiplas variantes e expressões colocam os organismos e entidades ligadas ao desporto em situação de terem de se adaptar a viver num sistema aberto, numa permanente interação com o meio cultural, social, econômico e político (CONSTANTINO, 1999, p. 30).

54 | Na Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, ficaram definidas as políticas a serem desenvolvidas nos âmbitos federal, estaduais e municipais, as quais deverão, dentre outras:

[...] garantir a ampliação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas já existentes no âmbito do esporte e lazer, beneficiando o maior número de crianças, jovens, trabalhadores e idosos que estejam incluídos no ensino regular ou não, bem como as pessoas com necessidades especiais, garantindo a organização de espaços, com acessibilidade universal, onde estas possam ter participação, conduzidos por profissionais qualificados. (CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE, 2004, p. 25-26).

O Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, é um exemplo de programa ligado ao esporte e lazer destinado a socializar o acesso à prática desportiva e de lazer a crianças e adolescentes expostos aos riscos sociais, no turno inverso ao cursado na escola regular, que pode ser viabilizado nos municípios em geral do país, cujos objetivos específicos são estes:

Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma integração efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; desenvolver valores sociais; contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; contribuir para a melhoria da qualidade de vida (auto-estima, convívio, integração social e saúde); contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania. (PROGRAMA SEGUNDO TEMPO, 2003, texto digital).

O Sistema Nacional do Esporte e do Lazer menciona alguns princípios como base de trabalho, visando a unificar a ação do conjunto dos atores compreendidos no segmento do esporte e do lazer no país:

1. O projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa sociedade. 2. O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais. 3. A inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos

sociais de esporte e lazer, sem nenhuma forma de exclusão e discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial. 4. A gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos. (CONFERÊNCIA NACIONAL DO ESPORTE, 2004, p.19-20).

As práticas desportivas “não-formais” são caracterizadas pela liberdade lúdica de seus praticantes. A liberdade lúdica representa a descontração na prática desportiva e a não obrigatoriedade de observância das normas nacionais e regras nacionais ou internacionais:

É o desporto livremente praticado como direito de cada um. É o desporto lazer, o desporto recreação, o desporto entretenimento, que não exclui, no entanto, o espírito de competição, de emulação. Não é na ausência da competitividade que está o traço distintivo entre desporto formal e o desporto não formal. Está em ser praticado, o não formal, sem a observância de regras nacionais e, principalmente, das estabelecidas pelas entidades internacionais de direção (CARVALHO, 1996, p.13),

Quando ao desporto educacional, uma das principais manifestações pela qual o desporto pode ser reconhecido (junto com o desporto de participação e de rendimento), é importante que suas finalidades e valores sejam transformados em políticas públicas:

A norma institucionalizada que condiciona o acesso à participação em competições desportivas no sistema escolar aos jovens que já o fazem na mesma modalidade no sistema federado, representa uma norma determinada pela missão específica que preside a filosofia do Desporto Escolar e que o torna mais operacional em função dos grandes objetivos que tem a cumprir (PIRES, 2003, p.87).

Segundo esse autor, os objetivos do desporto educacional estão ligados à prática desportiva das crianças e jovens, os quais, por variados motivos, não possuem outro local para praticar atividades esportivas fora do ambiente escolar.

É importante também ressaltar que o país irá sediar megaeventos esportivos e de lazer nesta década, como a Copa das Confederações da FIFA, em 2013, a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, os Jogos Olímpicos de Verão, em 2016, dentre outros, o que cria oportunidades ímpares para o desenvolvimento de programas e projetos dentro de uma política pública consistente para a área, cujo momento pode ser bem aproveitado pelas Administrações Públicas:

Aproveitar a mobilização em torno dos megaeventos e promover um programa baseado nos valores olímpicos são iniciativas que podem ajudar a transcender e diminuir diferenças focando na aspiração comum que todos nós temos para o bem-estar de nossa juventude e sociedade. Queremos uma sociedade fisicamente ativa e saudável, que jogue (viva) de forma limpa (ética), cujos membros se respeitem mutuamente e se tornem o melhor que puderem (BRASIL: Ponto..., 2009, p. 8).

Portanto, é preciso que o Poder Público municipal estabeleça políticas setoriais de esporte e lazer – incluindo outras áreas como saúde, habitação, urbanismo, pois há interconexões entre elas – com base em ampla discussão entre os setores representativos da população, abrangendo iniciativas espontâneas e privadas:

O entendimento amplo de lazer – em termos de conteúdos culturais e da ação de difusão e participação nesses conteúdos requer a necessidade de interdisciplinaridade, ou pelo menos a pluridisciplinaridade, caminhando em busca da interdisciplinaridade, nas equipes que desenvolvem ações no setor, devido às suas interfaces com o esporte, o turismo, as manifestações artísticas etc. (MARCELLINO, 2001, p. 12).

Por isso, a importância de ser feito um trabalho integrado entre as Secretarias, entre os Setores, entre os Departamentos responsáveis pela gestão pública municipal e a sociedade em geral, inclusive valorizando as iniciativas do governo federal, no empenho pela definição de políticas desportivas e de lazer, procurando o maior número possível de faixas etárias da população.

3.4.4.5 Políticas de parcerias

56 | As organizações em geral, ao notarem que há uma lacuna entre o que gostariam de implementar e o que efetivamente podem fazer, podem admitir a necessidade de reunir energias, agregando esforços por meio de parcerias. Assim, parceria é um relacionamento entre duas ou mais organizações, uma espécie de sociedade entre pessoas, entre entidades, em que cada uma das partes oferece o que mais pode contribuir para atingir interesses comuns e, para isso dar certo, deve existir entre elas cooperação, confiança e esclarecimento de todos os assuntos envolvidos (DI PIETRO, 2008).

É possível identificar uma parceria quando há pelo menos três elementos que agregam diferentes instituições, entidades, organizações ou pessoas: a) o objetivo comum desejado pelos participantes; b) a adesão voluntária de cada parceiro; c) a responsabilidade partilhada entre os participantes, no entendimento de Camarotti e Spink (2000).

Além disso, para Ely (2005, p. 60), “uma boa negociação em que todos os aspectos são negociados em princípio e pré-acordados já é praticamente a chave do sucesso da parceria”, lembrando, ainda, que “a comunicação entre os parceiros precisa ser frequente, significativa, franca e construtiva (p. 69). O autor enfatiza que a parceria é um espaço aberto para a cidadania, que facilita a intervenção em projetos sociais e o desenvolvimento de localidades; por isso, quanto mais valores e interesses forem compartilhados entre os parceiros, maiores as chances de que a empreitada dê certo.

Há vários instrumentos que envolvem uma política de parcerias, conforme entendimento de Di Pietro (2008), na qual há colaboração entre o poder público e a iniciativa privada com o objetivo de satisfazer interesses públicos na esfera social e econômica. A autora alega que a natureza econômica da atividade em parceria não é necessária para caracterizar essa modalidade, uma vez que a parceria pode se dar com entidades privadas que não possuam fins lucrativos, mas que atuem basicamente na área social, e não na econômica.

Já no que se refere à política de parcerias, esta pode se dar de diversas formas, ainda segundo essa mesma estudiosa, como delegação da execução de serviços públicos a particulares, aproveitando-se os instrumentos da concessão e da permissão de serviço público;

também por meio de convênios ou contratos de gestão, além da terceirização, com contratos de serviços e de obras, dentre outras.

Essas parcerias são uma tendência marcante da atualidade, em que há a reunião de atividades entre a Administração Pública e a iniciativa privada, com vistas à conjugação de esforços e recursos, buscando “ampliar a eficácia na utilização dos recursos econômicos e gerar serviços públicos mais eficientes, dotados de maior qualidade e com menor custo” (JUSTEM FILHO, 2006, p. 508), e há diversos institutos jurídicos que expressam essa tendência, envolvendo especialmente natureza contratual.

Atualmente, há um regime jurídico chamado de parceria público-privado, regido pelas Leis 8.987/1995 e 11.079/2004, esta última mais conhecida como Lei das PPPs, que se destina às concessões de serviços públicos ou de obras públicas a investimentos financeiros e tecnológicos de agentes privados, ou seja, o objetivo da lei federal é este:

[...] disciplinar essa nova forma de parcerias com o empresário privado. Além disso, é sua intenção motivar com regras seguras e melhores atrativos econômicos, inexistentes nas atuais parcerias, a participação dos agentes privados e o aporte de recursos financeiros e tecnológicos na consecução do interesse público que, em termos de eficiência, com raras exceções, carece a Administração Pública. Com as PPPs, a Administração Pública deseja aproveitar a agilidade da atuação privada na execução do objeto da parceria uma vez contratada, pois livre de certas peias burocráticas (GASPARINI, 2006, p. 407).

| 57

Isso significa que parceria público-privada tem relação com a celebração, de qualquer nível, que a Administração Pública fizer com um particular para implementar programas de desenvolvimento socioeconômico e de bem-estar das comunidades. O Rio Grande do Sul, por exemplo, por meio da Lei 12.234/2005, também instituiu o seu regime aplicável às contratações da Administração estadual.

A Lei das PPPs instituiu duas modalidades de parceria: a concessão patrocinada e a concessão administrativa. Na concessão patrocinada, o parceiro privado planeja, opera e executa uma atividade do poder público e será pago pelo parceiro público na forma de contraprestação, ou seja, “há uma prestação pecuniária feita pelo parceiro público ao particular” (GASPARINI, 2006, p. 412), pela execução do serviço ou obra pública, sendo que o usuário pagará o restante do custo por meio de uma tarifa decorrente do uso do material público, mas a Administração pode complementar o preço da tarifa buscando um valor mais acessível para a população. É exemplo desse tipo de concessão o serviço de transporte coletivo de passageiros por meio de ônibus, em que o concessionário (ou parceiro privado) cobra uma tarifa do usuário pelos serviços prestados.

Sendo a concessão patrocinada uma concessão de serviços públicos, inúmeros são os pontos comuns com a modalidade disciplinada. Em primeiro lugar nela existem as mesmas duas ideias antitéticas apontadas com relação à concessão de serviço público, de um lado a prestação de um serviço público, que deve funcionar no interesse geral e sob a autoridade da Administração; de outro lado, uma empresa capitalista que objetiva o lucro (DI PIETRO, 2008, p.146).

Já a concessão administrativa pública, para essa autora, ocorre quando a Administração Pública é a usuária direta ou indireta do serviço público concedido; ou seja, mesmo envolvendo projeto, execução, instalação e operacionalização do serviço ou obra, o parceiro privado é remunerado apenas pelos recursos públicos orçamentários, e o objetivo é a prestação de serviços públicos ou de interesse público, ainda que isso tenha relação com a execução de obras ou o fornecimento e instalação de bens. Seria exemplo o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo pelo qual o usuário teria passagem gratuita, sendo o custo suportado integralmente pela Administração Pública ou em conjunto com receitas alternativas.

58 |

Em qualquer uma das formas de concessão, para Gonzales (2004), o pagamento efetuado pela Administração Pública pode ser feito por ordem bancária, cessão de créditos não tributários, de direitos em face da Administração Pública, outorga de direitos sobre bens públicos dominicais e outros meios admitidos em lei, cabendo o controle interno à própria Administração; já o controle externo fica a cargo do Poder Legislativo, com o Tribunal de Contas, podendo também fiscalizar a realização das obras o Ministério Público, as ONGs e a população em geral.

As parcerias público-privadas ajudam a minimizar a falta de infraestrutura no país e nas cidades:

Acreditamos realmente que as parcerias público-privadas não irão solucionar todos os graves problemas estruturais por que passa o Estado brasileiro, uma vez que não se trata de nenhum 'antídoto infalível' à estagnação social que assola o país, mas, com certeza, despontam como um instituto que apresenta reais condições de propiciar ao Estado a retomada do seu tão almejado crescimento econômico (SOARES, 2007, texto digital).

Nos últimos tempos, a importância que o lazer e o esporte estão ganhando na sociedade nem sempre está acompanhada pela ação positiva do Poder Público, "com o estabelecimento de políticas setoriais, na área, devidamente articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias junto à iniciativa privada" (MARCELLINO, 2001, p. 14). No entendimento desse estudioso, em alguns casos não significa que haja ausência de recursos para o setor, mas sim a sua má utilização por falta de parâmetros que norteiem as ações: "o que se verifica, na maioria das vezes, é uma mistura de preconceito, ainda existente em algumas áreas, com a incompetência, muitas vezes mascaradora de discursos até ditos 'transformadores'" (p. 14).

É possível que um dos mais graves problemas enfrentados pelo Poder Público seja o excesso de demanda na área dos direitos sociais (saúde, educação, trabalho, lazer, habitação etc.), sendo essa demanda por esporte e lazer muito maior do que as condições financeiras e estruturais das Administrações Municipais, pois a realidade das cidades atuais e o estresse do mundo moderno fazem com que as pessoas busquem espaços/atividades que sejam apropriados para que essa necessidade possa ser saciada.

Um tipo de parceria bastante conhecido no desporto do Brasil é o patrocínio, na sua versão individual ou coletiva, havendo várias modalidades, para Melo Neto (1998, p. 109):

“patrocínio exclusivo para uma modalidade, patrocínio exclusivo para todas as modalidades, co-patrocínio e multipatrocínio”.

Conseguir patrocínio ou outras formas de parceria na área do desporto e lazer, como licenciamento de produtos com a marca dos times, publicidade no uniforme dos jogadores ou nas quadras esportivas, custeio de transporte, hospedagem e alimentação de atletas, dentre outros exemplos, nem sempre é tarefa fácil, especialmente se o momento econômico do país, da região ou do município não são dos melhores, uma vez que esse tipo de parceria é visto mais como gasto de recursos do que de investimento em marketing do patrocinador. Assim, algumas sugestões de como projetos podem ser propostos para parcerias com empresas:

1. Saber o que você está vendendo, qual o seu produto;
2. Ter claro quais são as possibilidades que você pode dar a seu investidor, o que você pode oferecer;
3. Detalhar custos, isto é importante para dar credibilidade a seu projeto;
4. Planejar o futuro, mostrar que existem novas possibilidades no horizonte;
5. Detectar quais empresas têm o perfil de seu projeto, procurar empresas que patrocinam projetos parecidos com o seu;
6. Ter uma apresentação bem feita, [...] clara e rápida de ler;
7. Estar atento a possibilidades de permuta, pois é muito mais simples para a empresa conseguir produtos e serviços do que dinheiro;
8. Ser criativo e criar propriedades diferenciadas do que já é feito;
9. Negociar como quem está vendendo um produto, não como se tivesse pedindo algo;
10. Acredite no seu produto, crie um projeto no qual você investiria se fosse um patrocinador (SBRIGHI, 2009, texto digital).

| 59

Como já referido, o nosso país tem previsão de realizar grandes eventos nesta década: V jogos Mundiais Militares, no Rio de Janeiro, em 2011; Copa das Confederações da FIFA, em 2013; Copa do Mundo de Futebol, em 2014; Jogos Olímpicos de Verão, no Rio de Janeiro, em 2016; Jogos Paraolímpicos de Verão, no Rio de Janeiro, em 2016, dentre outros, o que gera oportunidade de conscientizar autoridades públicas, iniciativa privada e a população em geral para aproveitar os inúmeros benefícios que a mobilização das várias modalidades de esporte e lazer podem proporcionar, seja na motivação de participação de mais pessoas nas atividades da área e no legado socioeducacional que os eventos propiciam, seja no incremento econômico e social de vários setores da economia nacional, como turismo, transporte, segurança pública, infraestrutura, meio ambiente, prestação de serviços em geral, além de outros:

[...] tais eventos irão causar um impacto considerável em diversas áreas. Apenas para se ter uma idéia, um estudo sobre o impacto econômico da Olimpíada realizado pela Fundação Instituto de Administração, encomendado pelo Ministério do Esporte, mostra que os Jogos movimentam 55 setores diferentes da economia. Só a Copa do mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 podem injetar entre R\$ 80 bilhões e R\$ 130 bilhões na economia até 2027 (BRASIL: Ponto..., 2009, p. 4).

O município, portanto, no entender de Chemin (2007), poderia exercitar parcerias esportivas e de lazer (em forma de apoios, cooperações, patrocínios, convênios, ou outros) com vários setores:

a) o próprio setor público (ministérios, secretarias e outros órgãos públicos de fomento de políticas públicas);

b) com o setor semipúblico (composto por entidades de direito privado constituídas por lei, que se assemelham ao poder público, pela forma de atendimento, como, por exemplo, SESC, SESI, bastante conhecidos e respeitados na área do lazer e esporte no país);

c) com o setor semiprivado (onde estão as organizações comunitárias, como associações de moradores, igrejas, escolas, centros de tradição, grupos de terceira idade, fundações culturais e esportivas, escolas de samba, ONGs, sindicatos, clubes sociais e esportivos, universidades, associações atléticas de empresas, dentre outras instituições e entidades);

d) bem como do setor privado (envolvendo as empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços).

Mesmo que de início são poucos os beneficiários do esporte e lazer, por ser opção individual que adquire sentido quando há participação e envolvimento com a experiência vivenciada, há enormes chances de que parcerias bem executadas tragam a adesão de muitas outras pessoas na seqüência dos projetos.

Assim, necessário se faz implementar parcerias com os diversos setores da sociedade, especialmente com objetivos de qualificar recursos humanos, arrecadar fundos, agilizar e qualificar os processos administrativos, planejar e executar conjuntamente programas, projetos de esporte e lazer e tudo o mais que for preciso, para que a população do município seja minimamente bem atendida nas suas aspirações de esporte e lazer.

3.4.4.6 Projetos e programas

Para o planejamento de ações responsáveis e efetivas na área do desporto e do lazer, é importante os gestores públicos terem noção dos conceitos básicos da metodologia político-administrativa que envolve projetos, programas e políticas públicas da área.

É de conhecimento público que a palavra “política” é de difícil conceituação, existindo várias áreas nas quais é utilizada: política de saúde, política de educação, dentre outras. Em sentido lato, é entendida como “sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos. Conjunto de objetivos que informam determinado programa de ação governamental e condicionam à sua execução. Posição ideológica a respeito dos fins do Estado” (FERREIRA, 1995, p. 1599).

Logo, por extensão, a expressão “políticas públicas” compreende um conjunto de projetos e programas, inserido numa linha ideológica, com o objetivo de determinar “o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo, com a participação dos agentes públicos e privados” (BUCCI, 2002, p. 259), ou seja, elas são os meios pelos quais a Administração Pública realiza as disposições constitucionais no atendimento dos interesses socialmente relevantes da população.

Por sua vez, “programa” seria um plano resumido de um setor ou de outra ordem, com sentido mais abrangente do que projeto, já que pode reunir um ou mais projetos. Segundo Snedaker (2006, p. 31), “muitas empresas têm múltiplos projetos em qualquer época, que,

coletivamente, são chamados de programas. Gerenciamento de programas é o gerenciamento de múltiplos projetos que compartilham recursos, ferramentas, tempo e talento”.

Há programas que se apresentam autônomos ou, então, constituídos por vários projetos:

Certos programas apresentam-se na forma de uma série de projetos; outros podem ser projetos modulares e autônomos – destinados a obter um resultado independente, mas complementar, que é frequentemente integrado ao trabalho de outras agências com interesses na mesma área de operações ou campo de atividade (KEELLING, 2005, p. 7).

Já “projeto”, de forma geral, para Diniz (1998, p. 805), pode ser compreendido como um “empreendimento, um plano de realizar certo ato”. Dessa forma, no entendimento de Chemin (2007), projeto seria a fase inicial, uma espécie de planejamento, que, posteriormente, dependendo de sua extensão e complexidade, pode vir a se tornar um programa e/ou uma política pública, ou, pelo inverso, é possível iniciar por uma política pública, que se desmembra em programas e projetos.

Assim, por exemplo, “os projetos de atividades ou de eventos são as ações executivas de um plano, de um programa ou de um subprograma” (MÜLLER, 2004, p. 45), devendo estar ligados com a missão, os objetivos, as políticas, os princípios, prioridades e as estratégias institucionais, a fim de, num determinado prazo, alcançarem um objetivo. O projeto é o passo inicial para transformar ideias em ações, é o documento que expressa a vontade de fazer alguma coisa, como fazer e por que fazer, ou seja, para Poit (2006, p. 44), ele “serve principalmente para conseguirmos apoio das autoridades, da imprensa, dos órgãos públicos, a liberação de ginásios, instalações dos clubes, conseguir novas parcerias e principalmente para convencer os patrocinadores a investir em nossa ideia”.

Na Administração Pública, em que há inúmeras demandas da população para serem atendidas, em diversas áreas, quando é feito um projeto bem planejado, fica mais fácil para o gestor público fazer a supervisão da sua execução e dos seus resultados, como refere Keelling (2005, p. 4): “um projeto é planejado, financiado e administrado como uma atividade distinta e, estando divorciado do trabalho de rotina, é mais fácil ser planejado, monitorado e controlado, o que evita a necessidade de sobrecarregar aqueles que respondem pelo trabalho do dia-a-dia”.

Esse planejamento acurado do projeto, com informações precisas e úteis, com orçamento, cronograma, dentre outros dados básicos, são fundamentais para, inclusive, conseguir parcerias em forma de patrocínios, apoios, convênios ou outros modos de ajuda para a execução. Por isso, é preciso um processo de elaboração organizado e planejado, possuindo o projeto muitos elementos constitutivos:

Capa: folha de rosto; sumário; dados de identificação; introdução, justificativa/diagnóstico; referencial teórico; missão; objetivos gerais e específicos; políticas públicas com seus princípios, prioridades, estratégias e diretrizes de implantação; cronograma geral; programação para recursos humanos; programação de recursos de infra-estrutura e equipamentos de atividade física, esporte, lazer e recreação; programação de animação sociocultural; recursos financeiros; calendário de

eventos; avaliação do plano [projeto]; previsão de relatório anual; referências bibliográficas e anexos (MÜLLER, 2004, p. 44).

Assim, quando uma pessoa ou uma equipe está elaborando um projeto, segundo Snedaker (2006, p. 30), “tem de saber o que atingir (escopo), o quão rápido precisa ir (tempo), qual será o orçamento (custo) e quais recursos o projeto deve incluir (qualidade)”, sendo que o entendimento do ciclo de vida tem muito a ver com o êxito na gestão do projeto, “porque acontecimentos significativos ocorrem em progressão lógica e cada fase deve ser devidamente planejada e administrada” (KEELLING, 2005, p.13).

Portanto, para Chemin (2007), estando conscientes dessas diferenciações teóricas e, igualmente, de como fazer os encaminhamentos dessa metodologia na prática, por meio de recursos humanos e materiais qualificados, na complexa máquina burocrática da Administração Pública superior, e/ou nas parcerias privadas, os gestores estarão mais bem capacitados para planejar e implementar políticas públicas eficazes e eficientes, com seus programas e projetos de desporto e lazer.

62 |

3.4.4.7 Políticas de avaliação

Nestes tempos pós-modernos, há preocupação de muitos administradores públicos com questões de eficiência, efetividade e melhoria contínua da gestão, com a finalidade de atender mais e melhor às crescentes demandas da sociedade. Por isso, os estudos relativos à avaliação de programas, projetos e políticas públicas são importantes para a tomada de decisões baseadas em conhecimento significativo com vistas a um melhor desempenho da gestão pública, já que oferecem condições de aferição do que está bom ou ruim e do que pode ou deve melhorar.

Não existe uma definição única para ‘avaliação’. Por isso, Chianca (2001, p.16) faz uma síntese das propostas de Worthen, Sanders e Fitzpatrick e de Patton, para avaliação de programas como:

[...] a coleta sistemática de informações sobre as ações, as características e os resultados de um programa, e a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios, passíveis de serem defendidos publicamente, para determinar o valor (mérito e relevância), a qualidade, utilidade, efetividade ou importância do programa sendo avaliado em relação aos critérios estabelecidos, gerando recomendações para melhorar o programa e as informações para prestar contas ao público interno e externo ao programa do trabalho desenvolvido.

A avaliação é utilizada em diversas situações do mundo moderno, nas quais seguidamente são emitidas opiniões sobre os mais diversos temas. Há julgamentos informativos, envolvendo aspectos quotidianos, mas há também avaliações mais rigorosas e formais, que necessitam de critérios detalhados. Esse último tipo de avaliação corresponde “à avaliação formal, baseado em procedimentos científicos de coleta e análise de informação sobre o conteúdo, estrutura, processo, resultados e/ou impactos de políticas, programas, projetos ou quaisquer intervenções planejadas na realidade (RUA, 2000, p. 3).

Cohen e Franco (2004, p. 77), que entendem que “a avaliação é uma atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos”, classificam os tipos de avaliações pelos seguintes critérios:

a) quanto ao momento da realização: avaliação ex-ante e ex-post: a primeira é realizada no começo de um projeto, com o objetivo de avaliar se ele deve ou não ser posto em prática; já a segunda acontece quando o projeto já está sendo executado ou concluído, e as decisões são tomadas tendo como parâmetro os resultados efetivamente alcançados. Esses estudiosos referem também a avaliação de processos e a de impactos, sendo que a de processos é realizada durante a fase de execução do projeto, enquanto que a outra pode se dar antes do início do projeto, durante sua implementação ou até no seu término, revelando-se uma forma de suporte para futuros projetos;

b) quanto ao agente que as realiza: avaliação externa, interna, mista e participativa. A avaliação externa é aquela feita por pessoas de fora da organização-agente; a interna é a realizada por pessoas de dentro da organização gestora do projeto; a mista é a que combina os dois tipos de avaliação referidos anteriormente; e a participativa, que é aquela que contempla também a população-alvo do projeto, os beneficiários. Para os autores, esse último tipo de avaliação é utilizado especialmente em pequenos projetos, “que procuram fixar as mudanças propostas criando condições para que seja gerada uma resposta endógena do grupo. [...] No processo de um projeto social, a estratégia participativa prevê a adesão da comunidade no planejamento, programação, execução, operação e avaliação do mesmo” (COHEN; FRANCO, 2004, p. 114), e isso significa que a avaliação participativa funciona como uma parte significativa de uma estratégia de projetos, no sentido de que a sua boa implementação dependa em boa medida dos beneficiários dessas ações;

c) quanto à escala dos projetos: avaliação de projetos grandes e a de projetos pequenos, levando-se em consideração o número de pessoas atingidas e a quantidade dos recursos alocados;

d) quanto aos destinatários da avaliação: a formulação, o conteúdo, a metodologia e os tipos de análises dependem de quem forem os destinatários dos resultados da avaliação, ou seja, qual é o escalão dentro da estrutura de poder para o qual é feita a avaliação.

Nas políticas públicas e programas governamentais, a avaliação é relevante, na medida em que pode servir de subsídio para o planejamento e formulação das intervenções governamentais, para o acompanhamento de sua implementação, bem como de suas reformulações e ajustes, além de servir para a tomada de decisões de manter ou interromper ações, para Cunha (2006, p. 1): “é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo”.

Acrescenta-se que avaliar ações normalmente complexas, como as realizadas pelas Administrações Públicas, requer atenção especial, para que não sirva somente para o cumprimento de finalidades formais:

Avaliar planos, programas ou políticas públicas complexas requer o conhecimento de como funcionam os 'sistemas' atingidos pelas medidas de ação governamental. Avaliar não é só validar ou não o plano implementado, mas explicar tanto os comportamentos verificados quanto os desvios porventura observados em relação às metas buscadas. Sem isso, não há aprendizagem com o plano e a avaliação torna-se atividade ritualística, sem sentido e inócua, que serve apenas para cumprir formalidades das agências financiadoras. (ANDRADE et al. apud SUASSUNA; AZEVEDO, 2007, texto digital).

Um bom exemplo de instrumental técnico para a coleta de dados da avaliação é o questionário, sendo que os métodos variam conforme os projetos e o tipo de análise:

Na inspeção final (terminal), a avaliação da eficácia do projeto pode ser de auditoria, comparação entre resultados e objetivos, avaliação custo-benefício, avaliação de empreiteiros e consultores e, ainda, uma avaliação dos resultados ambientais, sociais e ecológicos e outros resultados relacionados ao projeto que não fazem parte de seu propósito principal (KEELING, 2002, p. 264).

64 |

Assim, para esse especialista, a avaliação final e o relatório de conclusão de qualquer projeto – e aqui se reforça a ideia de projetos envolvendo esporte e lazer nos municípios – são contribuições importantes para o projeto em si e para o sucesso de futuras iniciativas nas comunidades locais e regionais.

Chianca (2001) propõe um modelo de etapas de planejamento, execução, análise e divulgação dos resultados da avaliação de um projeto ou programa. Assim, os principais passos que devem ser levados em conta no planejamento da avaliação são estes:

a) determinação da viabilidade e o tipo de avaliador: verificar quais as pessoas, grupos ou instituições que possuem interesse ou que serão afetados pela avaliação a ser feita, além de identificar o porquê e quando avaliar, quem deve conduzir o processo e como selecionar um avaliador externo, caso necessário;

b) estabelecimento de objetivos claros sobre a avaliação e análise do contexto: determinar o que avaliar e conhecer o contexto político envolvido, como, por exemplo, as relações de poder, interesses, interessados;

c) identificação e seleção de perguntas avaliativas e de indicadores:

Avaliações são conduzidas para responder a perguntas que devem gerar as informações necessárias para basear o julgamento do valor de alguma coisa. A falta de perguntas avaliativas faz com que a avaliação não tenha um foco definido, podendo comprometer significativamente o sucesso do trabalho (CHIANCA, 2001, p. 34).

d) identificação de indicadores, desenho do estudo e métodos de coleta de dados: isso diz respeito a como elaborar e selecionar indicadores que ajudem a responder às perguntas avaliativas, a selecionar as fontes de informação e métodos de coleta de dados, a saber se é necessário estabelecer uma amostra e como calculá-la, a determinar os métodos mais apropriados para organizar, analisar e interpretar dados e divulgar seus resultados.

Para esse estudioso, um plano de avaliação deve ser simples e vislumbrar segurança de viabilidade e consistência de proposta aos clientes, financiadores, parceiros e/ou colaboradores.

Quanto à condução da avaliação, ao seu processo de execução, Chianca (2001) propõe estes passos:

a) clareza de como lidar com aspectos políticos, éticos e de relações humanas durante a avaliação: estabelecer boa comunicação entre os interessados e os avaliadores, evitar que valores individuais e relações institucionais influenciem a avaliação;

b) coleta de dados: selecionar os melhores métodos e combiná-los, planejar, organizar e testar os instrumentos de coleta, capacitar profissionais que coletam os dados, fazer cópia dos dados coletados, checar os dados anotados, manter a logística o mais simples possível, incluir mais de uma fonte de informação e método de coleta de dados no estudo, procurando combinar instrumentais técnicos, como análise de documentos, observação, questionários, entrevistas, dentre outros.

Na etapa seguinte, o estudioso destaca a análise e a interpretação de informações da avaliação, envolvendo aspectos de como analisar os dados coletados, se são quantitativos e/ou qualitativos: “a interpretação dos resultados da avaliação é o processo que possibilita agregar significado, dando sentido às informações analisadas e permitindo que se chegue a conclusões sustentáveis e significativas para os principais interessados pela avaliação” (CHIANCA, 2001, p. 77).

Por fim, o especialista menciona a **divulgação e uso dos resultados da avaliação**, enfatizando a importância da preparação dos relatórios, seus destinatários, elementos básicos de que se compõem, exemplificando: resumo, introdução, descrição do foco da avaliação, comentários metodológicos, apresentação dos resultados, conclusões e recomendações e anexos, explicando que “uma maneira adequada de apresentar as conclusões é a de identificar primeiramente os pontos positivos encontrados e depois indicar as limitações que foram percebidas” (CHIANCA, 2001, p. 81). Ressalta que é importante, também, fazer uma avaliação da avaliação, ou seja, uma meta avaliação, que se constitui de análise crítica do processo, examinando aspectos positivos, dificuldades e pontos a melhorar no processo como um todo.

Portanto, “o propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (CASTANHAR, 2003, p. 972), ou seja, a avaliação possui papel fundamental para a modernização e eficiência da Administração Pública, tendo em vista que pode promover o cotejamento dos resultados esperados e dos imprevistos surgidos durante a implantação dos projetos e programas de esporte e lazer, a melhoria do processo de tomada de decisões sobre a continuidade ou não dos projetos, a alocação adequada de recursos públicos, a certeza quanto à (in)efetividade das ações promovidas, julgamento sobre a validade das ações governamentais por parte dos beneficiários das atividades esportivas e de lazer, além da transparência na gestão dos recursos públicos e de eventuais parceiros diante da comunidade.

4 Procedimentos metodológicos

4.1 Características da investigação

Esta investigação caracteriza-se, quanto aos seus meios, como estratégia de pesquisa, um estudo de corte qualitativo e quantitativo, com preponderância do primeiro (MEZZAROBÀ; MONTEIRO, 2008; GONÇALVES; MEIRELLES, 2004), e, quanto aos seus fins, como um estudo exploratório e descritivo (MALHOTRA, 2006; YIN, 2005).

Pela fragilidade do referencial teórico na área da gestão do desporto, mais especificamente sobre o processo de estudo de cenários de desporto e de lazer, e pela constatação de Molina Neto e Triviños (1999), ao apontar que a maioria dos trabalhos de investigação se agarra a outras áreas do conhecimento, fez-se um esforço para construir o referencial teórico e dar suporte sustentável a esta investigação, principalmente na parte da gestão, fundamental para alcançar os objetivos propostos neste estudo.

A possibilidade de utilizar várias técnicas de coleta de dados pode ser considerada como mais uma característica necessária para este estudo. Tanto Ludke e André (1986) quanto Bruyne (1982), citados por Techemayer (2002), destacam que, para a apreensão da totalidade de uma situação, deve-se recorrer a uma variedade de técnicas de coleta de informações, tais como visitas, análise documental, observações e entrevistas. Considerando a perspectiva dos autores, aproveitou-se a combinação dessas técnicas as quais oportunizam o cruzamento de informações, permitindo confirmar ou rejeitar uma conclusão preliminar, descobrir novos dados ou propor questionamentos alternativos aos anteriormente previstos.

4.2 Amostra

O Vale do Taquari é uma região que se situa na região central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Pela distribuição dos municípios feita pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) do RS (Lei 10.283/1994), regulamentados pelo Decreto 35.764/1994, foram criados Conselhos por regiões, e o do Vale do Taquari é o CODEVAT, que conta com 36 municípios.

Portanto, a amostra que fez parte deste estudo é a totalidade dos municípios integrantes da região do Vale do Taquari/RS, ou seja, 36 gestores, responsáveis pelo desporto e lazer de seu município, de forma voluntária, na condição de Secretários, Diretores ou Coordenadores.

Utilizou-se esse número de integrantes por considerar que cada um deles teria uma contribuição importante de dados para a descrição do processo do cenário de desporto e de lazer do seu respectivo município.

4.3 Instrumentais técnicos para coleta de dados

O presente estudo utilizou-se, para a coleta de evidências de natureza descritiva, de percepções, experiências vivenciadas e opiniões, por meio de técnicas como: pesquisa documental, entrevistas e alguns levantamentos fotográficos. Essa opção foi feita por considerar-se que, em relação ao problema da investigação (O atual cenário desportivo no Vale do Taquari/RS fomenta políticas públicas de desporto e de lazer nessa região?), seriam os instrumentais mais pertinentes e mais adequados.

4.3.1 Análise documental

68 | Inicialmente, fez-se uma análise documental, tanto pela internet, no site de cada município, como também pelo material impresso fornecido pelas respectivas prefeituras. Esse material, que não representou grande volume, foi utilizado para contextualizar a região do Vale do Taquari/RS.

Em se tratando de um estudo cujo cenário é amplo e diversificado, torna-se imprescindível e importante a técnica da análise documental, principalmente para montar o contexto regional, mesmo sabendo que na gestão desportiva ainda existem lacunas quanto aos registros, em que há dificuldade de transformar as ações executadas em relatórios, artigos, anais. Enfim, a transformação da ação prática em conhecimento, proporcionando um referencial teórico mais consistente, é ainda incipiente.

Ainda em relação à análise documental, existiu o cuidado com que a documentação utilizada – leis, estatutos, convênios, publicações e relatórios, contivesse informações com credibilidade, bem como se adequasse aos objetivos e às exigências do trabalho de investigação.

4.3.2 Entrevistas

Para a coleta de dados por meio da entrevista, foi utilizado um roteiro semiestruturado (ANEXO A), contendo 119 questões.

Segundo Marconi e Lakatos (2002), esse tipo de entrevista garante, por um lado, um determinado número de informações primárias importantes ao estudo e, por outro, permite maior flexibilidade, deixando mais liberdade para o entrevistado apontar aspectos relevantes, o que é corroborado por Negrine (1999).

As questões foram trabalhadas de forma aberta, por acreditar-se que, assim, poderiam trazer informações mais significativas, mesmo sabendo que essa sistemática requer disponibilidade maior de tempo para transcrever as respostas, categorizá-las e interpretá-las.

A fim de não criar nenhum tipo de constrangimento ou desconfiança por parte dos pesquisados, as entrevistas foram realizadas nos locais mais adequados e de acordo com as suas disponibilidades pessoais e profissionais, para os diferentes integrantes da amostra.

As entrevistas pessoais foram pré-agendadas por telefone e e-mail e precedidas da apresentação pessoal e profissional dos bolsistas do trabalho, que portavam carta de apresentação, com explicação dos objetivos da entrevista e do estudo para que fosse despertada a motivação dos colaboradores. Também havia a necessidade de ser criado um clima de interação entre as partes atuantes.

A proposta de estudo foi apresentada aos envolvidos, sendo estes esclarecidos sobre o que se pretendia examinar e as possíveis repercussões favoráveis advindas desse processo investigativo. Todos os integrantes da amostra foram informados, por um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B), do objetivo, da relevância da pesquisa, da importância de sua colaboração. A eles também foi garantida a confidência de seus nomes.

Mediante a permissão dos integrantes da amostra, empregou-se a técnica de gravação das entrevistas em fita cassete e digital, perfazendo um total de 44 horas e 30 minutos de gravação. Sempre se deixou claro que, após a transcrição das respostas, os entrevistados teriam um momento para rever os dados fornecidos.

Todas as entrevistas foram aplicadas pelos seis bolsistas do projeto, com cuidado em relação à técnica para a obtenção dos dados. Levou-se em consideração a estratégia técnica defendida por Thomas e Nelson (2002), ou seja, teve-se a cautela para que o entrevistador não impusesse a sua própria opinião, não discutisse com o entrevistado e não se desviasse do assunto.

No mês de junho de 2009, com a finalidade de testar o instrumento, realizou-se um plano piloto, ou pré-teste, aplicando-se três entrevistas a pessoas que também passaram a ser integrantes na amostra definitiva. Isso possibilitou pequenas alterações no roteiro inicial, com o objetivo de aperfeiçoá-lo.

Durante os meses de julho, agosto e setembro de 2009, foram feitas as 36 entrevistas, aplicadas individualmente, utilizando em todas elas, com exceção de uma, a técnica da gravação em fita cassete e digital; a única exceção foi um entrevistado que não permitiu a gravação, sendo os dados da entrevista manuscritos pelos entrevistadores. Depois houve a transcrição das entrevistas na íntegra, pelos próprios bolsistas – uma tarefa que teve a duração de 120 horas.

Após, foram retirados excessos de ruídos na redação, próprios de gravação de entrevistas, e cada entrevistado teve acesso ao seu material, para que confirmasse ou fizesse as alterações que julgasse necessárias. Dos 36 integrantes, somente oito prefeituras retornaram, e destas somente três fizeram algum tipo de alteração na transcrição.

4.3.3 Imagens fotográficas

Foram feitas algumas imagens fotográficas, importantes como complemento na análise dos dados, principalmente no que diz respeito à categoria número um, que trata da estrutura física de esporte e lazer.

4.3.4 Análise e interpretação dos dados

Após a coleta de dados, teve início sua organização, com a exploração do material, operações de codificação (classificando e agregando), fase denominada de categorização, cuja etapa, segundo Bardin (2004), tem como primeiro objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos, ou, ainda, de acordo com Yin (2005), no sentido de que a análise de evidências desse tipo de estudo consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombinar as evidências, tendo em vista proposições iniciais de um estudo.

Em função do grande número de dados, os 36 municípios foram divididos em seis grupos por quantidade por estimativa de habitantes, segmentados pelo Banco de Dados Regional (BDR, 2009), com base nos dados do IBGE, trabalhados em oito categorias, o que facilitou essa tarefa, quais sejam:

70 |

Grupos:

Grupo A (M1 a M10)	Até 2.500 habitantes	10 municípios: Canudos do Vale, Colinas, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Poço das Antas, Pouso Novo, Relvado, Sério, Travesseiro e Vespasiano Corrêa
Grupo B (M11 a M22)	De 2.501 a 5.000 habitantes	12 municípios: Capitão, Dois Lajeados, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Putinga, Tabai e Westfália
Grupo C (M23 a M26)	De 5.001 a 10.000 habitantes	4 municípios: Anta Gorda, Paverama, Progresso e Santa Clara do Sul
Grupo D (M27 a 31)	De 10.001 a 20.000 habitantes	5 municípios: Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul e Roca Sales
Grupo E (M32 a M35)	De 20.001 a 40.000 habitantes	4 municípios: Encantado, Estrela, Taquari e Teutônia
Grupo F (M36)	Acima de 40.000 habitantes	1 município: Lajeado

Os nomes dos municípios, para a elaboração dos quadros (próximo Capítulo) com os dados das entrevistas, foram substituídos por número sequencial dentro dos Grupos por estimativa de habitantes, para evitar eventual constrangimento de identificação dos entrevistados/municípios. Assim, no Grupo A, os municípios foram identificados como M1 a M10; no Grupo B, como M11 a M22; no Grupo C, como M23 a M26; no Grupo D, como M27 a M31; no Grupo E, como M32 a 35, e no Grupo F, como M36.

Categorias:

C1	Estrutura física	C5	Política de esporte e de lazer
C2	Recursos materiais	C6	Política de parcerias
C3	Recursos humanos	C7	Projetos e programas
C4	Recursos financeiros	C8	Política de avaliação

Categoria é um termo eminentemente filosófico, tratado ao largo da história das ideias. Visauta (1989, p. 375) destaca que

[...] as categorias são seções ou classes determinadas (unidades de análise ou de registros, no caso da análise de conteúdos) subordinadas a um título genérico, reunião efetuada em razão das características comuns desses elementos, supondo um grau maior de abstração e de compreensão conceitual nas análises.

Já para Triviños (1987), elas são formas de conceitos, pois também refletem as propriedades essenciais dos objetos, fenômenos e coisas.

As categorias analíticas deste trabalho foram preestabelecidas, levando-se em consideração o problema da investigação que, por sua vez, foi construído sobre o referencial teórico existente. Elas deixam de ser unicamente uma ferramenta de que se utiliza o investigador para organizar dados coletados e passam a constituir um produto de análise, um resultado da investigação.

De outro lado, o referencial teórico é uma parte importante da pesquisa, pois visa a esclarecer os pressupostos teóricos que dão fundamentação ao estudo e as contribuições proporcionadas por investigações anteriores (GIL, 2006). Nesse sentido, a equipe de pesquisa encontrou dificuldade em localizar bibliografia atualizada e em quantidade relacionada ao cenário do desporto e lazer vinculada às categorias selecionadas para o estudo, o que demonstra que o tema vem sendo analisado não faz muito tempo no país.

Além disso, foi feito levantamento da legislação federal e estadual relacionada ao desporto e lazer, com repercussão nos municípios, utilizando-se especialmente os sites oficiais do Poder Público.

5 Descrição do cenário do esporte e do lazer dos municípios do Vale do Taquari/RS em forma de quadros

Os dados do cenário do esporte e do lazer, coletados por meio das entrevistas nos 36 municípios do Vale do Taquari/RS, foram transformados em quadros, para melhor visibilidade, obedecendo ao critério das categorias previamente estabelecidas e à divisão dos municípios por estimativa de habitantes para 2009, feita a partir dos dados organizados pelo Banco de Dados Regional (2009), que se utiliza do IBGE.

Assim, o Grupo A, até 2.500 habitantes, abrangeu 10 municípios; o Grupo B, de 2.501 a 5.000 habitantes, 12; o Grupo C, de 5.001 a 10.000 habitantes, quatro; o Grupo D, de 10.001 a 20.000 habitantes, cinco; o Grupo E, de 20.001 a 40.000 habitantes, quatro, e o Grupo F, acima de 40.000 habitantes, incluiu um município. Nos quadros, optou-se por não colocar os nomes dos municípios, os quais foram identificados por letra com números em sequência: M1 ao M36.

Já as categorias foram estabelecidas a partir do problema da investigação e do referencial teórico lido: C1 - Estrutura física, C2 - Recursos materiais, C3 - Recursos financeiros, C4 - Recursos humanos, C5 - Política de esporte e lazer, C6 - Política de parcerias, C7 - Projetos e programas e C8 - Política de avaliação.

A categorização, conforme Yin (2005), auxilia na análise de evidências desse tipo de estudo, já que é possível classificar em tabelas os dados; contudo, a equipe de investigação preferiu adaptar os dados coletados em quadros, para facilitar a visualização, uma vez que se abre a possibilidade de inserção de várias observações relevantes a cada categoria/município pesquisado, como se vê a seguir:

GRUPO A - até 2.500 habitantes

C1 - ESTRUTURA FÍSICA

M1

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	
2	Campo de futebol sete	-	
3	Quadra vôleibol areia	-	
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Localização central na cidade. É poliesportivo, possui iluminação artificial e acesso para ambulância e cadeirantes, este somente na parte baixa, havendo também banheiro adaptado. Piso ao redor da quadra é de lajota, na quadra é de madeira; há rede de proteção ao redor da quadra. A acomodação é para cerca de 500 pessoas sentadas. A manutenção, limpeza, locação ficam aos cuidados de pessoa nomeada pela Associação dos Moradores. A alimentação é explorada por entidade do município (escola, comunidade, grupo de mulheres, idosos).
6	Cancha de bocha	1	Localização: centro. Foi construída em parceria entre Prefeitura e Mitra Diocesana (que é dona do terreno); a Prefeitura auxiliou financeiramente e possui comodato por 15 anos.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas	-	As pessoas fazem caminhadas nas ruas asfaltadas, pois não há lugar específico para isso.
12	Trilha	-	
13	Praça	-	Pertence à Mitra Diocesana, mas a Prefeitura planeja fazer projeto para estruturação como foi feito com a cancha de bocha.
14	Quadra esportiva não coberta	1	É comunitária, porém a Prefeitura faz a manutenção.
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	-	É usado o miniauditório localizado no centro da cidade, no prédio da Escola Municipal de Educação Infantil.
17	Auditório	1	Há um miniauditório na Escola Municipal de Educação Infantil.
18	Biblioteca	1	Localização: Escola Municipal de Educação Infantil.
19	Outro(s). Qual(is)	1	Há um telecentro localizado na Escola Municipal de Educação Infantil.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	6	Cinco pertencem aos clubes/associações esportivas particulares e um pertence ao município..
2	Campo de futebol sete	-	São usados os campos de futebol, divididos para este fim
3	Quadra voleibol areia	1	Está localizada na praça central da cidade.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Localiza-se no centro, com acesso para cadeirantes e ambulância. Seu piso é de tabuão e a quadra tem rede de proteção. Possui vestiários e banheiros. A iluminação é natural, havendo arquibancadas com acomodação para 1.500 pessoas. A manutenção do espaço (pintura, reformas) é feita pela Prefeitura; o fornecimento de alimentação e a limpeza são feitos pelo ecônomo. São contratados seguranças quando realizados campeonatos. Na quadra podem ser praticados voleibol, futsal e handebol; as cestas de basquete foram retiradas por não haver jogadores para este desporto.
6	Cancha de bocha	3	Particulares
7	Capcha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas	1	Não há lugar específico, e as pessoas fazem suas caminhadas em uma calçada junto a uma rua asfaltada.
12	Trilha	1	Está situada no Morro do Roncador, passando por propriedades particulares.
13	Praça	2	A Praça dos Pássaros está localizada no centro e a Praça zôo-vegetal está perto da ferrovia.
14	Quadra esportiva não coberta	1	Localizada na Escola Estadual do município.
15	Alojamento	1	Há um alojamento em Linha Roncador, com abrigo para 200 pessoas.
16	Sala de reuniões	1	Situada no posto de saúde da cidade.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Inaugurada no centro da cidade no fim de 2009.
19	Outro(s). Qual(is)	-	

M3

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	Há 13 campos, mas são comunitários, auxiliados pela Prefeitura quando necessário.
2	Campo de futebol sete	-	Há somente campos comunitários.
3	Quadra vôleibol areia	-	Há um que pertence ao Clube São José (Sociedade Recreativa Cultural São José).
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Há um ginásio novo, com iluminação artificial, piso da quadra com tabuinhas que amortecem o impacto e ao redor da quadra parquê e rede de proteção. Arquibancadas acomodam aproximadamente 800 pessoas sentadas. Há também vestiários. Possui acesso para ambulância e cadeirantes. É poliesportivo, somente não tem as tabelas de basquete. Manutenção, limpeza e alimentação ficam aos cuidados de um ecônomo que paga taxa mensal para a Prefeitura; ele fica com os lucros dos jogos, porém, quando alguma outra entidade quer utilizar o ginásio e cuidar da alimentação não há impedimentos.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	-	Há trilhas em terrenos particulares, para cujos eventos o município ajuda com a organização.
13	Praça	1	Localização: centro da cidade. Manutenção e limpeza ficam aos cuidados da Prefeitura. Seu tamanho é pequeno, mas está projetada uma praça grande para final de 2010.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	1	Há sala na Prefeitura para reuniões em geral.
17	Auditório	2	
18	Biblioteca	1	-
19	Outro(s). Qual (is)	1	Há uma quadra coberta, aberta ao redor, com piso novo, proteção de rede, iluminação artificial, localizada no centro, que possui acesso para ambulância e cadeirantes.

M4

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Localiza-se na Linha Techner.
2	Campo de futebol sete	-	
3	Quadra vôleibol areia	-	
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	2	Um está situado na Linha Techner, ao lado do campo de futebol, e outro a Prefeitura está construindo na Av. Luiz Ferronato. O ginásio pronto tem acesso para cadeirantes e ambulância, a iluminação é artificial, tem banheiros e vestiários, há rede de proteção, o piso é de parquê e a quadra é de tabuinhas. É um ginásio poliesportivo, cuja limpeza e alimentação é a comunidade daquela localidade quem faz. O ginásio que está em construção terá a mesma estrutura que este da Linha Techner, porém terá também palco, camarim e arquibancada.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha		
13	Praça	1	Praça da Matriz.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	1	Sala situada no prédio da Prefeitura.
17	Auditório	1	Situado no prédio da Prefeitura.
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública fica ao lado da Praça da Matriz e não tem livros/material sobre desporto e lazer.
19	Outro(s). Qual(is)	-	

M5

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Possui acesso para ambulância, campo de grama natural, com banheiros e vestiários para árbitros, torcedores e jogadores, iluminação natural; o campo é cercado e a sua limpeza e manutenção são feitas por funcionários da Prefeitura e comunidade. Além disso, há 3 campos particulares cujos times o município ajuda a manter.
2	Campo de futebol sete	1	Possui acesso para ambulância, grama e iluminação natural, banheiros e vestiários para árbitros e torcedores; o campo é cercado e a manutenção e limpeza são feitas pela Prefeitura.
3	Quadra voleibol areia	2	Existe uma quadra de vôlei de areia e um campo de futebol sete de areia, sem iluminação.
4	Quadra de tênis	3	-
5	Ginásio esportivo	5	Há 2 no centro (Ginásio Municipal e o da Escola Estadual), outro em Boa Vista, outro em Boa Vista Alta e um na Linha Gaezemberg. Neles são praticadas as modalidades de vôlei, futsal, bocha, basquete, handebol. Possuem capacidade para 2 mil pessoas cada um. São 4 quadras de parquê e 1 de cimento; possuem banheiros e vestiários para árbitros e torcedores, existe acesso para ambulância, a iluminação é artificial e a limpeza e manutenção são feitas por funcionários da Prefeitura.
6	Cancha de bocha	3	Uma no centro e 2 no interior.
7	Cancha reta	-	-
8	Pista atlética	-	-
9	Pista de skate	-	-
10	Ciclovía	-	-
11	Pista de caminhadas	-	As pessoas utilizam o campo de futebol, pois a pista de caminhada não está pronta.
12	Trilha	-	-
13	Praça	-	Há projeto para construção de uma praça próximo da Prefeitura.
14	Quadra esportiva não coberta	-	-
15	Alojamento	-	É utilizado o ginásio ou o antigo hospital.
16	Sala de reuniões	-	Sala situada no prédio da Prefeitura.
17	Auditório	-	Situado no prédio da Prefeitura.
18	Biblioteca	1	Existe uma Biblioteca Pública, situada na Prefeitura, e cada escola tem a sua.
19	Outro(s). Qual(is)	-	-

M6

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Situado na sede do município.
2	Campo de futebol sete	-	É utilizado o campo de futebol para a prática desportiva.
3	Quadra voleibol areia	1	Localizada na sede do município.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	No ginásio podem ser praticados futsal, vôlei e basquete, mas o basquete atualmente não é praticado; possui proteção com redes, vestiários para atletas e árbitros e arquibancadas para 800 pessoas, com 1.400m ² de área construída e iluminação artificial. Há acesso para cadeirantes e ambulância. A alimentação é explorada por um ecônomo que também é responsável pela manutenção.
6	Cancha de bocha	-	São comunitárias. O pessoal da Prefeitura colabora na organização das competições.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	-	Existe trilha particular para jipeiros, que é utilizada por pessoas de fora do Município.
13	Praça	1	Localizada na sede em frente à Prefeitura.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	-	
17	Auditério	-	
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública Municipal.
19	Outro(s). Qual(is)		Há 2 quadras poliesportivas inauguradas recentemente, são cobertas, mas ainda não possuem paredes laterais, porém protegidas com redes, também ainda sem vestiários. As quadras são de concreto e há iluminação artificial no ambiente. A cobrança dos horários é diferente para quem leva a sua bola e para quem pega emprestada do ginásio.

M7

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Localiza-se no centro da cidade e a iluminação é natural
2	Campo de futebol sete	-	Há projeto para construção de um campo em área adquirida pela Prefeitura, no centro da cidade, onde haverá várias estruturas físicas de desporto e lazer.
3	Quadra vôleibol areia	-	Está em projeto para ser construída quadra em área adquirida pela Prefeitura
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	É uma quadra poliesportiva, que se localiza no centro da cidade, possuindo acesso para cadeirantes e ambulância, refletores, piso de parquê, vestiários/banheiros e rede de proteção. O tamanho do espaço é de 1.200m, com acomodação para 1000 pessoas. A manutenção do ginásio é feita pela Prefeitura e quando são realizados campeonatos pela escola, o grêmio estudantil cuida da alimentação. São contratados seguranças quando há campeonatos ou outros eventos.
6	Cancha de bocha	-	Existem canchas apenas nas comunidades do interior, mas o município tem um projeto para construção de uma na cidade.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	Está em projeto para ser construída pista/quadra em área adquirida pela Prefeitura.
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	Não há lugar específico, e as pessoas fazem caminhadas nas ruas asfaltadas.
12	Trilha		Existentes somente em propriedades particulares.
13	Praça	1	Há pracinha de brinquedos para as crianças localizada ao lado da Igreja Matriz.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	1	Sala na Câmara de Vereadores.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública Municipal, com material bibliográfico geral, não com algo específico para desporto e lazer.
19	Outro(s). Qual(is)	1	Existe uma cancha de terra para disputa de rodeios de laço, a qual é emprestada pelo município para o CTG local.

M8

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	Existe o campo do Esporte Clube XV de Novembro, mas não é o município que administra, pois é de uma Associação.
2	Campo de futebol sete	-	
3	Quadra vôleibol areia	-	
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Quadra semipoliesportiva, localizada no centro da cidade, possuindo iluminação artificial, piso de cimento polido, rede de proteção ao redor da quadra, acesso para ambulância e cadeirantes, vestiários separados para equipes opostas, banheiros masculino e feminino, também para portadores de necessidades especiais. Não tem tabela de basquete. A acomodação no ginásio é de aproximadamente 2.500 pessoas. Ecônomo explora a alimentação. Espaço é locado para jogos de futsal.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha-reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	1	Localização: centro. Usada mais para caminhadas; como ciclovia precisa ser melhorada a estrutura.
11	Pista de caminhadas	1	Localização: centro. Usada também como ciclovia.
12	Trilha		
13	Praça	1	Situada no centro, ao lado da Igreja Matriz, juntamente com a pista de caminhadas e ciclovia.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	3	Uma está situada no prédio da Prefeitura e é utilizada por todas as secretarias (para reuniões internas); já na Câmara de Vereadores podem ser realizadas reuniões particulares e em outro prédio há uma sala utilizada para reunião com professores.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Localização: centro da cidade.
19	Outro(s). Qual (is)	-	

M9

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	
2	Campo de futebol sete		Os jogos de futebol sete acontecem nos campos de futebol das comunidades do interior, mas é a Prefeitura que organiza.
3	Quadra vôleibol areia	1	Localizada na sede do Município. Também utilizada para o futebol de areia
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	4	Dois situados na sede e 2 no interior, sendo que somente os 2 da sede têm acesso para cadeirantes. Todos têm acesso para ambulância, sendo 3 ginásios com piso de parquê e um de concreto, mas nenhum deles tem arquibancadas para o público, e as modalidades que podem ser praticadas são futsal, vôlei, handebol e basquete. Os vestiários para atletas se localizam no lado de fora do ginásio, cuja manutenção é feita pela Prefeitura. Todos possuem iluminação natural e há redes de proteção para os atletas. A alimentação é explorada pela comunidade por meio de diretorias.
6	Cancha de bocha	-	São canchas particulares. Há um grupo de pessoas da comunidade que organiza eventos/campeonatos e a Prefeitura auxilia com a premiação e dinheiro para gastos com a organização.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	As pessoas fazem caminhadas, mas são utilizadas as ruas comuns do município para este fim.
12	Trilha	-	São trilhas particulares para moto.
13	Praça	-	A Prefeitura está planejando construir uma em 2010, na sede do município.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	-	Reuniões são feitas na sala da Secretaria da Educação.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública situada no centro da cidade.
19	Outro(s). Qual(is)	-	

M10

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Situado na Rua da Igreja.
2	Campo de futebol sete	-	-
3	Quadra voleibol arca	-	Está em projeto para construção, sem previsão de data.
4	Quadra de tênis	1	
5	Ginásio esportivo		Quando há eventos, estes são realizados no ginásio da Igreja Matriz, situado no centro da cidade, que tem acesso para ambulância, mas não para cadeirantes. Nesse ginásio podem ser praticadas modalidades como futebol, voleibol, basquete e handebol, tendo vestiários e banheiros e iluminação artificial, porém quando é quebrada alguma janela, por exemplo, em algum evento do município, é este que arca com a reposição. Os associados da paróquia, por meio de diretoria, fazem a limpeza e exploram a alimentação.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	-	
13	Praça	1	Praça da Igreja Matriz.
14	Quadra esportiva não coberta		Situada na Av. Prof. Sérgio Beninho Gheno.
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	1	Sala de reuniões na sede da Prefeitura.
17	Auditório	1	Situado no prédio da Prefeitura.
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública Municipal.
19	Outro(s). Qual(is)	-	

C2 - RECURSOS MATERIAIS

M1

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	3 1	Material de boa qualidade. -de futsal; -de vôlei.
2	Placares	1	Boa qualidade. Manual.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	5	De boa qualidade os 4 computadores que pertencem à Secretaria da Educação, mas o fax não funciona.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Existem somente nas escolas.
8	Material bibliográfico	-	Bem variados, mas o informante não tem conhecimento se há material bibliográfico sobre esporte e lazer.
9	Balança	1	Utilizada pela nutricionista para o acompanhamento dos alunos nas escolas.
10	Súmulas	-	Confeccionadas pela Secretaria da Educação
11	Outro(s). Qual (is)	1	Equipamento para medir altura, utilizado pela nutricionista para o acompanhamento dos alunos nas escolas.

M2

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	30 2 6	Bolas de futebol de campo foram compradas novas, duas para cada uma das 15 equipes do campeonato municipal de futebol; Bolas de futsal, quando necessário são compradas duas ou três; Bolas de voleibol de areia foram compradas seis para o campeonato.
2	Placares	1	Manual.
3	Atletismo	-	Somente na escola.
4	Equipamentos em geral	1	Máquina de xérox da Prefeitura pode ser usada e não há cobrança pelas cópias.
5	Computadores, fax	3	Telecentros com acesso a internet, sem cobrança de taxa. Fax pode ser usado o da Secretaria de Cultura.

Nº	Material	Quant.	Observações
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico	-	Não sabe informar se há na biblioteca pública material bibliográfico sobre desporto.
9	Balança	2	Uma na escola e uma no posto de saúde.
10	Súmulas	-	São impressas, e preenchidas manualmente.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M3

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	10 5	-Bolas de futsal, de boa qualidade; -Bolas de vôlei.
2	Placares	-	Manual (está projetado para instalação de um eletrónico).
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	30 15/20	-Bambolês, de boa qualidade; -Cones.
5	Computadores, fax	-	Não há específico para o desporto.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Somente nas escolas.
8	Material bibliográfico	-	Pouco material.
9	Balança	1	Pertence à Prefeitura.
10	Súmulas	-	Ficam a cargo da arbitragem.
11	Outro(s). Qual (is)	-	

M4

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	9	6 bolas de futsal e 3 de futebol de campo. Em bom estado.
2	Placares	-	
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	2	Equipamentos existem na Prefeitura, usados também para o desporto e lazer.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico	-	
9	Balança	1	
10	Súmulas	-	Nos campeonatos as pessoas que cuidam do desporto e lazer as fazem.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M5

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	30	Por ano é adquirida essa quantidade e o material está em ótima qualidade.
2	Placares	-	
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	Cordas, bastões estão à disposição.
5	Computadores, fax	-	Estão à disposição na Prefeitura.
6	Bolinhas tênis	-	Somente existentes nas escolas.
7	Jogos xadrez	-	Somente disponíveis nas escolas.

Nº	Material	Quant.	Observações
8	Material bibliográfico	-	Tem.
9	Balança	-	Somente existente nas escolas.
10	Súmulas		A Liga Desportiva Poço das Antas é que organiza os campeonatos, então a súmula e o regulamento são elaborados em conjunto com as equipes e a Prefeitura.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M6

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	-	Quantidade desconhecida, mas as escolinhas de futebol e de vôlei têm o suficiente.
2	Placares	1	Manual.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	-	É usada toda a infraestrutura da Prefeitura.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico	-	Tem, mas fica na Biblioteca Pública.
9	Balança	-	
10	Súmulas	-	As súmulas são feitas pela arbitragem, que é contratada de fora
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M7

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	2 4 4	-Bolas novas; -Bolas usadas de futsal; -Bolas usadas de voleibol; Há bolas usadas de basquete, não sabe a quantidade, mas todas em bom estado.
2	Placares	-	Manual.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	-	Utilizam-se os equipamentos das outras secretarias.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Somente existentes nas escolas.
8	Material bibliográfico	-	
9	Balança	-	
10	Súmulas	-	A equipe de arbitragem normalmente traz.
11	Outro(s), Qual(is)	-	

M8

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	20 10	-Bolas de futsal, de boa qualidade, da escolinha de futsal gerenciada pelo município; -bolas de futebol de campo.
2	Placares	-	Existe apenas placar que marca as faltas.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	Há vários materiais como cordas, colchonetes e arcos.
5	Computadores, fax	-	Há somente aqueles computadores que são da Prefeitura, sendo que a Secretaria da Educação tem também o seu equipamento. Fax, apenas o da Prefeitura.

Nº	Material	Quant.	Observações
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Somente existente nas escolas.
8	Material bibliográfico	-	Não tem conhecimento, porém, se tem, são poucos.
9	Balança	-	Somente existente na Secretaria da Saúde
10	Súmulas	-	São feitas pela própria Secretaria da Educação, baseando-se em modelo retirado da internet.
11	Outro(s). Qual (is)	-	

M9

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	10	As bolas estão sempre sendo renovadas, comprando-se novas e doando as velhas para crianças carente.
2	Placares	-	Todos são manuais.
3	Atletismo	-	Quando materiais são comprados, são deixados nas escolas para serem aproveitados.
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	3	Dois computadores e um fax.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Somente existente nas escolas.
8	Material bibliográfico	-	Disponível na Biblioteca Pública.
9	Balança	-	
10	Súmulas	-	As súmulas são feitas pela comissão organizadora dos jogos e demais eventos.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M10

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	10	Bolas de voleibol e futebol. São usadas.
2	Placares	-	
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	1	Rede de voleibol.
5	Computadores, fax	1	
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico	-	
9	Balança	-	
10	Súmulas	-	
11	Outro(s).	-	

C3 - RECURSOS HUMANOS

M1

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretária da Educação é responsável pelo desporto, é contratada, possui formação em Matemática com pós-graduação na mesma área e atua no cargo desde janeiro de 2009.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	1	Concursado, com formação em Letras (português - inglês). Desde janeiro de 2009 faz parte da Secretaria da Educação.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	-	Integrantes do Conselho Municipal de Desporto (CMD), e este somente é ativado quando ocorre um evento.

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	Aos cuidados da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza	-	Aos cuidados da Prefeitura.
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica nos ambientes do esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M2

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretário da Educação, formado em Gestão Educacional, cedido do Estado para o município, no cargo há 8 anos e 8 meses.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Diretor do esporte, formado em Administração de empresas, cargo de confiança, primeiro ano neste cargo.
4	Professor	1	Professor de Educação Física, formado nesta área, concursado.
5	Estagiário	3	São estagiários pelo CIEE, mas todos na área da educação, e não do esporte.
6	Voluntários	-	Há voluntários somente quando são realizados campeonatos, eventos.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza	-	Ecônomo.
10	Ecônomo	-	Responsável pela limpeza e alimentação do ginásio.
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica na área de esporte e lazer
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M3

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretário da Educação é responsável pelo desporto. Contratado, possui dois anos e meio de magistério sem conclusão e atua no cargo desde janeiro de 2009.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	2	Uma é coordenadora pedagógica, auxilia nas escolas, contratada, graduada em Pedagogia e atua no cargo desde janeiro de 2009. A outra pessoa é concursada, trabalha com a 3ª idade, cursa Educação Física e atua no cargo desde 2006.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	-	Comunidade.
7	Terceirizados	1	Cuida do ginásio (ecônomo).
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	Do ginásio: ecônomo.
9	Responsável pela limpeza	-	Do ginásio: ecônomo.
10	Ecônomo	1	Ecônomo no ginásio.
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica nos ambientes de esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual (is)	-	

M4

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário		O setor de esporte e lazer está vinculado ao Conselho Municipal do Desporto, ligado à Secretaria da Educação e Cultura. Atualmente responde pelo CMD o Secretário de Administração. Sua formação é ensino médio e atua no cargo há quatro anos.
2	Diretor	-	
3	Coordenador		
4	Professor	1	Professor de Educação Física e quase se formando. Atua há um ano como professor contratado, pois antes era estagiário pelo CIEE.
5	Estagiário		

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
6	Voluntários		O pessoal do CMD, vinculado à Prefeitura, trabalha como voluntário nos eventos.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	
9	Responsável pela limpeza	-	
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M5

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Há uma secretaria que abrange Cultura, Desporto, Educação e Política, cuja profissional está há 2 meses no cargo. Conta com o apoio do secretário da Administração, há 8 anos na atividade, e mais uma pessoa, que trabalha há 7 meses.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	Não há coordenação e nem diretoria no desporto, pois as decisões são tomadas em conjunto.
4	Professor	1	Há um professor de Educação Física.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	2	Há dois voluntários da comunidade.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	Responsabilidade das entidades promotoras de eventos.
9	Responsável pela limpeza	-	Responsabilidade das entidades.
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica nas áreas do esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M6

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário		O setor do desporto e lazer está vinculado à Secretaria da Educação. O responsável por esse setor é formado em Ciências Exatas, atua há mais de 4 anos no cargo, como cargo de confiança.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	1	Formado em Educação Física e atua desde janeiro de 2009 e é concursado.
5	Estagiário	1	Graduando em Educação Física e atua desde janeiro de 2009.
6	Voluntários	-	
7	Terceirizados	-	A equipe de arbitragem dos jogos é terceirizada.
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Secretaria de Obras.
9	Responsável pela limpeza	-	Um ecônomo cuida da limpeza no ginásio de esportes.
10	Ecônomo	-	No ginásio poliesportivo.
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica para o esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M7

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Há um secretário da Administração e Planejamento, concursado, sendo 2009 o seu primeiro ano de trabalho, que cuida também da área esportiva e de lazer.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	1	Há professor de Educação Física, formado na área, contratado, que faz anos que trabalha no município.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	-	
7	Terceirizados	1	Professora formada em Educação Física que trabalha com a terceira idade; trata-se de professora municipal concursada na área da educação, mas trabalha como autônoma no atendimento à terceira idade.

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza dos locais		Prefeitura.
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica na área de desporto e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M8

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Há uma secretária da Educação, Cultura e Desporto, contratada, com formação de magistério e cursando Pedagogia, que atua no cargo desde o início de 2009.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	2	Um dos professores é concursado, formado em Educação Física com pós-graduação em andamento e atua no cargo desde fevereiro de 2009; o outro é contratado com graduação em andamento e atua no cargo desde maio de 2009.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários		Somente as pessoas que integram o Conselho Municipal do Desporto (CMD).
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	Aos cuidados da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		Aos cuidados da Prefeitura.
10	Ecônomo	1	Cuida do ginásio municipal mediante contrato com a Prefeitura.
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica para os ambientes do esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual (is)	-	

M9

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Formada em Pedagogia, atua desde janeiro de 2009, como cargo de confiança, sendo titular da Secretaria de Educação, que cuida também da área do desporto.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Graduado em Educação Física; contrato por cargo de confiança, atuando desde o início de 2009.
4	Professor	1	Graduado em Educação Física, concursado.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	-	Quando necessário, são procuradas algumas pessoas que atuam como voluntárias
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		A comunidade, por meio de seus associados e moradores.
10	Ecônomo		A comunidade elege uma diretoria que coordena as ações.
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica na área de lazer e esporte.
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M10

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretário de Educação, Turismo e Desporto. Seu cargo é de confiança, ele é formado em História e atua no cargo há 6 meses.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	1	Professor de Educação Física, embora concursado para área administrativa. Trabalha no cargo há 8 anos.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	-	
7	Terceirizados	-	

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	
9	Responsável pela limpeza	-	
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	
12	Outro(s). Qual (is)	-	

C4 - RECURSOS FINANCEIROS

M1

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	25%	Esse percentual é destinado do orçamento municipal total para a Educação, não existindo valor específico, desses 25%, para o esporte e lazer
2	Origem dos recursos		Próprio e da União
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação de espaços		É locado o ginásio municipal para jogos de futsal.
5	Receita mensal		Varia conforme a necessidade de utilização.
6	Despesas mensais		Variam conforme a necessidade de utilização.
7	Outro(s). Qual (is)	-	

M2

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Entre e 1% do orçamento da Secretaria de Cultura.
2	Origem dos recursos	-	
3	Valor mensalidades	-	Não é cobrada mensalidade, mas entre os jogadores, o coordenador e o treinador é feito um acordo de contribuição para integração do grupo.
4	Locação de espaços	-	Não é cobrada taxa para utilização.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M3

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		É destinado para a Educação e quando necessário é disponibilizado para o desporto.
2	Origem dos recursos	-	
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação de espaços	-	
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	R\$ 3.000,00	Valor em 2009 para o desporto.
7	Outro(s). Qual (is)	-	

M4

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	-	Anual.
2	Origem dos recursos	-	Do município.
3	Valor mensalidades	-	Não são cobradas mensalidades na escolinha de futebol.

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
4	Locação dos espaços	2	Ginásio e campo de futebol são alugados para terceiros.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais		Aré o momento (jul/2009) são cerca de R\$ 15.000,00.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M5

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 20 mil	Valor destinado ao desporto por ano.
2	Origem dos recursos		Da Prefeitura e da Secretaria da Cultura, Desporto, Educação e Política.
3	Valor mensalidades	R\$ 75,00	Valor cobrado por ano de cada atleta nas escolinhas de futebol.
4	Locação de espaços	-	
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M6

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 485.000,00	Orçamento aproximado para o Esporte e Turismo juntos para o ano de 2010.
2	Origem dos recursos		Prefeitura.
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação de espaços		O ginásio possui locações, mas o valor fica para a sua manutenção.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M7

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Em função do projeto de construção da pista atlética, em 2009 o orçamento ficou em torno de R\$ 273.000,00.
2	Origem dos recursos	-	
3	Valor mensalidades	-	Não são cobradas.
4	Locação de espaços	-	Não há cobrança pelo uso de espaços.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais		Há despesas com o Campeonato municipal de futsal, arbitragem, seguranças.
7	Outro(s). Qual (is)	-	

M8

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 18.719,54	Valor gasto com desporto em 2009.
2	Origem dos recursos		Da Prefeitura.
3	Valor mensalidades	-	Não há cobrança de mensalidades.
4	Locação de espaços		Somente o ginásio para jogos e eventos, e tudo o que diz respeito às finanças desse espaço fica a cargo do ecônomo.
5	Receita mensal		Varia conforme os eventos.
6	Despesas mensais		Varia conforme os eventos.
7	Outro(s). Qual (is)	-	

M9

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	-	Não há orçamento específico do esporte e lazer. Os projetos são enviados para a aprovação pela Câmara de Vereadores.
2	Origem dos recursos		A origem dos recursos são todos da Prefeitura, mais especificamente da Secretaria de Educação. São recebidas algumas doações, como medalhas e camisetas.
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação de espaços		Os valores das locações dos espaços públicos ficam com a comunidade.
5	Receita mensal		
6	Despesas mensais		Em torno de R\$ 800,00 por mês.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M10

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 20.000,00	Anual.
2	Origem dos recursos		Município.
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação de espaços	-	
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual (is)	-	

C5 – POLÍTICA DESPORTIVA

M1

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Não tem conhecimento até o momento se há alguma política nesse sentido.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Existe desporto de participação (os campeonatos).
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Sim, há metas. Quadra de areia, escolinha de futebol, educador físico para trabalhar em projetos, projeto segundo tempo.
5	Público alvo	Geral.
6	Existência de projetos sociais	Aos cuidados da Secretaria da Saúde.
7	Atividades para o sexo feminino	
8	Benefícios a atletas	Não há.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim, são campeonatos organizados por categoria – faixa etária.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Secretaria da Educação.
11	Outro(s). Qual (is)	

M2

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Hoje há um pouco mais que anos atrás.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	As três modalidades são contempladas pelo município.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	A lei é cumprida parcialmente.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Qualificar mais o trabalho da escolinha de futebol, construir uma pista atlética.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes.
6	Existência de projetos sociais	Informática, dança para terceira idade.

Nº	Política desportiva	Observações
7	Atividades para o sexo feminino	Escolinhas de futebol, voleibol e handebol.
8	Benefícios a atletas	Auxílio transporte.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Participação em campeonatos municipais e regionais de futebol.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	
11	Outro(s). Qual(is)	

M3

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Não tem conhecimento se existe.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	
4	Metas a curto, longo e médio prazo	Realizar Taça Gaúcha de Futebol; Campeonato municipal de futebol de campo e futsal; Campeonato de carta; Campeonato de moto
5	Público alvo	Geral.
6	Existência de projetos sociais	
7	Atividades para o sexo feminino	Futsal e futebol de campo.
8	Benefícios a atletas	
9	Participação de campeonatos, amistosos	Campeonato Regional e Taça Certel (futebol).
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Prefeito, secretários.
11	Outro(s). Qual(is)	

M4

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Sim.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes, terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	Sim, relacionados à Melhor Idade.
7	Aktividades para o sexo feminino	Campeonato de futsal e projeto 2º tempo.
8	Benefícios a atletas	Não.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Não.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Pessoal que trabalha com o desporto e o CMD.
11	Outro(s). Qual(is)	

M5

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim, tem a Escolinha Municipal Poço das Antas (EMPA), que ensina regras de funcionamento, disciplina, pontualidade, respeito, integração, competição e participação por ela disputada e bom aproveitamento escolar.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto de participação e de rendimento escolar.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Em todo bimestre sai o boletim escolar dos atletas da EMPA para verificar se estão obtendo média.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Há metas a curto prazo, mas também a longo prazo para o funcionamento dos projetos.
5	Público alvo	O conjunto familiar.
6	Existência de projetos sociais	A escolinha de futebol promove a doação de sangue e é oferecido um lanche para quem participa.

Nº	Política desportiva	Observações
7	Atividades para o sexo feminino	Vôlei e futebol, sendo que nesta modalidade elas conquistaram uma taça.
8	Benefícios a atletas	Existem 3 atletas que jogam no Campeonato Gaúcho e por isso não pagam mensalidade da escolinha.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Os times da escolinha de futebol participam de campeonatos.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	As secretárias, o professor, os voluntários e as entidades.
11	Outro(s). Qual(is)	

M6

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de esporte e lazer	Sim, sempre é incentivado o esporte e o lazer.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Uma quadra de futebol sintético e pensando em fazer um centro para o idoso, em 2010; serão investidos, no ano de 2010, R\$ 100.000,00 no campo de futebol e R\$ 100.000,00 no ginásio poliesportivo.
5	Público alvo	Crianças, jovens, adultos e terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	
7	Atividades para o sexo feminino	Escolinhas e para terceira idade.
8	Benefícios a atletas	
9	Participação de campeonatos, amistosos	Participação de vários campeonatos como forma de integração e competição.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Secretária e professores.
11	Outro(s). Qual(is)	

M7

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Projeto de construção de uma cancha de bocha, quadra de voleibol de arcaia, quadra de futebol sete, pista de atletismo, academia ao ar livre.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes, terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	Bailão da terceira idade.
7	Atividades para o sexo feminino	Somente na escola, com escolinha de voleibol.
8	Benefícios a atletas	
9	Participação de campeonatos, amistosos	Atualmente não, mas em épocas passadas jogadores participavam do Campeonato da ASLIVATA (Associação de Ligas do Vale do Taquari).
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Pessoal do setor da engenharia e da administração.
11	Outro(s). Qual(is)	

M8

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Não.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e de participação
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Curto prazo: organizar melhor a escolinha de futsal; médio prazo: levar os alunos da escolinha para jogos fora do município; longo prazo: academia ao ar livre, quadra de arcaia, pista de atletismo.
5	Público alvo	Geral.

Nº	Política desportiva	Observações
6	Existência de projetos sociais	
7	Atividades para o sexo feminino	Escolinha de futsal.
8	Benefícios a atletas	Não.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Não.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Secretária da Educação e membros do Conselho Municipal Desportivo.
11	Outro(s). Qual(is)	

M9

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	É mais educacional e de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Não está no papel.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Projeto da praça pública, escolinha de futebol e vôlei para 2010.
5	Público alvo	Principalmente crianças, mas também adultos e idosos
6	Existência de projetos sociais	Projeto para a terceira idade, com dois grupos na cidade, sendo que às quartas-feiras de tarde são atendidas as comunidades do interior.
7	Atividades para o sexo feminino	Apenas para a terceira idade.
8	Benefícios a atletas	
9	Participação de campeonatos, amistosos	Participação em campeonatos de futsal e futebol de campo disputados pelos municípios e outros atletas.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	A coordenadora do projeto e o professor de Educação Física.
11	Outro(s). Qual(is)	

M10

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim, tem.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	É para ser cumprida.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Construção de ginásio, manutenção dos campeonatos que o município já vem realizando e colocação de outras modalidades. Hoje há campeonato de futsal que envolve todas as comunidades do município e campeonato de futebol, e para 2010 realizar campeonato de bocha com modalidade 48 e também corrida de perna longa.
5	Público alvo	Crianças e adolescentes.
6	Existência de projetos sociais	Projeto para dança italiana, projeto de artesanato, projeto de música.
7	Atividades para o sexo feminino	Haverá atividades na escolinha de futebol.
8	Benefícios a atletas	
9	Participação de campeonatos, amistosos	
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Há um time do município que participa dos campeonatos em Dois Lajeados e Muçum.
11	Outro(s). Qual(is)	

C6 – POLÍTICA DE PARCERIA

M1

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não há parceiros.
2	Se existe, está no papel	
3	Iniciativa público-privada	
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	
5	Principais parceiros	

Nº	Política de parceria	Observações
6	Quem capta os parceiros	
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	
8	Parcerias para o futuro	O setor planeja futuramente realizar parcerias.
9	Outro(s). Qual(is)	

M2

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política parcerias	O respondente não sabe informar
2	Se existe, está no papel	Existe apenas oralmente
3	Iniciativa público-privada	
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Em forma de apoio existem parcerias
5	Principais parceiros	Metalúrgica Corvo, Rede Forte, Mercado Primavera (comércio local), os clubes esportivos. A questão de a comunidade auxiliar é muito bom; se não fosse isso, talvez os organizadores dos eventos públicos teriam de cobrar ingressos, mas o objetivo é ser algo atrativo e para onde as pessoas possam ir e se divertir. Também o município patrocina as despesas com a premiação, material esportivo de eventos da comunidade.
6	Quem capta os parceiros	Os representantes dos clubes esportivos
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Quando são realizados campeonatos, são assinados documentos. Por exemplo, foi repassado para o presidente de um clube de futebol o valor de R\$ 3.000,00 e essa pessoa irá prestar contas deste recurso ao município.
8	Parcerias para o futuro	
9	Outro(s). Qual(is)	

M3

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	-
2	Se existe, está no papel	A política é verbal.
3	Iniciativa público-privada	
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	
5	Principais parceiros	Empresas particulares e Sicedi.
6	Quem capta os parceiros	Secretaria da Educação.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	
8	Parcerias para o futuro	Pretende conseguir parceiros mais fixos.
9	Outro(s). Qual(is)	

M4

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não.
2	Se existe, está no papel	
3	Iniciativa público-privada	
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Existe parceria em forma de patrocínio.
5	Principais parceiros	Sicedi.
6	Quem capta os parceiros	Quando precisam de patrocínio, os responsáveis pelo setor do desporto e lazer vão em busca.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Apenas acordo verbal.
8	Parcerias para o futuro	Com certeza deseja que ocorram.
9	Outro(s). Qual(is)	

M5

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Na medida em que acontecem os eventos, são buscadas parcerias.
2	Se existe, está no papel	Não está no papel, só quando é necessário.
3	Iniciativa público-privada	São parcerias públicas e privadas.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio....	Algumas em forma de apoio e outras, de patrocínio.
5	Principais parceiros	Sicredi, Cooperativa Languiru, Rádio Popular, Esporte Clube Poço das Antas, Esporte Clube Onze Amigos, LEPA (Liga Esportiva Poço das Antas), Federação Gaúcha de Ciclismo, escolas e entidades municipais.
6	Quem capta os parceiros	Prefeitura
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não há contrato formal.
8	Parcerias para o futuro	
9	Outro(s). Qual(is)	

M6

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não há no momento.
2	Se existe, está no papel	
3	Iniciativa público-privada	
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio....	Em 2008, o Banco Sicredi apoiou na premiação o Campeonato de futsal em troca de publicidade.
5	Principais parceiros	Nenhum parceiro oficial no papel
6	Quem capta os parceiros	As pessoas que respondem pelo desporto e lazer no município, quando acontece.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito de parceria	Não, apenas há acordo verbal.
8	Parcerias para o futuro	Sempre são bem-vindas.
9	Outro(s). Qual(is)	

M7

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim.
2	Se existe, está no papel	É política mais verbal
3	Iniciativa público-privada	
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Parceria em forma de patrocínio.
5	Principais parceiros	Banco do Brasil e Sicredi.
6	Quem capta os parceiros	Comissão organizadora do evento.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	
8	Parcerias para o futuro	
9	Outro(s). Qual(is)	

M8

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não.
2	Se existe, está no papel	Não.
3	Iniciativa público-privada	Não
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Somente a Secretaria da Educação é parceira com as comunidades do município quando estas procuram apoio.
5	Principais parceiros	
6	Quem capta os parceiros	
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	
8	Parcerias para o futuro	Sim, a intenção é buscar parceria no comércio municipal para a confecção dos uniformes da escolinha de futebol de campo, apesar de o ramo comercial não ser forte.
9	Outro(s). Qual (is)	

M9

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não.
2	Se existe, está no papel	
3	Iniciativa público-privada	
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Parceria de rádio e jornal para divulgação de eventos.
5	Principais parceiros	
6	Quem capta os parceiros	As pessoas da Secretaria da Educação, quando preciso
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não há, apenas combinação verbal.
8	Parcerias para o futuro	É intenção ampliar os trabalhos e para isso será preciso conseguir possíveis parcerias.
9	Outro(s). Qual(is)	

M10

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	
2	Se existe, está no papel	
3	Iniciativa público-privada	Iniciativas privadas.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Parcerias em forma de apoio e patrocínio.
5	Principais parceiros	As empresas locais em vez de pagar o ICMS ao Estado acabam direcionando ao município por meio dos projetos. A empresa Balcon é um exemplo.
6	Quem capta os parceiros	Secretário de Educação, Turismo e Desporto.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não há contrato escrito.
8	Parcerias para o futuro	
9	Outro(s). Qual(is)	

C7 – PROJETOS E PROGRAMAS

M1

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	<p>-Semana do município: baile; programação especial para as escolas com teatro “Luz e Cena”, brincadeiras, brincados do SESC almoço; palestras com psicólogo, médico, fisioterapeuta, nutricionista; jogos de futsal, voleibol misto realizado a cada ano em uma comunidade sorteada, quando o município arca com as despesas e organização, na parte da tarde participa a 3ª idade e a noite o público em geral.</p> <p>-Estão projetados para ocorrer: campeonato municipal de bocha e de futsal, cavalgada com recepção, janta, coral, apresentação das crianças;</p> <p>-Em out/2009 estão programados os jogos do G8 (grupo dos 8 municípios da região alta do Vale do Taquari);</p> <p>-Em dez/2009, Natal na praça;</p> <p>-Existe uma funcionária que faz trabalhos com a 3ª idade, também uma fisioterapeuta que organiza caminhadas aos cuidados da Secretaria da Saúde.</p>
2	Evento desportivo top	Em 2009, o evento destaque é a semana do município, mas o maior é o campeonato municipal de futebol.
3	Evento não desportivo top	Baile do município e Natal na praça.
4	Diferenciais dos projetos	
5	Necessidades especiais	Aos cuidados da Secretaria da Saúde, há atividades uma vez por semana.
6	Desportos radicais	Não.
7	Eventos em parceria	
8	Existe calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Secretaria da Educação.
10	Os programas e projetos existem no papel	
11	Outro(s). Qual (is)	

M2

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Campeonato de futsal; - Um baile para a terceira idade, que inicia de manhã e vai até a noite, com diversas brincadeiras, almoço, concurso de piadas, muita dança e alongamentos.
2	Evento desportivo top	Campeonato de futebol de campo do qual participaram mais de 1.200 atletas de outras cidades.
3	Evento não desportivo top	Blumentanzfest: festa das flores, que é esperada com grande expectativa, a comunidade enfeita seus jardins e há premiação para o jardim mais bonito.
4	Diferenciais dos projetos	Boa receptividade, comércio, alimentação, organização, os atletas são respeitados na rua, não há desrespeito.
5	Necessidades especiais	Não há atividades esportivas, mas o pessoal da Assistência Social realiza trabalhos com os portadores de necessidades especiais.
6	Desportos radicais	Não há, mas vamos construir algo.
7	Eventos em parceria	Campeonato de futebol.
8	Existe calendário anual	Sim, mas não somente do esporte.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Prefeito, coordenador de esportes, secretaria, representantes dos clubes, entidades.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim, todos são colocados no papel, para fazer um trabalho organizado.

M3

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Escolha das soberanas; -Em dez/2009, noite cultural
2	Evento desportivo top	Campeonato municipal de futebol de campo.
3	Evento não desportivo top	-Noite cultural; -Festival da canção italiana.
4	Diferenciais dos projetos	Busca de parcerias, divulgação e planejamento.
5	Necessidades especiais	Aos cuidados da Assistência Socia.

Nº	Projetos e programas	Observações
6	Desportos radicais	
7	Eventos em parceria	
8	Existe calendário anual	Em 2009, não há até o momento (agosto).
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Prefeitura.
10	Os programas e projetos existem no papel	São registrados por escrito.
11	Outro(s). Qual (is)	

M4

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Campeonatos municipais: Futsal: categorias Infantil, Livre, Veterano; Futebol de Campo: Livre; Canastra: Livre e Casais; -Projeto: Segundo Tempo; -Projeto: Praticando Saúde (Melhor Idade); -Exercícios mensais com portadores de necessidades especiais.
2	Evento desportivo top	Campeonato Municipal de Futsal e Copa Sieredi.
3	Evento não desportivo top	Festa do Colono e Motorista.
4	Diferenciais dos projetos	Priorizar os desportistas do município.
5	Necessidades especiais	Encontro mensal com grupo de pessoas com necessidades especiais.
6	Desportos radicais	
7	Eventos em parceria	
8	Existe calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Conselhos Municipais.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual(is)	

M5

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	<ul style="list-style-type: none"> -Campeonato municipal de futsal; -Campeonato regional (Copa Pia); -5 Torneio de integração da Escolinha Municipal Poço das Antas (EMPA); -Copa Guri Bom de Bola; -3ª Etapa Estadual de Ciclismo; -Copa Rádio Popular e a Copa Sicredi; -Projeto do Parque, em que haverá pista de caminhada e campo de futebol sete, além de espaço para oficinas para aulas de música, dança, etc.
2	Eventos desportivos top	Copa Sicredi e Copa Rádio Popular, quando o município ganhou com a melhor torcida, e o ciclismo sediado aqui por 2 anos seguidos.
3	Evento não desportivo top	Baile da Solidariedade, em que a entrada é um quilo de alimento não perecível e no qual tocam várias bandas.
4	Diferenciais dos projetos	Os meninos que participam da escolinha de futebol dificilmente têm nota baixa na escola.
5	Necessidades especiais	Não, mas está em projeto.
6	Desportos radicais	
7	Eventos em parceria	Em todos os eventos há parceiros.
8	Existe calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual(is)	

M6

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Escolinhas de futebol; -Terceira idade.
2	Evento desportivo top	Campeonato Municipal de Futebol.
3	Eventos não desportivos top	-Festa do padroeiro Santo Antônio; -Festa da gruta
4	Diferenciais dos projetos	Empenho dos profissionais responsáveis e a organização.
5	Necessidades especiais	Não temos projetos, mas temos bem poucos deficientes;
6	Desportos radicais	
7	Eventos em parceria	Não temos feito parcerias.
8	Existe calendário anual	Existe um calendário geral de todas as atividades do município.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Os profissionais responsáveis pelos projetos dos eventos e os da Secretaria da Educação.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual(is)	

M7

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Campeonato de futsal.
2	Evento desportivo top	-Rodeio; -Campeonato municipal de futsal.
3	Evento não desportivo top	-Festa do chopp, feita por entidades particulares; -Bailes com escolha da rainha e soberana do município; -Festa do colono e do motorista.
4	Diferenciais dos projetos	
5	Necessidades especiais	Secretaria da Assistência Social faz trabalhos, mas não é do conhecimento do entrevistado se são atividades esportivas.

Nº	Projetos e programas	Observações
6	Desportos radicais	
7	Eventos em parceria	Campeonato de futsal.
8	Existe calendário anual	Sim, mas não é específico do esporte.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	
10	Os programas e projetos existem no papel	Não.
11	Outro(s). Qual(is)	

M8

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Mar/2009: aniversário do município - campeonato de futebol de campo e futsal, carta, bocha, vôlei e o baile; -Ago/2009 está ocorrendo campeonato de futsal e em andamento a organização para realizar campeonato de futebol sete; -Terceira idade: realizadas atividades de ginástica e caminhadas.
2	Evento desportivo top	Campeonato de futsal.
3	Evento não desportivo top	Baile do município.
4	Diferenciais dos projetos	No campeonato de futsal ocorreu abertura com os times entoando o hino nacional, com crianças levando as bandeiras nacional, estadual e municipal.
5	Necessidades especiais	Secretaria da Saúde organiza o grupo de pessoas, reunindo-se uma vez por mês e, quando possível, a professora de Educação Física realiza atividades de dança e brincadeiras
6	Desportos radicais	Não existem, apesar de haver lugares possíveis para a realização.
7	Eventos em parceria	Não.
8	Existe calendário anual	Há um calendário geral.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Secretaria da Educação e CMD.
10	Os programas e projetos existem no papel	Projeto existe no papel, mas a distribuição de tarefas é verbal.
11	Outro(s). Qual (is)	

M9

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Projeto Cantar; -Terceira idade com atividades de exercícios e alongamentos; os demais como escolinhas de futebol e vôlei está sendo pensando para 2010.
2	Evento desportivo top	Campeonato municipal de futsal. Por se tratar do primeiro campeonato organizado pela atual equipe, a participação foi considerada muito boa.
3	Evento não desportivo top	-Noite cultural; -Feira do livro.
4	Diferenciais dos projetos	Busca pela participação e a integração das comunidades.
5	Necessidades especiais	Não tem atividade voltada aos portadores.
6	Desportos radicais	
7	Eventos em parceria	
8	Existe calendário anual	Todas as comunidades se reúnem para fazer um único calendário, de festas e outros eventos do município;
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Equipe da Secretaria de Educação e coordenadora de esportes.
10	Os programas e projetos existem no papel	Todas as atividades desenvolvidas estão no papel.
11	Outro(s). Qual(is)	

M10

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Campeonato de futsal; -Campeonato de futebol, e para 2010 o campeonato de bocha modalidade 48; -Torneio do Boi.
2	Evento desportivo top	-Campeonatos de futebol ou futsal organizados pelas comunidades.
3	Evento não desportivo top	Feira do município, Expovespa, que acontece de dois em dois anos.
4	Diferenciais dos projetos	

Nº	Projetos e programas	Observações
5	Necessidades especiais	
6	Desportos radicais	
7	Eventos em parceria	
8	Existe um calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	O pessoal da Prefeitura e da Secretaria de Educação, Turismo e Desporto.
10	Os programas e projetos existem no papel	Os projetos estão no papel.
11	Outro(s). Qual(is)	

C8 - POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

M1

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Avaliação é verbal.
2	Quem participa do processo	Secretaria da Educação.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Analisar o que foi bom, o que pode ser mudado, melhorado.
4	Quem tem acesso aos resultados	
5	Relatório (frequência)	Não há registros.
6	Qual o destino dos relatórios	
7	Outro(s). Qual (is)	

M2

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	Representantes das entidades, parceiros, secretários, coordenador de esportes.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Se não existe avaliação, acaba-se chegando ao final do evento e não se vai saber se realmente teve bons resultados ou não.
4	Quem tem acesso aos resultados	Toda a comunidade.
5	Relatório (frequência)	Os relatórios são feitos pelos clubes em forma de atas.
6	Qual o destino dos relatórios	Normalmente eles ficam guardados nos livros de registros das entidades. Estes livros ficam guardados lá eternamente, pois um dia podem fazer parte da história da entidade na comunidade.

M3

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Existe avaliação.
2	Quem participa do processo	Organizadores do evento.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Avaliar pontos positivos, o que pode ser modificado e melhorado.
4	Quem tem acesso aos resultados	Somente os organizadores.
5	Relatório (frequência)	Os relatórios são verbais.
6	Qual o destino dos relatórios	
7	Outro(s). Qual (is)	

M4

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Os projetos são avaliados.
2	Quem participa do processo	O pessoal responsável pelo esporte e lazer.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Serve para corrigir as falhas.

Nº	Política de avaliação	Observações
4	Quem tem acesso aos resultados	A administração municipal e os organizadores.
5	Relatório (frequência)	Relatório por projeto.
6	Qual o destino dos relatórios	-
8	Outro(s). Qual(is)	

M5

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Existe sim, e sempre há um grande envolvimento do município nas programações oferecidas.
2	Quem participa do processo	Secretária, voluntários e os parceiros.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Aumentar a participação dos jovens nos eventos, para que fiquem longe das drogas.
4	Quem tem acesso aos resultados	Toda a comunidade.
5	Relatório (frequência)	Somente existem relatórios da escolinha e campeonatos, que são anuais.
6	Qual o destino dos relatórios	Alguns ficam na Prefeitura e outros na L.APA.
7	Outro(s). Qual(is)	

M6

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Informal, quando são trocadas algumas ideias após as competições.
2	Quem participa do processo	A parte administrativa do evento.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Resolver alguns probleminhas.
4	Quem tem acesso aos resultados	
5	Relatório (frequência)	Não é feito registro da avaliação.
6	Qual o destino dos relatórios	
7	Outro(s). Qual(is)	

M7

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim, mas somente verbal
2	Quem participa do processo	-
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	A finalidade é ver como foi o evento, para melhorar, ver quais providências devem ser tomadas.
4	Quem tem acesso aos resultados	
5	Relatório (frequência)	
6	Qual o destino dos relatórios	
7	Outro(s). Qual(is)	

M8

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Os eventos são avaliados, até mesmo durante seu desenvolvimento.
2	Quem participa do processo	Secretaria da Educação e o CMD se responsabilizam em ouvir as sugestões dos espectadores para uma avaliação da arbitragem, jogadores. É uma forma de integração com a comunidade.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Avaliar o que precisa mudar e melhorar.
4	Quem tem acesso aos resultados	
5	Relatório (frequência)	
6	Qual o destino dos relatórios	
7	Outro(s). Qual (is)	

M9

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	A comissão organizadora e um representante de cada equipe
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Quando se está na organização, não se observam certas coisas, diferente para quem está de fora, podendo, assim, melhorar o evento com ideias e sugestões, levantar pontos positivos e negativos. A avaliação serve para escutar os representantes das equipes e melhorar pontos negativos.
4	Quem tem acesso aos resultados	Todos que tiverem interesse.
5	Relatório (frequência)	Os relatórios são colocados num livro de atas.
6	Qual o destino dos relatórios	São guardados na Prefeitura.
7	Outro(s). Qual(is)	

M10

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Não existe.
2	Quem participa do processo	Secretário
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Apenas é analisado o que aconteceu, como, por exemplo, se houve briga, qual time ficou campeão.
4	Quem tem acesso aos resultados	Fica registrado na Secretaria de Educação, Turismo e Desporto para todos que quiserem ver.
5	Relatório (frequência)	
6	Qual o destino dos relatórios	Ficam guardados na Prefeitura.
7	Outro(s). Qual(is)	

GRUPO B - de 2.501 a 5.000 habitantes

C1 - ESTRUTURA FÍSICA

M11

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	
2	Campo de futebol sete	2	Ambos localizados no centro da cidade. Um campo possui acesso para cadeirantes; o outro não tem nada específico. Ambos têm acesso para ambulância e são cercados, mas sem arquibancadas (elas estão projetadas). Um deles possui iluminação artificial, banheiros e vestiários. Limpeza e manutenção ficam aos cuidados da Prefeitura.
3	Quadra voleibol areia	1	Também pode ser usada para futebol. Localização: centro. É cercada, tem iluminação artificial e os vestiários e banheiros são os mesmos do campo de futebol sete. Manutenção e limpeza ficam aos cuidados da Prefeitura.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Localização: centro. O piso é de tabuão, há rede de proteção, possui arquibancadas (500 pessoas), com acomodação total em torno de 2.500 pessoas. Modalidades possíveis: futsal, vôlei, basquete e handebol. A iluminação é artificial, possui vestiários e banheiros e acesso para ambulância e cadeirantes. Quando ocorre evento, a alimentação é explorada pela APM da escola.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	1	Localização: centro da cidade. Também é utilizada para caminhadas. Possui piso de asfalto.
9	Pista de skate	-	Há projeto para ser concretizada até final de 2009.
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas	1	Localização: centro da cidade. Também é utilizada como pista atlética. Possui piso asfaltado.
12	Trilha	-	Existem trilhas feitas a pé pelas pessoas e também há motoqueiros que fazem trilhas na mata. Localização: aproximadamente um quilômetro do centro da cidade.
13	Praça	1	Localização: centro. A praça possui brinquedos, iluminação artificial, banheiros e acesso para cadeirantes. Manutenção e limpeza ficam aos cuidados da Prefeitura.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	1	Situada na Biblioteca Pública Municipal.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Localizada ao lado da Escola Municipal, no centro.
19	Outro(s). Qual(is)	-	

M12

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Está localizado na sede do município, sendo que há outros no interior, organizados pelas comunidades. O da cidade tem acesso para cadeirantes e ambulância, possui arquibancadas, a iluminação é natural, tem banheiros e vestiários e a limpeza e a manutenção são feitas por funcionários da Prefeitura.
2	Campo de futebol sete		Há vários no interior, coordenados pelas comunidades.
3	Quadra voleibol arcia	-	Está em projeto.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Existe o ginásio poliesportivo que é do município e um outro pertence ao Colégio Estadual, mas todas as comunidades do interior possuem o seu. O da cidade tem 2 grandes banheiros e vestiários, seu tamanho é de 55 x 50m, tem acesso para cadeirantes e ambulância, a iluminação é artificial e tem arquibancadas. São praticadas as modalidades de vôlei e futsal, basquete não, pois não existem as tabelas. Limpeza e manutenção são feitas por funcionários da Prefeitura.
6	Cancha de bocha	-	Existem canchas pertencentes às comunidades do interior.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	-	Tinha uma, mas foi abandonada. Agora estão em projeto as trilhas de moto e de gaiola.
13	Praça	2	Uma na frente da Igreja e outra também no centro da cidade que foi construída no ano passado.
14	Quadra esportiva não coberta	-	Tinha uma de um antigo Colégio, mas agora é utilizada como estacionamento.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
15	Alojamento		São utilizados os ginásios e às vezes o espaço da escolinha de futebol.
16	Sala de reuniões		Na sala do ginásio de esportes, existe a sala dos troféus que é usada como sala de reuniões.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	
19	Outro(s). Qual(is)	-	

M13

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	Está em projeto
2	Campo de futebol sete	1	Localização: centro da cidade. É cercado, com acesso para ambulância e cadeirantes, sem arquibancadas, com banheiros e vestiários separados para árbitros e atletas, sem iluminação (está projetada).
3	Quadra voleibol arcaia	1	Cercada, mas sem iluminação; possui acesso para cadeirantes e ambulância.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Localização: centro. Possui arquibancadas para cerca de 500 pessoas sentadas. Tem proteção de rede, acesso para ambulância e cadeirantes, vestiários separados para árbitros e atletas, iluminação artificial, piso de parque. É poliesportivo. Manutenção é feita pela Prefeitura e há ecônomo que explora a alimentação nos eventos.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	1	A pista está montada, sem raias, projetada para o final de 2009.
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	1	Localização: centro da cidade; é em forma oval, com piso pó de brita e sem iluminação.
12	Trilha	-	
13	Praças	6	Localização: centro; são pequenas praças com iluminação artificial e bancos.
14	Quadra esportiva não coberta	1	Localização: centro, situada na EMEI (Escola Municipal de Ensino Infantil), sem iluminação.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
15	Alojamento		Atletas alojam-se no ginásio esportivo.
16	Sala de reuniões	1	Está situada na Prefeitura.
17	Auditório	2	Cabem 400 pessoas em um deles e 200 em outro.
18	Biblioteca		Em cada escola municipal tem uma biblioteca com referencial bibliográfico sobre esporte e lazer.
19	Outro(s). Qual (is)	1	Academia ao ar livre sem iluminação, mas que está projetada. Localização: centro.

M14

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	Está em construção.
2	Campo de futebol sete	-	
3	Quadra vôleibol areia	-	
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Localiza-se no centro da cidade, possui iluminação artificial, acesso para cadeirantes e ambulância, o piso é de cimento e dentro do ginásio não há banheiros nem vestiários, os quais se situam na parte externa.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista arlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	1	Trilha dos jipeiros.
13	Praça	2	Uma delas está em projeto de construção e outra se situa no centro da cidade.
14	Quadra esportiva não coberta	-	Existe quadra somente na escola municipal.
15	Alojamento		Somente no Parque de Exposições
16	Sala de reuniões	1	

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
17	Auditório	4	Miniauditórios (nas escolas, clínica de saúde, posto de saúde).
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública Municipal, criada em 2009. Recebeu 2.500 livros que fazem parte do acervo e deve ter algum livro que fale de esporte e nas escolas também existem bibliotecas. No total existem 11.500 livros disponíveis nas bibliotecas das escolas, e qualquer pessoa da comunidade pode retirá-los.
19	Outro(s). Qual(is)	-	

M15

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	O município possui um Estádio Municipal de 73m x 90m
2	Campo de futebol sete	-	
3	Quadra vôleibol areia	1	
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Há um ginásio poliesportivo em fase de conclusão.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	1	Há uma pista na praça, mas não é específica para isso.
12	Trilha	-	
13	Praça	1	Praça defronte à Prefeitura.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	-	
17	Auditório	1	Auditório situado no prédio da Prefeitura.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública Municipal. Existe uma Academia com equipamentos de ginástica ao ar livre, situada na praça defronte à Prefeitura. -Há também o Parque do IBAMA, espaço de lazer que se localiza na área central da cidade com cerca de 24 hectares, constituído basicamente de mata nativa, no qual se pode observar o processo histórico da crva-mate. No local há ainda a trilha Eco Parque, que se destaca por possuir 36 pontos de árvores nativas. De dois em dois anos, ali é realizada a Turismate, festa da crva-mate. O Parque está aberto à visitação pública diariamente e a manutenção é feita por funcionários municipais. -O Parque de Eventos (Rodeios) localiza-se perto do centro, em ambiente destinado ao lazer, com infraestrutura para acampamento em meio à mata nativa. Neste Parque, há pista de Supercar e KartCross. Anualmente, em dezembro, realiza-se o Rodeio, sob responsabilidade do CTG Querência do Mato, com o apoio da Administração Municipal, a qual também cuida da manutenção do local.
19	Outro(s). Qual(is)		

M16

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	
2	Campo de futebol sete	1	Localiza-se no centro da cidade, ao lado do ginásio esportivo, e é cercado por tela.
3	Quadra voleibol areia	-	
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Localiza-se no centro da cidade e tem acesso para cadeirantes e ambulância. É uma quadra poliesportiva, que tem um espaço para jogos de bola, separado da quadra por parede de concreto. O ginásio tem espaço para acomodação de cerca de 250 pessoas. Possui cozinha, copa, banheiros e vestiários amplos e piso de parquê. Sua iluminação é artificial e tem rede ao redor da quadra. Quem faz a limpeza são os funcionários do município.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	As pessoas realizam suas caminhadas nas ruas, pois a cidade ainda é pequena.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
12	Trilha	-	
13	Praça	1	Localiza-se no centro da cidade, tendo vários brinquedos para as crianças.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	-	
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	A biblioteca está localizada no centro da cidade, ao lado da Prefeitura, e tem material bibliográfico em relação ao desporto e lazer.
19	Outro(s). Qual(is)		

M17

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	
2	Campo de futebol sete	-	
3	Quadra voleibol arcia	-	
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	2	Um está situado na comunidade de Tamanduá, com piso de cimento e o outro em Bela Vista do Fão, com piso de parque. Os 2 têm iluminação artificial, não têm arquibancadas, comportam em torno de 500 pessoas cada um, possuem redes de proteção, ambos têm acesso para cadeirantes e ambulância e têm vestiários para os atletas. A manutenção é feita pela Prefeitura e a limpeza, pelo ecônomo. No ginásio de Tamanduá podem ser praticados futsal e vôlei e no de Bela Vista do Fão pode ser também praticado basquete.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	-	
13	Praça	3	Duas na sede e uma na comunidade de Bela Vista do Fão.
14	Quadra esportiva não coberta	2	Uma na sede e outra na praça de Bela Vista do Fão.
15	Alojamento		
16	Sala de reuniões		
17	Auditório		
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública municipal.
19	Outro(s). Qual(is)		

M18

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Um deles localiza-se na sede do município, cuidado por ecônomo e com manutenção feita pela Prefeitura; há outro, no interior, mas é campo particular.
2	Campo de futebol sete	2	São mais retirados do centro; há ecônomo que cuida, sendo que a manutenção é feita pela Prefeitura.
3	Quadra vôleibol arcia	1	Situada em um bairro do município.
4	Quadra de tênis		

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
5	Ginásio esportivo	2	No ginásio do centro da cidade, as modalidades esportivas são futsal, voleibol, basquetebol somente nas escolinhas. Quem cuida da limpeza é um ecônomo pago pela Prefeitura. Possui acesso para cadeirantes e ambulância, tem redes de segurança, banheiros, vestiários, academia de ginástica, acomodação para cerca de 800 pessoas, arquibancadas danificadas pelo tempo, piso de parquê e iluminação artificial. A alimentação é explorada pelo pessoal do CMD ou seus parceiros. A manutenção é por conta da Prefeitura. Quando ocorre algum evento, é cobrada taxa que vai para os cofres da Prefeitura. O ginásio da comunidade quem ocupa é a escola, com diretoria formada por pessoas da comunidade; a Prefeitura paga a água e a diretoria paga a luz. Há acesso para cadeirantes e ambulância, existem redes de segurança, banheiros, vestiários, academia de ginástica, acomodação para cerca de 800 pessoas, arquibancadas, piso de parquê antigo e iluminação artificial. A manutenção é por conta da Prefeitura, mas a compra de materiais (mesas, cadeiras) é feita pela diretoria, que consegue fundos com eventos e parcerias.
6	Cancha de bocha	-	Somente particular.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	1	Há uma pista, mas não específica para atletismo.
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas		As pessoas fazem suas caminhadas ao redor de um prédio centenário, danificado pela ação do tempo e abandonado, mas que foi todo reformado.
12	Trilha		Existem trilhas não oficiais para as gaiolas. Há também o Veloterra, espaço de uma associação particular, mas que recebe apoio da Prefeitura (premiação, construção, obras, máquinas) quando ocorrem eventos.
13	Praça	3	-Praça da Matriz, com brinquedos e área de lazer; -Praça do Imigrante, com brinquedos novos para as crianças; -Praça no viaduto da entrada da cidade; Há outras praças localizadas nas escolas.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
14	Quadra esportiva não coberta	1	Uma de areia. Há projeto para construir mais uma quadra.
15	Alojamento	-	Não tem sido feita hospedagem em eventos esportivos.
16	Sala de reuniões	1	Há sala no CMD, na Prefeitura.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública e nas escolas, mas tem pouca literatura específica para o esporte.
19	Outro(s). Qual(is)	1	Há também uma quadra de futebol de areia.

M19

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	10	Os campos pertencem às comunidades do interior do município. Possuem acesso para ambulância e cadeirantes, além de iluminação artificial.
2	Campo de futebol sete	5	Tem iluminação.
3	Quadra vôleibol areia	1	Situada na escola e mantida pela Prefeitura.
4	Quadra de tênis	1	Há uma quadra localizada no centro da cidade, que funciona provisoriamente na quadra da praça da Matriz.
5	Ginásio esportivo	5	Um se localiza no centro e quatro no interior. O ginásio da cidade possui acomodação para cerca de 1.000 pessoas sentadas, com proteção de rede, acesso para ambulância e cadeirantes, vestiários separados para árbitros e atletas, iluminação artificial e piso de parquê. É ginásio poliesportivo e um ecônomo faz manutenção e explora a alimentação.
6	Cancha de bocha	2	Localização: centro.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética		Há projeto de um parque poliesportivo e ginásio que deverá contemplar esses espaços.
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	Também será construída no parque que está em projeto.
11	Pista de caminhadas	-	

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
12	Trilha	-	
13	Praça	1	Localização: centro.
14	Quadra esportiva não coberta	4	Uma está localizada no centro e 3 no interior.
15	Alojamento	-	Atletas alojam-se em escolas desativadas quando necessário.
16	Sala de reuniões	2	Há salas no CMD e na Secretaria da Indústria, Comércio, Esporte e Lazer.
17	Auditório	1	
18	Biblioteca	1	
19	Outro(s). Qual(is)		Canchas de bocha de grama para casais, em todas as comunidades.

M20

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	Há somente campos comunitários. A Prefeitura colabora com esses campos quando necessário.
2	Campo de futebol sete	-	
3	Quadra vôleibol areia	-	
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	-	O município não possui ginásio próprio, mas foi adquirido terreno para a construção de um. Há ginásios em algumas comunidades do interior para os quais a Prefeitura colaborou na construção, transportando, por exemplo, brita; e há um ginásio na Escola Estadual. Exceto o ginásio da escola, todos têm acesso para ambulância e cadeirantes, têm rede de proteção ao redor da quadra, piso de parquê e apenas um é de concreto (com tinta especial). Exceto o ginásio da Escola Estadual (com capacidade para 300 pessoas acomodadas), nenhum tem arquibancadas. Todos possuem vestiários e banheiros e iluminação artificial. Manutenção e limpeza ficam aos cuidados de cada comunidade. O ginásio da escola é alugado para uma família cuidá-lo.
6	Cancha de bocha	-	Existe somente nas comunidades do interior.
7	Cancha reta	1	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	-	
13	Praça	-	É de propriedade da Igreja Matriz, mas a Prefeitura faz a parte de manutenção e limpeza dos canteiros de flores.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	3	Os espaços estão localizados na sala do prefeito para reuniões com aproximadamente 10 pessoas, na Câmara Municipal de Vereadores e no Centro do Idoso, para reuniões maiores, seminários, encontros com os professores, etc.
17	Auditério		Específico para a área desportiva não, há somente o auditório da Câmara de Vereadores.
18	Biblioteca	1	A Biblioteca Pública não está atualizada e funciona em uma casa antiga, mantida em prol da preservação das casas antigas da cidade.
19	Outro(s). Qual (is)		

M21

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	Há 4 campos particulares nas comunidades, mas nenhum público do município.
2	Campo de futebol sete	-	Há somente campo particular.
3	Quadra vôleibol areia	1	Tem uma no interior.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	2	Há um ginásio de escola estadual localizado no centro da cidade e um municipal no interior. O ginásio da sede possui acomodação para cerca de 500 pessoas, rede de proteção, acesso para ambulância e cadeirantes, banheiros femininos e masculinos para uso comum, iluminação artificial, piso de parquê e massa asfáltica. É ginásio poliesportivo e há funcionário da Prefeitura que faz a manutenção e explora a alimentação.
6	Cancha de bocha	-	Só há canchas particulares.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	-	
13	Praça	1	Localização: interior do município, pertencente à comunidade.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões		Há salas nas escolas.
17	Auditório	1	Auditório na Escola Municipal Profª Nelsa Pereira Braga.
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública municipal.
19	Outro(s). Qual(is)		A Administração Municipal pretende adquirir em 2011 uma área de terras para a construção de área de lazer.

M22

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	
2	Campo de futebol sete	-	Há um campo em construção no centro da cidade, inclusive com praça e outros locais e equipamentos de lazer, com previsão de término para o fim deste mandato.
3	Quadra vôleibol areia	-	
4	Quadra de tênis	-	

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
5	Ginásio esportivo	1	-Localiza-se no interior do município; tem acesso para cadeirantes e ambulância, tem redes de proteção, o piso é de cimento, não tem arquibancadas, somente mezanino, acomodação para em torno de 500 pessoas, tem banheiros, não é poliesportiva, tem iluminação artificial. Este ginásio poderá passar para um clube do município, mas ainda está em negociação. -Localizam-se nas comunidades do interior e pertencem aos clubes esportivos.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	Há uma pista em projeto no centro da cidade
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	1	Pista particular para jipeiros no interior do município.
13	Praça	2	Há uma praça no centro e outra está em construção, numa nova área de lazer, também na sede do município.
14	Quadra esportiva não coberta	3	Existe quadra somente nas escolas municipais.
15	Alojamento	-	
16	Sala de reuniões	1	É usada a mesma sala para reuniões e auditório no prédio da Prefeitura.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Há Biblioteca Pública Municipal e possui bibliografia de desporto e lazer.
19	Outro(s). Qual(is)		Já está comprada uma área de terras para a construção de um ginásio poliesportivo, com pista de atletismo, parque de eventos com palco para shows, canchas de bocha, que a Administração Municipal pretende concluir até o fim deste mandato.

C2 - RECURSOS MATERIAIS

M11

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	13 14 15	Bolas de boa qualidade, novas, adquiridas no início de 2009. As de basquete e handebol são da escola. -Bolas de voleibol; -Futsal; -Futebol.
2	Placares		Manual.
3	Atletismo	-	Material precário, pouca coisa.
4	Equipamentos em geral	30 40	O município possui também jalecos, Cordas somente nas escolas. -Cones; -Colchonetes.
5	Computadores, fax	1	Usado especificamente para o desporto.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Somente nas escolas.
8	Material bibliográfico		Existe na Biblioteca, mas é precário.
9	Balança	-	Somente no posto de saúde.
10	Súmulas		Arbitragem providencia o material.
11	Outro(s). Qual (is)	1	Impressora utilizada especificamente para o desporto.

M12

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	25 5 10	-Bolas para campo; -Bolas para salão; -Bolas de vôlei, e todos os materiais estão em bom estado.
2	Placares		Eletrônico.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral		Há colchetes, cones, colchonetes, todos em bom estado.
5	Computadores, fax		Há equipamentos na sala do ginásio.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico	-	
9	Balança	-	
10	Stímulas		São stímulas oficiais.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M13

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	20 20 12 20 40 10	Material de boa qualidade: -Bolas de futsal; -Bolas de futebol; -Basquetebol; -Voleibol; -Handebol, são da educação física escolar; -Pilares.
2	Placares	1	Manual, de boa qualidade.
3	Atletismo	-	

Nº	Material	Quant.	Observações
4	Equipamentos em geral	20 100 15 30 20 3 1 1 1 40	Praticamente todos os materiais são novos e em boa qualidade: -Elásticos; -Colchonetes; -Cavaletes; -Cones grandes; -Cones pequenos; -Uniformes de futebol; -Rede de voleibol; -Rede de futebol; -Cronômetro de mão; -Coletes.
5	Computadores, fax	2	Um computador e um fax pertencentes ao Departamento de Esporte, equipamentos de boa qualidade.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Somente da Educação Física escolar e em boa qualidade.
8	Material bibliográfico	-	
9	Balança	1	
10	Súmulas		Confeção própria do setor de esportes do município. Boa qualidade
11	Outro(s). Qual (is)	1	Há também uma impressora do Departamento de Esporte, de boa qualidade.

M14

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	15	Bolas de futsal, todas novas.
2	Placares	-	
3	Atletismo	1	-Caixa de areia de cerca de 4m x 3m; -Há também barreiras, mas sem saber quantidade.
4	Equipamentos em geral	10 6	-Cones; -Bambolês; -Colchonetes, mas sem saber quantidade.

Nº	Material	Quant.	Observações
5	Computadores, fax	-	Equipamentos são usados em conjunto com a Secretaria da Educação.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Somente nas escolas.
8	Material bibliográfico		Há material sobre desporto e lazer na Biblioteca Pública e nas bibliotecas da escola.
9	Balança	3	Há somente nas escolas
10	Súmulas		A arbitragem providencia.
11	Outro(s). Qual(is)		Há também uma mesa oval de tênis, situada numa das escolas municipais.

M15

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	2	-Bolas de futebol de campo, seminovas;
		2	-Bolas de futsal, novas.
2	Placares	2	Manuais.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	-	
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico	-	
9	Balança	-	
10	Súmulas	-	
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M16

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	20	O número inclui bolas de futebol de campo, futsal, voleibol e basquetebol, são usadas, mas estão em bom estado.
2	Placares	-	
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	1	
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico	-	
9	Balança	-	
10	Súmulas	-	
11	Outro(s). Qual(is)		

M17

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	30	O número inclui bolas de futebol, futsal e vôlei, em bom estado de uso.
2	Placares		Manuais.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	-	São usados os equipamentos do dia a dia da Prefeitura.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Há somente nas escolas municipais.
8	Material bibliográfico	-	Há material, mas se encontra na Biblioteca Municipal.
9	Balança	-	Somente a nutricionista do município tem.
10	Súmulas		Material é confeccionado pelo pessoal da Secretaria da Educação.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M18

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	-	Tudo é administrado pela Secretaria de Educação. Quem tem horário agendado no ginásio traz sua bola; somente há bolas para as escolinhas.
2	Placares		Manuais.
3	Atletismo		Está sendo dada ajuda a um atleta com transporte e alojamento para ele fazer as competições em outros municípios. A Prefeitura ajudou com material esportivo, passagem e inscrição.
4	Equipamentos em geral	-	Cones, bambolês – é tudo com a Secretaria de Educação.
5	Computadores, fax	-	São usados os equipamentos da Prefeitura.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Somente nas escolas.
8	Material bibliográfico	-	Há material sobre esporte e lazer na Biblioteca Pública e nas escolas.
9	Balança	-	
10	Súmulas		São feitas manualmente, ou quando contratada a arbitragem, esta providencia o material.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M19

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	25	De cada modalidade de futsal, vôlei, handebol.
2	Placares		Manual.
3	Atletismo	-	Havia disco, dardo, pesos em boa quantidade e qualidade, mas não se pratica mais atualmente.
4	Equipamentos em geral	30 30 30	Material antigo: -Cones; -Bambolês; -Cordas.
5	Computadores, fax	2	Há um equipamento na Secretaria da Indústria, Comércio, Esporte e Lazer e outro no CMD.
6	Bolinhas tênis	20	

Nº	Material	Quant.	Observações
7	Jogos xadrez	30	Jogos completos (tabuleiros e relógios).
8	Material bibliográfico		Há material de esporte e lazer na Biblioteca Pública Municipal.
9	Balança	-	
10	Súmulas		Para o futsal, a arbitragem providencia.
11	Outro(s). Qual (is)	-	

M20

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	-	Há bolas somente nas escolas.
2	Placares	-	Manuais.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax		Específico para o desporto não há equipamento.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Jogos somente nas escolas.
8	Material bibliográfico		Há pouco material na Biblioteca Pública.
9	Balança	-	Secretaria da Saúde tem uma.
10	Súmulas		Confecção própria do pessoal da Prefeitura.
11	Outro(s). Qual (is)	-	

M21

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	40 40	Adquirida durante 2009 uma grande quantidade de materiais esportivos: -Bolas de vôlei; -Bolas de futebol.
2	Placares	-	É contratado pessoal que já providencia o material necessário.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	2	Há 2 kits de ginástica que servem para 12 usuários cada um.
5	Computadores, fax		Há equipamentos sim.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez		Há 6 conjuntos completos (tabuleiros e relógios) em cada escola municipal.
8	Material bibliográfico		Há material como CDs, DVDs e livros na Biblioteca Pública Municipal.
9	Balança		Sim.
10	Stimulas		
11	Outro(s). Qual(is)		

M22

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	20	-Bolas novas de futsal para as escolinhas e campeonatos. Bolas de vôlei e basquete também foram compradas novas, usadas nas oficinas no turno oposto à escola, mas não sabe a quantidade exata.
2	Placares	-	Manuais.
3	Atletismo	-	Há peso, disco e materiais improvisados com sucata.
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	6	Os computadores são usados em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Turismo e Cultura (SMEC).
6	Bolinhas tênis	-	Há somente nas escolas, usadas para massagens.
7	Jogos xadrez	50	Jogos para o campeonato de xadrez nas escolas.
8	Material bibliográfico		Possui material de desporto e lazer na Biblioteca Pública.
9	Balança		Há um trabalho de pesagem dos alunos juntamente com uma nutricionista da Secretaria de Saúde.
10	Súmulas		Quando é a Secretaria da Educação, Turismo e Cultura que organiza, as súmulas são feitas na Secretaria; mas quando é um campeonato amador, a súmula é providenciada pela arbitragem, e a Prefeitura entra com a parte financeira.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

C3 - RECURSOS HUMANOS

M11

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretário da Educação é responsável pelo desporto. Concursado, graduando em Pedagogia e atua no cargo desde o início de 2009.
2	Director	-	
3	Coordenador	1	Professor que atua nas escolinhas, contratado, graduando em Educação Física, atua no cargo desde o início de 2009.
4	Professores	3	Uma supervisora concursada, formada em Letras, atua no cargo há cerca de 8 anos; 1 professora concursada que atua na escolinha de futebol, formada em Educação Física com pós-graduação, e outro professor contratado, atua nas escolinhas, está cursando Educação Física e atua no cargo de coordenador desde o início de 2009.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	-	
7	Terceirizados		Houve uma época em que a alimentação era terceirizada: era colocado um trailer para servir lanches e bebidas durante os jogos esportivos
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	
9	Responsável pela limpeza	-	
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica para os ambientes do esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual (is)	1	Há também um auxiliar do professor e do coordenador das escolinhas, que é contratado pelo município.

M12

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário		Há secretário da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto, que é cargo de confiança, e um assessor, que cuida mais da parte do Desporto.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	3	Professores com formação em Educação Física
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	7	O pessoal que trabalha no CMD é voluntário, organizando os campeonatos e julgando os problemas que acontecem.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	
9	Responsável pela limpeza		Há uma funcionária do município que faz a limpeza desses locais.
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nas áreas de esporte e lazer.
12	Outro(s). Quail(is)	-	

M13

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Há uma secretária da Educação contratada, formada em Letras (Português/Espanhol), com pós-graduação e que atua no cargo desde janeiro de 2009.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Contratado, responsável pela área do desporto, graduando em Educação Física e atua no cargo desde ago/2009
4	Professor	2	Um é formado em Educação Física e com pós-graduação em andamento, atuando no cargo há 4 anos, é contratado. O outro também é contratado, graduando em Educação Física e atua no cargo há 2 anos.

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
5	Estagiário	1	Está no Ensino Médio e pretende cursar Educação Física atua no cargo há 1 ano.
6	Voluntários		Pais de alunos, quando necessário durante os eventos..
7	Terceirizados	4	Professores contratados que atuam nas escolinhas de dança, karatê, patinação e teatro. São mantidos pela Associação Cultural Vilanovense em parceria com a Prefeitura, mas são pagos pela Associação.
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Aos cidadãos da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		Aos cidadãos da Prefeitura.
10	Ecônomo	1	No ginásio.
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica nos ambientes de esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual (is)	-	

M14

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretária da Educação, Cultura, Turismo e Desporto, cargo de confiança, permutada de concurso de professora de Lajeado com Forquetinha, formada em licenciatura plena na área de Geografia, é o primeiro ano neste cargo (2009).
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	1	Professor da escolinha de futebol, contratado e cursando Educação Física, desde 2009.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários		Sim, para campeonatos e eventos, há pessoas da comunidade que colaboram
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
9	Responsável pela limpeza	-	
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M15

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretaria de Turismo, Desporto e Lazer. O titular não tem formação específica na área, mas é acadêmico de Arquitetura e Urbanismo. Trabalha no cargo desde meados de 2009.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	-	
5	Estagiário	-	
6	Voluntários		O pessoal do CMD é voluntário. Eles não recebem remuneração e trabalham bastante. Toda semana há reuniões.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	
9	Responsável pela limpeza	-	
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M16

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário		Secretária de Educação, com formação em Letras e pós-graduada; é concursada e atua há 6 anos na função.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	2	Sem formação específica na área do esporte e lazer.
5	Estagiário	1	Estagiário de Educação Física.
6	Voluntários	1	Voluntários existem quando acontecem campeonatos, que são pessoas da comunidade em geral que se dispõem a colaborar.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	
9	Responsável pela limpeza	-	
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	
12	Outro(s), Qual(is)	-	

M17

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário		Secretária de Educação, formada em Pedagogia, atua desde jan/2009 como cargo de confiança. Nessa Secretaria, há um Departamento do Desporto.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Não tem formação específica na área do esporte, atua desde jan/2009 como cargo de confiança.
4	Professor	2	Formados em Educação Física, atuam como cargo de confiança.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários		Sempre surgem voluntários para os eventos.

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
7	Terceirizados		Sempre é terceirizada a equipe de arbitragem.
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		Ecônomo cuida da limpeza do ginásio municipal.
10	Ecônomo	1	O ginásio municipal possui ecônomo, que é responsável pelo espaço.
11	Responsável pela recepção	-	Não tem nada específico para esporte e lazer.
12	Outro(s). Quail(is)	-	

M18

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretária de Educação, formada na área de Humanas, trabalhava com História, Geografia e Sociologia e atua desde início de 2009 no cargo. O desporto e o lazer estão incluídos nessa Secretaria.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	2	Um formado em Educação Física, concursado, presidente do CMD; e uma professora, voluntária.
5	Estagiário		Eventualmente há estagiário.
6	Voluntários		Funcionários de empresas colaboram nos eventos.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza	-	Ecônomo cuida do ginásio da sede.
10	Ecônomo		É pago pela Prefeitura.
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica na área de desporto e lazer.
12	Outro(s). Quail(is)	-	

M19

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretário da Indústria, Comércio, Esporte e Lazer, formado em Letras, tem pós-graduação em Literatura e está concluindo o curso de Direito.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	2	Contratados, formados em Educação Física.
5	Estagiário	2	Graduandos em Educação Física.
6	Voluntários		Pais de alunos colaboram, além dos funcionários da Assistência Social.
7	Terceirizados		Ecônomos.
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Ecônomos, e a Prefeitura fornece o material necessário.
9	Responsável pela limpeza		Ecônomos.
10	Ecônomo		
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nos ambientes de esporte e lazer realizados pela Prefeitura.
12	Outro(s). Qual (is)		Foi criada este ano a Secretaria da Indústria, Comércio, Esporte e Lazer; antes era só o CMD e a Liga Brasileira de Futebol.

M20

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Contratada para o cargo de Secretária da Educação. Formada em Ciências e Pedagogia e tem pós-graduação em Educação Ambiental e Sanitária, atuando no cargo desde jan/2009.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Coordenador do CMD trabalha voluntariamente neste cargo desde jan/2009.
4	Professor	1	Contrato de serviço para curso de danças gauchescas.
5	Estagiário	-	

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
6	Voluntários		Integrantes do CMD.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Aos cuidados da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		Aos cuidados da Prefeitura.
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica para os ambientes do esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual (is)		

M21

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretária da Educação, Cultura e Esporte, concursada, formada em Matemática e Psicologia, atua no cargo há cinco anos.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	Não há ninguém específico para a área do esporte.
4	Professor	-	Professores, nas escolas.
5	Estagiário	6	Graduandos em Educação Física.
6	Voluntários		Pessoal do CMD, da administração e dos times.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	
9	Responsável pela limpeza	-	
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nos ambientes de esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual (is)	-	

M22

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretaria Municipal de Educação, Turismo e Cultura, com formação na área de Educação Física, atuando no cargo há 5 anos. O desporto e o lazer estão incluídos nessa Secretaria (SMEC).
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	5	Dois são de Educação Física que atuam em sala de aula; 3 que atendem as escolhinhas e oficinas no turno oposto à escola. Todos são formados. Dois são contratados e 3 são concursados.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	-	
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	
9	Responsável pela limpeza	-	
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica na área de desporto e lazer.
12	Outro(s). Quail(is)	-	

C4 - RECURSOS FINANCEIROS

M11

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	25%	Esse percentual é destinado para a Secretaria da Educação, não existindo valor específico para o desporto e lazer.
2	Origem dos recursos	-	
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação dos espaços		Quando há eventos particulares, o ginásio é locado, mas em âmbito municipal, não.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual (is)	-	

M12

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	2,8%	Do orçamento anual, é possível gastar esse percentual, mas envolve indústria, comércio, turismo e desporto.
2	Origem dos recursos		Área pública e privada.
3	Valor mensalidades	-	Não há mensalidade.
4	Locação dos espaços		Espaços são emprestados para comunidade sem custo algum.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais		No futebol de campo, em 2009, foi feito um investimento de R\$ 10 mil na arbitragem, R\$ 2 mil em segurança e R\$ 1.500 em troféus, mas se acredita que as despesas anuais passem de R\$100 mil.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M13

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 60.000,00 R\$ 78.000,00	-Orçamento de 2009: Aplicado - R\$ 18.490,00 até o momento da pesquisa; -Orçamento de 2010.
2	Origem dos recursos		Verbas do Município, também a Associação Cultural Vilanovense faz parceria logística (auxilia nos uniformes), de manutenção e coordenação de eventos com a Prefeitura.
3	Valor mensalidades		Não há mensalidade. Escolinha municipal é mantida pela Associação Cultural Vilanovense, assim como as oficinas de dança, karatê, patinação e teatro.
4	Locação dos espaços		Ginásio é locado para jogos de futsal e eventos.
5	Receita mensal		Vária. Não tem conhecimento sobre o montante.
6	Despesas mensais		Vária. Não tem conhecimento sobre o montante.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M14

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		O orçamento está locado na Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto; quando o setor do desporto e lazer precisa, utiliza o que está ali.
2	Origem dos recursos		Basicamente é do próprio município, e os recursos são utilizados não na infraestrutura, mas na manutenção e materiais.
3	Valor mensalidades		As atividades são gratuitas para os alunos.
4	Locação dos espaços		Há locação de alguns espaços públicos, como ginásio, auditório etc.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais		Entre campeonatos, arbitragem, medalhas, materiais e um professor, por ano, se gastam de 10 mil a 15 mil reais.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M15

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 8.187,33	O orçamento é anual. Existe dotação específica para cada pasta, e a do Desporto e Lazer no ano de 2009 teve um investimento de R\$ 8.187,33, representando 0,09% das despesas realizadas; já o orçamento da Secretaria de Turismo, Desporto e Lazer foi de R\$ 290.926,50.
2	Origem dos recursos		Recursos do município.
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação dos espaços		Normalmente os campeonatos são feitos com o apoio das comunidades, as quais cedem gratuitamente o espaço físico.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais		Dependendo do campeonato que é realizado, normalmente as despesas são supridas com a renda das receitas, as quais advêm das inscrições.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M16

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 20.000,00	Anual.
2	Origem dos recursos		Recursos do próprio município.
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação dos espaços	-	
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais		As despesas até o mês de jul/09 foram de R\$ 13.992,56, sendo que também está havendo gasto na reforma do ginásio esportivo, que até o momento somou R\$ 20 mil, um custo que não estava previsto.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M17

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		O orçamento do Esporte e Lazer está incluso no da Secretaria de Educação.
2	Origem dos recursos		Prefeitura do município.
3	Valor mensalidades		Não são cobradas mensalidades
4	Locação dos espaços		Os valores arrecadados ficam para a manutenção do ginásio.
5	Receita mensal		Não tem conhecimento de quanto é arrecadado.
6	Despesas mensais		De jan. até nov/2009 foram gastos cerca de 10 a 12 mil reais com o esporte e lazer.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M18

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	-	Anual.
2	Origem dos recursos		Somente recursos da Prefeitura.
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação dos espaços		Sim, é cobrada uma taxa do aluguel de espaços públicos.
5	Receita mensal		Sete mil reais por mês.
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M19

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Não há projeção orçamentária para a área do esporte.
2	Origem dos recursos		Na maior parte são verbas da Prefeitura; também há parceiros: Banco do Brasil, Sieredi, Bannisul e empresas.
3	Valor mensalidades		Não há mensalidades.
4	Locação dos espaços		Não há locação; no contrato do ecônomo fica registrado que as entidades são isentas.

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
5	Receita mensal		Varia. Não tem conhecimento do valor.
6	Despesas mensais		Varia. Não tem conhecimento do montante.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M20

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Não há orçamento específico para o desporto e lazer, é retirado da Secretaria da Educação quando necessário
2	Origem dos recursos	-	
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação dos espaços		A locação dos espaços fica aos cuidados de cada comunidade
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual (is)	-	

M21

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Orçamento anual, dentro do da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.
2	Origem dos recursos		Prefeitura do município.
3	Valor mensalidades		Não há mensalidades.
4	Locação dos espaços	-	
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M22

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Não há recurso específico para o desporto. Conforme a necessidade, são aprovadas leis pela Câmara dos Vereadores e são feitos os investimentos.
2	Origem dos recursos		Os recursos vêm do próprio município.
3	Valor mensalidades		Tudo gratuito.
4	Locação dos espaços	-	
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual(is)	-	

C5 – POLÍTICA DESPORTIVA

M11

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	-
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	-
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Quando possível, sim.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Ajudar os atletas do município a terem sucesso na área esportiva.
5	Público alvo	Crianças e adolescentes.
6	Existência de projetos sociais	-
7	Atividades para o sexo feminino	Futebol feminino e vôlei misto.
8	Benefícios a atletas	Os atletas das escolinhas recebem transporte gratuito quando jogam em outros locais.
9	Participação de campeonatos, amistosos	A escolinha participa de jogos em outros municípios.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Equipe da Secretaria da Educação.
11	Outro(s). Qual (is)	

M12

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Existe.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Mais é desporto de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	É feito tudo certinho, mas não só no papel.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Longo prazo.
5	Público alvo	Crianças até quinze anos, terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	Projetos para a terceira idade.
7	Atividades para o sexo feminino	Vôlei e futsal.
8	Benefícios a atletas	-
9	Participação de campeonatos, amistosos	A escolinha de futebol participa de campeonatos e amistosos, como a Copa RBS.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	O secretário, o assessor do desporto e os representantes das equipas.
11	Outro(s). Qual(is)	

M13

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Não tem política específica.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	-
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Participar de certo número de competições por ano. Verificar como está o rendimento escolar estabelecendo parceria com a escolinha.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes e idosos.
6	Existência de projetos sociais	A cargo da Assistência Social.
7	Atividades para o sexo feminino	Somente escolinhas.
8	Benefícios a atletas	Não.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim.

Nº	Política desportiva	Observações
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Do processo de planeamento dos eventos desportivos, há participação da Secretária da Educação, professores, colegas funcionários, coordenador do esporte.
11	Outro(s). Qual(is)	

M14

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Não há, pois é um município jovem. Há outras demandas mais importantes que são prioridades no momento.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Mais desporto educacional, pois o objetivo é que o aluno desenvolva habilidades esportivas, técnicas, não de competição.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	-
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Concluir o campo e o ginásio, manter a escolinha.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes.
6	Existência de projetos sociais	Projetos para grupos de terceira idade, em que são promovidos bailes, com encontros mensais, e jogos de cartas. O município auxilia com o transporte e viagens para outros municípios.
7	Atividades para o sexo feminino	Existem clubes de mães, escolinhas de futsal, grupos de bolão de mesa, que se reúnem uma vez por mês; cada localidade tem um ou dois grupos.
8	Benefícios a atletas	Não.
9	Participação de campeonatos, amistosos	O município não participa, somente os clubes.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo.	-
11	Outro(s). Qual(is)	

M15

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim, para o ano de 2010 o calendário de ações e definição de orçamento; para 2011, a implementação do desporto educacional, de participação ou de rendimento.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	-
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	-
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Existem algumas metas, as quais são definidas em reuniões do Conselho Municipal de Desporto (CMD). As metas se restringem a concluir o projeto.
5	Público alvo	Não é definido público alvo, pois se busca envolver toda a comunidade.
6	Existência de projetos sociais	-
7	Atividades para o sexo feminino	Campeonato de vôlei.
8	Benefícios a atletas	-
9	Participação de campeonatos, amistosos	-
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Os cinco membros que formam o CMD, porém quando o planeamento for de campeonatos que envolvam as comunidades soma-se ao Conselho um membro da comunidade; quando for com entidades, soma-se ao Conselho um membro da entidade e, quando for campeonatos em equipes, soma-se um membro da equipe.
11	Outro(s). Qual(is)	

M16

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política clara desporto e lazer	Existe.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Não há.
5	Público alvo	Jovens, crianças, terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	Existe.

Nº	Política desportiva	Observações
7	Atividades para o sexo feminino	Eventos de comemoração ao Dia da Mulher, promovidos em conjunto com a Emater e o Sindicato Rural. Há no Município 12 Clubes de Mães que se reúnem regularmente.
8	Benefícios a atletas	Não.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim, de iniciativa local com os outros municípios.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Sim, participam também, além dos membros da Educação, os responsáveis dos clubes e das comunidades.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M17

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Nada definido dessa forma.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sempre é procurado cumprir.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Nada ainda foi definido em relação a isso.
5	Público alvo	Na sua grande maioria são jovens e adolescentes.
6	Existência de projetos sociais	Existe um projeto em parceria com a Assistência Social para os deficientes.
7	Atividades para o sexo feminino	Nada específico para elas.
8	Benefícios a atletas	-
9	Participação de campeonatos, amistosos	As escolinhas sempre participam de campeonatos e amistosos.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	A equipe da Secretaria de Educação.
11	Outro(s). Qual(is)	

M18

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim, o próprio Conselho Municipal do Desporto é baseado na lei municipal e estadual.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Minirrística.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes
6	Existência de projetos sociais	Para a terceira idade há um professor de fisioterapia, que é voluntário; também existe um espaço para a terceira idade fazer musculação, alongamento e bailes.
7	Atividades para o sexo feminino	Futsal.
8	Benefícios a atletas	-
9	Participação de campeonatos, amistosos	O município participa de eventos.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Somente o CMD participa.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M19

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim, estão a cargo da Secretaria da Indústria, Comércio, Esporte e Lazer, que tem as diretrizes que orientam o orçamento
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e de participação
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim, consta na Lei Orgânica do Município.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Existem objetivos, e o maior é a importância da prática saudável, participativa, de inclusão, de lazer.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes e idosos.
6	Existência de projetos sociais	
7	Atividades para o sexo feminino	Futebol, futsal e xadrez.

Nº	Política desportiva	Observações
8	Benefícios a atletas	Todos recebem transporte e alimentação.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	A Secretaria da Indústria, Comércio, Esporte e Lazer, o Conselho Municipal de Desporto, a Liga Brasileira de Futebol e as equipas de futebol.
11	Outro(s). Qual (is)	

M20

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	-
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Participação das equipas comunitárias de futebol.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	-
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Metas que se referem ao turismo, passios ecológicos; questões referentes ao lazer.
5	Público alvo	-
6	Existência de projetos sociais	ASEMA é um projeto que atende em turno inverso ao da escola: atividades de dança, música, tema de aula.
7	Atividades para o sexo feminino	Jogos nas escolas.
8	Benefícios a atletas	-
9	Participação de campeonatos, amistosos	-
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	-
11	Outro(s). Qual (is)	-

M21

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Existe a preocupação em aprimorar esse tipo de política.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Na medida do possível sim.

Nº	Política desportiva	Observações
4	Metas a curto, médio e longo prazo	De longo prazo.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes e idosos.
6	Existência de projetos sociais	Sim, Projeto da Maturidade Ativa.
7	Atividades para o sexo feminino	Sim.
8	Benefícios a atletas	
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, o prefeito, o Conselho Municipal de Desporto.
11	Outro(s). Qual(is)	

M22

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim, existe.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	-
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim, não há lei específica do desporto; ela está inserida com Educação, Turismo e Cultura, mas é cumprida.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	-
5	Público alvo	-
6	Existência de projetos sociais	Tudo é com a Assistência Social.
7	Atividades para o sexo feminino	Existem escolinhas de futsal e de voleibol.
8	Benefícios a atletas	Não recebem benefícios.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim, há participação em campeonatos de futsal da Folha Popular.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	-
11	Outro(s). Qual(is)	-

C6 – POLÍTICA DE PARCERIA

M11

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	-
2	Se existe, está no papel	Ela é verbal.
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa privada com o Sicredi.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	-
5	Principais parceiros	Sicredi.
6	Quem capta os parceiros	Secretaria da Educação, o próprio secretário da Educação e também o prefeito.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	O contrato é verbal.
8	Parcerias para o futuro	Buscar parceiros na iniciativa privada, apesar de haver dificuldades devido ao município ser pequeno.
9	Outro(s). Qual(is)	-

M12

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim, as empresas industriais e comerciais incentivam bastante o esporte.
2	Se existe, está no papel	Não está no papel.
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa privada e pública.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Em forma de patrocínio.
5	Principais parceiros	Empresas industriais e comerciais, o Sicredi.
6	Quem capta os parceiros	Os secretários, o assessor do Desporto e o prefeito.
7	Se há parceiros, tem contrato escrito da parceria	-
8	Parcerias para o futuro	-
9	Outro(s). Qual(is)	-

M13

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim.
2	Se existe, está no papel	Ela é verbal, apenas redigida por ofícios quando necessário.
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa privada.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Os parceiros ajudam nas premiações dos eventos.
5	Principais parceiros	Empresas privadas.
6	Quem capta os parceiros	Coordenador ou organizador do evento
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não.
8	Parcerias para o futuro	Sim, buscar parceria principalmente para as escolinhas.
9	Outro(s). Qual (is)	-

M14

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim, com o Clube Esportivo Lajcadense.
2	Se existe, está no papel	-
3	Iniciativa público-privada	-
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Há patrocínio das empresas das quais adquirimos material para os campeonatos.
5	Principais parceiros	Loja Lexportiv, de Lajeado, entre outras
6	Quem capta os parceiros	A Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto
7	Se há parceiros, existe contrato escrito	Sim, a parceria é formal.
8	Parcerias para o futuro	Nada planejado ainda, mas acredita que sim.
9	Outro(s). Qual(is)	-

M15

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim, é feito um planeamento e o CMD firma a parceria.
2	Se existe, está no papel	-
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa privada.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio...	Em forma de patrocínio.
5	Principais parceiros	-
6	Quem capta os parceiros	O CMD busca os parceiros.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	O contrato é informal.
9	Parcerias para o futuro	-
9	Outro(s). Qual(is)	-

M16

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não.
2	Se existe, está no papel	-
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa privada.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio...	São em forma de apoio.
5	Principais parceiros	Empresas locais, sendo uma empresa de confecção que ajuda muito em fardamento desportivo.
6	Quem capta os parceiros	As empresas locais é que tomam a iniciativa.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não.
8	Parcerias para o futuro	Sim.
9	Outro(s). Qual(is)	

M17

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Mais ou menos.
2	Se existe, está no papel	Não, é apenas verbal.
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa pública.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio,...	Sempre há o apoio de alguns, mas nada no papel.
5	Principais parceiros	O principal é a Liga Municipal de Futebol.
6	Quem capta os parceiros	O pessoal do Departamento do Desporto e da Secretaria de Educação, quando é preciso.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Contrato apenas verbal.
8	Parcerias para o futuro	Sempre são bem-vindas.
9	Outro(s). Qual(is)	

M18

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim.
2	Se existe, está no papel	Política somente oral.
3	Iniciativa público-privada	Estão sendo feitos contatos para haver o Projeto Segundo Tempo.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Em forma de patrocínio.
5	Principais parceiros	Sicredi.
6	Quem capta os parceiros	Pessoal do CMD.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	-
8	Parcerias para o futuro	Sim. O setor está bastante otimista com relação ao esporte, projetos, parcerias.
9	Outro(s). Qual(is)	

M19

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim, com os bancos.
2	Se existe, está no papel	Não, é verbal.
3	Iniciativa público-privada	Prefeitura e empresas privadas também.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Parceria com bancos, que patrocinam premiação e uniformes de atletas
5	Principais parceiros	Banco Sieredi, Banco do Brasil e Banrisul
6	Quem capta os parceiros	Pessoal da Prefeitura.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não, isto é informal, verbal.
8	Parcerias para o futuro	Com certeza, o objetivo agora é o Parque poliesportivo, que vai precisar de parceria.
9	Outro(s). Qual (is)	

M20

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	-
2	Se existe, está no papel	-
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa privada.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Parceria em forma de divulgação dos eventos nos meios de comunicação (rádio – programa de 30 minutos aos sábados à tarde para divulgação; jornal).
5	Principais parceiros	Rádio e jornal.
6	Quem capta os parceiros	-
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	-
8	Parcerias para o futuro	-
9	Outro(s). Qual (is)	-

M21

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não.
2	Se existe, está no papel	Não.
3	Iniciativa público-privada	Não.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Não.
5	Principais parceiros	-
6	Quem capta os parceiros	-
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	-
8	Parcerias para o futuro	
9	Outro(s). Qual (is)	-

M22

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Somente verbal.
2	Se existe, está no papel	Somente verbal.
3	Iniciativa público-privada	-
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Em forma de patrocínio.
5	Principais parceiros	Sicredi, Metalúrgica Kerber e procura-se também outros, não há patrocínio fixo. Só em uniformes para as competições das escolinhas foi conseguido o valor de R\$ 2.000,00 em patrocínio.
6	Quem capta os parceiros	O pessoal da Secretaria da Educação, Turismo e Cultura.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	
8	Parcerias para o futuro	
9	Outro(s). Qual(is)	

C7 – PROJETOS E PROGRAMAS

M11

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Ano de 2009; participação no Campeonato Regional série B; campeonato de futebol sete; campeonato de vôlei de areia; regional de bocha.
2	Evento desportivo top	Campeonato de futsal.
3	Evento não desportivo top	Rodeios e campeonato de motos.
4	Diferenciais dos projetos	Participação das crianças e adolescentes nas escolinhas; por exemplo, no futebol feminino há 30 meninas.
5	Necessidades especiais	Aos cidadãos da Assistência Social.
6	Desportos radicais	Trilhas.
7	Eventos em parceria	Campeonato de futebol sete em parceria com o Sicedi.
8	Existe calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Secretaria da Educação e Administração.
10	Os programas e projetos existem no papel	Não especificamente, são colocados em forma de tópicos para se ter uma idéia.
11	Outro(s). Qual (is)	

M12

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Há o Campeonato Regional, o campeonato de futsal municipal e está em projeto um campeonato entre empresas que ainda não ocorreu aqui; há também a Feira Municipal de Progresso que acontece a cada dois anos, e a Feira Municipal da Indústria, Comércio e Agricultura.
2	Evento desportivo top	A Copa RBS de futsal.
3	Evento não desportivo top	Feira Municipal da Indústria, Comércio e Agricultura, com a presença de várias bandas, no aniversário do município.
4	Diferenciais dos projetos	O incentivo do prefeito e a boa vontade dos organizadores de desenvolverem os projetos.
5	Necessidades especiais	Existe o trabalho feito pela Secretaria de Assistência Social.
6	Desportos radicais	Está sendo tentando retomar essas atividades.

Nº	Projetos e programas	Observações
7	Eventos em parceria	-
8	Existe calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	-
10	Os programas e projetos existem no papel	-
11	Outro(s). Qual(is)	-

M13

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Campeonato de futsal interbairros, Copa Icevat, Torneio de pênaltis, Campeonato municipal de futebol sete, Campeonato de futsal do Vale do Taquari. Oficinas de teatro, dança, patinação, karatê. Com a 3ª idade são realizadas atividades de ginástica, caminhada orientada objetivando desenvolver trabalho cardiovascular, de coordenação, força, controle de diabetes e hipertensão, desenvolvido em sete bairros com cerca de 150 pessoas. Um projeto é fazer pista oficial de atletismo e mais um ginásio com funções múltiplas, também um campo de futebol municipal, localizados no centro, além de trazer a Olimpíada Sinodal de Atletismo e construir uma quadra de tênis.
2	Evento desportivo top	Campeonato de futsal interbairros.
3	Evento não desportivo top	Festa do Município: Expofest (ocorre de 2 em 2 anos, duração de 3 dias, é uma feira) e a Noite Cultural.
4	Diferenciais dos projetos	Capacidade (vontade) de planejamento e organização das pessoas, qualidade dos materiais, atualização dos professores para desenvolver boas aulas, organização dos projetos. Desenvolvendo o trabalho com a 3ª idade, houve diminuição de 22% na procura pelo posto de saúde.
5	Necessidades especiais	A cada dois meses, o coordenador faz atividades físicas com os portadores de necessidades especiais e a Assistência Social tem um projeto de recreação, que trabalha motricidade fina, ampla etc.
6	Desportos radicais	Não.
7	Eventos em parceria	-
8	Existe calendário anual	Há um Calendário geral, não é específico do desporto
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Todos da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim
11	Outro(s). Qual(is)	-

M14

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Campeonato de futebol; Campeonato internacional de Eisstockfest (em obras); Torneio estadual de Eisstockfest; Salão de jogos germânicos (em construção); Canchas de bôlão, uma para mulheres e outras para os homens (projeto); Bolão de mesa (15 entidades) em que o município entra com o espaço físico.
2	Evento desportivo top	Campeonato de Futebol Clube Nacional, apoiado pela Prefeitura.
3	Evento não desportivo top	A Expofest.
4	Diferenciais dos projetos	-
5	Necessidades especiais	-
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	-
8	Existe calendário anual	Sim, mas não específico para o desporto.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	A Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto.
10	Os programas e projetos existem no papel	Estão no papel, possuem regulamento.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M15

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Em 2009 foram realizados os seguintes campeonatos: I Campeonato entre Comunidades (futebol de campo); Campeonato de Bocha "48"; II Copa de Integração Sicredi de Futsal; I Campeonato de Integração de Bocha Rolada. Para 2010: Circuito Intermunicipal de Vôlei de Areia; Campeonato de Bocha "48"; I Copa Erva-Mate de Futsal; Campeonato de Futebol de Campo Interior e Cidade; Torneio de Bisco; II Campeonato de Integração de Bocha Rolada; III Copa de Integração Sicredi de Futsal; I Gincana Infanto-juvenil "Amigos da Natureza".
2	Evento desportivo top	Copa Sicredi de Futsal.
3	Evento não desportivo top	Festa do Pão.

Nº	Projetos e programas	Observações
4	Diferenciais dos projetos	Busca-se o maior envolvimento possível do público, atingindo todas as idades e classes sociais, inclusive reativando a canoagem, até então adormecida no município.
5	Necessidades especiais	-
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	O desporto em parceria com a Educação.
8	Existe calendário anual	-
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Cinco membros do Conselho Municipal de Desporto e cinco membros da Educação.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim, há regulamentos.
11	Outro(s). Qual(is)	

M16

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Campeonato de futebol de campo e de futebol de salão, Campeonato Pia de Futsal. Também há grupos de futebol, voleibol e atletismo, estes grupos são chamados de oficinas que acontecem em horário inverso ao da escola e participam de eventos regionais.
2	Evento desportivo top	Campeonato de futebol de campo e campeonato de futsal.
3	Evento não desportivo top	Grupo de Teatro.
4	Diferenciais dos projetos	-
5	Necessidades especiais	-
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	-
8	Existe calendário anual	-
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Equipe da Secretaria da Educação, Desporto e Turismo.
10	Os programas e projetos existem no papel	Não.
11	Outro(s). Qual(is)	

M17

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Campeonato intercamping: Rua do Lazer, lugar onde toda a sexta tem shows de bandas.
2	Evento desportivo top	Campeonato municipal de futebol de campo.
3	Evento não desportivo top	ExpoMarques, uma feira municipal.
4	Diferenciais dos projetos	O benefício dado pelo esporte a todas as comunidades, já que para elas sempre é mais difícil a prática de esportes e lazer.
5	Necessidades especiais	Existe um projeto na Secretaria de Assistência Social.
6	Desportos radicais	
7	Eventos em parceria	Os eventos são realizados em parceria com Liga Municipal de Futebol.
8	Existe calendário anual	Sim, mas é geral do município.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	O pessoal da Secretaria da Educação e da Liga Municipal de Futebol.
10	Os programas e projetos existem no papel	Não.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M18

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Semana Farrroupilha.
2	Evento desportivo top	Campeonato de futebol de salão e campo.
3	Eventos não desportivos top	Rodeio artístico do CTG, auxiliado pela Prefeitura, Semana do município, Baile com escolha da soberana, Desfile temático, Orquestra de Teutônia, Encontro de turismo, Encontro com grupo de cantos de tradição italiana, Homenagem à terceira idade e Sessão solene na Câmara de Vereadores.
4	Diferenciais dos projetos	-
5	Necessidades especiais	-
6	Desportos radicais	Há rapel. Havia o Viaduto Treze onde era praticado rapel, mas com a divisão das áreas geográficas dos municípios, ele agora pertence a Vespasiano Correa.

Nº	Projetos e programas	Observações
7	Eventos em parceria	-
8	Existe calendário anual	Sim, mas não específico de desporto (este está sendo planejado).
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	O pessoal do CMD e secretária da Educação.
10	Os programas e projetos existem no papel	-
11	Outro(s). Qual(is)	-

M19

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Projeto Conviver, que é da Assistência Social, com a melhor idade. Projeto ASEMA, que envolve a criança e o adolescente, no turno inverso da escola, com atividades esportivas: voleibol, futebol, futsal, xadrez, atletismo, teatro, música, artesanato, Escolhinha de futsal e futebol de campo, masculino e feminino. Projeto do futebol de campo: municipal e regional.
2	Evento desportivo top	Campeonato de futebol.
3	Evento não desportivo top	Festival da Mentira e a Feira Industrial e Comercial.
4	Diferenciais dos projetos	A valorização do ser humano, pois o esporte tem essa virtude de reunir, integrar, aproximar as pessoas.
5	Necessidades especiais	-
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	-
8	Existe calendário anual	Há um calendário geral, não é específico do desporto.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Pessoas da Secretaria da Indústria, Comércio, Esporte e Lazer ligadas ao esporte: secretário, 2 professores contratados formados em Educação Física, 2 estagiários de Educação Física, mais o assistente social, o secretário da Educação e Cultura, a Ljga Bresciense.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual (is)	-

M20

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	A 3ª idade tem encontros semanais: artesanato, música, coral das avós, coquetel, atividades com a fisioterapeuta.
2	Evento desportivo top	Campeonato municipal de futebol de campo.
3	Evento não desportivo top	Leitão Fest – feira de três dias.
4	Diferenciais dos projetos	Valorização da opinião popular.
5	Necessidades especiais	Aos cuidados da Assistência Social.
6	Desportos radicais	Nada específico gerenciado pela Prefeitura.
7	Eventos em parceria	-
8	Existe calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	-
10	Os programas e projetos existem no papel	Acredita que alguns sim.
11	Outro(s). Qual (is)	-

M21

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Maturidade Ativa, campeonatos municipais, Jogos Escolares de Tabaí (JETA).
2	Evento desportivo top	Campeonato de futebol.
3	Evento não desportivo top	Rodeio.
4	Diferenciais dos projetos	Diferenciais não existem, mas a intenção da comissão organizadora é o que faz a diferença.
5	Necessidades especiais	Há sala multifuncional com materiais específicos e os portadores participam de jogos.
6	Desportos radicais	Campeonato de motocross e de gaiola.
7	Eventos em parceria	-
8	Existe calendário anual	Há calendário geral, não é específico do desporto.

Nº	Projetos e programas	Observações
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Representantes de futebol, representantes de grupos e Secretaria de Educação.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual (is)	-

M22

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Xadrez, JINI (Jogos Interscholares de Westfália) com atletismo, rústica, câmbio, futsal).
2	Evento desportivo top	Campeonato municipal de futsal entre os clubes do município, Circuito futsal regional feminino, Circuito de integração de atletismo, Rústica da independência.
3	Evento não desportivo top	Westfälschefest.
4	Diferenciais dos projetos	Quantidades de opções e escolinhas gratuitas.
5	Necessidades especiais	Informática e dança.
6	Desportos radicais	Trilha dos jipeiros.
7	Eventos em parceria	
8	Existe calendário anual	Sim, mas não há calendário específico do desporto.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Secretários e professores.
10	Os programas e projetos existem no papel	-
11	Outro(s). Qual(is)	-

C8 – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

M11

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	Secretaria da Educação, alguns integrantes das equipes que participam do evento.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Para saber o que deve continuar, o que deve ser modificado.
4	Quem tem acesso aos resultados	Secretaria da Educação e algumas vezes é divulgado no jornal do município.
5	Relatório (frequência)	É feito em forma de róticos e atas.
6	Qual o destino dos relatórios	São arquivados.
7	Outro(s). Qual (is)	-

M12

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	É feita análise antes de fazer os eventos e avaliação depois.
2	Quem participa do processo	-
3	Quando há avaliação, qual a finalidade.	Analisar o que deve mudar para o próximo ano, para fazer um trabalho com boa qualidade e trazer um diferencial.
4	Quem tem acesso aos resultados	-
5	Relatório (frequência)	-
6	Qual o destino dos relatórios	A avaliação é oral e as atas ficam no CMD.
7	Outro(s). Qual(is)	-

M13

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim, existe em todos os eventos, antes e após cada um deles. As reuniões ocorrem semanalmente.
2	Quem participa do processo	Departamento do Esporte.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Melhorar na próxima vez.
4	Quem tem acesso aos resultados	Apenas o Departamento do Esporte, mas quando o evento é grande os resultados são publicados no jornal.

Nº	Política de avaliação	Observações
5	Relatório (frequência)	É mais verbal, mas também há registro em atas.
6	Qual o destino dos relatórios	São arquivados.
7	Outro(s). Qual (is)	

M14

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	Se é a escola a promotora, então ela e a Secretária da Educação.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Ver onde se pretende chegar para o próximo campeonato.
4	Quem tem acesso aos resultados	Os patrocinadores
5	Relatório (frequência)	São prestadas contas para a Câmara de Vereadores, pois se tem de mostrar os gastos e no que o poder público investiu.
6	Qual o destino dos relatórios	Não tem conhecimento se ficam arquivados.
7	Outro(s). Qual(is)	-

M15

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	O CMD (Conselho Municipal de Desporto) se reúne com um membro de cada equipe.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	É avaliado o que foi positivo e que pode ser melhorado.
4	Quem tem acesso aos resultados	Os resultados são restritos a quem participa da avaliação.
5	Relatório (frequência)	É realizado um relatório final após cada evento desportivo.
6	Qual o destino dos relatórios	Armazenado.
7	Outro(s). Qual(is)	

M16

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim, para avaliar os resultados.
2	Quem participa do processo	Equipe da comissão que organiza e que também participa do evento, por exemplo, nos campeonatos participam os responsáveis de cada clube.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Para pensar nos próximos projetos.
4	Quem tem acesso aos resultados	As pessoas interessadas.
5	Relatório (frequência)	Relatórios são por projetos.
6	Qual o destino dos relatórios	São armazenados.
7	Outro(s). Qual(is)	

M17

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	O pessoal da Associação Esportiva e do Departamento do Desporto.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Serve para ver o que corrigir e melhorar no próximo evento.
4	Quem tem acesso aos resultados	Todos que querem olhar ou saber os resultados da avaliação.
5	Relatório (frequência)	Após os eventos, a avaliação é descrita no papel.
6	Qual o destino dos relatórios	São colocados no mural da Prefeitura por um tempo e depois eliminados.
7	Outro(s). Qual(is)	-

M18

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	Secretária da Educação, o pessoal do CMD.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Verificar os erros e acertos dos eventos.

Nº	Política de avaliação	Observações
4	Quem tem acesso aos resultados	Comunidade em geral.
5	Relatório (frequência)	São feitas atas em todas as reuniões.
6	Qual o destino dos relatórios	São arquivadas e ficam registradas num livro.
7	Outro(s). Qual(is)	-

M19

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim, após cada evento.
2	Quem participa do processo	Os presidentes das equipes, a Liga Brescience, secretária, os parceiros, a própria Administração, o prefeito que é bastante desportista.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Melhorar na próxima vez.
4	Quem tem acesso aos resultados	Todos.
5	Relatório (frequência)	Tudo registrado, é feita uma ata e todos têm acesso.
6	Qual o destino dos relatórios	São arquivados.
7	Outro(s). Qual(is)	-

M20

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim
2	Quem participa do processo	O grupo que organiza o evento
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Serve para avaliar o que deu certo, melhorar e modificar.
4	Quem tem acesso aos resultados	-
5	Relatório (frequência)	Relatório verbal, mas há também alguma anotação dos pontos positivos e negativos.
6	Qual o destino dos relatórios	Arquivado.
7	Outro(s). Qual (is)	

M21

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim, após cada evento.
2	Quem participa do processo	A própria equipe organizadora e a comunidade.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Serve para melhorar.
4	Quem tem acesso aos resultados	A comunidade, e também são publicados no jornal.
5	Relatório (frequência)	-
6	Qual o destino dos relatórios	Ficam na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte com a equipe organizadora
7	Outro(s). Qual(is)	-

M22.

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Não há política de forma sistematizada, apenas os resultados dos eventos ficam na Secretaria Municipal de Educação, Turismo e Cultura (SMEC).
2	Quem participa do processo	Apenas o secretário da pasta e os funcionários da Secretaria envolvidos nas atividades esportivas.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	No final de cada ano, são feitas avaliações para verificar o que há para melhorar.
4	Quem tem acesso aos resultados	São disponíveis para a população interessada.
5	Relatório (frequência)	No final de cada ano é feito um relatório.
6	Qual o destino dos relatórios	Os relatórios ficam arquivados na SMEC.
7	Outro(s). Qual (is)	

GRUPO C - de 5.001 a 10.000 habitantes

C1 - ESTRUTURA FÍSICA

M23

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol		É usado o campo do Esporte Clube Cruzeiro com o qual o município possui parceria em forma de cedência.
2	Campo de futebol sete	-	
3	Quadra vôleibol areia	-	
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo		O ginásio é cedido pela Paróquia Católica. O município possui um pavilhão de eventos que fica no parque de eventos.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas	-	
12	Trilha	-	
13	Praça	1	Na praça existem balanços e brinquedos. Um dos eventos que acontece ali é o da Semana Farrroupilha.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento		
16	Sala de reuniões		As salas da Prefeitura são usadas para reuniões.
17	Auditório		Há um auditório que está em construção.
18	Biblioteca	1	Biblioteca pública.
19	Outro(s):	1	Há um pavilhão coberto que fica no Parque de Eventos do município. A iluminação é natural, tem piso polido, propício para futebol, vôleibol e basquete. O parque é enorme cabendo todas as pessoas do município e mais algumas da região. Também possui arquibancadas, que acomodam umas 300 pessoas, de onde se assiste ao tiro de laço. O Parque, cuja iluminação é artificial, possui banheiros, mas não tem vestiários, e quem realiza a limpeza do local é a Secretaria de Obras.

M24

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	7	Localização: nas comunidades do interior do município.
2	Campo de futebol sete	6	Localização: no centro da cidade, dois; no interior, quatro.
3	Quadra voleibol areia	2	Localização: no centro, uma; no interior do município, a outra.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Localização: centro da cidade (de tamanho extraoficial), com capacidade para 2.000 pessoas em pé, acesso para ambulância e cadeirantes, vestiários separados para árbitros e atletas, iluminação natural e artificial, piso de parquê, rede de proteção e é poliesportivo. A manutenção e a alimentação são feitas por pessoa da Prefeitura.
6	Cancha de bocha	-	São particulares, havendo uma no centro e oito no interior.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	1	Há uma no centro da cidade.
12	Trilha	-	
13	Praça	3	A Praça Flor de Maio se localiza na Cidade baixa e é municipal. As outras duas se situam no centro: Praça 13 de Abril e Praça da Comunidade Católica de Paverama.
14	Quadra esportiva não coberta	1	Localização: centro da cidade, dentro da praça da Comunidade Católica.
15	Alojamento	-	Não.
16	Sala de reuniões	1	Sim.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Sim, há uma com referencial bibliográfico sobre esporte e lazer.
19	Outro(s). Qual(is)	-	

M25

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Na sede do município há apenas um, e a maioria das comunidades do interior tem o seu campo. O campo da sede não tem acesso para cadeirantes, apenas para ambulância, possui cadeiras, arquibancadas, banheiros e vestiários, iluminação artificial, sendo que a limpeza e a manutenção ficam aos cuidados do ecônomo.
2	Campo de futebol sete	-	
3	Quadra vôleibol areia	1	Na sede.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	4	Há 2 na sede, 1 em Campo Branco e outro no distrito de Xaxim. Em todos há cadeiras e bancadas. Os da sede possuem acesso para ambulância, cadeiras e arquibancadas para cerca de 2 mil pessoas, com banheiros e vestiários, o piso de parque e polido e a iluminação é artificial, sendo que a limpeza e a manutenção ficam aos cuidados do ecônomo. Nos eventos, a maioria dos ginásios contrata segurança para torcedores e usuários.
6	Cancha de bocha	-	Existem 30 canchas, na sede do município e em todas as comunidades do interior, mas são de particulares.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	As pessoas fazem caminhadas no campo de futebol.
12	Trilha	-	Há uma trilha para os motoqueiros.
13	Praça	-	Existe a praça da Matriz na sede, e no interior junto das escolas.
14	Quadra esportiva não coberta	-	Sim, algumas.
15	Alojamento	-	Alojamento específico para esporte e lazer não existe, quando necessário é utilizado o CTG ou o ginásio esportivo.
16	Sala de reuniões	-	Há sala na Secretaria de Educação.
17	Auditório	-	Há auditório na Secretaria de Educação.
18	Biblioteca	-	Há biblioteca na Secretaria de Educação e nas escolas.
19	Outro(s). Qual(is)	-	Existe o telecentro junto à Secretaria de Educação, aberto à comunidade em horário de expediente, com vistas à inclusão digital.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol		São 5 campos comunitários que a Prefeitura auxilia. Localizados no interior. São cercados, possuem acesso para ambulância e cadeirantes e têm medida oficial
2	Campo de futebol sete	1	Localização: no centro da cidade.
3	Quadra vôleibol areia	2	Localização: no centro, onde está a praça de esportes do município.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Situado no centro da cidade, é poliesportivo, com arquibancadas para cerca de 1.000 pessoas sentadas, com proteção de rede, acesso para ambulância e cadeirantes, piso tabuão, com vestiários separados para árbitros e atletas, iluminação natural e artificial. Há ecônomo que explora a copa e cuida da limpeza.
6	Cancha de bocha	-	Há várias canchas particulares e comunitárias, mas nenhuma da Prefeitura.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovía	-	
11	Pista de caminhadas	-	Não há pista específica, a caminhada é feita nas ruas.
12	Trilha	-	
13	Praça	6	Localizadas no centro e mais 3 no interior, junto às escolas.
14	Quadra esportiva não coberta		
15	Alojamento	-	Quando necessário, os alojamentos são improvisados nas escolas.
16	Sala de reuniões	-	É ocupada a sala da Câmara dos Vereadores.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Há biblioteca no centro da cidade, com referencial bibliográfico sobre esporte e lazer.

C2 - RECURSOS MATERIAIS

M23

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	-	As bolas existentes são de boa qualidade. São compradas bolas novas para os campeonatos; quando elas já não têm mais como ser usadas, são doadas para a escolinha ou para o clube do município.
2	Placares		Manuais.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	1	Há equipamento na Prefeitura que é utilizado pelo dirigente.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez		Há bastantes. Só não são usados.
8	Material bibliográfico	-	
9	Balança	-	
10	Súmulas		Existem no próprio computador.
11	Outro(s). Laboratório de informática	2	Situados no prédio da Prefeitura.

24

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	70	Material usado.
2	Placares		Há placar manual.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	40 20	Material de boa qualidade; - colchonetes; - cones;
5	Computadores, fax	1	Computador.

Nº	Material	Quant.	Observações
6	Bolinhas tênis	80	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico		Existe material na Biblioteca Pública.
9	Balança		Sim.
10	Símulas		Confeção própria.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M25

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	-	Foi adquirido material novo no início de 2009, atendendo à demanda.
2	Placares		Só manual.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral		Bambolês, cones, cordas, fitas.
5	Computadores, fax		Existem equipamentos na Prefeitura.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	Sim.
8	Material bibliográfico		Sim.
9	Balança		Foi adquirida uma balança digital para a nutricionista trabalhar nas escolas.
10	Símulas	-	
11	Outro(s). Qual(is)	-	

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	-	Não tem conhecimento sobre a quantidade, mas sabe que foi repassado material novo: bolas, cones, cordas, bambolês, redes, cronômetros...
2	Placares		Não tem conhecimento sobre a quantidade, mas sabe que são placares manuais.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	-	
5	Computadores, fax	1	Há um computador no Departamento do Esporte e um fax Prefeitura. Boa qualidade.
6	Bolinhas tênis		Círculo de Pais e Mestres da escola compra ou os alunos trazem.
7	Jogos xadrez	10	Em cada escola existem 10 jogos; se faltam, as escolas compram.
8	Material bibliográfico		Há material na Biblioteca Pública.
9	Balança	1	Há balança no Departamento de Esporte.
10	Súmulas		Confecção própria, de boa qualidade.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

C3 – RECURSOS HUMANOS

M23

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	-	Há um Departamento de Esporte dentro da Secretaria de Educação.
2	Diretor (dirigente)	1	Acadêmico do curso de Educação Física, atua como cargo de confiança e trabalha no cargo há sete para oito anos.
3	Coordenador	-	
4	Professor	-	
5	Estagiário	-	
6	Voluntários		
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	
9	Responsável pela limpeza	-	
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção	-	
12	Outro(s). Qual(is)	-	

M24

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	A Secretaria na qual o esporte e lazer estão inseridos é a da Educação e sua titular é contratada, tendo iniciado as atividades em jan/ 2009.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Contratado, responsável pela área do esporte. É graduando em Educação Física e atua no cargo há oito anos.
4	Professor	1	Contratado, formado em Educação Física, atuando no cargo desde jan/2009.

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
5	Estagário	1	
6	Voluntários		Pais de alunos trabalham como voluntários nos eventos.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Aos cuidados da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		Aos cuidados da Prefeitura.
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nos ambientes de esporte e lazer, todos da Prefeitura participam.
12	Outro(s). Qual (is)	-	

M25

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário		Secretário possui curso superior de Letras; é cargo de confiança. Há um Conselho do Desporto.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Contratada, formada em Educação Física
4	Professor	1	Trabalha na escolinha e nas escolas do município.
5	Estagário	-	
6	Voluntários		Há voluntários oriundos da comunidade.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Ecônomo.
9	Responsável pela limpeza		Ecônomo.
10	Ecônomo		Há ecônomo no ginásio de esportes.
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nas áreas de esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)		Foi criado um conselho do desporto para organizar os campeonatos e tudo que for do esporte.

M26

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	A Secretaria na qual o esporte e o lazer estão inseridos é a da Educação e seu titular é concursado, formado em Letras, atuando no cargo desde jan/2009.
2	Diretor		
3	Coordenador	1	Contratado, responsável pela área do desporto, graduando em Educação Física e atua no cargo desde jan/2009.
4	Professor	1	Contratado, formado em Educação Física, atuando no cargo desde jan/2009.
5	Estagiário	1	Graduando em Educação Física e atua no cargo desde jan/ 2009.
6	Voluntários	-	Nos jogos das crianças e quando necessário durante os eventos; pais de alunos.
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Aos cuidados da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		Aos cuidados da Prefeitura.
10	Ecônomo	1	Há um que cuida do ginásio esportivo.
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nos ambientes de esporte e lazer; o pessoal da Prefeitura ajuda.

C4 - RECURSOS FINANCEIROS

M23

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Orçamento anual para o desporto e lazer não tem um valor fixo.
2	Origem dos recursos		Recursos são do município.
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação dos espaços	-	
5	Receita mensal	-	

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M24

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Há orçamento mensal para a área do desporto e lazer proveniente da Educação
2	Origem dos recursos		Secretaria de Educação.
3	Valor mensalidades	-	Não tem.
4	Locação dos espaços	-	
5	Receita mensal	R\$ 2.000,00	
6	Despesas mensais	R\$ 2.000,00	
7	Outro(s). Qual (is)		

M25

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Orçamento anual.
2	Origem dos recursos		Recursos da esfera municipal, estadual e federal e de parcerias com a comunidade.
3	Valor mensalidades		É cobrado por pessoa para locação do ginásio, o associado paga R\$1,50 por hora e o não associado paga R\$2,00 reais por hora.
4	Locação dos espaços		Sim, há locação do ginásio de esportes.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M26

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Orçamento do esporte e lazer está inscrito no da Secretaria de Educação.
2	Origem dos recursos		Recursos vêm da Prefeitura.
3	Valor mensalidades		Não tem.
4	Locação dos espaços	-	
5	Receita mensal		Varia. Não tem conhecimento do valor oriundo da Educação.
6	Despesas mensais		Variam. Não tem conhecimento do montante gasto, pois fica a cargo da Secretaria da Educação.
7	Outro(s). Qual(is)		

C5 – POLÍTICA DESPORTIVA

M23

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política desporto e lazer	Não tem conhecimento se há algum item na Lei Orgânica que diga algo sobre o esporte.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	-
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	-
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Meta de municipalizar o campo de futebol, onde será construída pista atlética e campo de areia; isso já está no orçamento para 2010.
5	Público alvo	Desde crianças até a terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	
7	Atividades para o sexo feminino	
8	Benefícios a atletas	
9	Participação de campeonatos, amistosos	Há o time que ficou campeão municipal, que participa da Copa Certel, que é regional, da qual toda a região participa.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Pessoas da Administração do município, prefeito, pessoal das finanças.
11	Outro(s). Qual(is)	

M24

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional.
3	A política, se existente no papel, é cumprida	Sim
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Há metas de longo prazo.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes e idosos.
6	Existência de projetos sociais	
7	Atividades para o sexo feminino	Campeonato de futsal.
8	Benefícios a atletas	Transporte e alimentação para todos os atletas.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Secretária da Educação, professores, pessoas da Administração.
11	Outro(s). Qual(is)	

M25

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim, está sendo iniciado um trabalho nesse sentido no Conselho Municipal do Desporto.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e de rendimento.
3	A política, se existente no papel, é cumprida	Sim, e vem surtindo efeito na integração dos participantes.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	
5	Público alvo	Crianças, adolescente e terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	
7	Atividades para o sexo feminino	Futsal e vôlei
8	Benefícios de atletas	Em todos os eventos, a Secretaria oferece transporte.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim, há participação de jogos em municípios vizinhos e no interior.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Secretaria da Educação e o CMD.
11	Outro(s). Qual(is)	

M26

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	É elaborado projeto bem estruturado para 4 anos.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional.
3	A política, se existente no papel, é cumprida	
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Há metas de curto, médio e longo prazo.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes e idosos.
6	Existência de projetos sociais	A cargo da Assistência Social.
7	Atividades para o sexo feminino	Somente escolinhas de vôlei e futebol.
8	Benefícios a atletas	Não.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Secretária da Educação, coordenador do esporte, da cultura, coordenadora pedagógica e assessora que faz a parte administrativa.
11	Outro(s). Qual (is)	

C6 – POLÍTICA DE PARCERIA

M23

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política parcerias	-
2	Se existe, está no papel	-
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa privada.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Em forma de apoio e patrocínio.
5	Principais parceiros	Existem parcerias com rádio e jornal com os quais a Prefeitura mantém convênios.
6	Quem capta os parceiros	Quando preciso, o próprio dirigente do setor.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não há. Os parceiros querem ver os resultados do evento, que apareça a sua logomarca, o nome deles nos troféus.
8	Parcerias para o futuro	-
9	Outro(s). Qual(is)	-

M24

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não
2	Se existe, está no papel	
3	Iniciativa público-privada	Pública
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	
5	Principais parceiros	
6	Quem capta os parceiros	
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	
8	Parcerias para o futuro	Sim.
9	Outro(s). Qual(is)	

M25

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim.
2	Se existe, está no papel	Sim, conforme o calendário de eventos
3	Iniciativa público-privada	Todos os segmentos da comunidade se envolvem.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Em forma de apoio e patrocínio.
5	Principais parceiros	Comércio, indústria e administração pública.
6	Quem capta os parceiros	
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não há contrato escrito.
8	Parcerias para o futuro	Sim, é procurado dar prioridade para parcerias com o comércio e indústria locais, além de se buscar recursos nas esferas estadual e federal por meio de projetos.
9	Outro(s). Qual(is)	

M26

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não
2	Se existe, está no papel	Não
3	Iniciativa público-privada	Não
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Em forma de apoio financeiro e de divulgação.
5	Principais parceiros	Empresas comerciais e industriais.
6	Quem capta os parceiros	Coordenador ou secretário.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	É tudo bem amigável, sem formalidade contratual.
8	Parcerias para o futuro	Assim está dando certo, mas se pode melhorar.
9	Outro(s). Qual(is)	

C7 – PROJETOS E PROGRAMAS

M23

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Campeonato de futebol, Olimpíada rural, Campeonato de bocha. Cada campeonato abrange uma parte da população: se for futebol de campo, a juventude gosta; bocha, há outra faixa etária; da olimpíada rural, então, participa a garizada de 14 anos até senhores e senhoras de 80 anos que jogam quatrilha; dela participam principalmente os agricultores.
2	Evento desportivo top	Olimpíada rural.
3	Evento não desportivo top	É a Festeleite.
4	Diferenciais dos projetos	O diferencial é a Olimpíada rural, porque consegue integrar todas as nossas comunidades do interior e todas as faixas etárias, desde crianças até os idosos.
5	Necessidades especiais	
6	Desportos radicais	
7	Eventos em parceria	Olimpíada rural, em parceria com a Secretaria da Administração, Agricultura, a Emater e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
8	Existe um calendário anual	Calendário esportivo não, porque não há nada programado. Só há calendário das festas do município.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	
10	Os programas e projetos existem no papel	Estão todos registrados.
11	Outro(s). Qual(is)	

M24

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Grupo da terceira idade, Grupo dos portadores de necessidades especiais, Grupo da Educação Física, Grupo ACEMA (Ações Socioeducativas em Meio Aberto) que é um projeto para crianças de 7 a 14 anos, no turno inverso ao da escola).
2	Evento desportivo top	A Copa municipal de futsal, com 29 equipes.
3	Evento não desportivo top	Paverama in fest.
4	Diferenciais dos projetos	Desenvolvendo o trabalho com a 3ª idade e com o objetivo de atingir a comunidade em geral, tanto a urbana quanto a rural.
5	Necessidades especiais	Sim, há encontros, passeios, viagens.
6	Desportos radicais	Não.
7	Eventos em parceria	
8	Existe um calendário anual	Calendário é geral do município, não é específico do desporto
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Todos da Secretaria da Educação.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual (is)	

M25

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	A escolinha com futsal, vôlei, dança.
2	Evento desportivo top	Campeonatos de futebol, futsal, vôlei e futebol de arcaia.
3	Evento não desportivo top	Rodeio Crioulo, Festa da Paróquia e Festa das grutas.
4	Diferenciais dos projetos	
5	Necessidades especiais	Há uma sala de recursos materiais onde são atendidos os portadores de necessidades especiais.
6	Desportos radicais	Veloterra e trilhas, mas são particulares.
7	Eventos em parceria	

Nº	Projetos e programas	Observações
8	Existe um calendário anual	Há um calendário geral do município e o da Paróquia Católica.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Comunidade, Prefeitura e Secretaria da Educação.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim, e ficam à disposição da comunidade.
11	Outro(s). Qual(is)	

M26

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Projeto de futsal, basquete e futebol de campo. Vôlei aberto adulto, vôlei municipal e o vôlei de areia. Campeonato de futsal adulto e infantil. Campeonato municipal de futebol de campo e futebol sete adulto. Campeonato de bocha masculino. Campeonato de bolão de mesa feminino. Rústica.
2	Evento desportivo top	Para crianças: Moleque bom de bola. Adultos: rústica.
3	Evento não desportivo top	Feira do Livro.
4	Diferenciais dos projetos	A socialização e a organização dos projetos.
5	Necessidades especiais	Aos cuidados da Assistência Social.
6	Desportos radicais	Não
7	Eventos em parceria	
8	Existe um calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Todos da Secretaria da Educação com os Departamentos.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim
11	Outro(s). Qual (is)	

C8- POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

M23

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim, de um tempo para cá, depois que termina o campeonato, é feita a avaliação.
2	Quem participa do processo	O dirigente do Setor faz algumas perguntas que considera adequadas e as encaminha para os coordenadores de equipes que participam dos eventos, os quais oferecem sugestões.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Avaliar o objetivo do campeonato para saber se no próximo ano continua o mesmo, com as mesmas regras ou se tem de mudar alguma coisa.
4	Quem tem acesso aos resultados	Disponível para quem quiser.
5	Relatório (frequência)	
6	Qual o destino dos relatórios	Arquivo.

M24

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim, após cada evento é feita uma avaliação e é passada para a Prefeitura.
2	Quem participa do processo	Departamento do Esporte.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Melhorar e crescer.
4	Quem tem acesso aos resultados	Todos que quiserem.
5	Relatório (frequência)	Sim, todo mês, projeto por projeto.
6	Qual o destino dos relatórios	São arquivados na Secretaria de Educação.
7	Outro(s). Qual(is)	

M25

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim, sempre é feita uma avaliação dos eventos.
2	Quem participa do processo	Parceiros e diretoria que se envolvem com os eventos.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Para melhorar e analisar os prós e os contras dos eventos
4	Quem tem acesso aos resultados	Os resultados são divulgados em rádio local e jornais.
5	Relatório (frequência)	São feitos relatórios anuais no Poder Público; já nas comunidades do interior as avaliações dos eventos são registradas em atas.
6	Qual o destino dos relatórios	Arquivados com a diretoria, que possui um secretário, e registrados em atas nas comunidades do interior.
7	Outro(s). Qual(is)	

M26

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim, em todos os eventos são feitas organização, planejamento, realização e avaliação, mas não são colocados no papel.
2	Quem participa do processo	Todos da Secretaria da Educação com os Departamentos.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Melhorar cada vez mais, fazendo com que a comunidade participe.
4	Quem tem acesso aos resultados	Resultados são divulgados no jornal local.
5	Relatório (frequência)	Não.
6	Qual o destino dos relatórios	
7	Outro(s). Qual(is)	

GRUPO D - de 10.001 a 20.000 habitantes

C1 - ESTRUTURA FÍSICA

M27

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol		Há 10 campos que se localizam no interior do município e pertencem às respectivas comunidades.
2	Campo de futebol sete		Há 7 campos particulares, sendo 2 no centro da cidade e 5 localizados nos bairros e no interior.
3	Quadra vôleibol areia	1	Localização: no centro da cidade.
4	Quadra de tênis		É particular.
5	Ginásio esportivo		O respondente não sabe precisar a quantidade de ginásios, mas há alguns localizados no interior e outros no centro da cidade. Um dos ginásios da sede possui acomodação para em torno de 500 pessoas sentadas, com proteção de rede, acesso para cadeirantes, mas não para ambulância, possui vestiários separados para árbitros e atletas, a iluminação é artificial, piso de parque, tabuão e cimento; trata-se de ginásio poliesportivo, em que um ecônomo faz a manutenção e explora a alimentação.
6	Cancha de bocha		Cada comunidade do interior assim como tem o campo de futebol tem também a cancha de bocha.
7	Cancha reta		
8	Pista atlética		
9	Pista de skate	1	Localização: no centro da cidade.
10	Ciclovía		
11	Pista de caminhadas	1	Localização: no centro da cidade.
12	Trilha		
13	Praça		Na cidade há a Praça da Matriz, no centro, e outra na área de lazer. As do interior são praças escolares.
14	Quadra esportiva não coberta		
15	Alojamento		Os atletas são alojados em escolas.
16	Sala de reuniões	1	Sala na Secretaria de Educação.
17	Auditório	1	Localizado na Secretaria de Educação e Cultura; há também auditórios nas escolas da rede municipal, estadual e particular.
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública municipal.
19	Outro(s). Qual(is)		Telecentro no prédio da Secretaria de Educação e da Biblioteca Pública municipal.

M28

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol		Apenas o campo do Clube de Futebol São Luís foi construído com recursos da Prefeitura, mas hoje é administrado pela comunidade.
2	Campo de futebol sete		Os jogos são feitos nos campos de futebol.
3	Quadra voleibol areia		-
4	Quadra de tênis		-
5	Ginásio esportivo	2	Ginásios da Paróquia Católica e do Clube de Futebol São Luís, onde se pode praticar futsal, vôlei, handebol e basquete; os dois são de piso de parquet; a alimentação é explorada por ecônomos; a manutenção é feita pela própria comunidade; o dinheiro arrecadado com os alugueis dos horários fica para a manutenção dos espaços; os dois ginásios são protegidos com redes, possuem acesso para cadeirantes e para ambulância, possuem arquibancadas e vestiários para atletas e árbitros e iluminação artificial. O Paroquial tem uma sala de reuniões; o São Luís tem uma pessoa terceirizada para fazer a limpeza e o Paroquial é cuidado pela prefeitura. Está em fase de conclusão um novo ginásio municipal de esportes, bem amplo e com todas as especificações acima citadas, inclusive com sistema de segurança.
6	Cancha de bocha		
7	Cancha reta		
8	Pista atlética	1	Situado no Clube de Futebol São Luís.
9	Pista de skate		
10	Ciclovía		
11	Pista de caminhadas		
12	Trilha		
13	Praça	2	Praça do hospital, que está sendo reformada, e a Praça da Matriz.
14	Quadra esportiva não coberta		
15	Alojamento		
16	Sala de reuniões	1	Sala no ginásio Paroquial da Comunidade Católica.
17	Auditório		
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública municipal, em função da troca de lugar, está sendo reorganizada.
19	Outro(s). Qual(is)		

M129

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	4	Além desses 4 públicos, há mais 6 campos particulares, sendo distribuídos assim: metade na cidade e outra metade no interior. Os campos municipais possuem acesso para cadeirantes e ambulância, o campo de grama, a iluminação é natural, há arquibancada com capacidade para 100 pessoas sentadas, possuem banheiros e vestiários separados, a segurança é terceirizada, há equipe de funcionários da Prefeitura que faz a manutenção e limpeza, já nos particulares isso é feito pelos clubes de futebol.
2	Campo de futebol sete	3	São 2 na cidade e um no interior, possuem acesso para cadeirantes e ambulância, o campo é de grama, a iluminação é natural, há arquibancada com capacidade para 100 pessoas sentadas, existem banheiros e vestiários separados, a segurança é terceirizada e há equipe de funcionários da Prefeitura que faz a manutenção e a limpeza.
3	Quadra vôleibol areia	6	Dois no interior e 4 na cidade, com acesso para cadeirantes e ambulância, iluminação é natural, arquibancada com capacidade para cerca de 100 pessoas, banheiros e vestiários separados, segurança terceirizada, funcionários da Prefeitura fazem a manutenção e a limpeza. Há uma das quadras num bairro com tamanho oficial.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	5	Um no interior do município e 4 na cidade, e há mais 3 em construção no interior. Os ginásios possuem acesso para cadeirantes e ambulância, a iluminação é artificial, arquibancada e cadeiras com capacidade para cerca de 500 pessoas, há banheiros e vestiários separados e o piso é polido coberto por emborrachado. A menor quadra é a de futsal com 50 x 25m, a segurança dos ginásios é terceirizada e funcionários da Prefeitura fazem a manutenção e a limpeza dos espaços.
6	Cancha de bocha	-	6 na cidade e 8 no interior do município, e todas são das comunidades.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	1	Situada no Parque Pôr do Sol.
11	Pista de caminhadas	1	Localizada no Parque Pôr do Sol.
12	Trilha	1	Trilha ecológica no interior.
13	Praça	5	
14	Quadra esportiva não coberta	6	Estão localizadas nas escolas.
15	Alojamento		São utilizadas escolas quando necessário.
16	Sala de reuniões	3	Salas no Centro Administrativo.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
17	Auditório	1	Auditório no Centro Administrativo.
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública Municipal.
19	Outro(s). Qual(is)		

M30

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	14	Um localizado no centro da cidade e os demais estão distribuídos entre os bairros e o interior do município; possuem acesso para cadeirantes e ambulância, vestiários e banheiros, iluminação natural e a limpeza e a manutenção ficam aos cuidados do ecônomo.
2	Campo de futebol sete	11	Estão distribuídos entre os bairros da cidade e o interior; possuem acesso para cadeirantes e ambulância, vestiários e banheiros, iluminação natural e a limpeza e a manutenção ficam aos cuidados do ecônomo.
3	Quadra voleibol areia	2	Além das quadras de vôlei, há 3 de futebol de areia. O campinho de futebol de areia é só cascalho, estando em péssimo estado de conservação.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	10	No ginásio poliesportivo do centro da cidade a quadra é de 36m x 20m e a estrutura é de 45m x 30m, com acomodações para cerca de 1.500 pessoas sentadas, em cujas instalações são praticadas as modalidades de basquete, vôlei, handebol, futsal, patinação; a iluminação é artificial, há vestiários e banheiros e a limpeza e a manutenção ficam aos cuidados do ecônomo. Os outros ginásios se situam no interior do município.
6	Cancha de bocha	-	Há apenas canchas particulares ou das comunidades.
7	Cancha reta	-	Há apenas 2 particulares.
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas		Está em projeto uma pista.
12	Trilha		Somente trilha de jeep, mas é particular.
13	Praça	1	Há uma praça da Prefeitura que fica no centro da cidade, mas existem outras nas comunidades do interior e nas escolas.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
14	Quadra esportiva não coberta	-	Há quadras nas escolas, mas não abertas à comunidade em geral.
15	Alojamento	2	Quando necessário são utilizadas as escolas.
16	Sala de reuniões		Sim.
17	Auditório		Sim.
18	Biblioteca		Sim.
19	Outro(s). Qual(is)		

M31

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Há um clube com o qual a Prefeitura tem parceria: a prefeitura ajuda mensalmente com R\$ 490,00 e esse clube cede as dependências do campo de futebol para a escolinha municipal. Localização: centro da cidade, com acesso para ambulância e cadeirantes, sem arquibancadas, com banheiros e vestiários sem separação para árbitros e atletas; ecônomo explora a alimentação e faz a manutenção e limpeza.
2	Campo de futebol sete	1	Localização: centro da cidade.
3	Quadra vôleibol areia	1	Localização: centro, quadra cercada e sem iluminação.
4	Quadra de tênis	-	
5	Ginásio esportivo	1	Localização: centro, ginásio poliesportivo com arquibancadas para cerca de 200 pessoas sentadas, proteção de rede, acesso para ambulância e cadeirantes, vestiários separados para árbitros e atletas, iluminação artificial, piso de tabuão, com manutenção e alimentação a cargo de funcionário da Prefeitura.
6	Cancha de bocha	-	
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética	-	
9	Pista de skate	-	
10	Ciclovia	-	
11	Pista de caminhadas	-	

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
12	Trilha	-	
13	Praça	2	Localização: centro da cidade.
14	Quadra esportiva não coberta	-	
15	Alojamento	-	Alojam-se nas salas do Centro Social.
16	Sala de reuniões	-	Sala no Centro Social.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	Situada na Secretaria de Educação, mas sem material de desporto e lazer.
19	Outro(s). Qual(is)	1	Quadra coberta, aberta, com piso de cimento e tabela de basquete.

C2 - RECURSOS MATERIAIS

M27

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)		O respondente não sabe precisar a quantidade, mas há bolas novas e usadas.
2	Placares		Manual.
3	Atletismo	1	Há material só em uma escola.
4	Equipamentos em geral	1	
5	Computadores, fax		Há equipamentos na Secretaria de Educação e no Telecentro.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez		Há jogos na Secretaria de Educação e em todas as escolas.
8	Material bibliográfico		Disponível na Biblioteca Pública Municipal.
9	Balança		Sim.
10	Súmulas		Sim.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M28

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	260	São 110 de futebol, 40 de futsal e 110 de vôlei.
2	Placares	1	Disponível no ginásio São Luís.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral	40 - 20	-cones; -redes de vôlei.
5	Computadores, fax		O setor de Esportes tem ambos e há também um laboratório de informática na cidade.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico		Na Biblioteca Pública deve haver alguma coisa.
9	Balança	-	
10	Súmulas		Elaboradas pela equipe organizadora do evento.
11	Outro(s). Qual(is)	-	

M29

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)		Material em ótimo estado; são compradas bolas de acordo com a necessidade.
2	Placares		Manual.
3	Atletismo		É um dos objetivos do Município fazer algo em torno do atletismo.
4	Equipamentos em geral		
5	Computadores, fax		Equipamentos existem somente na Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer; é utilizado o fax da Prefeitura.
6	Bolinhas tênis	-	
7	Jogos xadrez	-	
8	Material bibliográfico		Material disponível somente nas escolas.
9	Balança	2	Balanças existentes nas escolas.
10	Súmulas	-	
11	Outro(s). Qual(is)		

M30

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)		Há bolas novas e usadas de todas as modalidades.
2	Placares	3	Manual.
3	Atletismo		
4	Equipamentos em geral		Existem equipamentos para todas as modalidades esportivas, é um kit por modalidade.
5	Computadores, fax		Sim.
6	Bolinhas tênis		
7	Jogos xadrez		
8	Material bibliográfico		Sim.
9	Balança		Sim.
10	Súmulas		Sim.
11	Outro(s). Qual(is)		

M31

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	12 8 6	Boa qualidade: - futebol; - futsal; - futebol secte.
2	Placares		
3	Atletismo		Bolas de medicínebol.
4	Equipamentos em geral	20 4 4 1	Praticamente todos os materiais são novos e de boa qualidade: - cones; - uniformes de futebol; - sacos para uniformes; - armário com chaves.

Nº	Material	Quant.	Observações
5	Computadores, fax		Sector de esportes possui telefone, um computador com impressora e internet.
6	Bolinhas tênis		
7	Jogos xadrez		São da Assistência Social, mas o Sector de Esporte pode ocupar.
8	Material bibliográfico		Há material só nas escolas particulares.
9	Balança		
10	Súmulas		Confecção própria.
11	Outro(s). Qual (is)		

C3 - RECURSOS HUMANOS

M27

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	-	O desporto e o lazer estão incluídos na Secretaria de Educação e Cultura.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Contratado, responsável pela área do desporto, graduando em Educação Física, atua no cargo desde jan/2009.
4	Professor	-	
5	Estagiário	-	
6	Voluntários	-	
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Aos cuidados da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		Aos cuidados da Prefeitura.
10	Ecônomo		Sim, no ginásio do centro da cidade.
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nos ambientes de esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual (is)	-	

M28

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretária de Educação, Esporte e Lazer, pós-graduada em Pedagogia e atua desde jan/2009.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	-	
4	Professor	3	Formados em Educação Física e concursados.
5	Estagiário	-	
6	Voluntários		O pessoal do CMD sempre auxilia nos eventos.
7	Terceirizados		Limpeza dos ginásios.
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Secretaria de Obras.
9	Responsável pela limpeza		Terceirizada.
10	Ecônomo		Os dois ginásios possuem ecônomo.
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica para o esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)		

M29

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário		Secretário da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer desde jan/2009, como cargo de confiança, mas está no serviço público há 26 anos e sua formação é ensino superior incompleto.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Há um coordenador do esporte e do lazer com formação de ensino médio. Há também um coordenador do turismo, que atua como cargo de confiança desde jan/2009.
4	Professor		Será contratado um grupo de professores para trabalhar na nova escolinha municipal.
5	Estagiário		Após a construção da escolinha de futebol haverá.
6	Voluntários		Após a construção da escolinha haverá.

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
7	Terceirizados		Após a construção da escolinha, a segurança será terceirizada.
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Funcionários da Prefeitura, especificamente a Secretaria de Obras.
9	Responsável pela limpeza		Funcionários da Prefeitura, Secretaria de Obras.
10	Ecônomo		
11	Responsável pela recepção		Não há responsável específico pela recepção nas áreas de esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)		

M30

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário		Secretário da Educação, com pós-graduação.
2	Diretor		
3	Coordenador	1	Possui ensino médio e exerce a função desde jan/2009.
4	Professor		Sim.
5	Estagiário		Sim.
6	Voluntários		Sim, há voluntários e é fornecido atestado de participação.
7	Terceirizados		Não
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		O ecônomo cuida desta parte nos ginásios esportivos.
9	Responsável pela limpeza		O ecônomo cuida desta parte nos ginásios.
10	Ecônomo		Tem nos ginásios.
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nas áreas de esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)		

M31

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	-	O desporto e o lazer estão inseridos na Secretaria de Educação.
2	Diretor	-	
3	Coordenador	1	Contratado, responsável pela área do desporto, graduando em Educação Física, atua no cargo desde jan/2009, com 20 horas por semana.
4	Professor	1	Contratado, não tem formação em Educação Física.
5	Estagiário		Existe a intenção de colocar estagiário.
6	Voluntários	-	
7	Terceirizados	-	
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Aos cuidados da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		Aos cuidados da Prefeitura.
10	Economo	-	
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nos ambientes de esporte e lazer; a atividade é realizada pelo pessoal da Prefeitura.
12	Outro(s). Qual (is)	-	

C4 - RECURSOS FINANCEIROS

M27

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 69.000,00	Anual. Desse orçamento, cerca de R\$ 35.000,00 é para reforma, R\$ 4.000,00 para manutenção, sendo o restante utilizado para investir no esporte e lazer durante o ano.
2	Origem dos recursos		A verba vem da Prefeitura, sendo conjunto com a Secretaria de Educação e Cultura.
3	Valor mensalidades		Não tem.
4	Locação dos espaços	-	
5	Receita mensal		Não tem conhecimento do valor.

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
6	Despesas mensais		
7	Outro(s). Qual(is)		Não tem conhecimento do montante.

M28

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)		Anual, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
2	Origem dos recursos		Prefeitura.
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação dos espaços		O valor arrecadado pela locação de horários nos ginásios é revertido em manutenção desses estabelecimentos.
5	Receita mensal		Não tem conhecimento do valor.
6	Despesas mensais		Não tem conhecimento do montante.
7	Outro(s). Qual(is)		

M29

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	-	Orçamento é anual baseado no calendário de eventos, e cada Secretaria tem seu próprio calendário.
2	Origem dos recursos		Recursos da Prefeitura e apoio da Associação da Indústria e Comércio, Sindicato Rural e Sindicato da Alimentação.
3	Valor mensalidades	-	
4	Locação dos espaços		É cobrada de terceiros locação por horários dos ginásios particulares. A Prefeitura tem parceria com a Associação dos Funcionários, repassando verba para ela se manter, mas mesmo assim são cobrados R\$12,50 por hora pela locação do seu ginásio.
5	Receita mensal	-	
6	Despesas mensais	-	
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M30

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	-	É anual, junto com o orçamento da Secretaria de Educação.
2	Origem dos recursos		Secretaria da Educação e também está sendo buscado patrocínio de empresas.
3	Valor mensalidades		Não há cobrança de mensalidades.
4	Locação dos espaços		Não.
5	Receita mensal		Não tem acesso a essa informação.
6	Despesas mensais		Não tem acesso a essa informação.
7	Outro(s). Qual(is)	-	

M31

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	-	Proveniente da Secretaria da Educação e da administração do ginásio.
2	Origem dos recursos	R\$ 1.000,00 R\$ 2.000,00	Secretaria de Educação Oriundos da administração do ginásio.
3	Valor mensalidades		Não tem.
4	Locação dos espaços		Sim, há locação de tempos do ginásio.
5	Receita mensal	-	Não tem conhecimento do valor.
6	Despesas mensais	-	Não tem conhecimento do montante.

C5 – POLÍTICA DESPORTIVA

M27

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	-
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim, é cumprida na prática.

Nº	Política desportiva	Observações
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Metas de longo prazo.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes e idosos.
6	Existência de projetos sociais	-
7	Atividades para o sexo feminino	Existem ,mas o respondente não sabe precisar quais.
8	Benefícios a atletas	-
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	A secretária de Educação, professores.
11	Outro(s). Qual (is)	

M28

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e de participação
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	-
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Há algumas, mas o Setor do Desporto esbarra no orçamento.
5	Público alvo	Crianças, jovens, adultos e terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	-
7	Atividades para o sexo feminino	Não há nada ainda.
8	Benefícios a atletas	-
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sempre há participação de várias competições.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	As pessoas envolvidas da Secretaria de Educação, Desporto e Lazer e CMD.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M29

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	-
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Aos poucos está saindo do papel.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Metas de médio prazo.
5	Público alvo	Crianças de 7 a 16 anos.
6	Existência de projetos sociais	
7	Atividades para o sexo feminino	Existe a escolinha, mas as atividades vão ser de acordo com a demanda.
8	Benefícios a atletas	-
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim, participação da Copa garoto, Circuito de verão SESC e Copa gaúcha de futsal.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Secretários, coordenadores do esporte e do turismo e professores de Educação Física do município.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M30

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	-
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim, esta no papel e é cumprida na prática.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Existem metas na área da educação.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes e terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	Sim.
7	Atividades para o sexo feminino	Campeonatos de futsal e vôlei.

Nº	Política desportiva	Observações
8	Benefícios a atletas	Há 9 atletas que treinam no Colégio Evangélico Alberto Torres, em Lajeado, e o município paga-lhes as passagens.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Há uma menina que é campeã estadual de salto em altura; há participação no Campeonato de futsal, futebol de campo e bocha para terceira idade.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Coordenador do esporte e a secretária da Educação.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M31

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Não tem.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	A equipe da área desportiva da Prefeitura está buscando reestruturar o setor.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes e idosos.
6	Existência de projetos sociais	A cargo da Assistência Social.
7	Atividades para o sexo feminino	Escolinhas de futsal e vôlei.
8	Benefícios a atletas	Não há, pois todos recebem igual atenção.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim, há participação de campeonatos regionais.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Secretaria da Educação, professor e coordenador do esporte, pais de alunos.
11	Outro(s). Qual(is)	

C6 – POLÍTICA DE PARCERIA

M27

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não.
2	Se existe, está no papel	Não.
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa da Prefeitura e empresas também, mas a maioria dos recursos vem da Secretaria da Educação e Cultura.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	-
5	Principais parceiros	-
6	Quem capta os parceiros	-
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	-
8	Parcerias para o futuro	Com certeza, no futuro serão procuradas parcerias.
9	Outro(s). Qual (is)	-

M28

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim
2	Se existe, está no papel	Sim, há parceria com o Clube de Futebol São Luiz e o Sindicato, para os quais são repassadas verbas em troca do uso de espaços pelos projetos.
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa privada.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	-
5	Principais parceiros	Parceria com jornal e rádio.
6	Quem capta os parceiros	O pessoal do CMD e secretária de Educação.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	É feito um contrato com o Município.
8	Parcerias para o futuro	Sempre são buscadas novas parcerias.
9	Outro(s). Qual(is)	

M29

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	-
2	Se existe, está no papel	Não está no papel.
3	Iniciativa público-privada	É procurado patrocínio quando há eventos, e os possíveis parceiros também vão até a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer se propondo a ajudar.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Em forma de apoio e patrocínio.
5	Principais parceiros	Sindicatos, lojas, associações.
6	Quem capta os parceiros	A Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer e as próprias entidades procuram a Prefeitura.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não há contrato escrito.
8	Parcerias para o futuro	-
9	Outro(s). Qual(is)	-

M30

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não.
2	Se existe, está no papel	Não.
3	Iniciativa público-privada	Na área pública, está sendo buscada parceria com deputado estadual para arrecadar fundos para os campeonatos e custo com arbitragem.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	-
5	Principais parceiros	-
6	Quem capta os parceiros	Secretaria de Educação.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não.
8	Parcerias para o futuro	Está sendo buscada parceria com deputado estadual para arrecadar fundos para os campeonatos e custo com arbitragem. Também está sendo pensado investir em projetos pela Lei de Incentivo à Cultura.
9	Outro(s). Qual(is)	

M31

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Não
2	Se existe, está no papel	Não.
3	Iniciativa público-privada	-
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	-
5	Principais parceiros	-
6	Quem capta os parceiros	-
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	-
8	Parcerias para o futuro	Sim, estão sendo buscadas parcerias principalmente para as escolinhas.
9	Outro(s). Qual(is)	-

C7 – PROJETOS E PROGRAMAS

M27

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Há escolinhas, eventos, programas para a terceira idade.
2	Evento desportivo top	O ciclismo, que vai acontecer pelo terceiro ano consecutivo, sendo uma etapa gaúcha que envolve todo o município.
3	Evento não desportivo top	É a Cultura que envolve também feira do livro.
4	Diferenciais dos projetos	Não sabe informar.
5	Necessidades especiais	Estão em projeto atividades para portadores de necessidades especiais.
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	-
8	Existe um calendário anual	Há um calendário geral, não é específico do desporto.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Toda a equipe da Secretaria de Educação.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim, sempre são registrados.
11	Outro(s). Qual (is)	-

M28

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	<p>-Há o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI) atendendo as crianças no turno oposto ao da escola, com diversas atividades, como dança, música, esportes etc.;</p> <p>-A terceira idade tem atividades semanais de natação, hidroginástica por meio de parceria entre Prefeitura com Clube de piscinas, além de atividades como xadrez, bingos e carreados;</p> <p>-Há um projeto em que todo mês é feita uma socialização das escolas; os alunos são reunidos no centro da cidade e lhes são proporcionadas diversas atividades físicas de esporte e lazer.</p>
2	Evento desportivo top	Campeonato Municipal de Futsal, com a participação de 70 equipes na última edição nas diversas categorias.
3	Eventos não desportivo top	O Dia de Sete de Setembro, que mobiliza muitas pessoas; o Natal no Morro e a Famate.
4	Diferenciais dos projetos	Dedicação dos profissionais
5	Necessidades especiais	No município há a Apae, a qual é auxiliada pela Prefeitura com alguns recursos e cedência de infraestrutura necessária para a execução de projetos
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	São promovidos os campeonatos de futsal e campo em parceria com o CMD.
8	Existe um calendário anual	Sim, mas é calendário geral.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Na área da Educação há a participação de pais, professores, alunos e Conselhos.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual(is)	A Prefeitura está com um projeto na Câmara de Vereadores chamado de "Mobilidade humana", por meio do qual todas as ruas vão receber modificações para facilitar a locomoção dos cadeirantes.

M29

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Criação da escolinha esportiva do município, com vôlei, futsal, dança, artes marciais, handebol, basquete, futebol sete, atletismo, futebol de areia, música e também para portadores de necessidades especiais. A escolinha vai oferecer também atendimento médico, psicóloga, transporte e bolsa de estudo, tudo de acordo com a demanda; -Cobertura da praça; -Ginásio poliesportivo.
2	Evento desportivo top	Campeonato municipal.
3	Eventos não desportivos top	Natal nas águas e ExpoBom.
4	Diferenciais dos projetos	A escolinha esportiva, pois não existia nenhuma no Município.
5	Necessidades especiais	Estão incluídos no projeto de criação da escolinha esportiva.
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	-
8	Existe um calendário anual	Cada Secretaria tem o seu calendário anual de eventos.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Todas as entidades do município, escolas, Apae.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual(is)	Há cursos de Turismo Rural oferecidos pelo Senai, que já tenderam duas etapas, e a municipalidade está lutando por mais outros.

M30

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Há o Projeto da terceira idade, cujos membros se reúnem semanalmente para bailes, 2x por semana para realizar ginástica e para fazer trabalhos manuais; -Escolinha de futsal, dança, vôlei.
2	Evento desportivo top	A Olimpíada do G8, que envolve 8 municípios da região alta do Vale do Taquari, e que em 2009 ocorreu em Cruzeiro do Sul, nos dias 02 e 09 de outubro.

Nº	Projetos e programas	Observações
3	Eventos não desportivos top	A Feira do Livro, que ocorre em setembro, e o Parque Florido, que ocorre na Semana do Município, em novembro.
4	Diferenciais dos projetos	-
5	Necessidades especiais	-
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	-
8	Existe um calendário anual	Sim, mas não é específico do esporte e lazer.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Toda a equipe da Educação.
10	Os programas e projetos existem no papel	Existem no papel.
11	Outro(s). Qual(is)	

M31

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Projeto de voleibol, desenvolvido pela Educação. -Projeto da terceira idade, desenvolvido pela Assistência Social.
2	Evento desportivo top	Copa Subquinze, com a presença de times como Inter, Grêmio, Juventude, Caxias.
3	Evento não desportivo top	Festa do Município: ExpoRoca.
4	Diferenciais dos projetos	Ocupação e compromisso dos jovens participantes.
5	Necessidades especiais	-
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	-
8	Existe um calendário anual	Há um calendário geral, não é específico do desporto.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Coordenador tem autonomia total.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual (is)	-

C8 – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

M27

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	Os professores.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Melhorar.
4	Quem tem acesso aos resultados	Todos da comunidade em geral.
5	Relatório (frequência)	Os relatórios são mensais.
6	Qual o destino dos relatórios	Ficam na Secretaria de Educação.
7	Outro(s). Qual (is)	-

M28

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	Todos os envolvidos e representantes de equipes.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Melhorar para o evento seguinte.
4	Quem tem acesso aos resultados	Toda a comunidade.
5	Relatório (frequência)	Relatórios são feitos após o término dos eventos.
6	Qual o destino dos relatórios	São arquivados na Prefeitura ou no CMD.
7	Outro(s). Qual(is)	-

M29

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Há reuniões todas as sextas-feiras com os secretários e no final do ano é feita uma avaliação geral.
2	Quem participa do processo	Secretários.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Rever o que aconteceu. Corrigir os erros para os próximos eventos.
4	Quem tem acesso aos resultados	Os secretários possuem acesso aos resultados das reuniões, e a comunidade, aos resultados de eventos, por meio de divulgação na imprensa e num painel situado na entrada da cidade, a cargo da comissão de eventos.
5	Relatório (frequência)	-
6	Qual o destino dos relatórios	Os relatórios são passados verbalmente para cada secretário, mas não são divulgados externamente.
7	Outro(s). Qual(is)	

M30

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	É sempre avaliado cada evento.
2	Quem participa do processo	Os participantes do evento.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	-
4	Quem tem acesso aos resultados	São divulgados no jornal e rádio local para a comunidade em geral ter acesso.
5	Relatório (frequência)	-
6	Qual o destino dos relatórios	São arquivados na Secretaria de Educação.
7	Outro(s). Qual(is)	-

M31

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	O que existe é uma conversa entre a equipe da Educação e o prefeito sobre os eventos.
2	Quem participa do processo	Setor do esporte, Secretaria da Educação e prefeito.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Melhorar na próxima vez.
4	Quem tem acesso aos resultados	Está sendo criado um site da escolinha de futebol para todos terem acesso.
5	Relatório (frequência)	Não é feito relatório. Os resultados, objetivos são divulgados no jornal da cidade.
6	Qual o destino dos relatórios	-
7	Outro(s). Qual(is)	-

GRUPO E - de 20.001 a 40.000 habitantes

C1 - ESTRUTURA FÍSICA

M32

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	-
2	Campo de futebol sete	-	-
3	Quadra voleibol arcia	-	-
4	Quadra de tênis	-	-
5	Ginásio esportivo	2	Ginásios do Lago Azul e do Parque; os dois têm locações, sendo que a arrecadação vai para os cofres públicos. O ginásio do Parque, onde pode ser praticado futsal, vôlei, é gerido pelo CMD, explorando a alimentação; ele possui arquibancadas, a quadra é protegida com rede, tem iluminação artificial, piso de parque, vestiário e acesso para cadeirantes e ambulância, localizado no bairro de Santo Antônio, com manutenção feita pela Prefeitura. O ginásio do Lago Azul, onde pode ser praticado futsal e vôlei, é de responsabilidade da Prefeitura, possui piso de concreto, redes de proteção, iluminação artificial, tem vestiários, não tem arquibancadas, mas tem acesso para cadeirantes e ambulância, localizado no bairro Lago Azul, com manutenção feita pela Prefeitura.
6	Cancha de bocha		Só há nas comunidades do interior e são particulares.
7	Cancha reta		-
8	Pista atlética		-
9	Pista de skate	1	Localizada junto ao caminhódromo.
10	Ciclovía	-	Em fase de construção com previsão de término para 2010.
11	Pista de caminhadas		Há o caminhódromo situado no centro da cidade.
12	Trilha	-	Apenas trilhas particulares.
13	Praça		Há várias praças, duas no centro da cidade e quase todos os demais bairros possuem a sua.
14	Quadra esportiva não coberta	-	Não.
15	Alojamento	-	Não. Os visitantes são alojados em hotéis.
16	Sala de reuniões	2	Existem duas salas na Secretaria de Esporte, Lazer, Juventude e Turismo que são bem grandes.
17	Auditório	3	Auditórios situados no Centro Administrativo da Prefeitura.
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública municipal.

M33

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	5	Um campo de minifutebol, 3 de futebol onze, e um de futebol sete em construção.
2	Campo de futebol sete	3	Localizam-se nos bairros. A Prefeitura faz a manutenção.
3	Quadra voleibol areia	8	Localizam-se nos bairros. A Prefeitura faz a manutenção.
4	Quadra de tênis		Em projeto, com conclusão prevista para o final de 2010.
5	Ginásio esportivo	3	-Um está localizado em bairro do município, é ginásio poliesportivo, com acesso para cadeirantes e ambulância, piso de parque, acomodação para cerca de 1.500 pessoas, tem arquibancadas, vestiários, banheiros, iluminação artificial, redes de proteção e a manutenção é com a Prefeitura. Há parceria com um colégio particular, com cobertura de espaços e com este dinheiro é pago o ecônomo. A alimentação (copa e cozinha) é explorada pelo ecônomo; -Outro ginásio se localiza em escola municipal, é novo, com quadra poliesportiva, acesso para cadeirantes e ambulância, piso de cimento, arquibancadas com acomodação para 800 a 1.000 pessoas, tem vestiários/banheiros, iluminação artificial, ainda não tem redes de proteção, e manutenção e limpeza é com a Prefeitura, pois não tem ecônomo; -Um localiza-se no Bairro Boa União, está em construção e a previsão de término é para o final de 2010.
6	Cancha de bocha		Somente existem canchas nas comunidades do interior e pertencentes a elas, e quando são feitos jogos intercomunitários a Prefeitura entra com a organização e a comunidade com o espaço físico.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética		Está em construção uma pista oficial no Parque Princesa do Vale, com previsão de término para o final de 2010.
9	Pista de skate	1	Pista oficial localizada no Parque Princesa do Vale, no centro da cidade.
10	Ciclovia	1	Localizada no Parque Princesa do Vale;
11	Pista de caminhadas	1	Localizada no Parque Princesa do Vale;
12	Trilha		É usada a trilha particular na Cascata Santa Rita, com 2 quilômetros de extensão.
13	Praça	12	Cada bairro tem a sua praça, sendo que a manutenção da praça, a limpeza e a capina ficam a cargo da Prefeitura. Há uma das praças de um bairro que está chamando a atenção: ela foi entregue à comunidade totalmente nova, com campo de futebol, quadra de areia, quadra de vôlei, pista de caminhada, e a comunidade fez uma horta.
14	Quadra esportiva não coberta		Existem quadras nas praças dos bairros.
15	Alojamento	-	-
16	Sala de reuniões	1	As reuniões são feitas na sala da Secretaria de Esporte e Lazer e quando há necessidade de espaço maior são feitas no Centro de Cultura e Turismo.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
17	Auditório		Há um no Centro de Cultura e Turismo, mas em breve haverá um local apropriado para auditório.
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública Municipal. Há material de esporte, principalmente quando as crianças das escolinhas precisam fazer trabalhos, elas são encaminhadas para pesquisar nos jornais da Biblioteca Pública, ou até na Secretaria de Esporte e Lazer.
19	Outro(s). Qual(is)		Há um museu particular, que em breve será do município.

M34

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	1	Há apenas 1 campo do município e 6 particulares nas comunidades do interior. Um campo particular e o do município são usados como escolinha. O campo público não tem acesso para cadeirantes, apenas para ambulância, a iluminação é natural, a manutenção e a limpeza são feitas por funcionários da Prefeitura e o seu tamanho é próximo do oficial.
2	Campo de futebol sete		Há 5 campos particulares distribuídos pelo município.
3	Quadra vôleibol areia	-	-
4	Quadra de tênis	-	Apenas particular.
5	Ginásio esportivo	2	Não possuem acesso específico para cadeirantes, apenas para ambulância, estes ginásios estão distribuídos no município, um na sede e um no interior. A manutenção e a limpeza são feitas por funcionários da Prefeitura, possuem banheiros e vestiários, para a segurança existe um vigia, tem rede de proteção, há saída de emergência, são praticadas todas as modalidades exceto o basquete, pois não há marcação na quadra, a iluminação é artificial, o piso é de parquê e cimento e o tamanho é próximo do oficial.
6	Cancha de bocha	-	Somente particular, da Associação Atlético Banco do Brasil.
7	Cancha reta	-	
8	Pista atlética		Sim.
9	Pista de skate		Sim.
10	Ciclovia	-	-
11	Pista de caminhadas		É utilizada a pista atlética como pista de caminhadas.
12	Trilha		Há uma trilha no Capão, onde ocorre Motocross.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
13	Praça	3	Há uma praça central na Lagoa Armênia no centro da cidade, que é um local que a comunidade utiliza para caminhar e onde acontecem eventos. Há outra chamada Praça da Bandeira e mais uma num Lotçamento.
14	Quadra esportiva não coberta	-	-
15	Alojamento	-	-
16	Sala de reuniões	2	Salas na Prefeitura e no ginásio esportivo.
17	Auditório	-	Quando necessário, é pedido emprestado o auditório da Escola Conceição.
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública Municipal junto da qual funciona o Museu.
19	Outro(s). Qual(is)	-	-

M35

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	-	-
2	Campo de futebol sete	1	Localiza-se no Parque de Eventos.
3	Quadra voleibol areia	-	Há várias quadras no ginásio poliesportivo.
4	Quadra de tênis	-	-
5	Ginásio esportivo	1	O ginásio poliesportivo fica no Bairro Canabarro, o maior bairro da cidade. Ele tem acesso para ambulância, banheiros e vestiários.
6	Cancha de bocha	-	-
7	Cancha reta	-	-
8	Pista atlética	-	-
9	Pista de skate	1	A pista fica junto ao Centro Administrativo.
10	Ciclovía	-	-
11	Pista de caminhadas	-	-
12	Trilha	-	-
13	Praça	3	Cada bairro possui uma praça: Canabarro, Languiru e Teutônia.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
14	Quadra esportiva não coberta	-	-
15	Alojamento		Houve uma mobilização muito grande para a Copa Adidas, em jan/2009, de toda a estrutura não só da Prefeitura, mas das comunidades para organizar e alojar os três mil atletas, que foram hospedados em locais públicos: ginásio, escolas e pavilhões.
16	Sala de reuniões		A Liga de Futebol tem sede própria e as demais reuniões acontecem no Centro Administrativo, junto à Secretaria da Cultura.
17	Auditório	-	
18	Biblioteca	1	A Biblioteca Pública Municipal está situada no Centro Cultural 25 de Julho e possui material sobre esporte e lazer.
19	Outro(s). Qual(is)		-Museu Municipal no Centro Administrativo, que guarda a história do município. - Parque Poliesportivo: por enquanto ainda é gramado, mas já há uma área de concreto onde estão instalados os equipamentos de ginástica. Pode abrigar cerca de 10 mil pessoas. A iluminação desse espaço é natural e há acesso para ambulância.

C2 - RECURSOS MATERIAIS

M32

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	-	O entrevistado não sabe informar a quantidade, mas ressalta que doam as velhas e compram novas.
2	Placares	2	Existem placares eletrônicos, mas estão estragados.
3	Atletismo	-	
4	Equipamentos em geral		Existem bambolês, cones, cordas, jogos, todos em bom estado.
5	Computadores, fax		Há um fax e uns 5 computadores.
6	Bolinhas tênis	-	-
7	Jogos xadrez	4	Há jogos, mas pouca gente usa.
8	Material bibliográfico		Há, mas se encontram na Biblioteca Pública municipal.
9	Balança		Somente o pessoal do Projeto Segundo Tempo tem.
10	Súmulas		A LENFA (Liga Encantadense de Futebol Amador) é responsável por esta parte.
11	Outro(s). Qual(is)		

M33

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	60	Durante o ano, em torno de 60 bolas novas são adquiridas, dependendo a necessidade; quando o professor considerar que deve ser feita a compra, avisa a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL). Quando as bolas não oferecem mais condições de uso, é feita doação para as crianças das escolinhas nos bairros.
2	Placares	-	Não há nenhum no momento, mas será adquirido um placar móvel para ser colocado onde precisar.
3	Atletismo	-	Temos uma parceria com o Colégio Martin Luther, que empresta os materiais de atletismo e a Univates, o colchão. Materiais de atletismo serão adquiridos quando a pista atléica estiver pronta.
4	Equipamentos em geral	-	-
5	Computadores, fax	6	Situados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL).
6	Bolinhas tênis	-	Sim.
7	Jogos xadrez	-	Sim.
8	Material bibliográfico		Quando os professores requisitam material deste tipo, é encaminhado para a Secretaria de Educação que faz a compra.
9	Balança	-	Sim.
10	Stimulas		Na maioria das vezes, são feitas na Secretaria de Esporte e Lazer, mas quando são exigidas para campeonatos, é pedido para a Federação providenciar.
11	Outro(s). Qual(is)	-	-

M34

Nº	Recursos materiais	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)		A cada ano é renovado o estoque e quando há jogos e campeonatos são utilizadas bolas novas, que ficam na sala do ginásio.
2	Placares		Manual.
3	Atletismo		Existe material, mas não é oficial.
4	Equipamentos em geral		Há arcs e colchonetes.
5	Computadores, fax		Existem equipamentos somente na Prefeitura.
6	Bolinhas tênis	-	-

Nº	Recursos materiais	Quant.	Observações
7	Jogos xadrez	-	-
8	Material bibliográfico	-	-
9	Balança	-	-
10	Súmulas	-	-
11	Outro(s). Qual(is)	-	-

M35

Nº	Material	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	-	Com o valor do repasse que a Prefeitura faz para a Liga de Futebol Juventus, eles são responsáveis pela aquisição do material desportivo.
2	Placares	-	-
3	Arletismo	-	-
4	Equipamentos em geral	-	-
5	Computadores, fax	-	A Liga de Futebol tem estrutura física própria e é usada também a infraestrutura do município, principalmente da Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
6	Bolinhas tênis	-	-
7	Jogos xadrez	-	-
8	Material bibliográfico	-	Possui, na Biblioteca Pública.
9	Balança	-	-
10	Súmulas	-	O município subvenciona os campeonatos, mas a parte burocrática não é responsabilidade do Poder Público, é com a entidade promotora, Liga de Futebol, ou outra entidade.
11	Outro(s). Qual(is)	-	-

C3 - RECURSOS HUMANOS

M32

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretária de Esporte, Lazer, Juventude e Turismo, cursando Enfermagem e começará a cursar Gestão Pública, atuando desde jan/2009 como cargo de confiança
2	Diretor	-	-
3	Coordenador	2	Não possuem formação na área do desporto e lazer e atuam como cargos de confiança desde jan/2009.
4	Professor	1	Formado em Educação Física e atua desde jan/2009
5	Estagiários	6	Quatro no Projeto Segundo Tempo e 2 no Projeto Vida Saudável, que atuam desde jan/2009.
6	Voluntários	-	O pessoal que trabalha nos projetos atua como voluntário em eventos.
7	Terceirizados	-	-
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	Aos cuidados da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza	-	Aos cuidados da Prefeitura.
10	Ecônomo	-	Nenhum espaço tem ecônomo.
11	Responsável pela recepção	-	Não há recepção específica na área do esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)	-	-

M33

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretário de Desporto e Lazer, cursa Gestão Pública e atua há mais de 8 anos como cargo de confiança.
2	Diretor	-	-
3	Coordenador	2	Há um mais envolvido com os projetos sociais, e outro coordenador esportivo, que supervisiona os campeonatos, competições, eventos; este é formado em Educação Física e atua como cargo de confiança.
4	Professor	10	Formados em Educação Física: 4 deles são cargos de confiança, 2 concursados, 2 contratados, 1 professor da escolinha de vôlei, 1 de capoeira.
5	Estagiário	2	Cursando Educação Física, contratados mediante CIEE.

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
6	Voluntários		Em eventos há voluntários.
7	Terceirizados	-	-
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Aos cuidados da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		Ecônomo no ginásio do Colégio Martin Luther.
10	Ecônomo		O ecônomo é pago pelo Colégio Martin Luther, cuida da alimentação, tanto dos alunos do colégio como durante os eventos, e cobra aluguel dos espaços do ginásio.
11	Responsável pela recepção		Há recepção na Secretaria de Esporte e Lazer.
12	Outro(s). Qual(is)		Todos os funcionários que trabalham na Secretaria de Esporte e Lazer são profissionais da área de Educação Física.

M34

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	-	O desporto e lazer estão alocados na Secretaria da Educação e Cultura, que possui o Conselho Municipal de Desportos.
2	Diretor	-	-
3	Coordenador	1	Coordena todos os campeonatos e está há mais de 3 anos no cargo.
4	Professor	2	Formados em Educação Física e atuam há mais de 3 anos no cargo.
5	Estagiário	4	
6	Voluntários	-	-
7	Terceirizados	-	-
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		O próprio pessoal do Conselho Municipal de Desportos.
9	Responsável pela limpeza		O próprio pessoal do Conselho Municipal de Desportos.
10	Ecônomo	-	
11	Responsável pela recepção		Não há recepção específica nas áreas do esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)		

M35

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Formado em Letras. Já atuou neste cargo de secretário da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer em outra oportunidade e retornou em jan/2009, agora também como vice-prefeito.
2	Diretor	-	-
3	Coordenador	-	Dentro da Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer há o Departamento de Esportes com 2 servidores que organizam os eventos e dão suporte de coordenação. Não possuem formação específica na área do desporto e lazer, são cargos de confiança e estão no cargo desde jan/2009.
4	Professor	-	-
5	Estagiário	-	O município cede estagiários para a Liga de Futebol Juventus realizar os eventos.
6	Voluntários	-	Há voluntários de toda ordem, principalmente os dirigentes das agremiações esportivas. Também existe uma escolinha de futebol mantida por voluntários na Linha Germânia e no Bairro Canabarro, atendendo mais de 100 jovens.
7	Terceirizados	-	-
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos	-	-
9	Responsável pela limpeza	-	-
10	Ecônomo	-	-
11	Responsável pela recepção	-	-
12	Outro(s). Qual(is)	-	-

C4 - RECURSOS FINANCEIROS

M32

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 153.000,00	Anual, da Secretaria de Esporte, Lazer, Juventude e Turismo.
2	Origem dos recursos		São oriundos da Prefeitura. Também existem recursos do Ministério do Esporte para os Projetos Segundo Tempo e Vida Saudável.
3	Valor mensalidades		Os valores da locação dos ginásios entram no caixa público.
4	Locação dos espaços		Os ginásios são locados para a comunidade.
5	Receita mensal		O respondente não sabe precisar o valor.
6	Despesas mensais		Do orçamento anual de 153.000,00 são pagos os funcionários e o restante é aplicado no esporte e lazer
7	Outro(s). Qual(is)	-	-

M33

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 1.028.000,00	Anual. Talvez seja um dos maiores do Estado em proporção de valor: 1 milhão e 28 mil em 2009 e 1 milhão e 50 mil reais para 2010 para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
2	Origem dos recursos		Recursos oriundos dos contribuintes, do orçamento geral da Prefeitura.
3	Valor mensalidades		São gratuitas.
4	Locação dos espaços		No ginásio e no Parque Princesa do Vale são cobrados os espaços do minifutebol sete, pois há iluminação e manutenção do gramado. No Parque é R\$ 25,00/hora e no ginásio é R\$ 20,00/hora.
5	Receita mensal		Em torno de R\$ 1.500,00 por mês das locações de alguns espaços públicos.
6	Despesas mensais		Despesas com salário do professor das escolinhas, salário do vigilante do ginásio, todos com carteira assinada. Se sobra dinheiro, são colocadas goleiras novas, feita manutenção necessária, colocação de arquibancadas, sempre investindo para melhorar os espaços físicos.
7	Outro(s). Qual(is)	-	-

M34

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$10 mil	Anual. Fica dentro do orçamento da Secretaria de Educação.
2	Origem dos recursos		Do gabinete municipal.
3	Valor mensalidades		R\$15,00 por hora, no ginásio maior e R\$12,00 no ginásio menor, pelo aluguel de tempos.
4	Locação dos espaços		Sim.
5	Receita mensal		São arrecadados R\$12 mil por ano com a locação.
6	Despesas mensais	-	-
7	Outro(s). Qual(is)	-	-

M35

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 1.300.000,00	Anual. Este valor é destinado para a Secretaria da Cultura, sendo que dele R\$ 300 mil são destinados para o esporte.
2	Origem dos recursos		Município.
3	Valor mensalidades		Há cobrança de mensalidades, porém não foi divulgado o valor.
4	Locação dos espaços	-	-
5	Receita mensal	-	-
6	Despesas mensais		Gastos do Esporte de jan. a ago/2009 junto com os da Cultura: R\$ 471.252,75; Centro Cultural 25 de Julho: R\$ 170.000,00; Orquestra Municipal: R\$ 86.552,75; Adidas Cup: R\$ 7.000,00; Associação Coros: R\$ 84.000,00; Juventus: R\$ 54.000,00; Encontro Carros Antigos: R\$ 10.000,00; Teutomoto: R\$ 11.000,00; Associação Melhor Idade: R\$ 5.700,00; ASTF- Associação Teutoniense de Futsal: R\$ 28.000,00; CTGs: R\$ 15.000,00.
7	Outro(s). Qual(is)		

C5 – POLÍTICA DESPORTIVA

M32

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim, sempre há preocupação com o desporto e o lazer.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Metas de implantar as escolinhas de futebol, trazer esportes diferentes como patinação, melhorar o acesso à rampa de paraplaider; fazer uma pista de Kart; colocar asfalto no caminhódromo; montar academia ao ar livre.
5	Público alvo	Crianças principalmente, mas também adultos e terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	-
7	Atividades para o sexo feminino	Há atividades para a terceira idade, que é formada basicamente por mulheres; nos demais projetos está agora sendo inscrito algo, o Segundo Tempo, que envolve meninas e meninos
8	Benefícios a atletas	Nenhum recebe benefícios.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sempre há participação de campeonatos com as escolinhas
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	O pessoal do CMD, quem cuida da parte técnica e quem organiza os eventos.
11	Outro(s). Qual (is)	-

M33

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional. Para 2010 está sendo estudada a possibilidade de ter desporto de rendimento no Projeto Navegar.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	É cumprida na prática.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Atingir o maior número de crianças e ocupá-las em projetos sociais, nos quais elas possam escolher o que quiserem e do que gostam de participar. São em torno de 70 crianças em cada um dos projetos. Construção da infraestrutura da pista atlética, quadra de tênis, quadra de voleibol, futevôlei, futebol de campo sete.
5	Público alvo	Crianças, adolescentes, terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	Projeto Navegar, Bombeiros Mirim, Vida Saudável (Projeto da Terceira Idade premiado), escolinhas de futebol, voleibol, basquete, bicicross.
7	Atividades para o sexo feminino	Há futsal, bicicross, basquete, voleibol da Secretaria do Esporte e Lazer, mas futebol de campo feminino somente nos clubes particulares; há a intenção de implantar futebol de campo feminino no município também.
8	Benefícios a atletas	O município contribui com o transporte. No jiu-jitsu foi contribuído com passagem do atleta ao campeonato estadual e uma bolsa de estudos.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Participação de campeonatos municipais, regionais e estaduais.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	
11	Outro(s). Qual(is)	

M34

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Não.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Há metas a ser conquistadas durante o ano.

Nº	Política desportiva	Observações
5	Público alvo	Crianças, adolescentes e terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	-
7	Atividades para o sexo feminino	Somente o vôlei e futsal.
8	Benefícios a atletas	Somente o transporte é gratuito, que passa nos bairros buscando as crianças com interesse em participar de projeto.
9	Participação de campeonatos, amistosos	Sim, há participação de torneio com escolinhas nas cidades vizinhas.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	As pessoas ligadas ao Conselho Municipal do Desporto.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M35

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim. A Lei Orgânica foi feita em 1992 e o secretário teve o privilégio de participar da sua elaboração, na época como vereador.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento	Desporto educacional e de participação.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Uma das metas é criar a Secretaria do Esporte e Lazer para que ela tenha ainda mais autonomia.
5	Público alvo	Procura-se atender a todas as faixas etárias.
6	Existência de projetos sociais	-
7	Atividades para o sexo feminino	Campeonatos de futebol feminino.
8	Benefícios a atletas	-
9	Participação de campeonatos, amistosos	Associação Teutoniense de Futsal (ASTF), que é a maior agremiação que representa o município.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Pessoal da Secretaria do Turismo, Cultura e Esporte e demais Secretarias.
11	Outro(s). Qual(is)	-

C6 – POLÍTICA DE PARCERIA

M32

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim.
2	Se existe, está no papel	Está tudo no papel como contrato.
3	Iniciativa público-privada	Há uma parceria como o Ministério do Esporte para o Projeto Segundo Tempo.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Sempre há algum apoiador ou patrocínio.
5	Principais parceiros	Baldo S/A, RK Peças.
6	Quem capta os parceiros	O pessoal da Secretaria de Esporte, Lazer, Juventude e Turismo vai em busca.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Algumas são só verbais, em outras parcerias é feito contrato.
8	Parcerias para o futuro	Sempre são buscadas parcerias, inclusive se está indo atrás de parcerias para o campeonato que será feito no próximo mês.
9	Outro(s). Qual(is)	-

M33

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim.
2	Se existe, está no papel	-
3	Iniciativa público-privada	Exemplo de parceria pública é o Programa Segundo Tempo.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Convênios são firmados por ano. Os parceiros são por eventos. Teve a Rústica, na qual houve patrocinadores.
5	Principais parceiros	Colégio Martin Luther, Univates, Unimed, Central de arcaia, Univale. É procurado não repetir os mesmos parceiros.
6	Quem capta os parceiros	Os coordenadores da Secretaria de Esporte e Lazer.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Há contrato verbal.
8	Parcerias para o futuro	-
9	Outro(s). Qual(is)	-

M34

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	-
2	Se existe, está no papel	Não.
3	Iniciativa público-privada	As duas.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Em forma de doação. Trabalham com parcerias de empresas.
5	Principais parceiros	As lojas que trabalham com materiais esportivos.
6	Quem capta os parceiros	O pessoal da Secretaria da Educação.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Não.
8	Parcerias para o futuro	Sim.
9	Outro(s). Qual(is)	

M35

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim.
2	Se existe, está no papel	Sim.
3	Iniciativa público-privada	Iniciativa privada.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	O município firma convênios, nos quais geralmente entra como apoiador e nem sempre como promotor.
5	Principais parceiros	O município tem convênio com a Escolinha Juventus, por meio da Liga de Futebol Juventus.
6	Quem capta os parceiros	O pessoal do Departamento do Desporto.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Há convênios.
8	Parcerias para o futuro	Sim.
9	Outro(s). Qual(is)	

C7 – PROJETOS E PROGRAMAS

,M32

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Segundo Tempo; Vida Saudável; campeonatos de campo e futsal.
2	Evento desportivo top	Encontro dos trilheiros, que é um dos maiores do Estado, e acontece em parceria com o CMD.
3	Eventos não desportivos top	Suínofest e o Canto da Lagoa.
4	Diferenciais dos projetos	Equipe de trabalho jovem que acaba favorecendo as atividades e as idéias e trabalham com determinação.
5	Necessidades especiais	Não há projetos.
6	Desportos radicais	Há a pista de parapglider e atividades de rapel no Viaduto 13
7	Eventos em parceria	Encontro dos trilheiros com o CMD.
8	Existe um calendário anual	Sim, mas o calendário é geral de todo o município
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	O pessoal do CMD, quem cuida da parte técnica e quem organiza o evento.
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim, praticamente todos.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M33

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	-Da terceira idade é o Vida Saudável, com 170 alunos, de 45 a 93 anos, distribuídos em núcleos: Delfina, Glória, São José, Boa União, Oriental. São dois professores trabalhando diretamente com os idosos e mais o coordenador geral. -Projeto Navegar, que é de canoagem, remo e vela; -No futebol, parceria será firmada com o Estrela Futebol Clube, com a intenção de ocupar crianças do interior e da sede.
2	Evento desportivo top	Etapa do Campeonato Nacional de Bicycross, que ajuda a divulgar o nome de Estrela. São beneficiados os jovens, porque há em torno do evento as escolinhas, com cerca de 80 participantes, que diariamente estão na pista de bicycross e mantêm contato com atletas que vêm de São Paulo, Minas, Santa Catarina, contribuindo para a cultura da moçada.
3	Evento não desportivo top	Comunidade em Ação, com festividades no Parque Princesa do Vale que envolvem a comunidade.

Nº	Projetos e programas	Observações
4	Diferenciais dos projetos	A continuidade que está sendo dada nos projetos é um diferencial, e o Projeto Navegar é um exemplo, pois está em funcionamento desde 2001. O Vida Saudável é outro exemplo: teve convênio do município com o Ministério do Esporte, que se encerrou, mas a municipalidade continuou o projeto com recursos próprios. Da mesma forma, o Projeto dos Bombeiros Mirins, que já está no terceiro ano. Isso talvez seja um diferencial em relação a outros municípios.
5	Necessidades especiais	No mês de agosto, na Semana do Deficiente, é feita a Noite de Talentos, que reúne os deficientes, com convite para outros municípios, principalmente cadeirantes, para jogar. O evento de 2009 foi cancelado por causa da gripe A. Está sendo estudada alguma coisa para em 2010 fazer um trabalho com os deficientes do município, na pista de atletismo.
6	Desportos radicais	Teve um evento de aventura começando no Parque Princesa do Vale, organizado pela Secretaria do Esporte e Lazer junto com o Vita Esporte, que envolveu bicicleta e caminhadas pelo interior do município e canoagem e rapel no porto de Estrela, com a participação de 124 atletas do Estado, distribuídos em equipes e categorias.
7	Eventos em parceria	Sim.
8	Há um calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
10	Os programas e projetos existem no papel	São colocados no papel, só que não são avaliados em grande grupo, as avaliações são feitas entre a Secretaria e os parceiros envolvidos nos projetos. Nesse aspecto é preciso avançar, para envolver mais gente a fim de verificar se é isso que a comunidade espera, pois não adianta a Secretaria promover eventos mas a juventude esperar outra coisa.
11	Outro(s). Qual(is)	-O foco principal da Secretaria é atingir os jovens, contribuindo com a parte cultural e educacional deles. E isso é trabalhado dos cinco até os 90 anos, envolvendo todas as gerações, com um trabalho bastante sério e responsável, e por isso uma das exigências da Secretaria é que os funcionários sejam da área da Educação Física, sendo hoje no total 21; -Há projetos que atingem 1000 pessoas. O Intercomunitários envolve 12 comunidades, com 850 atletas que participam diretamente, e mais os familiares e o público que vai prestigiar, faz com que haja em cada ginásio 500 a 600 pessoas; -Há também o projeto da Colônia de Férias, quando em jul/2009 foram trazidos atletas do Bira/Univates de Lajeado, que participaram do Campeonato Estadual de Basquete, os quais, durante duas semanas, ocuparam as crianças com noções de basquete. O Colônia de Férias aconteceu também nas férias do verão e revelou que diminuirá muito as ocorrências de crianças e adolescentes encaminhadas ao Conselho Tutelar. Nas férias de 2009 foram envolvidas 120 crianças. Também nesse projeto são feitos passeios, para conhecer pontos turísticos da cidade, algumas agroindústrias (como se tira e se armazena o leite, como se fabrica salsicha, como se faz linguiça, como se carneia porco etc.). O Projeto Colônia de Férias é pago pela Prefeitura, e envolve locomoção dos participantes, os profissionais de Educação Física e de Pedagogia, dentre outras despesas.

M34

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Projeto Atitude que trabalha o vôlei e o futsal e tem uma extensão deste projeto dentro das escolas, também o projeto dos adultos que trabalha a parte da saúde.
2	Evento desportivo top	É o futsal do qual participam várias equipes da região e do município.
3	Evento não desportivo top	Festa do Município, que ocorre no mês de julho; o Natal Açoriano, que recebe várias pessoas do Rio Grande do Sul.
4	Diferenciais dos projetos	Motivar as crianças.
5	Necessidades especiais	-
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	-
8	Existe um calendário anual	Cada setor da Prefeitura organiza os eventos e depois é montado o calendário municipal.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Cada setor.
10	Os programas e projetos existem no papel	Todos estão no papel.
11	Outro(s). Qual(is)	-

M35

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Copa Adidas, Campeonato municipal, Copa Sicredi, Campeonatos de futsal e de voleibol.
2	Eventos desportivo top	Copa Adidas e Campeonato Municipal.
3	Evento não desportivo top	Festa de Maio.
4	Diferenciais dos projetos	Atendimento de todas as faixas etárias.
5	Necessidades especiais	-
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	Copa Adidas e Copa Sicredi.
8	Existe um calendário anual	Sim.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	-
10	Os programas e projetos existem no papel	Estão no papel.
11	Outro(s). Qual(is)	

C8 – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

M32

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sempre.
2	Quem participa do processo	Todos os envolvidos e representantes de equipas.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Averiguar os aspectos positivos e o que tem para melhorar.
4	Quem tem acesso aos resultados	Os responsáveis pela Secretaria de Esporte, Lazer, Juventude e Turismo, que passam relatórios trimestrais para o prefeito.
5	Relatório (frequência)	Relatórios após os eventos.
6	Qual o destino dos relatórios	Apenas ficam para nós.
7	Outro(s). Qual(is)	

M33

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	São feitas avaliações, mas talvez não ainda como deveria ser, no papel, de levar adiante, de reunir os profissionais na área de Educação Física, para verificar se realmente a comunidade quer isso que a Secretaria de Esporte e Lazer de Estrela está fazendo, mas está sendo pensado nisso.
2	Quem participa do processo	Secretaria de Esporte e Lazer e parceiros dos eventos.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Avaliar os pontos positivos e os pontos negativos, para poder tentar melhorar no próximo ano.
4	Quem tem acesso aos resultados	Toda a comunidade tem acesso. Talvez fosse necessária uma divulgação maior para quem tiver interesse, como agremiações ou entidades ligadas à área esportiva, de que os resultados das avaliações estão disponíveis na Secretaria.
5	Relatório (frequência)	Logo depois da realização dos projetos sociais e de outros eventos (todos são feitos por meio de projetos) são elaborados relatórios; nas escolinhas, semanalmente, às sextas-feiras, os professores se reúnem e entregam relatórios para os coordenadores, e estes se reúnem uma vez por mês para trocar ideias e verificar o que pode ser melhorado.
6	Qual o destino dos relatórios	Estão arquivados na Secretaria de Esporte e Lazer.
7	Outro(s). Qual(is)	

M34

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Mensalmente há uma reunião em que ocorre a avaliação dos campeonatos e projetos, para analisar como está o seu funcionamento.
2	Quem participa do processo	Secretaria.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Saber onde há erro e no que pode melhorar.
4	Quem tem acesso aos resultados	Os parceiros.
5	Relatório (frequência)	Há reunião quando existem eventos.
6	Qual o destino dos relatórios	Ficam na Secretaria.
7	Outro(s). Qual(is)	

M35

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	A própria Liga de futebol tem uma diretoria que se reúne antes, durante e após o evento para avaliações, e não foi diferente com a Copa Adidas.
2	Quem participa do processo	Especificamente na Copa Adidas, houve uma confraternização após o evento reunindo os organizadores, os patrocinadores, certificando-os com diploma de participação, inclusive as entidades que alojaram os atletas, e nessa reunião foi feita a avaliação.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Em todas as atividades há o costume de fazer uma avaliação, até para fazer o próximo evento, já procurando evitar o que não deu certo e incrementar o que deu certo e melhorar.
4	Quem tem acesso aos resultados	Os resultados são sempre públicos.
5	Relatório (frequência)	São feitos após os eventos.
6	Qual o destino dos relatórios	Arquivados na Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
7	Outro(s). Qual(is)	

GRUPO F - acima de 40.000 habitantes

C1 - ESTRUTURA FÍSICA

M36

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
1	Campo de futebol	2	Localizados no Parque dos Dick, com dimensão de 70m x 90m, ambos possuem acesso para ambulância e ficam abertos à comunidade.
2	Campo de futebol sete	-	Não.
3	Quadra voleibol areia	2	Situadas no Parque dos Dick, abertas à comunidade, com bolas à disposição para jogar, sendo que a manutenção é feita pela Prefeitura.
4	Quadra de tênis	-	-
5	Ginásio esportivo	3	-Ginásio do Parque do Imigrante: localizado no bairro Alto do Parque, possui 6 quadras, com exploração feita por meio de ecônomo, possui acessos para ambulância e cadeirantes, piso de parqué, modalidades praticadas de futsal, vôlei, handebol e basquete, existe uma sala de reuniões, iluminação artificial, vestiários para atletas e árbitros, protegidos com redes, pequenas arquibancadas; -Ginásio Nelson Brancher: localizado no Parque dos Dick, com exploração feita por ecônomo, possui acessos para ambulância e cadeirantes, piso de parqué, modalidades praticadas de futsal, vôlei, handebol e basquete, sala de reuniões, iluminação artificial, vestiários para atletas e árbitros, proteção com redes, arquibancadas amplas; -Ginásio do Centro Esportivo Municipal: localizado no bairro São Cristóvão, com exploração feita por ecônomo, possui acesso para ambulância e cadeirantes, piso de parqué, modalidades praticadas de futsal, vôlei, handebol e basquete, sala de reuniões, iluminação artificial, vestiários para atletas e árbitros, proteção com redes, pequenas arquibancadas.
6	Cancha de bocha	-	Estrá sendo montado um projeto para construir duas canchas no Parque dos Dick.
7	Cancha reta		Apenas há um local no Parque do Imigrante onde são realizados rodeios a cargo dos CTGs.
8	Pista atlética	1	Pista situada no Parque dos Dick, no centro da cidade.
9	Pista de skate	1	Pista situada no Parque dos Dick.
10	Ciclovia	2	Uma na beira do Rio Taquari (bairro Praia) e outra no Parque dos Dick.
11	Pista de caminhadas	1	Pista situada ao redor do lago do Parque dos Dick e também as ciclovias são utilizadas para esse fim.
12	Trilha	3	Há trilha para caminhadas no Jardim Botânico, no Parque do Engenho e no Parque dos Dick.

Nº	Espaço (tipo)	Quant.	Observações
13	Praça		Todos os bairros da cidade têm praças, para as quais a Prefeitura presta serviços de manutenção.
14	Quadra esportiva não coberta	1	Localizada na praça do bairro Santo Antônio.
15	Alojamento		Alojamentos conseguidos por meio de parcerias (Irmãos Maristas e horéis).
16	Sala de reuniões		Reuniões internas são realizadas na Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer; quando é com toda a equipe, então a reunião é feita num auditório da Prefeitura.
17	Auditório	2	Um na Prefeitura e outro na Casa de Cultura.
18	Biblioteca	1	Biblioteca Pública Municipal.
19	Outro(s). Qual(is)	-	-

C2 - RECURSOS MATERIAIS

M36

Nº	Recursos materiais	Quant.	Observações
1	Bolas (novas, usadas)	50	Futsal, vôlei e futebol e há mais em estoque, todas em boas condições de uso.
2	Placares	1	Localizado no Parque dos Dick, e está sendo adquirido um aparelho móvel para facilitar ser levado de um local para o outro.
3	Atletismo		-
4	Equipamentos em geral		Há vários materiais, como bambolês, cones, cordas entre outros, à disposição para os projetos.
5	Computadores, fax	5 1	- computadores; - fax, além de máquina de reprografia e telefone.
6	Bolinhas tênis		-
7	Jogos xadrez	4 ou 5	Disponíveis na Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer.
8	Material bibliográfico		Todo ele à disposição na Biblioteca Pública Municipal.
9	Balança		Todos os projetos possuem balança.
10	Stimulas		Ficatas pela equipe da Secretaria.
11	Outro(s). Qual(is)	-	-

C3 - RECURSOS HUMANOS

M36

Nº	Recursos humanos	Quant.	Observações
1	Secretário	1	Secretário da Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), atua desde jan/2009 como cargo de confiança.
2	Diretor	-	-
3	Coordenador	1	Acadêmico de Educação Física, atua desde jan/2009 como cargo de confiança.
4	Professor	3	Concursados e formados em Educação Física, atuam há mais tempo na área.
5	Estagiário	8	Cinco atuam como CIEE e 3 como cargos de confiança.
6	Voluntários		Equipe de escoteiros, ONGs, Rotary Club.
7	Terceirizados		A limpeza dos espaços públicos é feita por empresa terceirizada.
8	Responsável pela manutenção dos locais e equipamentos esportivos		Secretaria de Obras da Prefeitura.
9	Responsável pela limpeza		A limpeza urbana é terceirizada.
10	Ecônomo		Todos os ginásios possuem ecônomos.
11	Responsável pela recepção		Nenhuma recepção específica nos locais de esporte e lazer.
12	Outro(s). Qual(is)	-	-

C4 - RECURSOS FINANCEIROS

M36

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
1	Orçamento (anual...)	R\$ 750.000,00	Desse valor anual, R\$ 100.000,00 são gastos com funcionários e parcerias e o restante é aplicado em eventos.
2	Origem dos recursos		Prefeitura.
3	Valor mensalidades		Não há mensalidades.
4	Locação dos espaços		O respondente não tem conhecimento do valor cobrado dos tempos das locações dos ginásios, cujo montante vai para o caixa único da Prefeitura.

Nº	Recursos financeiros	Quant.	Observações
5	Receita mensal		O respondente não tem conhecimento do valor.
6	Despesas mensais		Variam conforme os eventos.
7	Outro(s). Qual(is)	-	-

C5 – POLÍTICA DESPORTIVA

M36

Nº	Política desportiva	Observações
1	Política de desporto e lazer	Sim, com certeza.
2	Desporto educacional, de participação ou de rendimento.	Os três.
3	A política, se existente no papel, é cumprida na prática	Sim.
4	Metas a curto, médio e longo prazo	Tratar as crianças das ruas; atingir 50% dos bairros com escolinhas de futebol, vôlei e basquete em curto prazo; em longo prazo 100% dando prioridade para as crianças mais carentes. Há 28 bairros e o objetivo é atender a todos com igualdade.
5	Público alvo	Maior atenção para as crianças, mas também para a terceira idade.
6	Existência de projetos sociais	Há projetos para os deficientes e pessoas com baixa renda.
7	Atividades para o sexo feminino	As escolinhas de futebol, vôlei e basquete são todas masculinas e femininas.
8	Benefícios a atletas	Todos os alunos das escolinhas recebem fardamentos e jalecos
9	Participação de campeonatos, amistosos	Há participação em vários campeonatos e amistosos.
10	Se há política desportiva, quem participa do processo	Toda a equipe de trabalho da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer é responsável pelo bom funcionamento dos projetos.
11	Outro(s). Qual(is)	-

C6 – POLÍTICA DE PARCERIA

M36

Nº	Política de parceria	Observações
1	Há política de parcerias	Sim.
2	Se existe, está no papel	Tudo está no papel.
3	Iniciativa público-privada	Há iniciativa pública com o Ministério do Esporte com o Projeto Segundo Tempo.
4	Parceria em forma de apoio, patrocínio, ...	Sempre existem alguns colaboradores nos eventos, principalmente lojas de materiais esportivos.
5	Principais parceiros	Há parceria com o Bira/Univates (basquete), Alaf (futsal), Lajeadense (futebol) e Associação de Vôlei, para os quais é repassado mensalmente um valor e em contrapartida eles oferecem aulas gratuitas nas suas modalidades.
6	Quem capta os parceiros	A Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer por meio de seus organizadores.
7	Se há parceiros, existe contrato escrito da parceria	Somente para aqueles que buscam esporte de rendimento.
8	Parcerias para o futuro	Sempre são buscados novos parceiros e apoiadores.
9	Outro(s). Qual(is)	-

C7 – PROJETOS E PROGRAMAS

M36

Nº	Projetos e programas	Observações
1	Quais são (relacionar)	Há escolinhas de futebol, vôlei e basquete em 10 bairros da cidade; Projeto Conviver; Projeto Segundo Tempo; Rústica de Natal; Passeio ciclístico e de motos.
2	Evento desportivo top	Campeonato Pia, que contou com a participação de 198 equipes em 2009.
3	Evento não desportivo top	Expovale.
4	Diferenciais dos projetos	A gratuidade dos projetos e o envolvimento de diferentes faixas etárias.
5	Necessidades especiais	Há basquete para cadeirantes, que treinam todas as segundas e sextas no Parque do Imigrante.
6	Desportos radicais	-
7	Eventos em parceria	Existem vários eventos em parcerias, quase todos.

Nº	Projetos e programas	Observações
8	Existe um calendário anual	Sim, há um só para os esportes, criado a cada semestre, pois surgem muitos eventos novos.
9	Quem participa da definição dos programas e projetos	Toda a equipe da Secretaria (secretário, professores e coordenador).
10	Os programas e projetos existem no papel	Sim.
11	Outro(s). Qual(is)	-

C8 – POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

M36

Nº	Política de avaliação	Observações
1	Existe uma política sistemática de avaliação	Sim.
2	Quem participa do processo	Todas as pessoas envolvidas diretamente com o evento e representantes de equipes.
3	Quando há avaliação, qual a finalidade	Melhorias para o evento seguinte, citando pontos positivos e negativos.
4	Quem tem acesso aos resultados	Resultados ficam disponíveis na Secretaria para os interessados.
5	Relatório (frequência)	Todos os projetos são avaliados mensalmente.
6	Qual o destino dos relatórios	Ficam arquivados e disponíveis na Secretaria.
7	Outro(s). Qual(is)	-

6 Análise dos dados do cenário de desporto e lazer

A análise dos dados tem como objetivo classificar e codificar as informações colhidas, a fim de buscar, por meio de raciocínios diversos, as respostas pretendidas pela pesquisa. No presente capítulo, serão analisados os cenários de desporto e lazer dos 36 municípios do Vale do Taquari/RS em conjunto, tomando-se por base os quadros mostrados no Capítulo anterior, divididos por categorias, estabelecidas previamente, ou seja, em estrutura física, recursos materiais, recursos humanos, recursos financeiros, política de esporte e lazer, política de parcerias, projetos e programas e política de avaliação.

Importante salientar que este estudo se refere ao desporto e ao lazer públicos, ou seja, aqueles geridos pelas prefeituras da região, tomando-se por base o ano de 2009, período do levantamento dos dados.

| 267

6.1 Estrutura física

Ao iniciar a análise e interpretação da estrutura física, mais especificamente dos campos de futebol, é preciso ter ciência de que o Vale do Taquari/RS, historicamente, apresenta um cenário de futebol de campo amador muito forte, em que as equipes possuem gramados de boa qualidade. No entanto, os dados da pesquisa mostram que as prefeituras da região possuem poucos campos de futebol administrados por elas, realidade que não se modifica muito se forem confrontados os municípios de maior ou menor número de habitantes. Esses dados dos campos de futebol encontram respaldo no estudo nacional do IBGE (2006) que mostra que a Região Sul do país, com base no levantamento feito por esse órgão em 2003, tem os menores índices de ofertas de campos de futebol públicos em relação a outras regiões do Brasil.

Foi constatado na pesquisa que há municípios que ajudam os clubes de futebol, tanto na manutenção da estrutura física como também no repasse de recursos financeiros. Ainda em relação aos campos de futebol, alguns municípios têm projetos para construção ou já em execução, principalmente os que apresentam população em menor número.

Para a prática de futebol sete, o número de campos é um pouco maior do que os espaços para a prática do futebol, tendo inclusive alguns com piso de areia. Ainda, alguns informaram que utilizam os próprios campos de futebol para a prática do futebol sete. Também não surpreende o fato da baixa disponibilidade desses espaços, uma vez que a realidade do futebol sete está muito voltada para empresas e clubes sociais comunitários e particulares do Vale do Taquari.

Vinte e seis (72,22%) dos 36 municípios contemplados neste estudo disponibilizam espaços físicos para a prática do voleibol de areia, sendo que a maioria destes está lotada em praças públicas ou mesmo em parques no centro das cidades, e ainda alguns municípios disponibilizam esses espaços nos bairros e também em praças públicas.

Ao mesmo tempo em que a modalidade de tênis ainda é rotulada como elitizada, ela também surge como um desporto moderno, pela facilidade de realizar jogo com somente dois praticantes. Apenas um dos municípios disponibiliza uma quadra para a prática de tênis, enquanto um outro afirmou ter um projeto no papel. O estudo mostra que, se depender dos 36 municípios do Vale do Taquari, essa modalidade apresenta um cenário com certas dificuldades para ser massificada como prática desportiva na região.

Sem dúvida, os ginásios poliesportivos são o grande espaço para a prática desportiva de todos os municípios que integram a pesquisa, tendo, inclusive, lugares pequenos em termos populacionais com mais de um ou dois ginásios. São encontrados muitos ginásios recém construídos e de boa qualidade, sendo que a maioria tem boa segurança, tanto para os praticantes como para os assistentes, e quase todos possuem acesso para cadeirantes, assim como para ambulâncias, o que qualifica as instalações físicas de desporto e lazer, culminando com Cunha (1997), que menciona que as instalações desportivas “devem possuir qualidades arquitetônicas que se prendem com a sua funcionalidade, a qualidade visual e estética, devem ser bonitas, possuidoras de um design apropriado, constituir-se como uma câmara para a ascese¹”.

Chamou a atenção o fato de que muitas quadras poliesportivas não disponibilizam as demarcações para as modalidades de handebol e basquetebol, mesmo sabendo que há municípios com relativa tradição no basquetebol, inclusive com equipes de rendimento². Os dois municípios que ainda não têm ginásio poliesportivo administrado por eles referiram existir projeto nesse sentido ou já em fase de construção, mas que, enquanto não concluídos, fazem convênios com a iniciativa privada.

Esse contexto em relação aos ginásios poliesportivos se modifica muito pouco se forem comparados municípios de menor população com os de maior, sendo possível identificar que os menores, talvez por serem mais novos quanto à data de emancipação, oferecem instalações mais recentes, sendo que alguns ginásios, mesmo sendo municipais, são gerenciados pelas comunidades, em forma de clubes, associações, sociedades ou grêmios esportivos e recreativos.

Portanto, as estruturas físicas oferecidas para as comunidades do Vale do Taquari, gerenciadas pelas prefeituras para a prática do desporto e do lazer, ainda estão muito amparadas e contempladas nos desportos coletivos tradicionais, principalmente o futebol e o futsal, mudando muito pouco esse cenário quando confrontados municípios de menor e de maior população.

O Vale do Taquari/RS, que é formado por 36 municípios, tem na sua população *um contingente significativo de descendentes da etnia italiana, historicamente adeptos e praticantes de jogo de bocha*. O estudo mostra que apenas dois desses municípios (5,55%)

¹ “Ascese [do grego áskesis, ‘exercício’ (espíritual).] S. f. Êt. Exercício prático que leve à efetiva realização da virtude, à plenitude da vida moral” (FERREIRA, 1995, p. 180).

² Criado em setembro de 1955, em Lajeado/RS, o Clube Atlético Ubirajá, conhecido popularmente como Bira, passou por diversos campeonatos regionais, estaduais e até nacionais de basquetebol, conquistando vários títulos, entre eles os do Campeonato Estadual de Basquete adulto, em 2006, 2007 e 2008. (BIRA..., 2008).

disponibilizam canchas públicas para a prática da bocha; contudo, muitos fizeram questão de destacar que seus lugares possuem várias canchas para essa modalidade desportiva e de lazer, mas que são particulares.

Para a prática de modalidades desportivas como o atletismo, e outras mais emergentes, como skate, caminhadas, andar de bicicleta e andar por trilhas, aproximadamente 80% dos municípios não disponibilizam espaços, sendo que em algumas modalidades foram feitas referências a que esses espaços pertencem a entidades particulares, mas que alguns já possuem projetos de construção, principalmente que envolvem obras como pista de skate. Essa realidade de pouca oferta de espaços físicos ao ar livre se acentua nos municípios de populações menores.

Com exceção de um município, todos os demais (97,22%) possuem praças públicas, possuindo alguns deles praças em todos os bairros. Chamou a atenção que a maioria dessas praças não oferece uma boa estrutura física para práticas desportivas e de lazer, sendo que a maioria contempla alguns brinquedos infantis, como balanço e outros, mas em apenas duas delas (5,55%) são encontradas academias equipadas ao ar livre.

Nesse sentido, a maioria dos municípios do Vale do Taquari precisa reavaliar os espaços ao ar livre, cada vez mais procurados por muitas pessoas, que passam grande parte do seu tempo fechadas nos ambientes urbanos de trabalho, convergindo com a ideia de que a infraestrutura desportiva e de lazer são instalações ainda na sua maioria artificiais e que “a diversificação de modalidades desportivas e procura de novos espaços têm vindo a extravasar o espaço urbano e a converter cada vez mais a natureza em instalações desportivas” (CUNHA, 1997, p. 52).

Camargo (1999, p. 66) comenta que é recomendado que as áreas livres/verdes das cidades procurem “beneficiar o conjunto da vida urbana; que toda residência disponha, à distância de no máximo 200 metros, de uma praça ou parque para crianças e idosos; que a no máximo 2.000 metros de suas residências os habitantes disponham de uma área maior”.

Três dos maiores municípios (8,33%) disponibilizam parques de multiuso, inclusive para a prática desportiva. A infraestrutura frágil que os municípios apresentam nas suas praças para a prática desportiva, talvez em parte, encontra explicação quando o estudo mostra que cerca de 80% têm quadras esportivas com cobertura e, ainda, a maioria dos que possui esses espaços estão lotados nas escolas municipais, mas nem sempre de acesso livre para a população em geral. Possivelmente contribui para esse contexto também o fato de o Estado do Rio Grande do Sul ter invernos rigorosos, inibindo um pouco a política de construção de quadras não cobertas. Essa constatação vai ao encontro do estudo do IBGE (2006), que, com base no levantamento feito em 2003, conclui que as Regiões Sudeste e Sul do país são as que oferecem o maior número de ginásios poliesportivos cobertos.

Um dos quesitos para a realização de eventos desportivos e de lazer que requerem hospedagem é a existência de alojamentos, principalmente para eventos escolares e, nesse sentido, apenas um dos 36 municípios (2,77%) disponibiliza alojamento específico, sendo que outros, quando precisam, se utilizam das instalações das escolas municipais, Centro de Tradições Gaúchas (CTG), hospital desativado e ginásios poliesportivos.

Em torno de 80% dos municípios se consideram bem assistidos quanto à estrutura física para gerir o desporto e lazer municipais em relação a salas de reuniões e auditórios, sendo que esses espaços estão lotados nas Secretarias nas quais o desporto e o lazer estão inseridos.

Sobre a estrutura física de desporto e de lazer, Marcellino (1996) salienta que ela é especialmente urbana, convergindo com os resultados desta pesquisa, que identifica que a maioria dos espaços está centralizada nas cidades. A 2ª Conferência Nacional do Esporte (2006) menciona a importância da estrutura física, no sentido da sua democratização, otimização e modernização do uso dos espaços existentes como um direito de todos. Bonalume (2002) concorda com essa visão, afirmando que a descentralização da prática esportiva, levando o esporte às diversas regiões da cidade, serve de inclusão social e colabora para a democratização do lazer.

270 | Ainda em relação à localização dos espaços físicos para a prática desportiva, pode-se lembrar novamente Cunha (1997, p. 51), para quem “a maior ou menor profusão de instalações no território, o seu raio de influência, a sua acessibilidade e o tipo de oferta podem permitir identificar numa região uma vocação preferencial em termos desportivos”. Historicamente, sabe-se que a manutenção da infraestrutura pública para a prática do desporto e do lazer às vezes deixa a desejar, sendo necessária uma gestão criteriosa nos investimentos feitos na quantidade e na localização, bem como na respectiva manutenção dessas instalações desportivas, pois elas “espelham o modo como um povo valoriza o seu corpo, o desporto e de como organiza no espaço e no tempo essa valorização” (p. 52).

Os espaços e as instalações desportivas devem ser locais significativos, como “catedrais onde se pratica o culto do corpo, que é nossa ferramenta fundamental de relação com o mundo, conosco próprios e com os outros que nos são próximos, do lazer, do desporto e dos seus benefícios” (CUNHA, 1997, p. 53), além de locais que possuam higiene, boa iluminação e equipamentos adequados.

O contexto mostrou a necessidade de se trabalhar políticas públicas também em relação à infraestrutura, viabilizando uma série de atividades desportivas em ambientes fechados e ao ar livre, assim como também tornar a distribuição geográfica das estruturas físicas um pouco mais democrática, ou seja, a gestão pública precisa ter presente a preocupação em diversificar a disponibilidade de espaços físicos, naturais e artificiais para os seus usuários, em quantidade e qualidade.

6.2 Recursos materiais

Em relação aos recursos materiais, as organizações desportivas e de lazer não-governamentais apresentam, geralmente, situação mais adequada em quantidade e qualidade para a prática desportiva do que as organizações governamentais.

O presente trabalho mostra que os 36 municípios (100%) que integram este estudo apresentaram como grande oferta, em relação a material desportivo, principalmente bolas

de futsal, futebol e voleibol, tendo alguns também mencionado bolas de handebol e de basquetebol.

Ficou evidenciado com a pesquisa que o material que os municípios dispõem para a prática desportiva, principalmente em relação a bolas, é canalizado para dois segmentos: eventos (torneios ou campeonatos) e escolinhas desportivas, sendo que na maioria das situações, quando da prática desportiva de participação de forma amistosa, os usuários levam as bolas para os jogos, pois as respectivas prefeituras não as disponibilizam.

Ainda em relação às bolas, 12 municípios (33,33%) não souberam precisar a quantidade de material existente, mas alegaram possuir o suficiente para atender a demanda e que o material era comprado quando necessário.

Com exceção das bolas dos desportos tradicionais, principalmente do futebol, futsal e voleibol, os tipos de materiais e quantidades existentes são muito reduzidos, revelando, dessa forma, contexto compatível e convergente com a infraestrutura apresentada no item anterior quanto às instalações físicas públicas diferentes das convencionais.

Dos 36 municípios que integram a amostra deste estudo, mais de 80% deles não possuem, ou possuem muito pouco e de pouca qualidade, implementos para a prática do atletismo, ficando estes restritos a alguns pesos, dardos e barreiras, sendo que um desses lugares afirmou que o material, além de ser em pequena quantidade, nunca é usado. Específico aos implementos, alguns têm projetos para aquisição de materiais de atletismo, sem precisar quando.

Quanto à colocação de placares nos seus ginásios poliesportivos, a grande maioria (34) dos que os possuem (94,44%) disponibilizam os modelos manuais.

Ainda sobre implementos como bambolês, cones, cordas, bastões e colchonetes, 17 municípios (47,22%) possuem materiais, mas em pouca quantidade, assim como também a metade dos 36 municípios (50%) referiu ter jogos para a prática do xadrez, sendo que três (8,33%) destes últimos alegaram que esse material praticamente não era utilizado.

Ficou caracterizado que os materiais, salvo as bolas dos desportos tradicionais, em aproximadamente 60%, estão lotados nas escolas municipais, e em relação aos jogos de xadrez isso acontece na sua grande maioria (cerca de 90%).

Em relação aos materiais como computador e fax, os municípios maiores disponibilizam desse material como equipamento exclusivo, principalmente onde há Secretarias de Esporte e Lazer, enquanto nos demais esse material é compartilhado e está lotado nas Secretarias para as quais o desporto e o lazer respondem.

Sobre material bibliográfico, a maioria dos municípios (cerca de 97%) afirmou ter materiais, mas não soube especificar se se referiam à área de desporto e lazer, quais estavam disponíveis e nem suas quantidades. Em todos os lugares pesquisados foi mencionado que esses materiais se encontram nas bibliotecas municipais.

Enfim, o cenário em relação aos recursos materiais do Vale do Taquari/RS deixa certa lacuna e intranquilidade para quem atua no desporto e lazer, acentuando mais essa

preocupação quando se refere aos municípios de populações menores, ou seja, é um contexto que preocupa, se forem levadas em conta as idéias de Martins e Alt (2003, p. 93), para quem os recursos materiais são importantes em qualquer organização, pois “podem fazer parte da identidade do lugar, bem como dar crédito e sustentabilidade ao estabelecimento, como também a sua falta pode gerar dúvidas quanto à qualidade do serviço oferecido”.

6.3 Recursos humanos

Em relação aos recursos humanos responsáveis pela gestão pública de desporto e lazer dos seus respectivos municípios, somente dois deles (5,55%) têm Secretaria específica para gerenciar as questões do desporto e lazer, sendo estes os dois maiores municípios do Vale do Taquari/RS em termos populacionais, apresentando, talvez por isso, um quadro mais animador quanto à qualificação/titulação da equipe.

Dos 34 municípios restantes, em quase 80% deles, principalmente os com menor população, o desporto e o lazer estão afetos à Secretaria de Educação, enquanto que em seis prefeituras (16,66%) essa área se reporta a Secretarias compartilhadas, principalmente com a Educação, Turismo, Indústria, Comércio e Administração, o que, sem dúvida, torna os processos menos ágeis e mais fragmentados.

Dos dois municípios que possuem uma Secretaria específica para as questões do desporto e lazer, num deles o gestor-secretário é graduando em Gestão Pública, enquanto no outro é acadêmico do curso de Direito.

Ainda em relação aos recursos humanos e na condição de secretário municipal, em um dos 36 municípios (2,77%) o desporto e o lazer respondem para a Secretaria de Educação, Turismo e Cultura, e o gestor tem formação em Educação Física.

Entre os recursos humanos dos 36 municípios que efetivamente respondem pelo desporto e lazer, somente um (2,77%) tem na sua estrutura hierárquica a figura de diretor, sendo este um acadêmico de Educação Física, o que valoriza essa área local.

Curiosamente, 16 municípios (44,44%) não apresentaram a figura de diretor e nem de coordenador como gestores do desporto e lazer, sendo preocupante quando se sabe que o cenário atual requer gestores capacitados, ou como diz Salvagni (2008, 14), “torna-se essencial ter um bom gestor de recursos humanos nas organizações e instituições, independente do segmento”.

Metade dos 36 municípios (50%) deste estudo apresentou na sua gestão do desporto e do lazer a figura de coordenador, chamando a atenção que a grande maioria deles é contratada e nenhum é concursado e, ainda, somente em dois municípios (5,55%) os seus coordenadores são profissionais de Educação Física e, em oito deles (22,22%), os gestores são acadêmicos de Educação Física. Dessa forma, torna-se imprescindível lembrar Capinussu (2005, p. 88) quando se posiciona a respeito: “é preciso alguém que pense e concretize ações bem planejadas, com conhecimento e sem improvisação”.

Em três municípios (8,33%), os gestores coordenadores têm a formação de Ensino Médio, enquanto num outro não foi informada a área e a formação, e, ainda, em um dos municípios o seu gestor na condição de coordenador é um voluntário.

O estudo também apontou que todos os gestores que trabalham no cargo de diretor ou coordenador são contratados, não existindo a forma de concursados.

Dos 36 municípios, 13 deles (36,11%) não possuem nenhum professor de Educação Física na sua estrutura hierárquica para gerir o desporto e o lazer, sendo isso mais presente nos municípios menos populacionais. Essa constatação converge com o estudo do IBGE (2006) que refere que quanto maiores em população os municípios, maior a ocupação dos cargos por pessoas técnicas, no caso, professores de Educação Física ou afins.

Ainda em relação a uma equipe de recursos humanos capacitada, pode-se citar Balhim (2002, p. 49), quando menciona que “os recursos humanos são pessoas que passaram a ser cidadãos, parceiros, um fator estratégico das organizações; são pessoas com braços, cabeça e coração”.

| 273

Nota-se que o cenário atual dos recursos humanos, ou dos responsáveis pela gestão do desporto e lazer nos municípios do Vale do Taquari/RS, objeto desta pesquisa, de certa forma, destoa do que entende Müller (2003), quando destaca que “uma política pública qualitativa de esporte e lazer nos municípios tem muito a ver com o tipo de gestor público que a coordena”, já que grande parte deles não possui formação específica na área.

Nos 30 municípios (83,33%) que atuam com professores na sua gestão do desporto e lazer, 46 deles são formados em Educação Física, atuando ainda três na condição de acadêmicos de Educação Física. Também há em municípios isolados um professor de Letras, um de Pedagogia e um voluntário, além de um município ter dois sem formação em Educação Física nem sendo divulgada a sua formação, o que de certa forma corrobora com Capinussu (2005, p. 88): “o administrador desportivo ainda tem uma formação muito precária”. Essa questão é reforçada pelos resultados deste estudo que constata que dos 36 municípios ainda há 18 (50,00%) sem ocupação do cargo de coordenador de esportes.

Dos 51 profissionais com o título de professor nos municípios da região que trabalham na área, 46 possuem formação de Educação Física, dos quais 30 são contratados, enquanto que 16 são concursados, e quanto aos profissionais de Letras e Pedagogia não foi informado o tipo de vínculo com as respectivas prefeituras.

Ainda sobre o regime contratual, o estudo apontou que o regime estatutário é mais frequente nos municípios de maior população, indo ao encontro do levantamento realizado pelo IBGE (2006) de que o índice de profissionais com regime estatutário aumenta em municípios onde a população é maior.

Somente 16 municípios (44,44%) utilizam estagiários na sua estrutura para trabalhar o desporto e o lazer municipais, sendo um com a formação de Ensino Médio e os demais acadêmicos de Educação Física, uma prática mais comum nos municípios de maiores populações.

A maioria dos municípios utiliza o serviço de voluntários, sendo essa uma prática que ocorre por ocasião da realização de eventos e sempre são pessoas da própria comunidade, integrantes do Conselho Municipal de Desporto (CMD), pais de alunos e integrantes de ONGs.

Não chegam a 20% os municípios que se utilizam de serviços terceirizados para a manutenção e limpeza das estruturas físicas para a prática do desporto e do lazer. Em mais de 80% dos municípios, a tarefa é da responsabilidade das prefeituras, em específico a limpeza, a qual, em outros, é realizada por ecônomo dos ginásios poliesportivos cobertos.

O cenário em relação aos recursos humanos dos gestores do desporto e do lazer dos 36 municípios que integram o Vale do Taquari/RS não deixa de ser preocupante, pois existem muitas pessoas trabalhando sem a devida formação técnica que a área exige, em que se constata expressivo número de cargos de confiança, sendo que o número de concursados não chega a 30%. Esse contexto fica mais intranquilo quando se sabe que o Vale do Taquari tem um curso superior de Educação Física proporcionando oferta de profissionais bem significativa.

A lacuna que o cenário dos recursos humanos proporciona, conforme constatou esta pesquisa, tem relação com a preocupação de Tansini (2005), para quem são pessoas que fazem girar a organização do desporto, mas que nem sempre são envolvidas ou formadas na área do desporto e lazer, e nem praticantes, havendo, seguidas vezes, interferências políticas.

Esse contexto passa a ser um pouco mais animador e promissor quando se sabe que a 2ª Conferência Nacional do Esporte (2006) tem provocado debates aprofundados a respeito do tema, e a 3ª Conferência (2010) também tem a preocupação com a questão da capacitação dos recursos humanos, imprescindíveis para que políticas públicas de desporto e lazer encontrem sustentabilidade.

Pelo fato de a maioria (27) dos municípios da região (75,00%) ter menos de 10 mil habitantes, a média de gestores por local não chega a cinco, ficando abaixo do estudo realizado pelo IBGE (2006) que apontou, no ano-base 2003, a média dos municípios brasileiros de 8 a 11 pessoas atuando na gestão do desporto e lazer públicos.

O cenário acima merece reflexões, como a de Salvagni (2008, 13-14), para quem “a crescente evolução do desporto requer uma base de pessoal qualificado para gerir as diversas situações com eficiência e agilidade, principalmente nos dias atuais em que os resultados devem ser breves e satisfatórios”.

Os resultados da pesquisa remetem a Leite (2005, p. 21), ao sublinhar que “o cenário dos recursos humanos se difere demasiadamente dos tempos passados e hoje se exige cada vez mais a criatividade das pessoas que compõem os recursos humanos”.

Enfim, após breve análise e interpretação dos dados, podem-se extrair considerações no sentido de que existe um trabalho a ser realizado quanto aos recursos humanos que fazem gerir o desporto e o lazer no Vale do Taquari e que esses não encontram sustentabilidade sem a capacitação técnica, humana e política.

6.4 Recursos financeiros

Quem se interessa em conhecer mais de perto a rubrica de recursos financeiros, nem sempre possui facilidade em obter dados a respeito, inclusive quando se trata de uma organização pública, o que deveria ser o contrário, pois a gestão pública tem o dever legal dessa transparência³. Nesse sentido, Salvagni (2008) destaca ser preciso bastante clareza ao discutir e gerir recursos financeiros, principalmente em um órgão público, pois há o interesse dos municípios, por isso a credibilidade depositada em cada gestão pública deve ser compensada com recursos financeiros bem aplicados e administrados, com consciência nas ações.

Ainda, esse autor ressalta que a questão financeira é o ponto vital das organizações, dependendo dela o sucesso ou o fracasso de um evento, não podendo envolver questões partidárias, políticas ou pessoais no mundo público.

O Vale do Taquari/RS é formado por 36 municípios, dos quais muitos são ainda recém emancipados e com população em pequeno número, ou seja, a maioria deles, mais de 70%, tem população abaixo de cinco mil habitantes.

Na maioria dos municípios da região, o desporto e o lazer respondem para a Secretaria da Educação ou ainda para Secretarias compartilhadas. Dessa forma, os gestores que respondem pelo desporto e lazer informaram não haver um orçamento anual para essa área específica e que os recursos são liberados pelas respectivas Secretarias mediante apresentação de projetos ou eventos, ou, ainda, conforme a necessidade. Quatro municípios até sabem que o orçamento da Secretaria da Educação, secretaria para qual respondem, é de 25% do orçamento anual do Município, mas não fazem idéia de quais percentuais desse valor são destinados para o desporto e o lazer.

Um dos municípios pesquisados, em que o desporto e lazer respondem para a Secretaria de Cultura, tem destinado de 0,5 % a 1,0 % para gerir o desporto e lazer municipais, ficando próximo da média nacional do ano-base 2003 que é de 0,90% do orçamento geral, conforme resultados do IBGE (2006).

Quase a metade dos municípios teve destinado, para o ano de 2009, um orçamento inferior a R\$ 20.000,00, para gerir o desporto e lazer públicos.

Ainda sobre o orçamento anual, aparece nos dados da pesquisa que um município, em que desporto e lazer respondem para a Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo e Desporto, a Secretaria utiliza 2,85% do orçamento geral do município, não existindo valor determinado para que a área em análise possa usufruir.

Os quatro municípios (11,11%) com população entre 20 mil e 40 mil habitantes, que integram o grupo E deste estudo, afirmaram ter um orçamento anual para o desporto e lazer, sendo o município que tem uma Secretaria específica possui orçamento acima de R\$

³ Em 27/05/2009, entrou em vigor a Lei Complementar 131/2009 (Lei da Transparência) – acrescentando dispositivos à Lei Complementar 101/2000 –, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade e que determinou alguns prazos para que Estados e municípios sejam obrigados a publicar, em tempo real, no Portal da Transparência, informações de seus gastos e receitas: em até um ano dessa lei, são a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios com mais de 100 mil habitantes; em dois anos, para os de 50 mil a 100 mil habitantes, e em quatro anos, para os municípios até 50 mil habitantes.

1.000.000,00, enquanto outros dois têm entre R\$ 150.000,00 e R\$ 300.000,00, e, ainda, um município não informou.

Constatou-se, assim, que os municípios com populações maiores possuem uma Secretaria específica para o desporto e o lazer, tendo recursos financeiros maiores e garantidos para a área, prova dada pelo maior município da região, que possui uma Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, com orçamento anual de quase R\$ 1.000.000,00.

Portanto, comparando-se os dados do IBGE (2006) – em que foram analisados os municípios brasileiros com população de menos de 5 mil pessoas, os quais utilizaram do orçamento geral para o desporto e lazer 0,99% no ano-base 2003 – com os municípios do Vale do Taquari/RS na mesma faixa populacional, observa-se que estes investem menos no desporto e lazer do que a média nacional.

276 | Sobre a origem dos recursos destinados para a área, a maioria dos municípios da região pesquisada, principalmente os de menor população, tem como fonte única e exclusiva o orçamento da própria Prefeitura. Essa prática diverge da orientação dada pela Confederação Nacional dos Municípios (2008), que enfatiza que é bom haver mais de uma fonte de receitas, ou seja, que a excelência da administração dos recursos financeiros está no planejamento previamente definido, pois se sabe que os recursos públicos são oriundos de diferentes formas, como verbas governamentais, doações, patrocinadores, pagamento dos impostos dos contribuintes, entre outros.

Em torno de 10,00% dos 36 municípios pesquisados possuem, além dos recursos da própria prefeitura, outros oriundos do Ministério do Esporte, do Estado do Rio Grande do Sul e da iniciativa privada. Alguns não souberam informar se existiam essas fontes alternativas.

Não foi apresentada alternativa para aumentar a receita, pois a maioria dos municípios não cobra taxas, ou seja, as atividades oferecidas são gratuitas, assim como também a metade dos municípios do estudo não loca as suas dependências, havendo somente cedência gratuita para os municípios ou entidades da comunidade.

Chama a atenção a precariedade de algumas dessas informações, quando alguns municípios não sabiam informar se havia cobrança de taxas e se havia locações de instalações físicas e, quando existiam, não sabiam informar os valores. Assim, pode-se lembrar Salvagni (2008), que refere que saber captar e administrar recursos financeiros não são tarefas fáceis, pois envolve uma variada gama de conhecimentos e se tornam muito importantes, ou, ainda, lembrar que a própria Constituição Federal de 1988 prevê órgãos de controle interno e externo dos poderes públicos. No Brasil, há a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas relativas à responsabilidade da gestão fiscal, por meio de ações que previnam riscos que possam afetar o equilíbrio das contas públicas. Por isso, o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade são premissas básicas da gestão pública dos recursos financeiros.

Fica perceptível que há pouco conhecimento na área de recursos financeiros pelos gestores do desporto e lazer, modificando muito pouco esse cenário se forem comparados

os municípios de populações menores com os de maiores. Pela importância do assunto, aproveita-se entendimento de Martins e Alt (2003), para quem, pelo fato de estes recursos estarem ligados à geração econômica de riquezas, é fundamental saber a quem incumbir a função de gerenciador, para, dessa, forma saber passar as informações com clareza e segurança a quem possa interessar.

Em relação às receitas e despesas mensais com a área do esporte e lazer, a maioria dos municípios não soube ou não quis informar, sendo que alguns alegaram que não tinham acesso ao orçamento. Dos poucos que informaram, as receitas e as despesas mensais ficam entre R\$ 1.000,00 e R\$ 7.000,00. Esse contexto pode ser interpretado como divergência, de certa forma, até com o Ministério do Esporte, que tem disponibilizado páginas de transparência pública.

O estudo identificou que quanto maiores os municípios em termos populacionais, a questão dos recursos financeiros é tratada com mais abertura, vindo ao encontro do levantamento do IBGE (2006), de que a área do esporte e lazer de municípios maiores, no ano-base 2003, tinha percentual maior do orçamento geral anual e que o fato de possuir uma Secretaria específica para o setor, além de aumentar esses recursos para a área, fazia com que eles fossem tratados com maior transparência, o que não quer dizer que os municípios menores não precisam seguir uma gestão racional e transparente.

É de suma importância ressaltar que os recursos financeiros precisam estar bem claros e administrados adequadamente por parte de gestor responsável pela área que envolve o esporte e o lazer, bem como outras áreas, pois o Conselho Nacional do Esporte (2009) exige cada vez mais a melhoria deste padrão, no sentido de que os gestores tenham características essenciais de responsabilidade, comprometimento e capacidade de administração.

Em função dos resultados do estudo, defende-se a ideia de que a maioria dos Municípios integrantes da pesquisa precisam destinar uma atenção um pouco maior aos seus recursos financeiros e gestores, capacitando recursos humanos da área, além de aproveitar as leis de incentivo de projetos existentes tanto em nível estadual como federal, como bem determinou a 2ª Conferência Nacional do Esporte, de 2006, em relação aos recursos financeiros, que deliberou pela necessidade de participação mais efetiva e direta dos municípios no desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer.

6.5 Políticas de esporte e lazer

Em relação às políticas de esporte e de lazer, dos 36 municípios do Vale do Taquari/RS, 19 (52,77%) afirmaram possuir uma, enquanto três (8,33%) disseram não ter conhecimento da sua existência, 10 (27,77%) não informaram nada a respeito e quatro (11,11%) referiram que não havia política pública.

O contexto das políticas públicas de esporte e lazer é preocupante na região, e o estudo identificou que o cenário quase é o mesmo em relação aos menores ou maiores municípios quanto às suas populações.

A pesquisa mostra que a maioria dos municípios visitados, quase 90%, tem suas políticas apoiadas no desporto educacional e de participação, enquanto que cinco praticam também o desporto de rendimento e dois municípios não informaram sobre o tipo de esporte que é praticado.

Chama a atenção nesse contexto que, entre os cinco municípios que também praticam o desporto de rendimento, três deles integram os grupos A e B desse estudo, que são os de menores populações.

Mais da metade, aproximadamente 60%, afirma que as suas políticas públicas de desporto e lazer estão documentadas e são cumpridas na prática. Relevante observar o fato de 30% dos municípios não terem informado nada sobre suas políticas de desporto e lazer, nem se essas se encontravam pelo menos no papel ou se vinham sendo cumpridas mesmo sem estarem formalizadas. Dois municípios ainda afirmaram que elas vinham sendo praticadas no dia a dia de forma parcial. Assim, constata-se que é necessário esforço especialmente daqueles que ainda carecem desenvolver essas políticas, para estarem de acordo com aquilo que a 1ª Conferência Nacional do Esporte (2004) defende, de que o esporte e o lazer são fatores de desenvolvimento humano, contribuindo na formação integral das pessoas e na melhoria da qualidade de vida.

O estudo identificou, em relação às metas das políticas desportivas, que a maioria dos pesquisados, que chega a quase 90%, possui metas, mas não informou se essas eram de curto, médio ou longo prazo. Entre as metas foram citadas principalmente estas: melhorar e aumentar o número de eventos, melhorar a infraestrutura, os recursos humanos e projetos sociais atendendo crianças e terceira idade. Somente um município informou ter como meta a criação de uma Secretaria de Esportes, convergindo, dessa forma, com a visão de Marcellino (2001) quando refere que o status de secretaria poderá estruturalmente funcionar melhor.

Quase 60% dos municípios têm voltado suas ações para crianças, adolescentes e terceira idade; alguns contemplam a comunidade em geral e, ainda, dois municípios não informaram destinatários. Faz sentido lembrar, para reflexão, Linhales (2001), quando destaca que a possibilidade de um cidadão ter acesso ao esporte e lazer tem relação com direito social, ou seja, o Estado, como ente público, deve implantar políticas que viabilizem os direitos sociais.

Nesse sentido, Chemin (2007) ressalta que os direitos sociais se caracterizam como liberdade positiva, consagrada no art. 6º da Constituição Federal (educação, saúde, lazer, dentre outros), que devem ser obrigatoriamente observados pelo Poder Público, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Se as políticas desportivas e de lazer contemplavam também projetos sociais, quase a metade dos 36 municípios informou ter ações, e a maioria dessas estão voltadas para a terceira idade, mas alguns entrevistados não souberam informar. Infelizmente ou não, o estudo mostra que quase a metade dos 36 municípios não informou se suas políticas contemplavam projetos sociais. Alguns ainda alegaram que essa era uma atribuição da Secretaria de Ação Social. Novamente o contexto é muito semelhante quanto aos projetos sociais entre municípios de menor ou maior população.

Quase na sua totalidade, atingindo 32 municípios (88,88%), também contemplam atividades para o sexo feminino, em que a maioria alcança essa meta por intermédio das escolinhas desportivas e atividades para terceira idade. Somente quatro municípios (11,11%) informaram não contemplar atividades para o sexo feminino, divergindo, assim, com os princípios de que todos os cidadãos têm direito de acesso às atividades de desporto e lazer. A Conferência Nacional do Esporte de 2004 defende que a inclusão social compreende como garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer, sem nenhuma forma de exclusão e discriminação.

Sobre a participação em torneios, campeonatos e jogos amistosos, a maioria dos municípios contempla esses eventos nas suas políticas de desporto e lazer, e a metade destes que contemplam fornece para os seus participantes algum benefício que, na maioria das vezes, é ajuda financeira para o transporte e alimentação. Apenas quatro (11,11%) municípios não participam de torneios e campeonatos. Nesse sentido, é bom mencionar o posicionamento de Pires (2003), que defende a participação em eventos como motivação para tornar o desporto mais operacional em função dos grandes objetivos que tem a cumprir.

Para os municípios que possuem políticas de desporto e lazer, a pesquisa mostra uma diversidade de pessoas muito grande que participam do seu processo de elaboração, mas, na maioria dos casos, participam as equipes das Secretarias específicas ou compartilhadas para as quais o desporto e lazer respondem. Em dois municípios, a tarefa é atribuição única e exclusiva do Conselho Municipal de Desporto (CMD) e, ainda, em outros dois municípios há também a participação do prefeito. Três municípios dos 36 não informaram quem participava do processo. Portanto, o estudo mostra que alguns municípios precisam de mais integração e transparência nos seus processos de elaboração de políticas públicas de esporte e lazer, uma vez que, conforme Constantino (1999), os organismos e entidades ligadas a essa área precisam se adaptar e viver num sistema aberto, numa permanente interação com o meio cultural, social, econômico e político da sua cidade, da sua região.

O estudo realizado pelo IBGE (2006), que tomou como ano-base 2003, demonstra uma média nacional de 9,2% de existência de Conselhos Municipais de Esporte para populações de até 50 mil habitantes, ou seja, poucos municípios do país possuem um CMD. Os resultados do cenário do Vale do Taquari/RS são muito parecidos, não passando de cinco municípios (13,88%) que possuem um CMD ativo.

Pelo exposto sobre políticas de desporto e lazer, constata-se ser um cenário ainda com muitas tarefas a serem cumpridas, e acredita-se que esse resultado é consequência principalmente da falta de capacitação técnica dos recursos humanos e dos poucos recursos financeiros destinados à área aos quais os municípios estão submetidos ou se sujeitam. O contexto pesquisado encontra obstáculos em relação às pessoas lotadas nas prefeituras, pois muitos municípios possuem vários servidores nomeados politicamente na área, sem a necessária qualificação técnica, cuja situação, segundo Constantino (1999), vai na contramão das exigências do desporto e do lazer como um novo mercado de trabalho para os profissionais de Educação Física e áreas afins, os quais devem também estar em constante aperfeiçoamento.

O estudo aponta que a questão principal detectada não é nem só o aperfeiçoamento dos profissionais de Educação Física, mas, sim, também, a falta desses no quadro técnico da equipe responsável pela área em análise.

6.6 Políticas de parcerias

Dos 36 municípios que fazem parte do estudo do cenário de esporte e lazer do Vale do Taquari/RS, 12 (33,33%) não possuem uma política de parcerias e sete (19,44%) não informaram ou não sabem se existe ou não alguma. Dos 17 municípios (47,22%) que possuem, somente cinco deles (13,88%) disseram que estão no papel. Ou seja, 12 municípios, mais da metade dos que têm parcerias, não têm ou não souberam informar se essas eram documentadas. Esse número pequeno de municípios que possui uma política de parceria pode encontrar explicações, como, por exemplo, na qualificação de muitos dos gestores. O processo de parcerias é extremamente complexo, iniciando, conforme Ely (2005), a partir de um bom projeto, como uma oportunidade de negócio, ou parte da luz de um determinado problema, estando ambas as partes sensibilizadas para isso.

O estudo também aponta certo desconhecimento dos gestores municipais em relação ao processo de parcerias, ficando o fato ainda mais evidenciado se considerar o que Ely (2005, p. 340) destaca sobre o tema:

[...] é preciso conhecer bem os cenários dos envolvidos ou pretendentes, saber onde começam e terminam os direitos e os deveres de cada um e ter condições de apontar possíveis impactos dessa relação, sabendo evitar possíveis armadilhas no decorrer do processo. Isso depende muito da habilidade dos seus coordenadores ou gestores.

Os dados deste levantamento podem ser comparados com os da pesquisa do IBGE (2006), sobre o perfil dos municípios brasileiros em 2003, a qual, como este estudo, revelou que menos da metade dos municípios tem política de parcerias de esporte e lazer.

Ainda em relação aos 17 municípios (47,22%) que possuem uma política de parcerias, para a maioria, ou 10 deles (27,77%), essa acontece com a iniciativa privada, vindo em segundo lugar com a iniciativa pública. Quatro deles (11,11%) desenvolvem parcerias com a iniciativa pública e com a privada, o que pode, sim, ser uma boa idéia, trazendo benefícios para ambos os setores. No entanto, existe uma variedade de maneiras de abordar a situação, estrutura e gestão desse tipo de relação na procura dos arranjos que melhor atendam às necessidades das partes ao longo da parceria.

Também ficou identificado que os municípios que trabalham com parcerias, na sua maioria, as concretizam em forma de apoio, acontecendo principalmente por ocasião da realização de eventos desportivos e de lazer, enquanto a metade dos municípios que tem parcerias não informou de que forma essas eram realizadas.

Os principais parceiros dos municípios que trabalham com parcerias estão centrados no comércio, na indústria e com instituições de ensino. Alguns citaram como parceiros os veículos de comunicação, como rádio e jornal, e quatro municípios não informaram nada a respeito.

Dos 17 municípios, da amostra de 36 pesquisados, que trabalham com política de parcerias, em torno de 80% referiram que os captadores dos parceiros são as respectivas Secretarias às quais o desporto e o lazer estão vinculados, e os demais nada informaram.

Dos que trabalham com parcerias, uma minoria de cinco municípios (13,88%) faz registros sobre isso e, ainda, para tornar esse cenário mais preocupante, há dois municípios (5,55%) em que elas são somente verbalizadas e outro (2,77%) informou que são formalizadas apenas quando acontecem parcerias com projetos do desporto de rendimento. Isso leva a acreditar que existe um espaço para a criação de uma cultura de contrato escrito ou com os princípios da formalização. Esse contexto está revelando que falta maior cuidado com aspectos legais das parcerias feitas pelos municípios, como salienta Ely (2005, p. 341): “não se revestem de formalidades jurídicas, por meio de contratos, fragilizando, assim, a segurança para todas as partes do processo, até porque os contratos dizem onde começam e terminam os direitos e os deveres de cada uma das partes”.

A pesquisa identificou também que, em relação ao processo de parcerias, elas acontecem com frequência maior nos municípios de populações maiores, ao contrário dos de menores populações, em que elas estão mais inibidas.

Sobre a importância das parcerias para o futuro do esporte e lazer no município, 30 deles (83,33%) responderam ser relevantes e necessárias, o que é um ponto positivo, pois quase todos têm ciência do trabalho em conjunto, convergindo com Ely (2005, p. 347), de que “as parcerias são um processo inevitável para qualquer organização alcançar o sucesso, lutar pela sustentabilidade”, referindo também Wilson e Wilson (1996), no sentido de que as parcerias são o único modelo futuro de negócios viável e sustentável.

Enfim, a coleta de dados mostrou que a maioria das prefeituras encontra dificuldades para implantar uma política de parcerias, pois faltam bons projetos, faltam recursos humanos qualificados para captar parceiros, para gerir o processo, para identificar o que cada parte quer do outro e o que pode oferecer, para avaliar o processo e mensurar os seus impactos, sejam eles políticos, sociais, econômicos, sejam institucionais ou outros. Existe um começo, mas não basta apenas ter vontade; é preciso planejar e efetivar parcerias para atender de forma mais concreta os usuários do esporte e lazer de cada município.

6.7 Projetos e programas

Para uma compreensão mais fácil do assunto, Diniz (1998, p. 805) explica que projeto “pode ser como um empreendimento, um plano de realizar certo ato” e, ainda, como refere Chemin (2007), o(s) projeto(s) pode(m) se tornar parte integrante de um programa, e somando-se projetos e programas pode-se formatar uma política pública.

Programa, para Snedaker (2006, p. 331), seria “um plano resumido de um setor ou de outra ordem, com sentido mais abrangente do que projeto, já que pode reunir um ou mais projetos”.

Os 36 municípios do Vale do Taquari (100%), conforme mostram os dados deste estudo, realizam projetos ao longo do ano, mesmo aqueles municípios que alegaram não ter uma política desportiva ou a desconheciam. Essas conclusões vão ao encontro e até superam a média nacional, tomando-se como ano-base 2003, que, segundo estudo do IBGE (2006), 93,6% dos municípios brasileiros realizam eventos desportivos.

O levantamento de dados também constatou que os municípios de maiores populações realizam um leque maior de projetos e programas, principalmente os que dispõem de uma Secretaria específica para as questões do desporto e do lazer.

O começo desta pesquisa apresentou o cenário do Vale do Taquari/RS em relação à estrutura física e recursos materiais para a prática do desporto e lazer, e os tipos de projetos e programas convergem com esse contexto, ou seja, os projetos estão voltados para eventos de futebol, futsal e voleibol, modalidades também contempladas pelas escolinhas, combinando com o estudo realizado pelo IBGE (2006) que aponta as modalidades de futebol (94,5%), futsal (66 %) e voleibol (60%) como as mais incentivadas. Dos 36 municípios investigados, dois (5,55%) não informaram quais as suas ações, enquanto os demais (94,44%) contemplam também programas para a terceira idade.

Os dois maiores municípios do estudo (5,55%) contemplam os projetos de Vida Saudável e Segundo Tempo, em parceria com o Ministério do Esporte. Esses dois também contemplam mais atividades nos seus bairros.

Sobre o evento desportivo top que os municípios realizam ao longo do ano, 30 (83,33%) indicaram como principal evento algo dentro da modalidade futebol e futsal, sendo que, desses, 25 (69,44%) elegeram o Campeonato Municipal de Futebol. Os demais municípios que têm seu principal evento também no futebol citaram eventos como estes: Moleque bom de bola, Copa Piá, Copa Sub 15 e Copa Adidas. Chama a atenção que nesses 30 municípios, que têm seu evento top na modalidade de futebol ou futsal, os dois maiores não apresentam como evento top o campeonato municipal de futebol, sendo um deles a Copa Adidas, e o outro não cita o futebol. Enquanto isso, os 22 municípios que integram os grupos A e B deste estudo, todos têm como evento top o Campeonato Municipal de Futebol e Futsal.

Ainda surgem, mesmo que seja com uma incidência local, eventos top como a Olimpíada Rural, Olimpíada do G8, Ciclismo, Copa Nacional de Bicicross e Passeio dos Trilheiros.

Apenas um município dos 36 não informou qual seria o seu evento top não ligado ao desporto e lazer. Por cinco vezes, há municípios que têm os mesmos eventos, quais sejam: Baile Municipal em dois deles, Festa do Colono em outros dois, Expofest em mais dois, Feira do Livro em outros dois e Rodeio Artístico em dois lugares. Os demais municípios têm um evento diferente como sendo o top não desportivo, aparecendo alguns festivais, feiras, e alguns outros eventos chamam atenção, até pelo nome, e são considerados top nos respectivos municípios, como Festival da Mentira, Festival da Canção Italiana, Festa da Gruta, Festa do Pão, Olimpíada Rural e Westfalischefest.

Os eventos não desportivos estão distribuídos entre as questões da terra, indústria e comércio, alguns de cunho religioso e outros voltados à arte e ao entretenimento.

Em relação ao diferencial dos seus projetos e programas, oito municípios (22,22%) nada informaram, enquanto que a metade (50,00%) referiu estar na participação da comunidade, envolvendo todas as faixas etárias, acontecendo isso principalmente com os de populações menores.

A gratuidade das suas ações e a dedicação dos profissionais que trabalham na área do desporto e lazer foram apontadas como sendo também os diferenciais dos seus projetos e programas, sendo isso identificado em seis municípios (16,66%). Ocorreu ainda que, em dois, surgiram como diferenciais a priorização dos desportistas do município, a continuidade das ações e a ocupação e comprometimento dos jovens.

O trabalho mostra que cinco municípios (13,88%) não têm nenhum tipo de trabalho para portadores de necessidades especiais, enquanto 12 (33,33%) nada informaram a respeito. Ainda, 10 municípios (27,77%) alegaram que isso era uma atribuição da Secretaria de Assistência Social e três (8,33%) disseram que cabe à Secretaria da Saúde. Dos seis (16,66%) que afirmaram ter atividades, todos eles têm programas diferentes, sendo dança, jogos, escolinhas, encontros e passeios, semana do deficiente e basquetebol para cadeirantes. Percebe-se que os municípios que apresentam as menores populações não têm atividades para esse tipo de público, ou estão lotadas nas Secretarias de Educação e Assistência Social.

Dos 36 municípios deste estudo do Vale do Taquari/RS, nove (25,00%) não oferecem nenhum tipo de atividade radical como esporte e lazer, enquanto 22 (61,11%) nada informaram. Três têm *rappel*, enquanto carrinhos de gaiola, motocross, canoagem e *paraglider* aparecem sempre em um município cada. Da mesma forma como ocorreu em relação às atividades especiais para portadores de necessidade especiais, os municípios de menor população, quase que na sua totalidade, não oferecem ou não informaram as atividades radicais na área do desporto e lazer.

Entre os eventos e programas realizados pelos municípios em forma de parcerias, 22 (61,11%) não informaram, enquanto três (8,33%) afirmaram que não. Dos que realizem eventos em parceria, oito (22,22%) alegaram concretizar parcerias internas e ainda um (2,77%) referiu que quase todos os eventos são realizados em parceria.

O fato de muitos municípios não realizarem eventos em parcerias, possivelmente também tem origem na fragilidade das políticas de desporto e lazer, na falta de seus recursos humanos qualificados, pois isso requer um bom projeto e muito planejamento de pessoas bem preparadas.

Entre os 36 municípios pesquisados, se a prefeitura tem um calendário anual de atividades de desporto e lazer, um (2,77%) respondeu que não, dois (5,55%) não informaram, enquanto todos os demais (91,66%) disseram ter um calendário anual, mas que as atividades desportivas estão incluídas no calendário geral da Prefeitura Municipal, sendo que apenas um desses tem um calendário específico, com duração semestral, ocorrendo isso com o maior município populacional da região e que possui uma Secretaria específica para o desporto e lazer.

Entre os municípios que possuem calendário anual das suas ações, seis (16,66%) não informam quem participa da construção desse calendário, enquanto que 25 (69,44%) referiram que a organização é feita por integrantes das Secretarias compartilhadas para as quais o desporto e o lazer respondem. Em meia dúzia de municípios (16,66%) se fazem presentes também integrantes do Conselho Municipal de Desportos. Num dos municípios, a construção do calendário anual fica sob a responsabilidade do CMD, num outro fica por conta do Coordenador de Esportes e ainda um último respondeu ficar a cargo da comunidade.

Vinte e seis municípios (72,22%) informaram que os projetos e programas estão registrados por escrito, enquanto cinco (13,88%) nada disseram e três (8,33%) responderam que alguns projetos sim, mas outros não. Ainda, um município (2,77%) afirmou ter registro dos projetos em tópicos e outro (2,77%) mencionou ter um regulamento. Em relação ao calendário anual e se os programas e projetos de esporte e lazer são documentados, o contexto apresentado é razoável, mas são quesitos que facilmente podem ser otimizados e inclusive chegar a 100 por cento.

Conclui-se, diante do contexto acima sobre projetos e programas, que a maioria das ações desenvolvidas pelos municípios está voltada para o desporto de participação, convergindo com o estudo do IBGE (2006) que aponta que 90,40% da população brasileira prefere essa prática desportiva.

6.8 Políticas de avaliação

Historicamente, o desporto e o lazer sempre tiveram uma resistência em avaliar as suas ações, por meio de políticas sistemáticas, para averiguar processos, resultados, impactos de todas as ordens, sendo que, em específico a modalidade de futebol, principalmente o de rendimento, quase sempre a avaliação é o próprio resultado do jogo.

Em relação à avaliação das ações desenvolvidas pelos municípios, 29 municípios (80,55%) alegam ter uma política sistemática de avaliação, sendo que, destes, a maioria tem essa preocupação basicamente com os eventos realizados, ficando os programas como escolinhas, terceira idade, em segundo plano. Três municípios (8,33%) mencionaram que a avaliação dos eventos é feita de forma verbal, enquanto dois (5,55%) não têm uma política de avaliação das suas ações e ainda dois (5,55%) outros disseram que a avaliação, que é superficial e precisa melhorar, é feita entre a chefia do Executivo e a Secretaria de Educação, para a qual a área do desporto e do lazer responde.

Os resultados acima identificam na maioria dos municípios avaliações informais, envolvendo mais aspectos cotidianos, principalmente se considerar o que Rua (2000, p. 3) destaca: “a avaliação formal é baseada em procedimentos científicos de coleta e análise de informação sobre o conteúdo, estrutura, processo, resultados e/ou impactos de políticas, programas, projetos ou quaisquer intervenções planejadas na realidade”.

Nos municípios que possuem política de avaliação, em 22 (61,11%) deles participam do processo os integrantes das respectivas Secretarias nas quais o desporto e o lazer estão

inseridos, enquanto que em outros oito municípios (22,22%) participam os organizadores dos eventos e eventualmente também alguns representantes de equipas. Ainda há dois (5,55%) em que o prefeito também participa do processo juntamente com os parceiros e voluntários.

Dos 36 municípios, um deles não informou o porquê da avaliação das suas ações, enquanto um outro revelou que só observam se deu briga ou não no evento realizado. Todos os demais municípios têm por finalidade a avaliação dos seus projetos para identificar os pontos positivos e os negativos e, assim, melhorar as ações seguintes, convergindo com Cohen e Franco (2004, p.77), quando referem que “os objetivos da avaliação é maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins”.

Entre os municípios que têm uma política de avaliação, seis (16,66%) não informaram sobre quem tem acesso a esses resultados, enquanto que 16 (44,44%) alegaram que toda a comunidade interessada tem acesso aos resultados das avaliações. Ainda, sobre quem tem acesso, dois municípios (5,55%) disseram que são somente os organizadores dos eventos; outro (2,77%), que apenas aqueles que participam da avaliação e, ainda, com uma referência (2,77%), que são o jornal, rádio, patrocinadores e secretário da pasta municipal.

Sobre a frequência dos relatórios da avaliação organizados pelas prefeituras, seis municípios (16,66%) nada informaram, enquanto que quatro deles (11,11%) não fazem relatórios, o que num futuro próximo pode trazer algumas dificuldades, principalmente por serem ligados a programas governamentais, reforçando essa ideia com a exposição de Cunha (2006, p. 1) quando salienta que a avaliação é “um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo”.

Dos 29 municípios (80,55%) que alegaram ter uma política de avaliação sistemática, 13 (36,11%) geram os relatórios sempre no final dos projetos ou dos eventos. Essa ação tem relação parcial com o que Cohen e Franco (2004) enfatizam sobre os momentos da avaliação, ou seja, no começo de um projeto, com o objetivo de avaliar se ele deve ou não ser posto em prática, e quando o projeto já está sendo executado ou concluído, e as decisões são tomadas tendo como parâmetro os resultados efetivamente alcançados. Também cinco municípios (13,88%) informaram que os clubes participantes fazem a ata, e ainda outros, sempre com uma referência, constaram que são verbais, outro em tópicos, sendo que apenas um município falou em relatórios anuais, enquanto que dois afirmaram que são mensais.

Ainda dentre os municípios que possuem uma política de avaliação e realizam relatórios, oito (22,22%) não informaram sobre o destino desses relatórios enquanto sete municípios (19,44%) mencionaram que os relatórios são arquivados, mas sem saber onde especificamente. Ainda sobre o destino dos relatórios, 14 (38,88%) disseram que vão para a prefeitura, sendo que a metade desses informou que iriam para as prefeituras, ficando arquivados nas Secretarias para as quais o desporto e lazer respondem.

Chama a atenção a resposta de dois municípios sobre o destino dos relatórios quando o primeiro referiu que os resultados ficam no mural da prefeitura por certo período e depois são eliminados, enquanto o segundo disse que os resultados são passados verbalmente para

o Secretário, mas não são divulgados externamente. Por sua vez, Chianca (2001) enfatiza que os relatórios da avaliação devem ser destinados para cada público de interesse envolvido no processo.

Quando se fala em avaliação das ações desenvolvidas pelos municípios, parece que eles têm como preocupação a avaliação de eventos em si, e que, seguidas vezes, se reportam ou entendem como avaliação apenas os resultados dos eventos, como, por exemplo, quem ficou campeão, e esse contexto fica mais acentuado em municípios de populações menores.

Sem dúvida o processo de avaliação dos municípios do Vale do Taquari/RS acompanha o cenário desportivo nacional, em que existem lacunas quanto ao referencial teórico para auxiliar na avaliação de ações desportivas e de lazer. Mesmo assim, é essencial que se estabeleçam critérios mínimos que orientem os tomadores de decisão no município quanto a continuar ou não com os projetos, se há necessidade de correções, adaptações ou mesmo interrupção ou até suspensão das ações, e por isso a relevância do processo de avaliação do que é feito na área do desporto e lazer, inclusive como prestação de contas à comunidade.

7 Considerações finais

Estudar o cenário da gestão do desporto e lazer públicos dos municípios do Vale do Taquari/RS e identificar uma possível demanda para o seu desenvolvimento foi o objetivo geral que norteou o trabalho de investigação, que iniciou em maio/2009 e terminou em abril/2010.

Vários fatores exigiram um esforço talvez um pouco além daquilo que se esperava para a realização deste estudo, principalmente na tarefa da análise e interpretação dos dados: a abrangência territorial da investigação, a coleta de dados ter resultado num número muito grande de informações, a carência de material bibliográfico sobre cenários de desporto e lazer e, ainda, a pouca disponibilidade de dados estatísticos nessa área não somente na região, mas no Estado e país como um todo.

Após a organização e apresentação dos resultados, denominada de tarefa descritiva em forma de quadros, e a discussão em formato de tarefa interpretativa, nos Capítulos 5 e 6, fez-se um exercício para identificar que tipo de resposta o estudo proporcionou em relação às angústias que originaram o problema deste trabalho e às demais perguntas que o cercaram. Teve-se a preocupação de sintetizar os resultados, seguindo-se a ordem das categorias do trabalho: estrutura física, recursos materiais, recursos humanos, recursos financeiros, política de desporto e de lazer, política de parcerias, projetos e programas, política de avaliação.

Sobre a **estrutura física** que os municípios do Vale do Taquari/RS oferecem aos seus munícipes para realização da modalidade de futebol, a investigação constatou a existência de poucos campos públicos, embora se saiba que a região historicamente apresente um futebol de campo de ponta, oferecendo estruturas físicas de muita qualidade, mostrando, assim, que o futebol é organizado e gerido principalmente pelos clubes esportivos comunitários/particulares, os quais, muitas vezes, contam com o apoio da Prefeitura em forma de manutenção e até mesmo no repasse de recursos financeiros.

O estudo revelou que o grande cenário para a prática do desporto e do lazer no Vale do Taquari/RS está concentrado nos ginásios poliesportivos. Todos os municípios disponibilizam em média dois ginásios, e a maioria de boa qualidade, inclusive com acesso para cadeirantes e ambulância. As maiores demandas são pela viabilização para as práticas do futsal e voleibol, enquanto menos da metade oferece estrutura física para a prática do handebol e do basquetebol. Isso permite presumir que a oferta da estrutura física está condicionada à demanda das modalidades desportivas, contexto que não se modifica ao se comparar municípios de populações menores com os de maiores.

Também ficou constatado que, em relação aos espaços oferecidos para atividades praticadas geralmente ao ar livre, como atletismo, voleibol de areia, skate, trilhas, caminhadas, bocha, ciclovia, a região proporciona poucos espaços, sendo informado por diversos integrantes da amostra que havia alguns espaços nos seus municípios, mas que pertenciam a entidades/

organizações privadas. Entretanto, para animar um pouco esse cenário, algumas prefeituras já possuem projetos voltados à construção de infraestrutura para essas atividades desportivas e de lazer.

Ainda em relação aos espaços para a prática desportiva e de lazer ao ar livre, praticamente todos os municípios oferecem praças públicas, mas que a maioria delas não oferece estrutura que viabilize essa prática de forma adequada. Enfim, a infraestrutura física oferecida para as comunidades do Vale do Taquari/RS e gerenciada pelas prefeituras para a prática do desporto e do lazer está ainda muito amparada nos desportos coletivos tradicionais, principalmente o futsal e o voleibol, cabendo, assim, algumas reflexões e discussões no sentido de diversificar um pouco mais as modalidades oferecidas, inclusive as praticadas ao ar livre, fortalecendo políticas públicas que possam atender a um número maior de pessoas da sua região.

288 | Quem vive o desporto e lazer no seu dia a dia, ou tem preocupações com a gestão dessa área, sabe das dificuldades em ter referencial teórico disponível sobre os **recursos materiais** para a prática desportiva, aliadas à falta de dados comparativos, o que dificulta a análise de conteúdo sobre o assunto.

O estudo, em relação à disponibilidade de recursos materiais para a prática do desporto e lazer nos municípios do Vale do Taquari/RS, é uma consequência lógica a partir dos espaços físicos disponibilizados para a prática desportiva, ou seja, existe material suficiente que atende a demanda nas modalidades de futsal e voleibol, principalmente.

Ficou evidenciado com a pesquisa que o material que os municípios dispõem para a prática desportiva, principalmente em relação a bolas, é canalizado para dois segmentos: eventos (torneios ou campeonatos) e escolinhas desportivas, sendo que na maioria das situações, quando da prática desportiva de participação, os usuários levam as bolas para os jogos, pois as respectivas prefeituras não as disponibilizam.

Com exceção das bolas dos desportos tradicionais, como futebol, futsal e voleibol, os tipos de materiais e quantidades existentes são muito reduzidos, inclusive para a modalidade de atletismo, revelando, ainda, que estes, seguidas vezes, não são de boa qualidade, estão condicionados a projetos ou programas principalmente quando se trata de municípios de maiores populações, e o que chamou a atenção em algumas situações, mesmo sendo poucas: esses materiais praticamente não eram utilizados.

Em relação ao material bibliográfico, a maioria dos municípios afirmou ter materiais, mas não soube especificar se se referiam à área de desporto e lazer, quais estavam disponíveis nem suas quantidades, sendo em todos os lugares pesquisados mencionado que esses materiais se encontram nas bibliotecas municipais.

Também se tem ciência de que, geralmente, as organizações desportivas comunitárias/particulares apresentam um outro cenário, com estrutura física e recursos materiais mais adequados, em quantidade e qualidade para a prática desportiva e de lazer e com um cuidado maior na sua preservação e conservação, do que as organizações governamentais.

Portanto, o cenário relativo aos recursos materiais, inclusive de materiais bibliográficos, deixa certa lacuna para quem atua no desporto e lazer, acentuando mais essa preocupação quando se refere aos municípios de populações menores, ou seja, é um contexto que precisa ser avaliado em parceria entre os poderes públicos, privados e terceiro setor, otimizando a oferta e qualidade dos recursos materiais, para contemplar maior número de modalidades desportivas e um número maior de munícipes, fundamental para aprimorar políticas públicas de desporto e lazer na região.

Na parte dos **recursos humanos**, a pesquisa apontou que na região somente dois municípios possuem uma Secretaria específica para tratar das questões do desporto e lazer, o que não deixa de ser uma média razoável, se for levado em consideração que o Rio Grande do Sul tem somente 28 Secretarias específicas. Na maioria dos municípios do Vale do Taquari, o estudo aponta a Secretaria de Educação como aquela para quem o desporto e o lazer do seu município respondem.

Foi identificado que, dos municípios que respondem para Secretarias compartilhadas, a metade deles não possui um coordenador de esportes na condição de gestor, havendo certo descaso com o profissionalismo, e esse descaso aumenta quando a outra metade, que tem um coordenador de desporto e lazer, são na sua maioria acadêmicos de Educação Física; portanto, ainda com formação de Ensino Médio, ou mesmo voluntários.

O contexto em relação aos recursos humanos das pessoas responsáveis pela gestão do desporto e lazer nos seus municípios na condição de coordenadores mostrou não existir caso algum de concursado, sendo a maioria de contratados, incluídos os cargos de confiança. Nota-se que o cenário atual dos responsáveis pela gestão e pelo trabalho cotidiano com o desporto e o lazer públicos preocupa, de certa forma, quando se sabe que uma política pública sustentável e qualificada nos municípios tem muito a ver com o tipo de gestor público que a coordena e com sua equipe de trabalho, já que boa parte deles não possui formação específica ou afim na área.

Ainda sobre os recursos humanos, e agora na condição de professores que atuam nas atividades de desporto e lazer, a grande maioria tem a formação em Educação Física, totalizando 46 profissionais, dos quais 30 possuem regime contratual e 16 têm vínculo estatutário, sendo que o último tipo de vínculo revelou-se uma prática maior entre os municípios de maiores populações.

O estudo mostrou que menos da metade dos municípios do Vale do Taquari/RS se utiliza de estagiários na sua estrutura para trabalhar com o desporto municipal, sendo a maioria deles acadêmicos de Educação Física, enquanto a maioria das prefeituras também se utiliza de trabalho voluntário, principalmente por ocasião da realização de eventos desportivos, sendo sempre pessoas da própria comunidade.

O cenário em relação aos recursos humanos dos gestores do desporto e do lazer dos 36 municípios que integram o Vale do Taquari/RS não deixa de ser preocupante, pois existem muitas pessoas trabalhando sem envolvimento e sem a devida formação técnica que a área exige, em que se constata expressivo número de cargos de confiança e de contratados, sendo

o número de concursados muito reduzido. Esse contexto fica mais preocupante quando se sabe que o Vale do Taquari tem um curso superior de Educação Física proporcionando oferta bem significativa de profissionais.

A maioria dos municípios (27) do Vale do Taquari tem menos de 10 mil habitantes; contudo, o fato não pode ser desculpa para a utilização de pessoas não preparadas política e tecnicamente, o que leva a crer na necessidade de reflexão e avaliação no sentido de se pensar em qualificação e titulação dos recursos humanos para atender à demanda que o desporto e o lazer atualmente exigem.

Pelo exposto, o estudo mostrou existir, em relação aos recursos humanos responsáveis pela gestão do desporto e lazer públicos no Vale do Taquari/RS, um trabalho a ser aperfeiçoado, no sentido de qualificar mais e profissionalizar as pessoas que respondem pela área, decisão importante para agilizar e qualificar o processo de políticas públicas de desporto e lazer sustentáveis e cada vez mais impactantes para todas as pessoas da região.

Sobre **recursos financeiros**: apesar de algumas dificuldades para obter informações precisas, o estudo identificou que, pelo fato de na maioria dos municípios da região pesquisada o desporto e lazer responderem para a Secretaria da Educação ou para Secretarias compartilhadas, não existe um orçamento anual específico para a área. No geral, os recursos são liberados pelas respectivas Secretarias mediante apresentação de projetos ou eventos, ou, ainda, conforme a necessidade.

Quase a metade dos municípios do Vale do Taquari/RS teve destinado, no ano de 2009, orçamento inferior a R\$ 20.000,00 para gerir o desporto e o lazer públicos, enquanto os dois maiores municípios em termos populacionais, e coincidentemente os que possuem uma Secretaria específica para o desporto e lazer, tiveram um orçamento próximo de R\$ 1.000.000,00.

Acredita-se que os municípios devem lutar por um orçamento anual, mesmo que este fique na reduzida média dos municípios brasileiros que utilizam um percentual entre 0,99 a 1,15 % do orçamento total do município, o que viabiliza, pelo menos, algum planejamento.

O estudo também revelou sobre a origem dos recursos destinados para o desporto e lazer que a maioria dos municípios da região pesquisada, principalmente os de menor população, tem como fonte exclusiva o orçamento da própria Prefeitura, e, como visto anteriormente, pelo montante reduzido dos valores, passa a ser uma tarefa complexa administrar atividades/ações públicas dessa área.

Também foi referido na pesquisa que a maioria dos municípios não cobra taxas, que oferece atividades gratuitas, assim como que a metade dos municípios não loca as suas dependências físicas de esporte e lazer, havendo somente cedência gratuita para os munícipes ou entidades da comunidade. Quem sabe, como alternativa para aumentar a receita, eles poderiam pensar em cobrar algumas taxas e implementar melhor parcerias com outros poderes públicos e a iniciativa privada.

Ficou perceptível que há pouco conhecimento sobre a área de recursos financeiros pelos gestores do desporto e lazer, modificando muito pouco este cenário se comparados os municípios de populações menores com aqueles de maiores, sendo que muitos não souberam ou não quiseram informar o montante das receitas e despesas mensais com o desporto e lazer, e outros, ainda, alegaram que não tinham acesso ao orçamento.

Acredita-se que o cenário pesquisado e constatado em relação a essa área no Vale do Taquari/RS é em parte reflexo dos recursos humanos disponíveis e responsáveis pelo respectivo setor nos seus municípios. O gestor da área do desporto e do lazer tem de estar orientado sobre as normas de finanças públicas relativas à responsabilidade da gestão fiscal, para colaborar no equilíbrio das contas públicas municipais, e o planejamento, o controle dos gastos e a transparência das ações são fundamentais nesse sentido.

Em função dos resultados do estudo, defende-se a ideia de que a maioria dos municípios integrantes da pesquisa precisa destinar uma atenção um pouco maior quanto aos seus recursos financeiros para o desporto e lazer públicos, viabilizando fontes alternativas, inclusive lutando por um orçamento anual adequado, além de, sempre que possível, pleitear por uma Secretaria específica ou, pelo menos, um Departamento específico, para cuidar das questões da área.

O estudo identificou que um pouco mais da metade dos municípios afirma ter uma **política de desporto e lazer**. O cenário é preocupante, na medida em que quase um terço dos municípios informou não ter políticas, ou afirmou que não sabia se havia ou, ainda, não informou nada, dificultando a tarefa de desenvolver um desporto e lazer que possa atender à demanda pública. Também foi possível perceber que, para alguns pesquisados, política pública significa realizar um ou outro evento no ano, e não um conjunto planejado, estruturado e continuado de ações para a área.

Dos municípios que possuem política de desporto e lazer, a maioria delas está apoiada no desporto educacional e de participação, sendo que, um pouco mais da metade das prefeituras com políticas, as possuem documentadas e as cumprem na prática. Ficou evidenciado também que, mesmo tendo ou não uma política, a maioria afirmou existirem metas como estas: a realização de mais eventos, melhoria na infraestrutura, qualificação dos recursos humanos, contemplação de mais projetos sociais, principalmente voltados para crianças e terceira idade.

A maioria das atividades desenvolvidas pelos municípios da região está ligada a crianças, jovens e idosos/terceira idade, sendo que mais da metade dos projetos sociais estão voltados para grupos de idosos/terceira idade. O público feminino também é atendido com atividades na maioria dos municípios, principalmente por meio das escolinhas desportivas e de programas para a terceira idade, assim como torneios, campeonatos e jogos amistosos.

Para os municípios que possuem políticas de desporto e lazer, a pesquisa mostrou uma diversidade de pessoas muito grande que participam do seu processo de elaboração, sendo, na maioria dos casos, participantes das equipes das Secretarias específicas ou compartilhadas para as quais o desporto e o lazer respondem.

Como visto sobre políticas públicas de desporto e lazer, acredita-se que esse resultado é também consequência principalmente da falta de capacitação política e técnica dos recursos humanos e dos poucos recursos financeiros destinados à área aos quais os gestores responsáveis pelo desporto e lazer nos municípios estão submetidos ou se sujeitam, tendo por isso muito trabalho pela frente, de aprendizado, de amadurecimento e de implantação de ações. Portanto, o estudo constatou que, mesmo para os que têm uma política de esporte e lazer, é possível otimizá-las e, para os que não a possuem ainda, recomenda-se que despertem para sua importância, iniciando o processo de formatar uma, documentá-la e defendê-la, fundamental para ter o direito a um orçamento anual e tornar as suas ações mais significativas para as comunidades.

292 | **Parceria** é uma espécie de ações entre entidades, entre pessoas, em que cada uma das partes contribui com o que pode com a outra, com a finalidade de atingir objetivos comuns. Mesmo que o estudo tenha apontado para certo desconhecimento sobre o processo de parcerias, ficou evidenciado que menos da metade dos municípios pesquisados possui política de parceria, e apenas uma minoria desses referiram que as parcerias são documentadas, cercadas de formalidades.

Ficou caracterizado que as parcerias da maioria dos municípios que trabalha com políticas desse tipo acontecem principalmente com a iniciativa privada e quase sempre sob a forma de apoio, principalmente quando da realização de eventos desportivos e de lazer, e que os principais parceiros são encontrados no comércio, na indústria e com instituições de ensino, sendo captados quase sempre por integrantes das Secretarias para as quais o desporto e o lazer respondem.

O estudo revelou uma situação preocupante, na medida em que apontou que apenas um pequeno número de municípios que trabalha com parcerias se resguarda com a questão legal, e mais preocupante fica quando alguns manifestaram que os acordos são verbais, ou que esta formalidade está presente somente quando se trata do desporto de rendimento, dando a entender que o desporto de participação e o educacional não precisam de formalidades contratuais. Por isso, fica clara a necessidade de criar espaço de discussão para criar a cultura da formalização em todas as suas manifestações desportivas, sejam elas educacionais, de participação ou de rendimento, como forma de segurança jurídica para as partes envolvidas, no sentido, também, de cada uma delas saber dos seus direitos e obrigações.

Além disso, foi apontado que as parcerias acontecem com frequência maior nos municípios de populações maiores quando comparado com os de menores populações, fato que possivelmente se deve à existência de mais projetos e quantidade de profissionais qualificados na gestão e captação e também ao maior número de empresas e entidades com condições de serem parceiras de ações em projetos e programas. Ainda, segundo a maioria dos municípios, é importante possuir políticas de parcerias para o futuro, possivelmente o único modelo de negócio viável e sustentável.

A pesquisa trouxe como resultado que a maioria das prefeituras encontra sérias dificuldades para implantar política de parcerias, pois lhes faltam vários aspectos, dentre eles:

conhecimento na área, bons projetos, recursos humanos qualificados para captar parceiros, para gerir o processo, para identificar o que cada parte quer do outro e o que pode oferecer, bem como faltam pessoas para avaliar o processo e mensurar os seus impactos políticos, sociais, econômicos, institucionais ou outros. Existe um começo, mas não basta apenas ter vontade; é preciso planejar e efetivar parcerias para atender de forma mais satisfatória os usuários do desporto e lazer de cada município.

Quanto a **projetos e programas**, a investigação demonstrou que todos os municípios do Vale do Taquari/RS realizam projetos, principalmente no formato de eventos durante o ano. Mesmo aqueles que alegaram não ter política desportiva e de lazer ou que a desconheciam, pouco mais da metade desses municípios têm documentados seus projetos e programas.

Constatou-se que os municípios de maiores populações realizam um leque maior de projetos e programas, principalmente os que dispõem de uma Secretaria específica para as questões do desporto e do lazer, inclusive com programas em parceria com órgãos públicos, com destaque para os Programas do Segundo Tempo e Vida Saudável, ambos do Ministério do Esporte.

Também ficou caracterizado que os tipos de projeto e programa realizados possuem relação muito próxima com o cenário do Vale do Taquari visto anteriormente, quanto às estruturas físicas e recursos materiais para a prática do desporto e lazer, ou seja, a maioria dos projetos contempla as modalidades de futebol, futsal e voleibol, sendo que as escolinhas abrangem as mesmas modalidades.

Diante do exposto, e em sintonia com o cenário nacional, não poderia deixar de ser evidenciado que os eventos top dos municípios da região pesquisada estão voltados para os campeonatos municipais de futebol e futsal na maioria deles, com mais destaque nos lugares de populações menores. Chama a atenção, inclusive, que, em alguns, esses campeonatos são considerados como eventos mais importantes, ainda na modalidade de futebol, mas voltados às categorias de base.

Aspecto de forma positiva para quem acredita na diversidade do oferecimento de atividades desportivas e de lazer, o estudo mostrou que alguns municípios conseguem, com seus principais projetos, fugir um pouco do tradicional, oferecendo eventos como Olimpíada Rural, Olimpíada do G8 e Copa Nacional de Bicicross. Já em relação aos eventos top não voltados à área pesquisada, eles estão distribuídos entre as questões da terra, indústria e comércio, alguns de cunho religioso e outros ligados à arte, à cultura e ao entretenimento.

Em relação ao diferencial dos seus projetos, a metade dos municípios que informou sobre isso destacou que o aspecto central se dá pela participação da comunidade nos eventos, os quais envolvem todas as faixas etárias, além da gratuidade das ações desenvolvidas pelo poder público.

Mesmo que na categoria da estrutura física tenha sido apontado que todos os ginásios esportivos possuem acesso para cadeirantes e ambulância, poucos municípios oferecem atividades desportivas para portadores de necessidades especiais, principalmente nos lugares

de populações menores, sendo justificado, em alguns deles, a falta de demanda para projetos dessa ordem ou que essas atividades estavam lotadas na Secretaria de Ação Social.

Evidenciado ficou que a grande maioria dos municípios tem um calendário anual das atividades de desporto e lazer, mas que estas estão inseridas no calendário geral da Prefeitura, participando desse processo principalmente integrantes das Secretarias para as quais o desporto e o lazer respondem, e nos municípios de populações menores, em alguns casos, fica também sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Desporto.

Conclui-se, com o contexto acima sobre projetos e programas, que a maioria das ações desenvolvidas pelos municípios está voltada para o desporto de participação e que questões como maior diversidade de modalidades desportivas, atendimento de mais tipos de público e desenvolvimento de cultura de documentar projetos e programas podem acelerar o processo de expansão do desporto e lazer no Vale do Taquari, proporcionando subsídios mais sustentáveis para a formação de políticas públicas na região.

Não tem sido comum o desporto e o lazer **avaliarem** suas ações por meio de políticas sistemáticas, a fim de averiguar processos, resultados, impactos de todas as ordens, sendo que, em específico a modalidade de futebol, principalmente o de rendimento, quase sempre a avaliação é tida como o próprio resultado do jogo.

O estudo apontou que, em relação às ações desenvolvidas pelos municípios, a maioria mencionou ter uma política sistemática de avaliação, principalmente em relação aos eventos, ficando os programas como escolinhas desportivas e terceira idade menos assistidos quanto à questão. Contudo, também ficou evidenciado que essa avaliação não tem uma metodologia mais rigorosa, que ela acontece de forma mais informal, se preocupando mais com os aspectos cotidianos, sendo em alguns casos até verbal ou mesmo inexistente.

O estudo concluiu que nos municípios que utilizam a política de avaliação das suas ações, na maioria deles, participam do processo os integrantes das Secretarias às quais estão vinculados o desporto e o lazer, assim como também essa maioria alega realizar a avaliação para identificar possíveis pontos negativos e positivos, com a intenção de melhorar a edição seguinte.

Apareceram algumas fragilidades sobre quem tem acesso aos resultados da avaliação e seus possíveis impactos, sobre a frequência com que os relatórios são realizados e até mesmo sobre o destino dos relatórios quando da sua conclusão. Compreendeu-se, pelas respostas recebidas, que, para alguns entrevistados, a avaliação das ações desportivas e de lazer desenvolvidas pelos municípios possui relação direta com os resultados dos eventos, como, por exemplo, quem ficou campeão, e esse contexto fica mais acentuado em municípios de populações menores.

Acredita-se que o processo de avaliação do desporto e lazer dos municípios do Vale do Taquari/RS acompanha o cenário nacional, em que existem lacunas quanto à existência de uma cultura avaliativa. E o estudo apontou que existe espaço para reflexão, discussão, aprendizado, implantação de ações diversas, ou seja, o processo pode e deve melhorar, em benefício do desporto e do lazer e das pessoas da região.

Portanto, a pesquisa mostrou que o problema que norteou o estudo (O atual cenário desportivo no Vale do Taquari/RS atende à demanda e fomenta políticas públicas de desporto e de lazer nessa região?) teve muitas respostas, contemplando seus objetivos, possibilitando conhecer a estrutura física, a disponibilidade de recursos materiais na área do desporto e do lazer públicos no Vale do Taquari/RS, ou seja, que estejam sob a administração das prefeituras, assim como também apontou o perfil dos gestores municipais responsáveis pela área e que trabalham nela ou para ela. Além disso, permitiu fazer uma leitura mais clara sobre políticas de desporto e lazer, sobre recursos financeiros, projetos e programas, parcerias e processo de avaliação.

Em se tratando da gestão pública do desporto e lazer, inferiu-se que o Vale do Taquari/RS, comparado ao cenário nacional, goza de certos privilégios e que este cenário é reforçado e qualificado se for levado em conta um outro contexto na região, o do desporto e lazer das organizações e instituições comunitárias/particulares. Juntos, esses dois contextos oferecem para a região uma situação interessante e relativamente confortável quanto às questões dessa área.

| 295

No entanto, a investigação também evidenciou que tanto a estrutura física e materiais, como as políticas de recursos humanos, financeiros, políticas públicas de desporto e lazer, de parcerias, de projetos e programas e de avaliação podem e devem ser otimizadas, para atender de forma mais plena e intensa a demanda relativa a essa área.

Como resultados esperados do que foi realizado, acredita-se ter havido muitos aspectos positivos, pois mais conhecimento foi produzido, importante para intervir no/e qualificar o cenário do desporto e lazer públicos do Vale do Taquari/RS, por intermédio de cursos, assessorias, consultorias, sugestões, realização de seminários, otimização de projetos existentes, criação de outros, todos com a intenção de colaborar na implantação de políticas públicas com mais eficácia e proporcionar uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

Muitas pessoas se envolveram com a pesquisa: os bolsistas de Educação Física, que puderam vivenciar uma realidade nem sempre percebida no seu dia a dia; os pesquisadores, que se desdobraram para trabalhar/decodificar/entender um cenário meio incipiente ainda e, especialmente, os 36 entrevistados, representantes do Vale do Taquari, ou seja, acredita-se que uma das principais contribuições da pesquisa seja a mobilização, o despertar, a chamada de atenção para a área do desporto e lazer de parte de muitos dos gestores dessa área nos municípios. Alguns entrevistados, inclusive, manifestaram perplexidade diante das perguntas, comentando que havia ainda muito por fazer pelo poder público no seu município.

Existe a expectativa de que estão sendo deixados subsídios relevantes para auxiliar na formação acadêmica e profissional diversificada e orientada para as necessidades/expectativas da sociedade e para os que acreditam que uma boa e competente gestão do desporto e lazer públicos pode colaborar grandemente na aceleração do processo de crescimento e desenvolvimento da região como um todo.

Referências

ACADEMIA AO AR LIVRE. **Prática esportiva com qualidade**. 2009. Disponível em: <http://www.patrocínio.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=608:academia-ao-ar-livre-pratica-esportiva-com-qualidade&catid=33:noticias&Itemid=18>. Acesso em: 01 dez. 2009.

ALLEN, Johnny et al. **Organização e gestão de eventos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

AZEVEDO Paulo Henrique; BARROS Jônatas de França. A necessidade de administração profissional do esporte brasileiro e o perfil do gestor público, em nível federal, que atuou de 1995 a 2002. Faculdade de Educação Física UnB (Brasil). **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, año 10, n. 74 - Julio 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd74/admin.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

BANCO DE DADOS REGIONAL. **Cálculo da estimativa populacional do Vale do Taquari para 2009**. Lajeado: Univates. Disponível em: <www.bdr.univates.br>. Acesso em: 12 jun. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASTOS, Celso R.; MARTINS, Ives G. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1989. v. 8.

BENICIO, João Carlos. **Gestão financeira para organização da sociedade civil**. 2000. Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_mat01_financtx01.cfm> Acesso em: 02 jun. 2009.

BERNARDI, Luiz A. **Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação**. São Paulo: Atlas, 2007.

CLUBE ATLÉTICO UBIRAJÁ. **Histórico**. 2008. Disponível em: <<http://www.ubiraja.com.br/historia/In%EDcio/inicio.html>> . Acesso em: 19 abr. 2010. (colocar na ordem alfabética)

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais**. Brasília, IPEA, 2003. (Texto para discussão, n. 939).

BILHIM, João Abreu de Faria. **Questões actuais de gestão de recursos humanos**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9615consol.htm>> Acesso em: 11 jun. 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à LC 101/2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em:

30 maio 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. **CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE**, 1., jun. 2004, Brasília. **Esporte, lazer e desenvolvimento humano**: documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.

BRASIL. Ministério do Esporte. **CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE**, 2., abr. 2006, Brasília. **Documento final**. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/documentoFinal.jsp>>. Acesso em: 7 mar. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Conselho Nacional do Esporte**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conselhoEsporte/default.jsp>>. Acesso em: 9 jul. 2009.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Página de transparência pública**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/transparencia/>>. Acesso em: 09 jul. 2009.

298 | BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo**. 2003. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/objetivos.jsp>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

BRASIL. Ministério dos Esportes. **O Ministério**. Disponível em:

<<http://portal.esporte.gov.br/institucional/ministerio.jsp>>. Acesso em: 9 jul. 2009.

BRASIL: Ponto de encontro do esporte mundial. **Revista EF**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 34, dez. 2009, p. 4-8.

BUCCI, Maria P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CABEZÓN, Ricardo de Moraes. **Os direitos do torcedor**. São Paulo: *Memória Jurídica*, 2006.

CAMARGO, Luiz O. de L. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. **O que é lazer**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. **Parcerias e pobreza**: soluções locais na construção de relações socioeconômicas. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

CAPINUSSÚ, José M. **Formação de recursos humanos e a necessidade de uma administração desportiva moderna capaz de influir de forma positiva no desempenho da equipe e do atleta**. 2005. Disponível em: <http://b200.nce.ufrj.br/~revista/artigos/v1n1/artigo09_v1n1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2009.

CARDOSO FILHO, José A. de S. **O Código de Defesa do Consumidor e os eventos esportivos após o advento do Estatuto do Torcedor**. 2007. 177 f. Dissertação (Mestrado) Curso de Pós-Graduação em Direito das Relações Sociais. PUC-SP.

CARVALHAL, Eugenio do; FERREIRA, Geraldo. **Ciclo de vida das organizações**: peopleware, liderança transformadora e desenvolvimento de equipes de alto desempenho. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, Astério D. **Comentários às leis sobre desportos**. Rio de Janeiro: Destaque, 1996.

CARVALHO, Cristina A.; VIEIRA, Marcelo M. F. **O poder nas organizações**. São Paulo: Thomson, 2007.

CASTANHAR, José C. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n.5, set./out. 2003, p.969-992.

CHEMIN, Beatris F. **Políticas públicas de lazer: o papel dos municípios na sua implementação**. Curitiba: Juruá, 2007.

CHIANCA, T. Avaliando programas sociais: conceitos, princípios e práticas. In: _____; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global, 2001. p. 15-84.

CICLOVIA. Fatos e considerações sobre a segurança dos ciclistas. A bicicleta como modo de transporte. **Escola de Bicicleta**, 2010. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/ciclovia.html>>. Acesso em: 17 fev. 2010.

| 299

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Finanças públicas: noções básicas para os municípios / Confederação Nacional dos Municípios**. Brasília: CNM, 2008. v. 5

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Legislação estadual. Disponível em: <<http://www.crefrs.org.br/legislacao/legestadual1.asp>>. Acesso em: 7 mar. 2010.

CONSTANTINO, José Manoel. **Desporto, política e autarquias**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999

COSTA, Lamartine P. Ondas de ênfase do espaço urbano e suas relações com práticas físicas e de lazer. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE ESPORTES, 8., 2009, Florianópolis, Santa Catarina. **Relatório: debate do tema principal "Esporte e lazer nos espaços urbanos"**. Disponível em: <http://www.unesporte.org.br/documentos/DOCUMENTO_8_FORUM%20INTERNACIONAL_DE_ESPORTES.pdf> Acesso em: 28 fev. 2010.

CRETELLA JR., J. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. v. 8.

CUNHA, Carla G. S. da. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. 2006. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/download.asp%3FnomeArq%3DAvaliacao_de_Politicas_Publicas_e_Programas_Governamentais.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2010.

CUNHA, Luís M. **O espaço, o desporto e o desenvolvimento**. Lisboa, Portugal: Faculdade de Motricidade Humana, 1997.

_____. Espaço e desporto: a relação do conceito de espaço com o desporto, analisada por várias perspectivas que contribuem para a sua definição. **Ludens - Ciências do Desporto**, Lisboa, Portugal, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa, v. 13, n. 3-4, p. 52-65, jul./dez. 1993.

DI PIETRO, Maria S. Z. **Parcerias na administração pública**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DINIZ, Maria H. **Dicionário Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998. v. 3.

DINSMORE, Paul C.; BARBOSA, Adriane M. C. **Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos**: livro-base de preparação para certificação PMP® - Project Management Professional. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

ELY, Lauro I. **As parcerias na gestão do desporto**: um estudo a partir do Programa Escolinhas Integradas/Unisinos. 2005. 370 f. Tese (Doutorado) – Curso de Gestão do Desporto, na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, Portugal, 2005.

FARIA, Carlos A. P. de. A política de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, out. 2005, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

FERREIRA, Edílio. Um roteiro para o Plano Diretor. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política**. Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 241-243, abr./jun. 1993.

FÓRUM INTERNACIONAL DE ESPORTES, 8., 2009, Florianópolis, Santa Catarina. **Relatório**: debate do tema principal “Esporte e lazer nos espaços urbanos”. Disponível em: <http://www.unesporte.org.br/documentos/DOCUMENTO_8_FORUM%20INTERNACIONAL_DE_ESPORTES.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2010.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GHEMAWAT, Pankaj. **A estratégia e o cenário dos negócios**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

GODOY, João F. R. A experiência da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura do Município de Piracicaba (1989-1992). In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). **Lazer**: formação e atuação profissional. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 87-101.

GONÇALVES, Carlos A.; MEIRELLES, Anthero M. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

GONZALES, Andrés G. **Parceria público-privada**: apontamentos gerais. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2005/andresgarciaagonzalez/parceria.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2009.

HEIJDEN, Kees Van Der. **Planejamento de cenários**: arte da conversação estratégica. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HOLANDA, Nilson. **Elaboração e avaliação de projetos**. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

IBGE. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros/esporte 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

KARDEC, Alan. **Gestão estratégica e avaliação empresarial**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2005.

- KEELING, Ralph. **Gestão de projetos: uma abordagem global**. São Paulo: Saraiva 2002.
- KONIG, Rubem B. **O desporto na legislação brasileira**. 31 out. 2008. Disponível em: <http://www.educacaofisica.com.br/coluna_mostrar.asp?id=183>. Acesso em: 11 jun. 2009.
- LEITE, Luiz A. M. da C. et al. **Consultoria em gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- LINHALES, Meily A. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Autores Associados, 2001. p. 31-56.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa em marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MARCELLINO, Nelson C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: _____. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Autores Associados, 2001. p. 05-29.
- MARCIAL, Elaine C.; GRUMBACH, Raul J. dos S. 3. ed. **Cenários prospectivos: como construir um futuro melhor**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco A. **Administração financeira: uma abordagem brasileira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- MELO NETO, Francisco P. **Administração e marketing de clubes esportivos**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.
- MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de metodologia da pesquisa na Direito**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- MÜLLER, Ademir. O esporte olímpico e sua relação com a política pública e a gestão da educação física, do esporte, do lazer e da recreação no Brasil. **Cinergis**. Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, p. 29-50, jul./dez., 2004.
- _____. Cultura do lazer do trabalhador da indústria: inclusão ou exclusão? In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (Orgs.). **Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 117-136.
- MOLINA NETO, Vicente; TRIVIÑOS, Augusto N. S. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, Vicente; TRIVIÑOS, Augusto N. S. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 61-93.
- NICOLINI, Henrique. **O evento esportivo como objeto de marketing**. São Paulo: Phorte,

2006.

PILATTI, Luiz A.; VLASTUIN, Juliana. Metodologia para a construção de cenários prospectivos para o esporte. **EFdeportes.com**, revista digital. Buenos Aires, n. 85, jun. 2005. <<http://www.efdeportes.com/efd85/cenarios.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2010.

PIRES, Gustavo. **Gestão do desporto**. Desenvolvimento organizacional. Porto, Portugal: Apogesd, 2003.

_____. **Situação desportiva**. Universidade do Porto. 23 f. 2001. Apostila de aula. Mimeo.

POIT, Davi Rodrigues. **Organização de eventos esportivos**. São Paulo: Phorte, 2006.

RAMON, Jander. Bola de cristal ilustrada. In: _____. **Mundo corporativo**, São Paulo, n. 27, p. 37-41, jan./mar. 2010.

302

REMYRECH, Ruy. **Controle interno na administração pública**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=CURSO+SOBRE+CONTROLE+INTERNO&meta=&aq=f&coq=>>. Acesso em: 27 nov. 2009

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REZENDE, Denis A. **Planejamento estratégico**: para organizações privadas e públicas. Guia prático para a elaboração do projeto de plano de negócios. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

REZENDE, José R. **Organização e administração no esporte**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.726**, de 23 de janeiro de 1996. Institui o Sistema Estadual do Desporto, dispõe sobre normas gerais de desporto no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/LegisComp/Arquivos/Lei%20n%C2%BA%2010.726.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.691**, de 20 de novembro de 2001. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul - FUNDERGS e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.fundergs.rs.gov.br>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

ROCHE, Fernando Paris. **Gestão desportiva**: planejamento estratégico nas organizações desportivas. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RUA, Maria da G. **Avaliação de políticas, programas e projetos**: notas Introdutórias. 2000. Mimeo.

SALVAGNI, Vagner F. **O cenário da gestão dos clubes de futebol do município de São Leopoldo/RS**. 2008. 57 f. Monografia (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio. **Comportamento do consumidor**: conceitos e casos. São Paulo: Pearson, 2006.

SBRIGHI, César A. 10 dicas para conseguir um patrocínio esportivo. 2009. Disponível em: <<http://www.mktesportivo.com.br/10dicas.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

SNEDAKER, Susan. **Como ter sucesso em gestão de projetos**. São Paulo: Digerati Books, 2006.

SOARES, Gilberto. As parcerias público-privadas no direito brasileiro: uma realidade possível. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 39, mar. 2007. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3636>. Acesso em: 14 dez. 2009.

SUASSUNA, Dulce; AZEVEDO, Aldo (Orgs.). Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005). In: _____. **Política e Lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007. Disponível em: <observatoriodoesporte.org.br/politicas-publicas-para-o-esporte-e-o-lazer-no-brasil-1996-2005/>. Acesso em: 5 mar. 2010.

TANSINI, Feliciano A. **Cenário desportivo do futsal de Bento Gonçalves**. 2008. 123 f. Monografia (Graduação) – Curso de Educação Física, Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

TECHEMAYER, César A. **O processo de formação e gestão de aliança estratégica: um estudo de caso numa empresa do setor automotivo da Região Sul**. 2002. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2002.

TUBINO, Manoel. **500 anos de legislação esportiva brasileira: do Brasil Colônia ao início do século XXI**. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, Eduardo. **O poder no esporte**. Rio de Janeiro: Sprint, 1994.

VISAUTA, B. **Técnicas de investigación social I: recogida de datos**. Barcelona: PPU-Promociones y Publicaciones Universitarias, 1989.

WILSON, Larry; WILSON, Hersch. **Pare de vender! Faça parcerias: a melhor maneira de encontrar e manter clientes**. São Paulo: Futura, 1996.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZINGONI, Patricia. Lazer como fator de desenvolvimento regional: a função social e econômica do lazer na atual realidade brasileira. In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (Orgs.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 53- 82.

Anexo

ANEXO A – Roteiro para entrevista com os gestores municipais

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
MINISTÉRIO DO ESPORTE

PESQUISA: Estudo do cenário do esporte e do lazer nos municípios do Vale do Taquari/RS

Roteiro básico para a entrevista

Município:

Colaborador (integrante da amostra):

Nome(s):

Endereço:

Telefone(s):

E-mail:

Cep:

www.

| 305

1 - DADOS GERAIS (Município) (Obter dados no Banco de Dados Regional de tudo o que é possível deste item)

- 1.1 fundação (ano)
- 1.2 município mãe (origem)
- 1.3 localização geográfica
- 1.4 população (área urbana e rural)
- 1.5 número de eleitores
- 1.6 origem étnica predominante
- 1.7 distância centro maior (capital)
- 1.8 calendário de eventos gerais (não desportivos)
- 1.9 PIB
- 1.10 lei orgânica desporto
- 1.11 principais acessos
- 1.12 principais arrecadações
- 1.13 área

2 CENÁRIO DESPORTIVO E DE LAZER

2.1 Estrutura física

- 2.1.1 Tipos de espaços físicos
 - a) Campo de futebol
 - b) Campo de futebol sete
 - c) Quadra de voleibol de areia
 - d) Quadra de tênis

- e) Ginásio esportivo
 - f) Cancha de bocha
 - g) Cancha reta
 - h) Pista atlética
 - i) Pista de skate
 - j) Ciclovía
 - k) Pista de caminhadas
 - l) Trilha
 - m) Praça
 - n) Quadra esportiva não coberta
 - o) Alojamento
 - p) Sala de reuniões
 - q) Auditório
 - r) Biblioteca
 - s) Outro(s). Qual(is)
- 2.1.2 Quantidade de cada espaço
 - 2.1.3 Localização (centro, bairro, interior)
 - 2.1.4 Acesso para cadeirantes (descrever)
 - 2.1.5 Acesso para ambulância
 - 2.1.6 Tipo de piso (gramado, parque, tabuão, cimento, outro)
 - 2.1.7 Tamanho dos espaços
 - 2.1.8 Acomodação para público (quantidade: sentados, em pé)
 - 2.1.9 Se quadra poliesportiva, quais modalidades podem ser praticadas
 - 2.1.10 Vestiários/banheiros (usuários, arbitragem, torcedor) descrever
 - 2.1.11 Manutenção dos espaços (limpeza, conservação)
 - 2.1.12 Iluminação (natural, artificial)
 - 2.1.13 Sistema de alimentação (quem explora)
 - 2.1.14 Segurança dos usuários (praticantes, torcedores)
- 2.2 Recursos materiais**
 - 2.2.1 bolas (novas, usadas)
 - 2.2.2 placares (manuais, eletrônicos)
 - 2.2.3 atletismo
 - 2.2.4 equipamentos de todos os espaços para a prática desportiva e de lazer
 - 2.2.5 quantidade e qualidade dos materiais
 - 2.2.6 computadores, fax
 - bolinhas de tênis
 - jogos de xadrez (tabuleiros e relógios)
 - material bibliográfico
 - 2.2.10 balança
 - 2.2.11 súmulas
 - 2.2.12 outro(s)

2.6 Política de parcerias

- 2.6.1 Existe uma política clara de parcerias
- 2.6.2 Se existe, esta política está documentada no papel
- 2.6.3 Existe parceria com a iniciativa privada ou poder público
- 2.6.4 Que tipo de parceria existe: em forma de apoio/patrocínio (venda publicidade, espaços físicos...) etc.
- 2.6.5 Se existem parcerias, quem são os principais parceiros
- 2.6.6 O futuro contempla as questões de parcerias
- 2.6.7 Quem capta os parceiros
- 2.6.8 Quando há parceiros, existe o contrato, a formalidade
- 2.6.9 Outra(s)

2.7 Projetos e programas

- 2.7.1 Relacionar todos os projetos e programas que estão sendo realizados
- 2.7.2 Escolinhas, eventos, programas 3ª idade, programas sociais, etc.
- 2.7.3 Evento desportivo top
- 2.7.4 Evento não desportivo top
- 2.7.5 Diferenciais dos projetos
- 2.7.6 Atividades para portadores de necessidades especiais e atividades radicais
- 2.7.7 Eventos em parceria
- 2.7.8 Existe um calendário anual de eventos?
- 2.7.9 Quem participa da definição dos projetos e programas
- 2.7.10 Os projetos e programas realizados existem no papel
- 2.7.11 Outro(s)

2.8 Política de avaliação

- 2.8.1 Tem uma política sistemática da avaliação das ações? (resultados, impactos)
- 2.8.2 Se existe a política, quem participa do processo (parceiros, etc.)
- 2.8.3 Quando avaliadas, qual a finalidade?
- 2.8.4 Quem tem acesso aos resultados da avaliação?
- 2.8.5 Existem relatórios por projeto, mensais, semestrais ou anuais
Qual o destino dos relatórios
- 2.8.6 Se as ações não são avaliadas, quais os motivos?
- 2.8.7 Outra(s)

2.3 Recursos humanos (organograma)

- 2.3.1 Gestores (estrutura hierárquica)
 - a) Secretário
 - b) Diretor
 - c) Coordenador
 - d) Professor
 - e) Estagiário
 - f) Voluntários
 - g) Terceirizados
 - h) Manutenção
 - i) Limpeza
 - j) Ecônomo
 - k) Recepção
 - l) Outro(s)
- 2.3.2 Formação dos envolvidos (área)
- 2.3.3 Concursados ou não
- 2.3.4 Existe a prática do voluntariado, como funciona
- 2.3.5 Há quanto tempo atua no cargo

2.4 Recursos financeiros

- 2.4.1 Tem orçamento (anual, semestral, mensal)
- 2.4.2 Origem dos recursos
- 2.4.3 Principais parceiros (apoio, patrocínio, doações, outras)
- 2.4.4 Se uma das receitas é a cobrança de mensalidades, quais os valores
- 2.4.5 Locações espaços físicos
- 2.4.6 Qual a receita mensal
- 2.4.7 Despesas mensais
- 2.4.8 Outro(s)

2.5 Política desportiva

- 2.5.1 Existe uma política clara em relação ao desporto e o lazer?
- 2.5.2 Estas estão sustentadas no desporto educacional, de participação ou rendimento?
- 2.5.3 A política, se existe documentada no papel, é cumprida na prática?
- 2.5.4 Existem metas a curto, médio e longo prazo?
- 2.5.5 Qual o público-alvo (crianças, adolescentes, terceira idade...)
- 2.5.6 Contempla projetos sociais?
- 2.5.7 Há alguma atividade em relação ao sexo feminino
- 2.5.8 Atletas têm benefícios (que tipo: remuneração, bolsa de estudo, outros...)
- 2.5.9 Participação em campeonatos, amistosos, ..
- 2.5.10 Se tem um planeamento para a política desportiva, quem dele participa
- 2.5.11 Outra(s).

Atos Prinz Falkenbach

Graduado em Educação Física, Licenciatura, pela FISC, de Santa Cruz do Sul (1990). Mestre em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS (1998) e Doutor em Ciências do Movimento Humano pela mesma Universidade (2003). Atualmente é pesquisador e professor titular do Centro Universitário Univates, de Lajeado/RS, onde também atua como docente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PGAD/Univates). Professor do Centro Universitário Metodista IPA e do Programa de Pós-Graduação em Reabilitação e Inclusão. É avaliador de Cursos de Graduação pelo INEP/MEC. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física Escolar, atuando principalmente nos seguintes temas: educação física, acessibilidade, necessidades especiais, inclusão, psicomotricidade e educação infantil. Autor e organizador de diversas publicações, dentre elas "Crianças com crianças na psicomotricidade relacional", "A Educação Física na Escola: uma experiência como professor" e "Inclusão: perspectivas para as áreas da educação física, saúde e educação".

Derli Juliano Neuenfeldt

Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (1997). Especialista em Pedagogia do Esporte pela UFPR (1998) e Mestre em Ciência do Movimento Humano pela UFSM (2000). Autor, dentre outras publicações, dos livros "Recreio Escolar: espaço para recrear ou necessidade de recriar este espaço?" e "Esporte, Educação Física e Formação Profissional". Atualmente é professor e coordenador dos Cursos de Educação Física – Licenciatura e Educação Física – Bacharelado, do Centro Universitário Univates, de Lajeado/RS.

Ministério
do Esporte



ISBN 987-85-98611-82-2



Este livro é resultado da pesquisa “Estudo do cenário do desporto e do lazer no Vale do Taquari/RS”, ligada à Rede Cedes, do Ministério do Esporte, que a financiou juntamente com o Centro Universitário Univates, realizada no período de maio/2009 a abril/2010. Objetivou estudar o cenário do desporto e do lazer dos 36 municípios do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, tomando-se por referência a situação existente no ano de 2009, e identificar possível demanda para o seu desenvolvimento.



R. Avelino Tallini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95900.000 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09